

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

Reitor: José Tadeu Jorge

COORDENADORIA DE CENTROS E NÚCLEOS (COCEN)

Coordenador: Jurandir Zullo Júnior

CENTRO DE MEMÓRIA - UNICAMP

Diretora: Maria Elena Bernardes

Diretor Associado: José Ricardo Barbosa Gonçalves

CONSELHO CIENTÍFICO

Maria Elena Bernardes (presidente)

Ana Maria Oda

Ana Maria Reis de Góes Monteiro

André Luiz Paulilo

Antônio Augusto Ferreira

Carlos Alberto Cordovano Vieira

Carmen Lúcia Soares

Eliana Moreira

Emília Pietrafesa de Godoi

Fernando Antônio Abrahão

Iara Lis Schiavinatto

Jefferson de Lima Picanço

Jorge Alves de Lima

José Ricardo Barbosa Gonçalves

Josianne França Cerasoli

Juanito Ornelas de Avelar

Maria Sílvia Duarte Hadler

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina de Moura Delfim Maciel (CMU)

Lauro José Siqueira Baldini (IEL/Unicamp)

Ricardo Santhiago (FCM/Unicamp e LABOI/UFF)

CONSELHO EDITORIAL

Ana Maria Reis de Góes Monteiro (FEC/Unicamp)

Ana Mauad (UFF)

Anderson Araújo Oliveira (Université du Québec à Montreal, Canadá)

Benito Bisso Schmidt (UFRGS)

Joan Pagés (Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha)

Josianne França Cerasoli (IFCH/Unicamp)

Luciene Lehmkuhl (UFU)

Márcia Ramos (Udesc)

Maria Stella Bresciani (Unicamp)

Miriam Paula Manini (UnB)

Mônica Raisa Schpun (CRBC/EHESS, Paris, França)

Regina Beatriz Guimarães (UFPE)

Richard Cándida Smith (University of California, Berkeley, EUA)

Roberto Elisalde (Universidad de Buenos Aires, Argentina)

Valéria Lima (Unimep)

Resgate: Revista Interdisciplinar de Cultura/ Universidade Estadual de Campinas, Centro de Memória. – Campinas, SP, v. 23, n.30, jul./dez. 2015.

Periodicidade semestral.

e-ISSN 2178-3284

Editoria do Setor de Comunicação e Publicações do CMU.

1. Cultura – Periódicos. 2. Memória – Periódicos. 3. Turismo. 4. Patrimônio Cultural. I. Universidade Estadual de Campinas. Centro de Memória.

CDD 301.205.....

Editora Científica

Maria Elena Bernardes

Editora Executiva

Juliana Oshima Franco

Revisão e normalização

Juliana Oshima Franco

Projeto e editoração gráfica

Carlos Roberto Lamari

Sumário

Carta ao leitor	3
Apresentação	4
Dossiê	
Considerações sobre cozinha patrimonial e turismo <i>Everton Reubens Coelho Costa</i>	5
Preservação do patrimônio histórico das antigas vinícolas da região sul de Santa Catarina <i>Fernando Barth e Tatiana Amaral</i>	17
“Biografia cultural das coisas”: aporte metodológico para o estudo do Turismo <i>Maria Amália Silva Alves Oliveira</i>	29
Patrimônio cultural rural paulista: diálogos entre o turismo e a educação não formal <i>Lívia Morais Garcia Lima</i>	43
O município de Cajueiro da Praia (PI), Brasil: características naturais e a conservação de um patrimônio socioambiental <i>André da Silva Dutra e Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira</i>	57
O Teatro de Mamulengos de ontem e de hoje: a importância do reconhecimento do Teatro de Bonecos Tradicional Brasileiro como patrimônio imaterial cultural do Brasil <i>Kely Elias de Castro</i>	69
Hibridismo cultural e <i>atualização</i> da cultura: o Carimbó do Brasil <i>Silvio Lima Figueiredo e Eliana Bogéa</i>	81
Incentivo ao turismo por meio da identificação e mapeamento do Patrimônio Cultural do Distrito do Saí, São Francisco do Sul (SC) <i>André Souza de Lima, Cibele Piva Ferrari e Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes</i>	93
Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ) <i>Maria Tereza Duarte Paes</i>	105
O Topocídio da Ponte Hercílio Luz <i>Milton Luz da Conceição</i>	119
Resenha	
História Oral no campo das artes: porta para universos subjetivos <i>Patrícia Yokomizo</i>	131
CMU: arquivo e suas fontes	
O Fundo José Roberto do Amaral Lapa <i>Ana Carolina de Moura Delfim Maciel</i>	135
Lista de pareceristas	
Relação de pareceristas - 2015 (v. 23, n. 29 e 30)	139

Carta ao leitor

Esta trigésima edição da *Resgate* celebra 25 anos de um projeto editorial consolidado e reafirma o seu compromisso de continuar cumprindo sua missão de ecoar as ideias e discussões que acontecem no terreno das humanidades – especialmente as que se dão em torno da história, da memória e da cultura – para um público cada vez mais amplo e diversificado.

Ao rememorar esse um quarto de século que separa o primeiro e o trigésimo número da revista, nossos leitores são convidados a conhecer um pouco mais sobre a história da *Resgate*, e a entender como e com quais objetivos o periódico é hoje pensado e produzido. É o que esperamos ao atualizar no site os textos sobre a política editorial, os procedimentos de avaliação e as normas de publicação, assim como o histórico da revista e as ementas das seções atualmente abertas a submissões. A partir deste número, além da versão em PDF de cada artigo, também passamos a oferecer para download a edição completa revista.

Na esteira dessas mudanças, a *Resgate* segue com a proposta de publicar dossiês temáticos, mas também passa a aceitar submissões em fluxo contínuo dentro da linha editorial adotada. Este é o caso da resenha que integra este número, em que Patrícia Yokomizo reflete sobre o livro *Circuitos de subjetividade: história oral, o acervo e as artes*, de Richard Cândida Smith, destacando a proposta de valorizar, nos trabalhos que envolvem essa metodologia, outras formas expressivas, inclusive artísticas, que vão além das narrativas discursivas – geralmente o centro da atenção do pesquisador –, o que permitiria acessar diferentes camadas da subjetividade dos entrevistados.

Nesta edição, temos ainda o lançamento da seção *CMU: arquivo e suas fontes*, cuja proposta é publicar textos breves sobre os conjuntos documentais, coleções e fundos do órgão, visando estimular novas frentes de pesquisa e investigação, o que representa mais um passo no sentido da publicização do acervo deste importante centro de documentação e pesquisa. Ana Carolina de Moura Delfim Maciel, pesquisadora do CMU e integrante do Comitê Editorial da revista, é quem assina o texto de estreia da seção, compartilhando reflexões sobre seu projeto em torno do Fundo José Roberto do Amaral Lapa – um conjunto documental que abrange a vida e a obra deste historiador que, como influente professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp), foi responsável pela fundação do Centro de Memória e sua direção ao longo dos primeiros dez anos.

Já a seção *Experiências em História Pública*, prevista para ser lançada a partir da próxima edição e já aberta a submissões, tem como objetivo publicar textos que relatem iniciativas das mais variadas instituições, organizações e coletivos que envolvam a elaboração, construção e disseminação de conteúdos históricos voltados ao grande público, sejam eles produtos escritos, audiovisuais ou digitais.

Enfim, ressaltamos que dossiê *Turismo e Patrimônio Cultural* teve como organizador o Prof. Dr. Antonio Carlos Sarti, docente e coordenador do curso de Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), cujas contribuições foram decisivas para o conjunto de artigos que apresentamos neste número dentro do tema. Devemos sinceros agradecimentos tanto ao professor como, também, a todos os demais pesquisadores que atuaram como pareceristas da revista ao longo do ano¹, sem os quais a qualidade da produção científica divulgada neste periódico ficaria comprometida.

No mesmo ano em que comemora três décadas de sua fundação, o CMU tem o prazer de publicar a trigésima edição da *Resgate*, reafirmando não só um projeto editorial, mas também uma missão: fazer da história e da memória elos da sociedade e bússolas para o futuro.

Juliana Oshima Franco
Editora executiva

¹ A relação completa dos pesquisadores que colaboraram na avaliação dos artigos que foram submetidos para publicação ao longo de 2015 pode ser conferida na página 139.

Turismo e Patrimônio Cultural: da pesquisa ao desenvolvimento

Dentre os muitos dilemas que cercam a atividade turística no Brasil, o da escala com que estamos trabalhando se engrandece. O fato de termos dificuldade em superar os 6 milhões de desembarques anuais aprisiona o setor num círculo que é demarcado pela indefinição do lugar do turismo na gestão pública, pela tibieza das políticas públicas em todos os níveis, inclusive no meio empresarial e no terceiro setor, pelo imediatismo do planejamento, formação de pessoal e pesquisa básica. Assim, fica evidente que a articulação tão necessária entre poder público, organizações privadas e universidade é urgente para que, de fato, o turismo passe a ser encarado com a seriedade que até agora faltou.

Em todo o mundo onde o turismo é uma atividade socialmente importante, ganha destaque o Turismo Cultural como uma modalidade que resulta do aprofundamento do conhecimento dos processos históricos, sociais, antropológicos, econômicos, políticos e de organização enfrentados por outras sociedades que se valeram do turismo de massa como instrumento de incremento rápido na economia, quer por consumo de bens e serviços, quer pela geração de empregos ou, na pior situação, ocupações. É nesse sentido que ganha importância a iniciativa do CMU em propor um número dedicado ao Turismo e ao Patrimônio Cultural.

Feita a chamada, inscreveram-se trabalhos de todo o país, cobrindo os mais variados temas e regiões, o que permitiu selecionar iniciativas que destoam da visão clássica que coloca o fato cultural como produto, submetendo-o a impactos que, via de regra, provocam modificações que as artificializam, deslocando-as do meio sociocultural em que foram geradas para um outro, onde só se justificam pela exposição ao visitante. Esse, por sua vez, não tem acesso – porque não lhe é dado – à informação subjacente aos fatos culturais.

Conhecer exaustiva e profundamente cada componente do Turismo Cultural é ampliar o respeito à identidade e ao patrimônio cultural do nosso povo, ampliando o sentido da cidadania. Assim, os textos aqui publicados procuram jogar luz nessa vertente, estimulando o olhar mais atento dos pesquisadores que disponibilizam informações a serem consideradas, não depois de o turismo ter se instalado, mas antes e durante todo o processo de criação, desenvolvimento, consolidação e amadurecimento.

O texto de abertura deste dossiê aborda a patrimonialização da gastronomia, patamar já alcançado em outras culturas que valorizam os saberes e fazeres populares, atribuindo-lhes o destaque que precisam como base cultural sobre a qual outros processos decorreram. No Brasil não será diferente e o respeito é essencial. Segue-se, naturalmente, o texto que enfoca o enoturismo, um dos componentes da vertente gastronômica, que vem se destacando nos estudos mais recentes, de abordagem interdisciplinar, valorizando as paisagens culturais resultantes.

Na sequência, apresentamos artigo com abordagem metodológica sintonizada com o sentido que aqui se quer afirmar. Trata-se da *biografia cultural das coisas*, proposta como forma de conhecer como atuam, quais valores, sentidos e práticas guardam, produzem e reproduzem os “produtos turísticos”, e que oportuniza o tema da educação, que vai se encontrar com as possibilidades do Turismo Rural Paulista, o qual tem apoiado experiências de educação não formal, ampliando e fortalecendo o poder transformador do conteúdo educacional indivisível da atividade do turismo, notadamente na modalidade Turismo Cultural.

O número avança ao apresentar um conjunto de trabalhos que vai ao cerne do problema, isto é, agudiza a necessidade da radicalidade, da historicidade e da contextualização. O caso do município de Cajueiro da Praia (PI) é oferecido à reflexão como evidência de que não se pode fazer mais do mesmo e prosseguir no erro, apontando para a necessidade de um modelo participativo e sustentável de turismo. O Teatro de Mamulengos, recentemente reconhecido como patrimônio imaterial e cultural, surge como um verdadeiro ponto de resistência, assim como o Carimbó do Brasil, difundido na Amazônia, que está no pano de fundo da discussão que procura compreender as relações de componentes da cultura popular com o fenômeno da globalização. Já o patrimônio cultural de Paraty (RJ), destino turístico já consolidado e consagrado, proporciona refletir sobre os efeitos do turismo de massa que “turistifica”, embora haja legislação e políticas públicas ali aplicadas há décadas. O Turismo não é uma atividade ingênua e inofensiva como o marketing muitas vezes quer fazer parecer, o que, em si, já é outro equívoco. Tão revelador dos processos subjacentes à falta de pesquisa aprofundada na área é o que o trabalho sobre a Ponte Hercílio Luz, em Florianópolis, aponta como “esquecimento”, talvez a mais cruel maneira de perder a memória e, com ela, a identidade.

Com esse recorte, esperamos poder oferecer ao leitor estímulos suficientes para colocarmos a pesquisa na base e na concomitância do planejamento e do desenvolvimento do Turismo Cultural em nossa sociedade. Boa leitura!

Antonio Carlos Sarti¹
Organizador

¹ Professor e coordenador do Curso de Lazer e Turismo da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP), é bacharel em Turismo pela Faculdade Ibero-Americana de Letras e Ciências Humanas, mestre em Conservação e Manejo de Recursos pela Unesp - Rio Claro, e doutor em Geografia pela mesma universidade. Trabalha nos temas planejamento turístico, floresta urbana, patrimônio cultural e natural, turismo e arqueologia, planejamento urbano e desenvolvimento sustentável. Desde 2011, é coordenador do Acordo de Cooperação Científica entre a EACH/USP e a Universidade de Girona (Espanha). Também coordena, desde 2012, no Brasil, a Rede UNITWIN - Cátedra UNESCO de Cultura, Turismo e Desenvolvimento, vinculada à Universidade de Paris I Panthéon - Sorbonne.

Considerações sobre cozinha patrimonial e turismo

Considerations about the patrimonial cuisine and tourism

*Ewerton Reubens Coelho Costa*¹

ewertonreubens@hotmail.com

*Maria Socorro Figueiredo dos Santos*²

socorrofsantos@bol.com.br

Resumo

Este artigo tem como objetivo buscar maior entendimento sobre as cozinhas patrimoniais e sua relação com a atividade turística. Trata-se de um estudo exploratório baseado em revisão bibliográfica. Dentre os achados da pesquisa, conclui-se que as cozinhas patrimoniais abrangem saberes e fazeres ligados à gastronomia de uma sociedade; o que é patrimonializado não são ingredientes ou receitas, mas ofícios e produções cujos saberes e fazeres são reconhecidos pelas sociedades como parte de sua cultura, de sua identidade. E que o turismo é uma excelente vitrine para explorar as cozinhas como atrativo turístico que permite aos visitantes experimentar a cultura alimentar de um lugar.

Palavras-chave: Cozinha Patrimonial; Turismo; Cultura.

Abstract

This paper aims to contribute to understand the patrimonial cuisines and its relation to tourism. It is an exploratory study based on literature review. Among the findings of the research, it is concluded that the patrimonial cuisines include knowledge and practices related to gastronomy of a society; its heritage is not limited to ingredients or recipes, but crafts and productions whose knowledge and practices are recognized by societies as part of their culture, their identity. And that tourism is an excellent showcase for exploring the cuisines as a tourist attraction that allows visitors to experience the food culture of a place.

Keywords: Patrimonial Cuisines; Tourism; Culture.

1 Mestre em Gestão de Negócios Turísticos pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), e graduado em Gestão de Turismo pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE). É também formador de Gestores das Políticas Públicas do Turismo pelo Ministério de Turismo (MTur) e Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

2 Doutora em Geografia pela Unesp, mestre em Gestão de Negócios Turísticos e especialista em Metodologia do Ensino, ambos pela UECE, e graduada em Economia Doméstica pela Universidade Federal do Ceará (UFC). É professora efetiva do IFCE, onde também integra a Comissão de Ética em Pesquisa.

A cultura gastronômica constitui novo paradigma na efervescência patrimonial (QUINTERO MÓRON, 2005) desde que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) introduziu a Convenção para Salvaguarda do Patrimônio Imaterial, em 2003, e, a partir de então, passou-se a relacionar as cozinhas com questões de identidade, memória e cultura, incluindo-as como patrimônio gastronômico – classificado como patrimônio imaterial – das sociedades.

As implicações socioculturais da construção do patrimônio material são igualmente aplicáveis à construção do patrimônio gastronômico, ou patrimônio alimentar, que apesar de se configurar como patrimônio intangível, inclui ambos os elementos - materiais e imateriais.

Entende-se como patrimônio gastronômico o conjunto de elementos tangíveis e intangíveis de culturas alimentares consideradas patrimônio compartilhado, ou bem comum, para a coletividade. O patrimônio gastronômico de determinado coletivo é uma seleção de parte de sua “cultura alimentar”, a que se atribui a “tradicionalidade”.

Este tipo de patrimônio é constituído por produtos agrícolas, saberes e fazeres associados a estes produtos, e formas de produção e distribuição de alimentos. Pode-se também incluir: as formas de sociabilidade à mesa, a simbologia alimentar e os objetos de mesa (BESSIÈRE & TIBÉRIO, 2010). Neste contexto, compreende-se a existência das Cozinhas Patrimoniais, que detêm diversas produções patrimonializadas.

Assim, a cultura gastronômica, considerada “ativo global” e “recurso local” (ALVAREZ, 2008), torna-se catalizadora de projetos que geram desenvolvimento na atividade turística, integrando comida e cultura, explorando as cozinhas patrimoniais para criar novas possibilidades de atrativos e competitividade para destinos turísticos.

Para compreender o discurso patrimonial em torno das cozinhas, faz-se fundamental não só o entendimento do que está sendo patrimonializado, mas compreender as possibilidades de uso desse patrimônio, sobretudo na atividade turística.

Este artigo é um estudo exploratório com base na revisão da literatura. Tem como objetivo identificar as características de uma cozinha patrimonial e sua relação com o turismo. Para tanto, parte das seguintes questões: as cozinhas podem ser patrimonializadas? Como ocorre o uso das cozinhas patrimoniais na atividade turística? As respostas para estes questionamentos serão dadas a seguir.

Breves considerações sobre alimentos como patrimônio

Partindo do pensamento de Fischler (1979), que afirma que o homem é um onívoro que se alimenta de carne, vegetais e de imaginário, e que a alimentação conduz a biologia, mas, evidentemente, não se reduz a ela, compreende-se a alimentação humana como ato sociocultural ligado a uma rede de representações em que a escolha e o consumo de alimentos põem em jogo uma série de fatores de ordem histórica, cultural, social, ecológica e econômica. A comida torna-se, então, uma realização social altamente condensada de representações coletivas e mobiliza emoções (APPADURAI, 1981).

Para Nurayan (1995), o alimento ajuda na compreensão de identidades coletivas e pessoais. Assim, comer é ato social complexo que põe em cena, além do consumo de material simbólico diferenciado e diferenciador, movimentos de produção e de consumo de alimentos; processos culturais e sociais que sustentam identidades e relações de poder. Deste modo, existe a possibilidade de patrimonializar as cozinhas.

Inicialmente, o patrimônio esteve concentrado em bens materiais, sobretudo no patrimônio arquitetônico. Porém, a partir da década de 1970 passa a abranger o patrimônio cultural, com um conceito mais amplificado e intangível, que levou sociedades a conhecerem o que se entende como Patrimônio Cultural Imaterial.

O Patrimônio Cultural Imaterial, transmitido de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade, contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (UNESCO, 2003).

Entende-se por ‘Patrimônio Cultural Imaterial’ as práticas, representações, expressões, conhecimentos e

técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural.

Partindo da existência de mapeamentos de instituições e atores sociais a respeito de saberes e fazeres, de representações rituais à mesa com conteúdo material e simbólico, Pierre Nora (1984) afirma que o patrimônio, nas últimas décadas, passou por uma metamorfose no entendimento conceitual: de herança ancorada em uma sociedade a patrimônio repleto de simbolismo e identidade; de patrimônio herdado a patrimônio reivindicado; de patrimônio visível a patrimônio invisível; de patrimônio material a patrimônio imaterial; de patrimônio estatal a patrimônio social, étnico e comunitário. Isto é, passou-se de um regime de patrimônio restrito para generalizado, em que categorias somam a noção de cultura, memória e identidade.

Compreender o patrimônio enquanto construção social permite conhecer os entraves e conflitos no processo de seleção e definição de políticas de salvaguarda e preservação do patrimônio. Como explica Arantes (1984): espaços, práticas e bens diversos são removidos do fluxo da vida cotidiana, se reúnem, ressignificam e recontextualizam e participam da dinâmica específica da dimensão da cultura que criam e recriam os organismos públicos de preservação. Uma vez que integram o patrimônio, adquirem certificado de naturalização e o processo de seleção e interpretação ficam ocultos. Arantes ainda apresenta a seleção e preservação do patrimônio como atividade produtiva, que gera valores econômicos, simbologias construtivas de memória, territorialidade e identidade nacional, e outras identidades mais específicas e de valor político, por remeter ao aspecto de hegemonia e aos direitos dos cidadãos.

Os alimentos convertidos em patrimônio não esgotam tudo o que a cultura alimentar é, muitas vezes não se apresentam de maneira fidedigna uma parte dela [...] este processo de seleção, fragmentação, descontextualização, modificação de usos e funções, adaptação e reinterpretação é explicada pelo papel a ser atribuído a este patrimônio, pelo espaço que vai ser ocupado e pelos interesses a que eles servem (ESPEITX, 2004, p. 196).

A valoração dessas dimensões inter-relacionam-se no processo de apropriação social de bens. Com isso, permite-se analisar políticas de patrimonialização, entender tradicionalismos e estabelecer críticas sobre a valorização do patrimônio (MATECÓN, 1991), seja ele tangível ou intangível, do presente e do passado, incluindo, sem dúvidas, a comida.

Cozinhas e patrimônio

O termo culinária deriva de cozinha que, por sua vez, vem do francês *cuisine*, e indica o espaço físico onde se prepara alimentos. Do termo designa ainda o caráter étnico de uma cozinha. Por conta disso, Barceló (2007) destaca que deve ser feita referência à “cozinha regional”, ao invés de cozinha nacional, pois é nela que se encontra o consumo mais frequente dos preparados comuns em sociedades, em que as características são fáceis de serem encontradas, assim como os modos de preparo, as técnicas e os sabores.

Nesta linha de pensamento, Pérez San Vicente (2002, p. 82), apresenta considerações sobre gastronomia e cozinhas regionais, de onde se apreende que: cada cozinha tem uma essência particular, sendo composta por um conjunto de regras que a caracterizam e a identificam, as quais não devem ser transgredidas para que não se perca sua identidade; toda cozinha se origina em um lugar geográfico específico – que determina seus espaços, seu povo, seus produtos e insumos; e uma cozinha é diferenciada por seus conjuntos de preparações (pratos). Pérez San Vicente (2002, p. 82-83) ainda apresenta itens base que toda cozinha deve seguir:

- Ter surgido no território (referência ao lugar), que estabelece e determina seu espaço;
- Ter desenvolvido utensílios próprios;
- Ter produzido seus próprios insumos e materiais;
- Ter inventado métodos e formas de cozinhas;
- Ter uma gama de preparações que abranja todos os sabores – do amargo ao doce, do salgado ao amargo, do áspero ao suave;
- Ser concebida para integrar a totalidade dos passos de uma refeição, desde a en-

- trada, passando pelos caldos, pelas sopas, os guisados até as sobremesas;
- Ter estabelecido costumes, etiquetas, sistemas e horários – o que implica em, pelo menos, terem sido desenvolvidos ao longo de três gerações, ou seja, a cerca de 150 anos;
- Ter seu universo constituído pelas cozinhas regionais;
- Ser capaz de usar o conhecimento de outras cozinhas para incorporá-los, sem alterar sua essência;
- Ter criado preparações culinárias (pratos) que a identificam internacionalmente.
- Uma cozinha se torna gastronomia quando cria suas próprias bebidas, com seus insumos e métodos, sua panificação, biscuitaria, confeitaria, doces e bolos e técnicas de conservação;
- Que em sua honra se tenha originado uma literatura e poesia, e que também existam provérbios;

Já Farb e Armelagos (1985) apresentam cozinha como estrutura que inclui quatro elementos fundamentais. São eles:

- Número de alimentos limitados, selecionados dentre aqueles oferecidos pelo meio, por capacidade de acesso e uso de energia;
- O modo característico de preparar alimentos – cortado, grelhado, assado, cozido, frito, etc.;
- O princípio ou princípios de condimentação tradicional do alimento, base de cada conjunto social;
- E a adoção de um conjunto de regras relativas ao status simbólico de alimentos, como o número de refeições diárias e especificação para que os alimentos sejam consumidos individualmente ou em grupos. As cozinhas, assim, consideradas têm várias dimensões, tais como: étnica, nacional e/ou regional. Ao identificar expressões alimentares pode-se, ao mesmo tempo, indicar uma identidade gastronômica e a origem territorial de uma pessoa ou grupo.

Assim, constata-se a possibilidade de construir e interpretar o imaginário alimentar, tecendo reinterpretções desses significados e construções. Para DaMatta (1987), o ato de comer apresenta estados emocionais e identidades sociais. O eu, na cozinha, significa dizer que, se existe acesso ou restrição a ingredientes, as receitas podem ganhar versões diferentes de um mesmo prato. Contudo, o que se deseja é a permanência do significado, da posição da estrutura alimentar, do valor semântico do que é preparado. Como explica González Turmo (1999), a patrimonialização é uma ponte que traça uma linha de continuidade entre o passado e o futuro, entre o conhecido e o desconhecido; é simbolização.

Partindo dessas premissas, percebe-se a relação das cozinhas com o patrimônio cultural imaterial. Principalmente quando se entende por “patrimônio cultural imaterial” as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – junto com os instrumentos, objetos, artefatos e espaços culturais que lhe são inerentes – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente recriado pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e sua história, com um sentimento de identidade e continuidade, promovendo o respeito pela diversidade cultural e criatividade humana (UNESCO, 2003). Neste caso, o patrimônio imaterial se manifesta pelos usos sociais, rituais e atos festivos que se compreende como tradições culinárias.

Agrega-se a isso o conceito de patrimônio gastronômico apresentado em Barceló (2007), que considera a existência de bens patrimoniais alimentares destinados a satisfazer necessidades distintas. Deste modo, o patrimônio alimentar se expande, uma vez que implica uma cultura da alimentação que inclui sistemas agroalimentares, produtos locais, cozinhas regionais ou tradicionais, gastronomia, produção de alimentos, técnicas agrícolas e culinárias, dietas, valorização e alimentos tradicionais, microambientes – com sistemas e sensibilidades.

Freyre (1967, p. 72), em Manifesto Regionalista, adverte que “uma cozinha em crise significa uma civilização inteira em perigo” – o perigo de descaracterizar-se. Uma “cozinha é um reativo de rara sensibilidade

para avaliar a cultura de uma população, é um conjunto de signos e símbolos que ao serem interpretados dão compreensão à história civilizatória de um povo” (LIMA, 2005, p. 14).

Logo, a alimentação se insere no contexto simbólico de características culturais, sociais e econômicas que traz desenvolvimento e aprimoramento de saberes e fazeres a partir de relações humanas, e determinando identidades próprias (LODY, 2008). O que vai de acordo com as ideias de Montanari (2008, p. 183), que afirma que, “assim como a língua falada, o sistema alimentar contém e transporta a cultura de quem a pratica, é depositário das tradições e da identidade de um grupo”. Isso torna possível entender a construção de cozinhas regionais a partir da coletividade absorvida culturalmente, de forma codificada, mas reconhecida.

A partir de 1996 a Unesco, preocupada com preservação do patrimônio, lança ações para desenvolver o turismo cultural no Caribe e América Latina. Dentre ações variadas, está a urgência de resgatar e desenvolver reflexões a respeito da culinária regional. Isso coloca as culinárias como recurso e diferencial competitivo de lugares no âmbito internacional. O documento base elaborado pela Unesco, em 2003, coloca saberes e fazeres, incluindo receitas, como bens culturais e exige reconhecimento de políticas culturais que enxerguem a alimentação e a gastronomia como elementos culturais importantes (FARB & AMELAGOS, 1985).

Constata-se, então, a alimentação como linguagem que trata materialmente de dimensões simbólicas e sociais, e que coloca as expressões alimentares, como as cozinhas, enquanto formas de comunicação.

Alimentos que possuem poucas ligações culturais são mais fáceis de serem substituídos e, portanto, têm menores potencialidades de se configurar como patrimônio. Como patrimônio cultural, a gastronomia é:

Certamente muito mais do que simples arte culinária. Assume-se também como um importante veículo da cultura popular, ao mesmo tempo em que possibilita percepção acerca da forma como vivem os habitantes de cada região, numa dada época (ANTONINI, 2003, p. 35).

Desta maneira, a patrimonialização de cozinhas ou de produtos gastronômicos diz respeito ao conhecimento empregado para a confecção desses produtos, ou seja, o que de fato é patrimonializado não são os alimentos, mas os saberes e fazeres para a produção deles; e ainda são preservados os ofícios, isto é, quem domina estes saberes e fazeres nas sociedades.

A mundialização da cultura destaca as consequências da modernidade sobre hábitos alimentares, como o hábito de comer fora e o *fast-food* – costumes recentes e que se impõem no mundo moderno –, e os compreende como reflexo da modernidade na alimentação (CARVALHO, 2014; GIORGI, 2015). Fato que fragmenta a “instituição da refeição” e faz levantar a questão de como se patrimonializar a gastronomia da modernidade.

Para Turmo (1999) a gastronomia representa um elemento de diferenciação cultural de grande importância para um destino turístico. Com ela se pode aumentar a oferta turística agregando valores; além de ser importante veículo de cultura popular, que se transmite e se reconhece pelos saberes e fazeres de uma sociedade em determinado período.

Assim, pode-se dizer que as comidas típicas de uma região estão intimamente ligadas à cultura do lugar (CORNER, 2003), e por isso devem ser preservadas, valorizadas e transmitidas para novas gerações como parte do patrimônio do lugar onde se originam. Assim, na medida em que o homem se alimenta valorizando determinados ingredientes e seguindo hábitos alimentares da sociedade a qual pertence, constitui-se uma interação não só com o instinto de sobrevivência, mas com os valores, com a história, com a geografia e com o passado.

Indiscutivelmente, a gastronomia enquanto produção sociocultural permite interações com várias áreas do conhecimento humano. No entanto, reconhecer a herança culinária é o primeiro passo para explorá-la como recurso que gera desenvolvimento e competitividade.

A existência de cozinhas diferenciadas, além dos atributos que lhe conferem um diferencial, representa a expressão cultural de uma sociedade, a identidade de um povo. Por este motivo, Barros (2000; 2008) e Pilcher (2001) destacam que as cozinhas requerem reconhecimento, investigação, preservação e impulso especial. Principalmente quando se considera a sobrevivência cultural e o desenvolvimento econômico.

Considerando que a cozinha patrimonial é constituída por expressões que identificam a si e o grupo

ao qual se pertence, e dentre essas expressões se tem o material e o imaterial – em que se percebe a tradição e se definem gostos – entende-se que, neste caso, o gosto não é só um indicador de classe, mas uma prática de classificação (BOURDIEU, 1988).

Levando em conta que a construção de padrões e tradições gastronômicas é feita a partir da constante reinterpretação de significados dos alimentos, Gonzalez Turmo (1999) sugere formas para se avaliar o processo de assimilação da culinária, tanto no aspecto cultural de novos alimentos – que podem substituir outros ou apenas serem incorporados a uma preparação –, quanto para reinterpretar tradições por meio de sua descontextualização.

A existência de uma “novidade” na estrutura alimentar implica na existência de um novo significado para o ingrediente e para a cultura. Com isso, percebe-se a inclusão de preparações que deixaram de ser corriqueiras e tornaram-se rituais, presentes em momentos repletos de significados e simbologia – como as comidas de Natal, Semana Santa, comidas de festas –, e, em outros casos, ocorre o inverso, quando um prato especial se torna cotidiano – como o sushi japonês, as massas italianas ou os doces árabes que acabam se tornando comuns devido às redes de restauração que têm se massificado.

Não se quer dizer com isso que há algo errado, mas apenas que existe uma aceitação coletiva de significados que permitem a incorporação de ingredientes, saberes e fazeres às cozinhas (TURMO, 1999). E, se é verdade que a cozinha se constitui de significados, da distinção e qualificação de ingredientes e gostos, o resultado do que se transmite e se consome necessita de reconhecimento como bem intangível, levando também em conta que as cozinhas foram, ao longo do tempo, alvo de conservadorismo e extremismos.

Deve-se reconhecer que existem alterações que são justificadas tanto pelas condições do grupo no meio (como novos estilos de vida, mudanças climáticas e ambientais, novas estruturas econômicas e sociais, dentre outras), quanto por condições externas (como conquistas de territórios, migrações e imigrações, modificações genéticas, uso de novas tecnologias, expansão comercial, etc.). Infelizmente, e apesar da diversidade de ingredientes e cozinhas das regiões brasileiras, o país não dispõe de cozinha patrimonializada.

A ligação dos hábitos alimentares com a identidade cultural não se apresenta fixa e imutável, mas varia de acordo com o consumo do mercado global e adaptações localizadas. James (1994) destaca que, com isso, se pode confrontar estilos alimentares globais e locais e pessoais, por meio do que é percebido com o imaginário.

A resposta comercial que justifica esse entendimento, no mercado, é a presença de produtos com apelação de origem, como o uso de indicações geográficas em alimentos, bebidas, artesanato ou em qualquer produção peculiar de um lugar específico cuja tradição e qualidade são reconhecidas e aquecem a economia (COELHO-COSTA, 2014), de modo que a gastronomia e a atividade turística as percebam como catalizadores para gerar competitividade do destino.

Cozinhas patrimoniais e turismo

Conhecer culturas é uma das fortes motivações existentes na atividade turística (BURBRIDGE, 1993). Conseqüentemente, ir ao encontro dessa cultura pelo turismo faz o turista perceber valores culturais e admirar o patrimônio cultural de um lugar.

Por este motivo, a Comissão Europeia de Turismo, em 1954, já destacava que as paisagens, monumentos, cidades e costumes constituem o capital turístico; e, mais tarde, o documento conhecido como “Normas de Quito” (1967), tratando da relação do patrimônio com o turismo, explicaria o seguinte:

Os valores propriamente culturais não se desnaturalizam nem comprometem ao vincular-se com os interesses turísticos e, longe deles, a maior atração que conquistam os monumentos e a influência crescente de admiradores estrangeiros contribui para afirmar a consciência de sua importância e significações nacionais. Um monumento restaurado adequadamente ou um conjunto urbano posto em valor continue, não só uma lição viva de história, mas um legítimo motivo de dignidade nacional. No mais vasto marco das relações internacionais, esses testemunhos do passado estimulam os sentimentos de compreensão, harmonia e comunidade espiritual, ainda que povos que se mantêm rivais em política... a Europa deve ao turismo direta ou indiretamente, a salvaguarda de uma grande parte de seu patrimônio cultural (NORMAS DE QUITO, 1967).

A Unesco, com a ajuda da União Internacional de Organizações Oficiais de Turismo, depois de um exaustivo estudo chegou à aprovação de critérios que justificam a utilização do patrimônio em função do turismo, e, ainda, instituiu os benefícios econômicos que derivam desta política. Deste fato, dois extremos devem ser destacados: a influência turística determina a reavaliação de um monumento e assegura a rápida recuperação do capital investido para este fim; o desaparecimento da atividade turística, que se origina como consequência da apresentação adequada de um monumento, determinaria sua extinção.

Partindo do conceito de “recurso”, a Organização Mundial do Turismo (OMT, 1998) define patrimônio turístico como conjunto de ativos tangíveis e intangíveis que são a matéria-prima que torna possível o desenvolvimento do turismo. A OMT destaca que há diferença entre produto, oferta e recurso – este último não seria válido por si mesmo, mas pela capacidade de transmissão para satisfazer as necessidades da demanda. Logo, o patrimônio turístico é o conjunto de bens materiais e imateriais que constitui a matéria prima para o desenvolvimento do turismo (SCHLÜTER, 2006, p. 32-33).

Prats (1997, p. 43) destaca que, no turismo, os recursos patrimoniais são percebidos pelos empreendedores da atividade como recursos gratuitos, que conferem ao destino distinção e respeitabilidade, e não estão sujeitos à sazonalidade como outros recursos turísticos. O autor ainda classifica o patrimônio como recurso turístico levando em consideração as seguintes observações:

- Produto turístico com capacidade de com a oferta hoteleira um motivo de compra independente;
- Produto turístico integrado que se combina com outros atrativos;
- Produto turístico com valor acrescentado nos destinos que não têm o patrimônio como motivo principal.

A gastronomia tem destaque relevante para o turismo, sobretudo para o segmento cultural, em que se percebe a necessidade emergencial de aprofundar conhecimento sobre o patrimônio gastronômico regional “considerado como um dos pilares indispensáveis sobre os que deveria fundar-se em grande parte o desenvolvimento do turismo cultural” (ALVAREZ, 2002, p. 17).

Indiscutivelmente, as cozinhas patrimoniais podem se configurar como recurso importante para atividade turística, podendo ser bastante exploradas nos segmentos do turismo, cultura, agroturismo, gastronômico, enogastronômico, rural, dentre outros. Em qualquer um destes segmentos, as cozinhas patrimoniais tornam-se atrativo turístico. E, assim, utilizando a cultura como diferencial, que se reinterpreta e se reinventa, tem-se nelas a função de obter clientela parcial ou efetiva (TALAVERA, 2003).

As comidas típicas permitem a aproximação dos turistas com a cultura alimentar do lugar visitado. Produções alimentares patrimonializadas têm maior êxito como atrativo, pois tratam de produtos locais que exalam a identidade e cultura do lugar - como diria La Cecla e DiNatale (1995, p. 85), a cozinha patrimonializada é um dos hábitos mais acessíveis de uma cultura.

Para Ascanio (2000), a gastronomia enquanto patrimônio local vem sendo incorporada aos novos produtos turísticos, principalmente em segmentos e nichos de mercado, que permitem incorporar os atores do lugar na elaboração de produtos para auxiliar o desenvolvimento sustentável da atividade. Além disso, como explica Bernier (2003), é possível distinguir o tipo de turista entre o que come porque viaja, e o que viaja para comer. O primeiro não manifesta interesse especial pela gastronomia local, mas deseja que a mesma se adapte às suas necessidades e preferências no destino visitado. Neste caso, uma atenção adequada destinada a turistas que se sentem satisfeitos com a viagem e estadia é um fator importante. Assim, é possível afirmar que um turista mal comido é um turista insatisfeito.

Algumas vezes, a falta de interesse em experimentar preparações gastronômicas locais deve-se ao medo de sofrer qualquer desequilíbrio que estrague a viagem (COHEN & AVIELI, 2004). Outro problema relevante ao estranhamento causado na apresentação de alimentos durante a atividade turística é a falta de informação sobre as produções e os hábitos gastronômicos do lugar visitado, que leva o turista a se resguardar e, até a gerar má interpretação e julgamentos errôneos sobre pratos exóticos, o que acaba impedindo o consumo de alimentos.

Eco (1983), em *O nome da Rosa*, destaca o conflito presenciado pelo personagem Adso, a partir de diferenças culturais em relação à colheita de trufas:

Vi Severino que reunia os porqueiros e alguns de seus animais, com alegria. Disse-me que iam pelas faldas do monte, e no vale, procurar trufas. Eu ainda não conhecia aquele fruto prelibado da mata que crescia naquela península, e parecia típico das terras beneditinas, quer em Norcia – preto – quer naquelas terras – mais claro e perfumado. Severino explicou-me o que era, e o quanto a trufa era gostosa, preparada nos modos mais variados. E disse-me que era difícil de achar, porque se escondia debaixo da terra, mais escondida que um fungo, e os únicos mais capazes de escavá-lo seguindo o olfato eram os porcos. Exceto que, quando achavam, queriam devorá-la, e era preciso afastá-los e intervir para desenterrá-lo. Soube mais adiante que muitos cavalheiros não desdenhavam dedicar-se àquela caça, seguindo os porcos como se fossem sabujos nobilíssimos, e seguidos por sua vez pelos seus servos com as enxadas. Recordo aliás que anos mais tarde um senhor da minha terra, sabendo que eu conhecia a Itália, me perguntou se nunca tinha visto lá embaixo os senhores irem pastorear os porcos, e eu ri compreendendo que, ao contrário, estavam procurando trufas. Mas quando eu lhe disse que queriam encontrar “tru-fa” embaixo da terra para depois comê-la, ele entendeu que eu estava dizendo que procuravam “der Teufel”, ou seja, o diabo, e persignou-se devotamente fitando-me assustado. Depois o equívoco se desfez e ambos rimos. Tal é a magia dos falares humanos, que por humano acordo significam frequentemente, com sons iguais, coisas diferentes. (ECO, 1983, p. 331).

A citação destaca que, pelo não conhecimento da cultura do outro, o espectador é induzido a julgamentos errôneos: inicialmente, a acreditar que os porcos eram os animais de caça nobres italianos e, na sequência, a mal traduzir o termo “tru-fa”, dando ao nome um significado mefistofélico – fato perigoso, considerando que isto teria ocorrido na Idade Média, quando errar em interpretações poderia levar alguém a ser queimado em uma fogueira. Partindo desse episódio, ressalta-se a importância e o cuidado com as traduções e informações passadas aos interlocutores, principalmente quando estes desconhecem hábitos locais. Erros semelhantes podem ser encontrados em guias turísticos, em que a falta de conhecimento e traduções erradas fazem com que tragam informações equivocadas, que não condizem com o que, de fato, se queria apresentar.

No entanto, este exotismo que pode afastar alguns turistas, é o mesmo que tem potencial de atração para outros. A importância da cultura e dos regionalismos tornam-se os elementos catalizadores neste poder de atrair visitantes que têm a gastronomia, as cozinhas e o *terroir*.

O uso do *terroir* e dos bens especiais agroalimentares (BEAs) é amplamente difundido na área da gastronomia, onde os renomados chefs de cozinha se utilizam de produtos com indicações geográficas (IGs) para oferecer aos comensais pratos que refletem a identidade de um povo e a explosão de criatividade no preparo dos pratos. Na gastronomia os produtos com IG e/ou os BEAs são considerados como luxo gastronômico. (COELHO-COSTA, 2014, p. 38).

Entretanto, o *terroir* brasileiro precisa ser conhecido e, junto com as cozinhas regionais brasileiras, ter maior visibilidade e ser melhor explorado no turismo. Para tanto, devem existir segmentos como o turismo cultural, gastronômico, enoturismo, rural e agroturismo, em que rotas e produtos turísticos direcionados e com foco na gastronomia configuram-se como vitrines para apresentar aos visitantes o que as cozinhas locais têm de melhor. A realização de festivais e eventos gastronômicos é outra maneira do turismo aproveitar a cultura gastronômica e suas produções para atrair turistas, sobretudo para enfrentar a sazonalidade.

Considerações finais

As cozinhas patrimoniais representam as artesanias alimentares das sociedades. Logo, é imprescindível a patrimonialização das cozinhas e os registros de saberes e fazeres, principalmente quando se constata que os mesmos correm o risco de desaparecer, sendo necessário que sejam reconhecidos, resgatados e repassados para as pessoas, sejam elas turistas ou não.

Na medida em que uma cozinha se configura enquanto elemento cultural reconhecido como patrimônio seu uso transcende a nutrição e passa a ter funções políticas, socioeconômicas e culturais que representam interesses e destacam a identidade e o território a qual a cozinha pertence.

Apesar de o Brasil dispor de grande diversidade na alimentação e de cozinhas diferenciadas em cada região, ainda não se tem cozinhas patrimonializadas. No máximo o que se encontram são alguns saberes e fazeres, ligados à gastronomia, tombados pelo *Iphan*. São eles: o Ofício das Panelas de Goiabeiras; o Ofício das Baianas do Acarajé; o Modo Artesanal de Fazer Queijo de Minas nas Regiões do Serro, da Serra da Canastra e do Salitre em Minas Gerais; e a Produção Tradicional e Práticas Socioculturais Associadas à Cajuína no Piauí.

Cada cozinha tem sua singularidade. Logo, se constata a existência de cozinhas diferentes que se reproduzem e se reinterpretam ao longo do tempo. No entanto, a cozinha enquanto patrimônio deve explorar todas as sensorialidades no ato de comer para despertar imagens que permitam a ligação afetiva do comensal com as produções alimentares, valores e simbologias.

Conclui-se, portanto, que as cozinhas podem sim ser patrimonializadas, sobretudo quando se consideram as culinárias como materialização da cultura alimentar de uma sociedade, e que elas manifestam transmissão, valorização e consumo de saberes e fazeres de grupos e identidades distintas.

O uso das cozinhas patrimoniais na atividade turística, além de agregar valor ao destino turístico, oportuniza desenvolvimento de rotas, produtos e atrativos turísticos que se tornam melhor explorados a partir da segmentação do mercado turístico, especialmente com atividades ligadas ao turismo cultural, gastronômico, enogastronômico, rural e agroturismo. Partindo de representações e aspectos simbólicos, as cozinhas patrimoniais proporcionam interação entre turistas, residentes e a cultura gastronômica de um lugar.

A ação de patrimonializar cozinhas e tê-las em uso na atividade turística implica diretamente em compreender a necessidade emergente de resgatá-las, valorizá-las e reafirmá-las como parte da identidade de uma sociedade. O desenvolvimento local e o desenvolvimento à escala humana são duas vertentes que podem ocorrer em destinos turísticos que resolvem trabalhar cozinhas patrimoniais como atrativo/produto turístico. O desenvolvimento local, que oportuniza o crescimento do lugar, o desenvolvimento econômico e a conservação ambiental, pressupõe capital e lucro e gera modificações conscientes da realidade do lugar, inclusive na realidade gastronômica, com articulações políticas integradas por atores do poder público, iniciativa privada e residentes, envolvendo diretamente setores ligados à gastronomia em prol do desenvolvimento do lugar. Enquanto o desenvolvimento à escala humana, que se sustenta em atender as necessidades básicas das pessoas respeitando valores, culturas, costumes e diferenças; oportunizaria a valorização de saberes e fazeres de uma sociedade, que transformaria os mesmos em produtos turísticos, gastronômicos ou não, com carga identitária que estimula a percepção de residentes quanto à sua importância para a construção do lugar e de tudo que nele é produzido. Neste último caso, saberes e fazeres preservados são fundamentais para a sobrevivência de receitas e modos de preparar alimentos e bebidas típicos – além do reconhecimento das pessoas com seus conhecimentos para estes fins.

Sugere-se que a exploração das cozinhas patrimoniais pelo turismo tenha destaque nos planejamentos de destinos turísticos, pelo fato de estarem impregnadas de cultura e identidade do lugar, além de nutrirem os visitantes de comida, imaginário e simbologia.

Criar roteiros especializados, eventos gastronômicos e incentivar o turismo em mercados e feiras, é uma forma de dar visibilidade ao patrimônio alimentar e fazer com que o turista tenha contato direto com o patrimônio gastronômico. No entanto, ressalta-se que mercados e feiras locais, em muitos destinos, apesar de disponibilizarem contato com produtos locais e culinária típica, não estão estruturados para a visitação turística e, assim, precisar-se-ia repensar os usos destes espaços e adequá-los para esta finalidade. Poderão governos e gestores locais e regionais de turismo e do setor gastronômico, juntamente com as instituições de ensino superior e investigação, assumir estes desafios? Acredita-se que sim, desde que haja integração e pensamento focado na melhoria da atividade.

Referências

- ÁLVAREZ, Marcelo. El patrimonio ya no es lo que era: los recursos alimentarios entre la diferencia cultural y la desigualdad social. In: ALVAREZ, M.; MEDINA, F.X. *Identidades en el platô*. Barcelona: Icaria, 2008. p. 25-44.
- _____. La cocina como patrimonio (in) tangible. In: COMISIÓN PARA LA PRESERVACIÓN DEL PATRIMONIO HISTÓRICO CULTURAL DE LA CIUDAD DE BUENOS AIRES. *La cocina como patrimonio (in) tangible*. Buenos Aires: Imprenta del Gobierno de la Ciudad de Buenos Aires, 2002. p. 11-25. (Temas de Patrimonio Cultural 8).
- ANTONINI, Bianca Oliveira. *A gastronomia típica da ilha de Santa Catarina: um elemento de importância para o turismo cultural*. 2003. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Itajaí. 2003.
- APPADURAI, Arjun. Gastro-politics in Hindu South Asia. *American Ethnologist*, Malden, v. 8, n. 3, p. 494-511, 1981.
- ARANTES, Antonio Augusto. *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ASCANIO, Alfredo. Turismo: Vieja y nueva gastronomía. Una estrategia para desarrollar rutas novedosas. *Ruta - Revista Universitaria de Trabells Acadèmics*. Madrid: Ediciones Marañon, p. 105-113, 2000.
- BARCELÓ, Q. R. Turismo y patrimonio alimentario: un análisis de conceptos. In: ARIAS, David Lagunas (Coord.). *Antropología y turismo*. Claves culturales y disciplinares. México: Universidad Autónoma del Estado de Hidalgo-Plaza y Valdés Editores, 2007. p. 209-226.
- BARROS, Cristina. Prólogo, en Anónimo. *El cocinero mexicano*. Tomo i. Conaculta: México, 2000.
- _____. *Los libros de la cocina mexicana*. Conaculta: México, 2008.
- BERNIER, Enrique José Torres. El turismo residenciado y sus efectos en los destinos turísticos. *Estudios Turísticos*, n. 155, p. 45-70, 2003.
- BESSIÈRE, Jacinthe; TIBÈRE, Laurence. *Innovation et patrimonialisation alimentaire: quels rapports à la tradition?* 2010. Disponível em: <http://www.lemangeur-ocha.com/fileadmin/images/sciences_humaines/Texte_exclusif_BESSIERE_et_TIBERE_innovation_et_patrimonialisation.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2015.
- BOURDIEU, P. *La distinción*. Criterios y bases sociales del gusto. Madrid: Taurus, 1988.
- BURBRIDGE, Horacio. *El turismo cultural*. Política Turística Argentina. Buenos Aires: Ladevi Ediciones, 1999.
- CARVALHO, Edwin. Ortiz propõe debate sobre representações da cultura brasileira e da identidade nacional. *Revista Internacional de Folkcomunicação*, Ponta Grossa, v. 11, n. 24, p. 122-133, 2014. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br/index.php/folkcom/article/view/1652/1168>>. Acesso em: 07 set. 2015.
- COELHO-COSTA, Ewerton Reubens. As Indicações Geográficas (IGs) como elementos fortalecedores para a atividade turística. *Turismo: Estudos & Práticas*, Mossoró, vol. 3, n. 1, p. 25-50, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://periodicos.uern.br/index.php/turismo/article/viewFile/1073/588>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- COHEN, Erik; AVIELI, Nir. Food in tourism: Attraction and impediment. *Annals of Tourism Research*, Wisconsin, EUA, v. 31, n. 4, p. 755-778, 2004. Disponível em: <<http://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0160738304000623>>. Acesso em: 28 nov. 2015.
- CORNER, Dolores Martin Rodriguez. La gastronomía española como patrimonio cultural. In: GÂNDARA, Jose Manoel G.; SCHLÜTER, Regina G. (Orgs.). *Gastronomía y Turismo*. Argentina: CIET, 2003.
- DAMATTA, Roberto. La cultura de la mesa en Brasil. *El Correo Unesco*, p. 22-23 maio 1987. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000731/073178so.pdf>>. Acesso em: 28 nov. 2015.
- GIORGI, Victor de Vargas. Adentrando o “espaço social alimentar”: sociologias da alimentação, por Jean-Pierre Poulain. *Demetra: Alimentação, Nutrição & Saúde*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, p. 729-738, 2015. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/ojs/index.php/demetra/article/view/15858/13762#.VhW4cPIViko>>. Acesso em: 07 set. 2015.

- ECO, Umberto. *O nome da Rosa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1983.
- ESPEITX, Elena. Patrimonio alimentario y turismo: una relación singular. *Pasos: revista de turismo y patrimonio cultural*, Universidade de La Laguna, Espanha, v. 2, n. 2, p. 193-213, 2004. Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/2204/PS040204.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- FARB, Peter; ARMELAGOS, George J.; DESMOND, William. *Anthropologie des coutumes alimentaires*. Denoël: Paris, 1985.
- FISCHLER, Claude. Presentation. *Communications*, Seuil, Paris, n. 31, p. 1-3, 1979.
- FREYRE, Gilberto. *Manifesto Regionalista*. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais, 1967.
- JAMES, Allison. Cuisiner les livres. Identités globales ou locales dans les cultures alimentaires? *Anthropologie et sociétés*, Département d'Anthropologie de l'Université Laval, Québec, Canada, v. 18, n. 3, p. 39-56, 1994.
- LA CECLA, Franco; DI NATALE, I. Faux contact. In: BESSIS, Sophie. *Mille et une bouches*. Cuisines et identités culturelles. Paris: Autrement, 1995. p. 82-88. (Coll. Mutations/Mangeurs).
- LIMA, Cláudia. *Para uma Antropologia da Alimentação Brasileira*. 2005, p. 1-6. Disponível em: <http://www.claudialima.com.br/pdf/ANTROPOLOGIA_DA_ALIMENTACAO_BRASILEIRA.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2015.
- LODY, Raul Giovanni da Motta. *Brasil bom de boca: temas da antropologia da alimentação*. São Paulo: Senac, 2008.
- MANTECÓN, Angel. R. Presentación. *Revista Alteridades*, México, ano 8, n. 16, p. 3-9, jul./dez. 1998.
- MONTANARI, Massimo. *Comida como cultura*. São Paulo: Senac, 2008.
- NORA, Pierre. *Les Lieux de Mémoire*. I La République. Paris: Gallimard, 1984.
- NORMAS DE QUITO. *Informe Final de la reunión sobre Conservación y Utilización de Monumentos y Lugares de Interés Histórico y Artístico*. 1967. Disponível em: <<http://www.sedpgym.es/descargas/doc-patrimonio/1967-normas-de-quito.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.
- NARAYAN, Uma. Eating cultures: incorporation, identity and Indian food. *Social Identities*, Berkeley, v. 1, n. 1, p. 63-86, abr. 1995.
- ORGANIZACIÓN MUNDIAL DEL TURISMO. *Introducción al turismo*. Madrid: OMT, 1998.
- PÉREZ SAN VICENTE, G. Reflexiones y una teoría sobre la gastronomía mexicana, en Patrimonio cultural y turismo. *Cuadernos del Congreso sobre Patrimonio Gastronómico y Turismo Cultural en América Latina y el Caribe*. Memorias. Tomo I. México: Conaculta, 2002.
- PILCHER, Jeffrey. *¡Vivan los tamales! La comida y la construcción de la identidad mexicana*. México: Ediciones de la Reina Roja; Conaculta, 2001.
- PRATS, L. *Antropología y patrimonio*. Barcelona: Ariel, 1997.
- QUINTERO MORÓN, Victoria. *El patrimonio intangible como instrumento para la diversidad cultural: ¿una alternativa posible?* Sevilla: Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico, Consejería de Cultura da Espanha, v. 17, p. 69-83, 2005.
- SCHLÜTER, Regina G. *Turismo y patrimonio gastronómico: una perspectiva*. Buenos Aires: Centro de Investigaciones y Estudios Turísticos, 2006.
- TALAVERA, Agustín Santana. Mirando culturas: la antropología del turismo. In: _____. *Sociología del turismo*. La Rioja, Espanha: Ariel, 2003. p. 103-126.
- TURMO, Isabel González. Alimentación y patrimonio: Ayer y hoy. In: CONGRESO DE ANTROPOLOGÍA, 8, 1999, Santiago de Compostela. *Anais...* Santiago de Compostela: FAAEE, 1999. p. 141-150.
- UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura). *Convenção para a salvaguarda do património cultural imaterial*. Paris, 17 out. 2003. Disponível em: <<http://www.unesco.org/culture/ich/doc/src/00009-PT-Portugal-PDF.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.

Preservação do patrimônio histórico das antigas vinícolas da região sul de Santa Catarina

Preserving the heritage of old wineries of the southern region of Santa Catarina

*Fernando Barth*¹

fernando.barth@ufsc.br

*Tatiana Amaral*²

tat.arq@brturbo.com.br

Resumo

Este artigo busca avaliar a evolução e o estado de conservação de duas antigas vinícolas da região de Urussanga (SC), em função da relevância histórica, arquitetônica e turística que representam para essa região. Primeiramente, será realizado um breve histórico dessas vinícolas e a fundamentação do patrimônio industrial e arquitetônico. Posteriormente, é realizada a análise das características arquitetônicas e construtivas e do estado atual de conservação das edificações. A sistematização dos resultados pode contribuir para incrementar o conhecimento sobre essas antigas vinícolas, ressaltar a necessidade de melhorias e intervenções nessas edificações e, por fim, promover a valorização do patrimônio arquitetônico e cultural. Essas vinícolas representam uma parte significativa da história da imigração italiana, de modo a manter o elo com aqueles que plantaram suas raízes e sua cultura na região. Roteiros turísticos qualificados, que incluam as vinícolas e suas paisagens, podem reforçar a identidade cultural, atraindo pessoas e recursos para garantir a preservação do patrimônio histórico das antigas vinícolas do sul de Santa Catarina.

Palavras-chave: Vinícola; Patrimônio; Arquitetura; Cultura; Preservação.

Abstract

This work aims to assess the evolution and the conservation status of two ancient wineries in Urussanga (SC) region, due to its historical, architectural and touristic significance. First, there will be a brief historic of these wineries and the bases of industrial and architectural heritage. Later, it is performed the analysis of the architectural and construction characteristics and the current condition of the buildings. The systematization of the results may contribute to increase knowledge about these ancient wineries, emphasizing the need for improvement and interventions in these buildings and, finally, promote the appreciation of the architectural and cultural heritage. These wineries represent a relevant part of the history of Italian immigration in order to maintain the link with those who planted their roots and their culture in the region. Qualified tourist itineraries that include the wineries and their landscapes, can strengthen cultural identity, attracting people and resources to ensure the preservation of historical heritage of southern Santa Catarina's wineries.

Keywords: Winery; Heritage; Architecture; Culture; Preservation.

¹ Professor titular do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

² Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela UFSC.

A preservação do patrimônio histórico, arquitetônico e cultural

A preservação de edifícios históricos e culturais passa por um processo de conscientização nos diversos segmentos da sociedade, tendo como resultado intervenções do Estado e de organizações não governamentais que procuram responder a essas preocupações, buscando, deste modo, reforçar a identidade sociocultural das comunidades. Contudo, as edificações e as áreas industriais nem sempre são reconhecidas como algo a ser valorizado e preservado. A perda dos interesses comerciais, a falta de critérios específicos para sua conservação e a especulação imobiliária fazem com que esses imóveis estejam suscetíveis à ociosidade, degradação e demolição. As atividades industriais geraram, ao longo do tempo, elementos que hoje fazem parte do nosso patrimônio cultural. Esses elementos são representados pelos edifícios industriais, infraestruturas e equipamentos, além de máquinas e utensílios que passaram a fazer parte da memória e da identidade das sociedades. O estudo e a recuperação desses testemunhos são fundamentais na compreensão e documentação de um período essencial na história das nossas cidades. Segundo Fontana (2005), os vestígios da industrialização constituem objetos de pesquisa da arqueologia industrial que, como método de estudo, identifica, analisa e cataloga bens e processos industriais, a fim de aprofundar o conhecimento, incentivar a salvaguarda e o restauro, podendo, ainda, adequar edifícios históricos industriais a novos usos. Observa-se que o patrimônio industrial pode ser material ou imaterial, não se limitando ao edificado ou maquinários, podendo também abranger o conhecimento das técnicas, do saber fazer e das relações históricas e sociais que se desenvolvem em torno do patrimônio.

A imigração italiana na região sul de Santa Catarina

A história vinícola do Brasil começa com a sua colonização, quando Martin Afonso de Souza planta as primeiras mudas de uvas na Capitania de São Vicente, no século XVI. Na região sul do Brasil, a viticultura foi introduzida pelos jesuítas no século XVII, durante o processo de implantação das Missões Jesuíticas. No entanto, o grande desenvolvimento do setor vinícola acontece no final do século XIX, com a chegada dos imigrantes italianos no país. Segundo Souza (2011), em 1875 teve início um grande fluxo imigratório com assentamentos desde o Espírito Santo até o Rio Grande do Sul, com o intuito de substituir a mão de obra escrava nos cafezais, suprir trabalho nas minas de carvão, além de colonizar terras nos estados do sul. Os imigrantes italianos que chegaram ao estado de Santa Catarina provinham, em sua grande maioria, do norte da Itália. Entretanto, os primeiros imigrantes italianos que chegaram ao estado em 1836 eram oriundos da Sardenha, fundando a colônia de Nova Itália, atual São João Batista (SC). Esses imigrantes pioneiros chegaram em número reduzido e pouco influenciaram na demografia do estado. A partir de 1875, o estado recebeu um número maior de imigrantes italianos, dando origem às colônias de Rio dos Cedros, Rodeio, Ascurra e Apiúna, próximas à colônia alemã de Blumenau. Nesse mesmo período, imigrantes provenientes da Lombardia e do Trentino fundaram Nova Trento e Porto Franco, atual Botuverá (SC). Nos anos seguintes, a região do sul de Santa Catarina passou a ser o principal foco de colonização italiana, dando origem às colônias de Azambuja, Urussanga e Criciúma. Esses imigrantes provinham principalmente do Vêneto e, em menor número, da Lombardia e de Friuli-Veneza Júlia, dedicando-se principalmente à mineração do carvão e ao desenvolvimento da agricultura, com destaque para o cultivo de uvas e a produção artesanal de vinhos. Com o tempo, esses imigrantes fundaram várias vinícolas, elevando a qualidade do vinho e impulsionando a economia local. As primeiras adegas da região foram instaladas no final do século XIX, funcionando na parte inferior das residências, que em quase sua totalidade eram construídas em pedra e semienterradas.

O desenvolvimento das vinícolas no sul de Santa Catarina, iniciado com as mudas trazidas da Itália, deu origem aos primeiros parreirais e à produção artesanal de vinho no final do século XIX. A atividade vitivinícola nessa região continua ainda hoje, sendo que a cidade de Urussanga e a localidade de Azambuja, na cidade de Pedras Grandes, são territórios de destaque no cultivo de vinhas, em especial da uva Goethe. Mastrelli (2011) relata que as primeiras videiras plantadas nas localidades de Rio Carvão e Rancho dos Bugres eram utilizadas para produzir o vinho e o vinagre de uva para consumo doméstico. A adaptação das videiras europeias não foi uma atividade fácil, uma vez que as condições climáticas da região eram diversas do país

de origem das mudas. Contudo, novos tipos de uvas foram implantados na região, sobretudo americanas ou híbridas, que apresentavam maior produtividade.

No início do século XX, chegou à Urussanga o advogado e representante do Consulado Italiano, Giuseppe Caruso Mac Donald, que trouxe para Urussanga as primeiras mudas da uva Goethe. Rebollar e Velloso (2007) relatam que essa uva, desenvolvida no século XIX nos Estados Unidos por Robert Staniford Rogers, é um híbrido de variedades que apresenta alta resistência fitossanitária. Esse tipo de uva, considerada seminobre, era composta por 87,5% de cepas europeias da família dos moscatéis e 12,5% de cepas americanas. A uva Goethe teve uma ótima adaptação aos solos da região e às condições climáticas locais. Esse tipo de muda foi distribuído aos imigrantes e, por sua boa aceitação, foi amplamente cultivado em toda a região, inclusive em áreas centrais de Urussanga. Aos poucos, essa atividade foi se tornando comercial, deixando as pequenas cantinas para a produção em larga escala. Segundo Maestrelli (2011), a uva Goethe passou por um processo de mutação natural, produzindo vinho com uma sutil diferença, porém muito apreciada na região. A mutação da uva Goethe ocorreu somente em Urussanga, vindo a se chamar *Goethe Primo*, cultivada até os dias atuais. O descobrimento das jazidas de carvão e a construção da estrada de ferro na região facilitou o transporte da bebida para outros locais, extrapolando os limites do estado catarinense. Segundo Costa (2000), os vinhos eram comercializados nos estados do Paraná, Rio de Janeiro, São Paulo e em alguns estados da região norte e nordeste do Brasil, e apenas nos primeiros dez anos de funcionamento da ferrovia, saíram cerca de 85 mil litros de vinho de Urussanga.

No auge da comercialização, alguns vinhos da região foram colocados à venda em pontos importantes como o Copacabana Palace, o Jockey Club Brasileiro e as reuniões políticas no Palácio do Catete, na época em que o Rio de Janeiro era a capital do país. Nos anos 1950, o município de Urussanga era intitulado "Terra do Bom Vinho e da Cultura Italiana" e, em 2004, ganhou o título de "Capital Catarinense do Bom Vinho" pela Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina. A região ficou conhecida pela produção de vinhos e pelos títulos e prêmios nacionais e internacionais conquistados ao longo dos anos. Devido a isso, o governo de Getúlio Vargas, por intermédio do Ministério da Agricultura, decidiu apoiar a vitivinicultura na região. Assim, no ano de 1942 foi implantada a Subestação de Enologia na cidade de Urussanga, que visava à realização de pesquisas com variedades de uvas e à busca de maior qualidade.

O Vale da Uva Goethe e os vinhos com indicação de procedência

Na atualidade, a Estação Experimental da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (Epagri) continua a apoiar as pesquisas de vitivinicultura em Urussanga, pois o setor vinícola da região passou por uma crise a partir dos anos 1940, que coincidiu com a exploração das minas de carvão. Com o tempo, muitos agricultores deixaram as atividades agrícolas e passaram a trabalhar nas minas, buscando aumentar o rendimento mensal e garantir a aposentadoria. Apesar da mudança do perfil da população do município, a produção do vinho com a uva Goethe se mantém até os dias atuais. Em 2005, produtores de vinho dessa uva formaram uma associação denominada ProGoethe, com o apoio do Sebrae, do governo do estado, da Universidade Federal de Santa Catarina e da Epagri. O principal objetivo dessa associação foi a busca pelo reconhecimento da qualidade e da tipicidade dos vinhos produzidos pela uva Goethe na região de Urussanga por meio da Indicação Geográfica. Em Santa Catarina, a primeira Indicação Geográfica foi atribuída aos Vales da Uva Goethe pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial, do Ministério do Desenvolvimento,

Indústria e Comércio Exterior. Em 2011, foi deferida a Indicação de Procedência dos vinhos tranquilos, espumantes e frisantes dos vales da Uva Goethe. A primeira indicação geográfica do estado abrange os municípios de imigração italiana de Pedras Grandes e de Urussanga, mostrados na Figura 1.

Figura 1 – Região produtora da Uva e do Vinho Goethe.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Imagem 1 – Vale de Urussanga.



Fonte: Ronald Sharp (2012).

A uva Goethe é muito sensível a chuvas na época de colheita, sendo difícil de vinificar nestas condições. Entretanto, segundo Vieira et al. (2014), se adaptou bem às condições locais, produzindo um vinho branco típico, decorrentes das condições do clima e do solo. O produto dessa uva adquiriu, com o tempo, identidade própria, deixando como legado não só o produto final vinho, mas também a paisagem cultural vitícola, que pode ser observada na Imagem 1. A qualidade e a tipicidade dos vinhos, os parreirais e a arquitetura ítalo-brasileira das vinícolas localizadas nos Vales da Uva Goethe (Figura 1) geraram na região uma forte identidade cultural.

As primeiras vinícolas, fundadas na região estão localizadas no centro histórico de Urussanga, sinalizadas em vermelho na Imagem 2. Algumas delas continuam a fazer parte do conjunto arquitetônico ítalo-brasileiro, sendo que outras já foram parcial ou totalmente demolidas. Encontra-se também na zona rural da região algumas

Imagem 2 – Localização das vinícolas na área urbana do Município de Urussanga.



Fonte: Amaral (2014, p. 41).

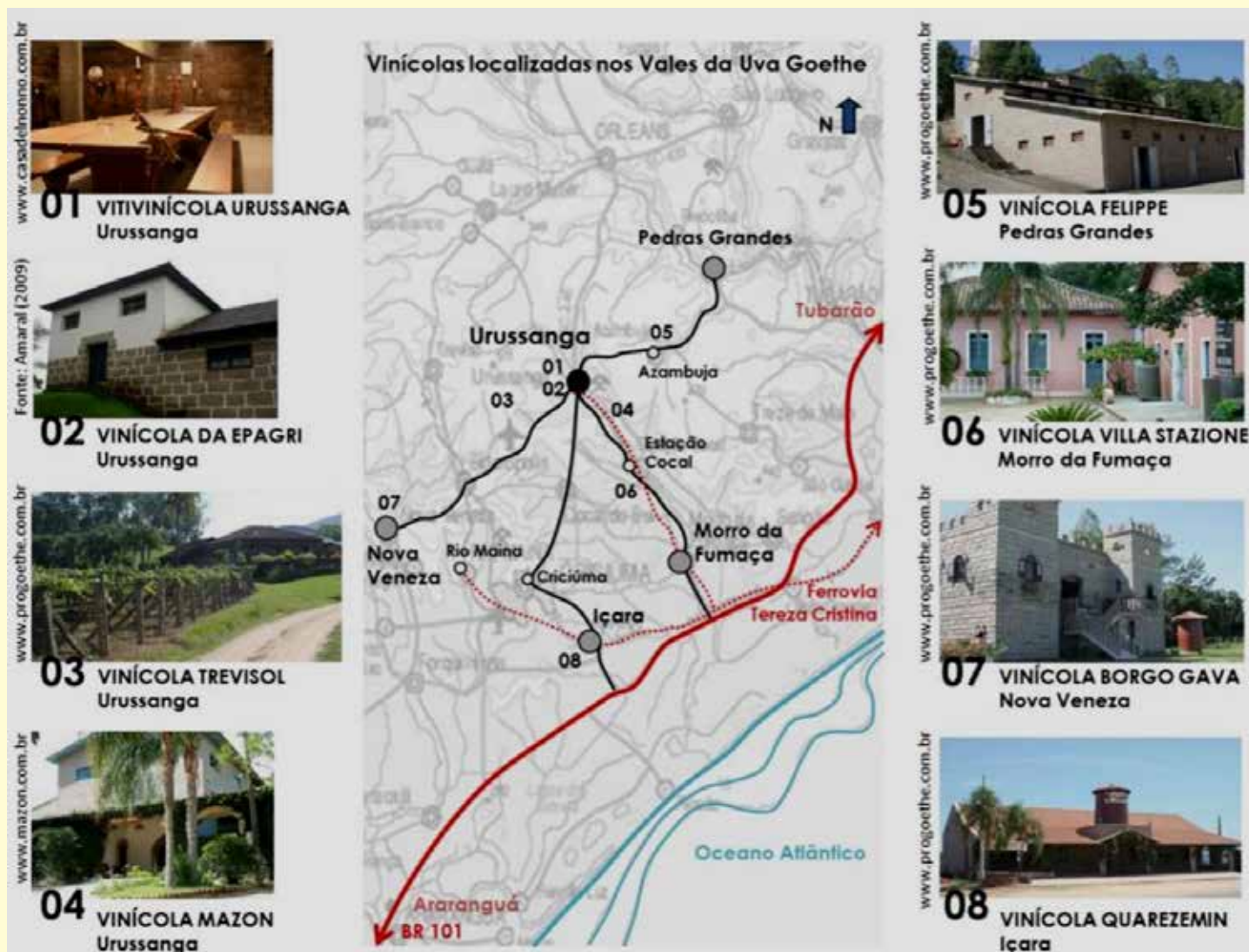
vinícolas antigas, assim como muitos produtores de vinhos artesanais. A Vinícola Caruso Mac Donald foi a primeira fábrica a produzir vinhos na região, localizada na cidade de Urussanga.

Surgiram depois outras indústrias vinícolas na cidade que produziam vinhos de várias cepas, entre elas a Goethe, das quais vale destacar a Vinícola Cadorin; Vinhos De Bona, da família Vincenzo de Bona; a Vinícola Bez Batti, que produzia o vinho Santé, pela família de Vincenzo de Bona e, posteriormente, pela família de Vittorio Bez Batti; a Vinícola

Lacrima Christi, da família Pietro Damian; a Vinícola Barzan, da família Ignazio Barzan; e a Vinícola Ferraro & Batista, da família Sílvio Ferraro. Na localidade vizinha de Azambuja, em Pedras Grandes (SC), localiza-se a Vinícola Silvestre & Fornasa, da família Abramo Silvestre.

Na Figura 2, podem-se observar as atuais vinícolas produtoras de vinho com as uvas dos Vales da Uva Goethe. Dentre as vinícolas históricas da região, destacam-se duas edificações construídas na primeira metade do século XX, localizadas no centro histórico de Urussanga: Vinícola Caruso Mac Donald e Vinícola Cadorin. Neste trabalho, serão descritas brevemente as características arquitetônicas, assim como os materiais e as técnicas construtivas, de modo a avaliar o estado de conservação atual das vinícolas e as condições do seu entorno.

Figura 2 – Vinícolas produtoras do Vale da Uva Goethe.



Fonte: Amaral (2014, p. 43).

Essas vinícolas representam parte da história da industrialização no município que, com as minas de carvão e a Ferrovia Tereza Cristina, mantiveram por longo tempo as atividades econômicas da região. Na época da colonização, era comum o plantio de uvas e a produção artesanal de vinho junto às residências urbanas. No início do século XX, a produção de vinho deixa de ser artesanal, tomando contornos mais profissionais. Mais precisamente em 1913, inicia-se a produção vitivinícola em escala industrial pela Vinícola Caruso Mac Donald, precursora de uma série de vinícolas que viriam a surgir na área central de Urussanga.

Geralmente as vinícolas eram construídas anexas ou próximas das residências dos produtores, em área urbana, onde as bebidas poderiam ser comercializadas junto aos armazéns e comércios locais. Acredita-se que o crescimento dessas indústrias aconteceu pelas vantagens da implantação em área urbana e pela facilidade de escoamento da bebida para outros locais do país, tendo em vista que a estação da Estrada de Ferro Tereza Cristina era localizada na área central, muito próxima às vinícolas. Inicialmente, as vinícolas

cultivavam seus próprios vinhedos e também adquiriam a sua matéria prima dos produtores rurais e do entorno da área central. Deste modo, a paisagem local era caracterizada por grandes vinhedos, inclusive na área urbana central, sinalizados na Imagem 2.

Simultaneamente ao fortalecimento da indústria vitivinícola, surge a atividade mineradora em Urussanga, dando origem a alguns núcleos de ocupação operária próxima às áreas de mineração, o que alterou sensivelmente a configuração rural dessas localidades. De acordo com Belolli et al (2002), à medida que essa atividade ia se desenvolvendo, surgiam novos setores empresariais que impulsionaram o crescimento demográfico de Urussanga e de toda a região sul catarinense. O desenvolvimento econômico gerado pela atividade mineradora na região teve um efeito paradoxal sobre a indústria do vinho. Essa atividade possivelmente incentivou ainda mais a produção da bebida na localidade e consolidou o processo industrializado de sua fabricação. Por outro lado, competia pela mão de obra do agricultor rural, ao oferecer-lhe trabalho nas minas. Acredita-se que as vinícolas, apesar de não terem criado fortes vetores de crescimento urbano, reforçaram o comércio local e foram elementos fundamentais no desenvolvimento econômico da região.

O patrimônio arquitetônico e cultural das vinícolas de Urussanga

O patrimônio histórico pode ser definido como um bem material, natural ou imóvel que possui significado e importância artística, cultural, religiosa, documental ou estética para a sociedade. Neste contexto, o patrimônio arquitetônico das antigas vinícolas de Urussanga se insere no conjunto de bens construídos e produzidos pelas sociedades passadas, que necessitam de pesquisa e preservação cultural. O Art. 216, Capítulo 3, Seção II da Constituição Federal de 1988, constitui e assegura uma proteção específica ao patrimônio cultural, passando a abranger não só os bens de natureza material como também os imateriais, tais como formas de expressão; modos de criar, fazer e viver; criações científicas, artísticas e tecnológicas; obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; além de conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. Segundo Dantas (2006), os bens imateriais, de modo similar aos bens materiais que são protegidos pela política do tombamento, têm seu valor inscrito na dinâmica dos processos culturais e das práticas sociais. Desse modo, o patrimônio dessas vinícolas também constitui um patrimônio imaterial por estar conceituado e ter fortes vínculos com práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas da vitivinicultura. Abrange os instrumentos, objetos, artefatos e lugares associados ao cultivo de uvas, produção de vinhos, aspectos coletivos e comunidades que se reconhecem como parte integrante desse patrimônio cultural que, transmitido de geração em geração, apresenta a capacidade de recriar-se nas comunidades e de interagir com a história e com o ambiente, mostrando-se capaz de gerar sentimentos de identidade local, de preservação e de continuidade da cultura da região.

As gerações que sucederam os primeiros imigrantes italianos da região ampliaram as vinícolas, sendo que algumas delas se mantêm em funcionamento até os dias atuais. Entre elas estão a Vinícola Caruso Mac Donald e a Vinícola Cadorin, esta última tombada pela Fundação Catarinense de Cultura em 2001. A primeira vinícola, fundada por Giuseppe Caruso Mac Donald, trouxe para a cidade, além das primeiras mudas da uva Goethe, o interesse pela produção do vinho de qualidade. Segundo Costa (2000), Giuseppe chegou a Urussanga como regente do consulado italiano e tinha como papel acompanhar e orientar as colônias de imigrantes italianos em Santa Catarina. No final do século XIX, se estabeleceu na cidade e começou o plantio de videiras, distribuindo a outros imigrantes da região diversas mudas de uvas, entre elas a Goethe. Giuseppe possuía uma admirável biblioteca vitivinícola, com livros e revistas que auxiliaram na época a fabricação de vinhos para consumo próprio e que também contribuíram para a sua difusão entre outras famílias de vitivinicultores. Mais tarde, Giuseppe fundou um jornal chamado *La Patria*, que entre outras coisas, dava instruções em italiano sobre como cultivar videiras na região. A empresa Caruso Mac Donald, fundada em 1913, foi a primeira vinícola a atuar em nível industrial no sul do estado de Santa Catarina. No seu auge, a empresa chegou a ter capacidade de estocagem de dois milhões de litros, usados para engarrafamento de vinhos e vermutes, mas a produção de vinhos foi interrompida em 1998. A vinícola passou por algumas transformações ao longo dos anos, em função do aumento e posterior diminuição da produção e das vendas.

Método da pesquisa, resultados e discussões

A abordagem qualitativa e quantitativa da pesquisa abrangeu a seleção de estudos de caso representativos e de valor histórico das antigas vinícolas de Urussanga. A pesquisa bibliográfica buscou documentos em jornais, revistas e periódicos que tratassem das vinícolas no Brasil e, mais especificamente, na região de Urussanga. A pesquisa documental, realizada na Fundação Catarinense de Cultura e na Prefeitura de Urussanga, buscou levantar fotografias antigas, mapas e documentos históricos. Nos acervos das duas vinícolas selecionadas obtiveram-se outros textos, cartas, documentos de empresa e registros dos antigos e novos proprietários. Além disso, durante a pesquisa de campo foram realizadas observações sistematizadas *in loco*, levantamento gráfico e fotográfico das edificações, assim como entrevistas informais com atuais proprietários e antigos trabalhadores das vinícolas. Deste modo, foi possível conhecer grande parte da história dessas edificações, dos seus moradores e dos métodos de trabalho. Também se buscou determinar a cronologia histórico-constructiva dessas edificações, por meio do estudo das características arquitetônicas, dos materiais e das técnicas construtivas empregadas e da análise do estado atual dos edifícios. Utilizaram-se algumas ferramentas de análise propostas pela Arqueologia da Arquitetura, que permitiram identificar as modificações realizadas nas vinícolas, estabelecendo uma cronologia relativa a partir de fatores tecnológicos, formais e funcionais. As etapas de construção e ampliações dessas vinícolas serão objeto de outra publicação, por apresentarem uma grande quantidade de análises, graficações e resultados.

As análises preliminares permitiram identificar as diversas fases evolutivas, apresentadas por Amaral e Barth (2014), correspondentes a ampliações e construções de edifícios anexos às antigas vinícolas. Atualmente, apenas uma parte da vinícola Caruso Mac Donald, a mais antiga da região, está sendo utilizada para a produção de destilados e de vermute. Grande parte das suas salas encontra-se sem cobertura, expondo paredes e equipamentos às intempéries. Nesses ambientes, encontram-se os antigos recipientes em que eram elaborados e conservados os vinhos, atualmente em estado crítico de conservação. O primeiro edifício construído abrigava os ambientes de produção, onde foram instalados os primeiros tonéis utilizados na fabricação do vinho. Com o aumento das vendas, novas salas foram construídas ao longo do tempo para suprir as necessidades da produção, formando um conjunto de edifícios térreos, como pode ser visto nas Imagens 3 e 4.

Imagem 3 – Vista da Vinícola Caruso MacDonald.



Fonte: Amaral (2014, p. 72).

Imagem 4 – Fachada principal da vinícola.



Fonte: Amaral (2014, p. 72).

poucos sendo removidas por questões de segurança. A situação atual das coberturas provocou a desativação de ambientes em que se produziam o vinho, sendo que os antigos tonéis de armazenamento encontram-se atualmente expostos às intempéries.

Outro empreendimento que se destacou na história do município de Urussanga foi a Vinícola Cadorin, fundada em 1919 pelo imigrante Lorenzo Cadorin. Descendente de uma família de ferreiros italianos, ele aliou essa profissão com a de produtor de vinhos, iniciando com uma pequena produção de vinho branco em sua própria residência, na localidade de Rio Salto, zona rural de Urussanga. Em 1914, Lorenzo se mudou para o centro da cidade, na Praça Anita Garibaldi, continuando com o trabalho de ferreiro e com a pequena venda artesanal de vinhos. Alguns anos depois, com o intuito de aumentar a produção, adquiriu um terreno na atual Rua Américo Cadorin e começou a construção da vinícola. Conforme relata Orlando Cadorin, filho de Lorenzo, a edificação foi construída em etapas com a ajuda de seu pai e por pedreiros contratados. Segundo Matiola et al (2010), a primeira safra de vinho produzida no local aconteceu em 1921.

No ano de 1927, quando a residência da família foi construída anexa à fábrica, a capacidade de produção e estocagem já havia aumentado. Segundo relato de Orlando Cadorin em 1930 a capacidade de estocagem era de 38 mil litros, sendo que, em 1934, aumentou para 50 mil litros, passando a fabricar também outras bebidas como vermute, bitter e conhaque. As fachadas principais da vinícola podem ser vistas na imagem 5. Assim como outras vinícolas da região de Urussanga, a Cadorin também comercializava suas bebidas em diversas capitais do país. A vinícola funcionou sob a supervisão de Lorenzo até o ano de 1951. A partir de 1952, a fábrica passou a ser administrada pelos irmãos Américo e Orlando, com a denominação de Vinícola Irmãos Cadorin. Américo deixou a sociedade em 1962, quando novos sócios foram admitidos, Airton Araújo e João Bendo. De 1967 a 1992, ano de encerramento de suas atividades, a Vinícola Cadorin passou por várias administrações. Posteriormente ela funcionou como Museu do Vinho e, conforme descreve

O avançado estado de deterioração das fachadas e das esquadrias do edifício pode ser relacionado à inexistência ou falta de manutenção da cobertura em algumas de suas partes. A ausência de manutenção propiciou infiltrações e goteiras originadas por telhas quebradas ou deslocadas, ocasionando umidade e condições propícias para a proliferação de agentes biológicos nas paredes e esquadrias. Devido ao processo acelerado de degradação, algumas coberturas desabaram e outras foram aos

Imagem 5 – Vinícola Cadorin.



Fonte: Amaral (2014, p. 97).

Imagem 6 – Vinícola Cadorín com rua calçada.



Fonte: Amaral (2014, p. 97).

Imagem 7 – Ferraria da Vinícola Cadorin.



Fonte: Amaral (2014, p. 78).

Matiola (2010), recebeu visitantes de várias partes do país e mesmo estrangeiros que vinham especialmente para conhecer um pouco da história e da bebida tradicional da região. Depois do falecimento de Orlando Cadorin, em 2012, a vinícola foi fechada para visitação. Atualmente, o estado de conservação dos antigos ambientes de produção é crítico, sobretudo das estruturas de cobertura, impossibilitando que esse espaço fique aberto à visitação pública. Um dos ambientes do complexo da vinícola abriga algumas ferramentas utilizadas na antiga ferraria, conforme mostra a Imagem 7. A vinícola foi tombada pela Fundação Catarinense de Cultura, pela Lei de Tombamento Estadual, homologada pelo Decreto nº 3.463, de 23 de novembro de 2001.

De maneira geral, o estado de conservação das duas vinícolas é precário, sobretudo no que se refere à situação das coberturas.

Na Vinícola Caruso Mac Donald, muitos locais de produção estão com os interiores expostos às



Fonte: Amaral (2014, p. 78).

intempéries, como pode ser visto na Imagem 8. Recebem manutenção somente os ambientes onde ainda existe atividade produtiva, sendo que os demais estão passando por um acentuado processo de degradação. As esquadrias não recebem manutenção adequada e muitas se encontram com a madeira deteriorada e com os vidros quebrados. Em função do estado de degradação, algumas esquadrias originais já foram removidas. A mesma situação de degradação acontece com as alvenarias, sendo possível observar em muitos locais o desprendimento do reboco e da pintura. Algumas paredes de alvenaria de tijolos apresentam estado de ruína. Observa-se, no edifício da Vinícola Caruso Mac Donald, grande incidência de manifestações patológicas nas fachadas de orientação sudeste e sudoeste, que são justamente as fachadas principais da edificação. É possível identificar em todas as fachadas danos em maior ou menor intensidade, possivelmente relacionados à ação da umidade, dando origem a desprendimento de tinta e ação de agentes biológicos. Observa-se que parte desses danos poderia ter sido evitada com pequenas ações preventivas de manutenção. Na Vinícola Cadornin, o estado de conservação dos antigos ambientes de produção de vinho é precário, também relacionado às coberturas, que necessitam de intervenção urgente. O madeiramento do telhado desses ambientes está comprometido pela incidência de umidade e pelo ataque de insetos xilófagos. As coberturas nesses recintos desativados apresentam risco de colapso, decorrente das ações de infiltrações que ocasionaram danos às alvenarias. Observa-se nas paredes externas e internas dessa vinícola a presença de umidade, desprendimento de reboco e da camada pictórica, além de patologias relacionadas à umidade, como a proliferação de microrganismos. As esquadrias localizadas no pavimento térreo da edificação primitiva se encontram em bom estado de conservação. Entretanto, muitas portas e janelas dos ambientes desativados da Vinícola Cadornin apresentam a madeira deteriorada e com as ferragens oxidadas.

São várias as dificuldades encontradas para a preservação do patrimônio industrial, entre elas a grande quantidade de elementos a conservar e a falta de critérios específicos para esse tipo de bem. Além disso, os edifícios industriais geralmente passam por processos de ampliações e modificações, acompanhando a expansão dos negócios e a necessidade de novos maquinários e espaços para abrigar o aumento de produção. Com isso, muitas vezes se torna difícil compreender e desvendar as etapas construtivas que esses edifícios sofreram ao longo dos anos de atividades. Esse problema pode ser percebido durante as análises realizadas nos dois casos de estudo selecionados. As edificações estudadas possuem grandes dimensões e passaram por diversas fases construtivas de ampliações e anexos. A interpretação das alterações estruturais e morfológicas nem sempre foi tão evidente nos edifícios analisados, podendo-se constatar também a dificuldade em encontrar registros iconográficos e documentais. Pode-se concluir que as diferentes etapas construtivas das vinícolas resultaram em alterações nos perímetros das edificações e nas suas características arquitetônicas.

A Vinícola Caruso Mac Donald, desde o início, concentrou-se na produção de bebidas. Desse modo, o edifício foi construído essencialmente para abrigar a produção de vinhos, apresentando caráter industrial, que pode ser observado pelas tipologias das esquadrias e pela simplicidade formal do edifício. A edificação original dessa vinícola apresenta maior impacto na sua composição em relação aos edifícios construídos durante as etapas de ampliação. Observou-se, também, que os edifícios que compreendem as quatro primeiras etapas possuem composição formal mais apurada, enquanto que os edifícios das demais são caracterizados pelo estilo simples. Com relação à Vinícola Cadorin, observou-se o grande impacto visual da edificação primitiva na composição do conjunto. Isso aconteceu devido ao fato do edifício abrigar, na época, a atividade produtiva no subsolo e a residência da família no pavimento térreo. Notadamente, o térreo se destaca pela ornamentação das fachadas e pelas esquadrias diferenciadas. As etapas de ampliação foram construídas essencialmente para abrigar ambientes produtivos que suprissem o aumento da fabricação de vinho. Desse modo, os edifícios mantiveram um estilo mais simples e sem muita ornamentação.

Considera-se como uma ameaça à preservação das antigas vinícolas o abandono das atividades tradicionais relativas à produção de vinho. A desativação da produção vinícola implicou o abandono dos edifícios. Levando em conta que o resgate dessa atividade pode se tornar inviável, julga-se relevante a utilização dessas construções para outros usos adequados, garantindo ao menos a conservação e a salvaguarda dessas edificações industriais. Acredita-se que as potencialidades enoturísticas estão ligadas ao seu patrimônio material e também imaterial, devendo-se levar em consideração o potencial de novos usos dessas edificações e os vínculos com a paisagem e a história da região. Antes de fazer qualquer intervenção em edifícios de valor histórico e cultural é primordial a realização da pesquisa histórica, identificando as características arquitetônicas e construtivas, e caracterizando o estado de conservação do edifício. Deste modo, a análise do estado de conservação das edificações antigas torna-se necessária, pois a degradação, o abandono e a falta de manutenção com frequência originam manifestações patológicas que podem colocar em risco a estabilidade das edificações. Apesar das dificuldades encontradas no reconhecimento de cronologias histórico-arquitetônicas em um patrimônio industrial, julga-se relevante esse tipo de análise por estabelecer parâmetros que podem nortear projetos de caráter preservacionista.

Contribuição para o desenvolvimento turístico da região

Os resultados das análises das duas vinícolas propiciaram conhecimentos acerca dos modos de construir, de morar e de trabalhar no início do século XX, na cidade de Urussanga. Esses conhecimentos podem fundamentar e auxiliar em intervenções que se façam necessárias nas vinícolas, por meio do diagnóstico e das características históricas e arquitetônicas das edificações que, segundo Valduga (2007), podem alavancar o potencial enoturístico da região. A preservação desses bens, legado dos imigrantes italianos, é essencial para a compreensão do passado e do presente, destacando a representatividade desses edifícios como parte do patrimônio histórico, turístico e cultural da região.

Deste modo, faz-se necessária a inserção das antigas vinícolas da imigração italiana no contexto cultural e turístico da região por meio de um itinerário cultural, incluindo essas edificações no roteiro turístico denominado 'Vales da Uva e do Vinho Goethe'. Já existe na região um roteiro composto por diversos pon-

tos de visitação, entre eles as vinícolas, antigas serrarias, alambiques, igrejas e casas históricas da fase inicial da imigração italiana. Faz-se necessário, no entanto, sua melhor instrumentação, de modo a qualificá-lo e inseri-lo nos roteiros turísticos de Santa Catarina. O turismo cultural apresenta uma diversidade de interesses e modalidades, podendo a exploração do patrimônio arquitetônico ser referência para o conhecimento da história e da cultura das comunidades. As antigas vinícolas estudadas representam uma parte significativa dessa história, que necessita ser valorizada e preservada para que as novas gerações possam manter o elo com aqueles imigrantes que plantaram suas raízes e sua cultura. Roteiros turísticos qualificados, que incluam as vinícolas e suas paisagens, podem reforçar a identidade cultural, atraindo pessoas e recursos para garantir a preservação do patrimônio histórico da região.

Referências

- AMARAL, T. *Caracterização do patrimônio industrial nas vinícolas Caruso Mac Donald e Cadorin em Urussanga-SC*. 2014. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2014.
- AMARAL, T.; BARTH, F. Vinícola Caruso Mac Donald: Caracterização e diagnóstico do patrimônio industrial em Urussanga-SC. *Turismo e Sociedade*, Curitiba, v. 7, n. 3, p. 467-494, jul. 2014.
- BELOLLI, Mário et al. *A história do carvão de Santa Catarina*. Criciúma: Imprensa Oficial do Estado de Santa Catarina, 2002.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. 35. ed. Brasília: Biblioteca Digital da Câmara de Deputados, 2012.
- COSTA, Sérgio; COSTA, Márcia Neves Marques. *Panorama da nossa gente*. Urussanga: Costa Editorial e Gráfica, 1999-2000.
- DANTAS, Fernando Antônio de Carvalho. Base jurídica para a proteção dos conhecimentos tradicionais. *Revista CPC*, v. 1, n. 2, p. 80-95, maio 2006.
- FONTANA, Giovanni Luigi et al. *Archeologia Industriale in Italia*. Temi, progetti, esperienze. Brescia: Officine Grafiche Staged, 2005.
- FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. *Relatório técnico: conjunto de três edificações da Vinícola Cadorin – Urussanga/SC*. Florianópolis: Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte, 2011.
- MAESTRELLI, Sérgio Roberto. *Do parreiral à taça*. O vinho através da história. Urussanga: Epagri, 2011.
- MARQUES, Mons. Agenor Neves. *História de Urussanga*. Urussanga: Do autor, 1990.
- MATIOLA, V. et al. *Urussanga: traços da história*. Urussanga: Vanguarda Editorial, 2010.
- MESTRES ARTÍFICES DE SANTA CATARINA: *Cadernos de memória*. Margareth C. A. Pimenta (Coord.). Brasília: Iphan, 2012.
- PIAZZA, Walter F. *Italianos em Santa Catarina*. Florianópolis: Lunardelli, 2001.
- REBOLLAR, Paola May; VELLOSO, Carolina Quiumento; ERN, Rogério; VIEIRA, Hamilton Justino; SILVA, Aparecido Lima. *Vales da uva Goethe*. Urussanga: Ed. Progoethe; Gráfica Coan, 2007.
- SHARP, Ronald. *Indicação de procedência Vales da Uva*. 2012. Disponível em: <<https://amicodivino.wordpress.com/2012/07/12/vale-das-uva-goethe-indicacao-de-procedencia-brasileira>>. Acesso em: 23 nov. 2015.
- VALDUGA, Vander. *O processo de desenvolvimento do enoturismo no Vale dos Vinhedos*. 2007. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul. 2007.
- VIEIRA, A. et al. A indicação geográfica como instrumento para o desenvolvimento de uma região: Caso de procedência de indicação do Vales da Uva Goethe (SC). *Revista Propriedade Intelectual Direito Contemporâneo*, Aracaju, v.3, n.5, p.403-425, fev. 2014.

“Biografia cultural das coisas”: aporte metodológico para o estudo do Turismo

“Cultural biography of things”: methodological contribution to the study of Tourism

Maria Amália Silva Alves Oliveira¹

mariaamali@gmail.com

Resumo

Neste trabalho é apresentada a rentabilidade analítica das formulações teóricas de Igor Kopytoff (2010) para o estudo do Turismo, o qual argumenta que mercadoria não é uma essência permanente das coisas, e sim uma fase na vida de algumas coisas. Ao sugerir que as coisas possuem biografias culturais, Kopytoff abre a possibilidade de percepção de que a fase mercantil dos denominados “produtos turísticos” não reflete a história e a trajetória dos mesmos, ou seja, os produtos turísticos não existem apenas enquanto mercadorias. Perseguindo a biografia cultural de objetos classificados socialmente como “produtos ou destinos turísticos”, torna-se possível captar aspectos que vulgarizam ou singularizam determinada sociedade. Nesta linha de raciocínio, utilizo o caso das ruínas do conjunto arquitetônico do núcleo urbano do extinto município de São João Marcos (RJ), cujos dados foram coletados em trabalho de campo realizado entre os anos de 2009 e 2012.

Palavras-chave: Biografia cultural; Turismo; Ruínas.

Abstract

This paper presents the analytical profitability of theoretical formulations of Igor Kopytoff (2010) to the study of Tourism, which argues that such merchandise is not a permanent essence of things, but a phase in the life of a few things. To suggest that things have cultural biographies, Kopytoff opens the possibility of perception that the commercial phase of so-called “tourist products” does not reflect its history and trajectory, what means tourism products do not only exist as commodities. Chasing the cultural biography of objects socially classified as “products or tourist destinations”, it becomes possible to capture aspects that vulgarize or singularize a particular society. In this line of reasoning, we use the case of the architectural ensemble of the urban core ruins in the former municipality of São João Marcos (RJ), whose data were collected in fieldwork conducted between the years 2009 and 2012.

Keywords: Cultural biography; Tourism; Ruins.

¹ Doutora em Antropologia. Graduada em Turismo e em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professora do Departamento de Turismo e Patrimônio e do Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGMS/Unirio). Desenvolve pesquisas sobre os temas Turismo, Patrimônio, Memória e Cultura. Coordena o Observatório de Turismo da Unirio, projeto financiado pelo Ministério da Educação (MEC), através do Programa de Educação Tutorial (PET). Coordena e participa de pesquisas financiadas pela FAPERJ (Fundação Carlos Chagas de Amparo à Pesquisa do Rio de Janeiro) e CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), com projetos aprovados em andamento através do Edital Ciências Sociais Aplicadas e apoio Consórcio Cederj (Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro).

Introdução

Atrativo, produto e destino turístico são conceitos que permeiam a literatura sobre turismo, especialmente no que tange as discussões acerca de planejamento e marketing de espaços receptores de turistas. Autores como Cooper et al (2001), Valls (2006), entre outros, debruçaram-se sobre tais conceitos e, a partir destes autores, torna-se óbvia a noção de que atrativo e produto turístico relacionam-se com a noção de destino turístico. De forma que as conceituações resultantes destas terminologias particularizam fases de um processo de mercantilização de um recurso natural ou cultural em objeto de consumo.

Neste processo de transformação de um recurso natural ou cultural em objeto de consumo, ainda apoiados na literatura sobre turismo, utilizamos o conceito de atrativo turístico enquanto composto de locais, objetos, equipamentos, fenômenos, eventos ou manifestações capazes de motivar o deslocamento de pessoas para conhecê-los. De acordo com o Ministério do Turismo Brasileiro (2007), os atrativos podem ser culturais, naturais, atividades econômicas e eventos programados.

Valls (2006, p. 27) define atrativo como “elemento que desencadeia o processo turístico”, sendo, então, a matéria-prima da atividade turística. Já o conceito de produto turístico, também de acordo com o Ministério do Turismo Brasileiro (2007), vem a ser o “conjunto de atrativos, equipamentos e serviços turísticos acrescidos de facilidades, localizados em um ou mais municípios, ofertado de forma organizada por um determinado preço”. Concluindo com Valls, destino turístico é o composto de produtos turísticos, os quais, por sua vez, se estruturam a partir dos recursos ou atrativos existentes no lugar.

A farta bibliografia sobre planejamento, marketing e gestão turística apresenta uma série de estudos e metodologias acerca de como agregar valor turístico² a um atrativo em potencial; entretanto, a questão que aqui se propõe como reflexão e, justificada em uma Antropologia do Turismo, é a proposição da rentabilidade analítica do referencial teórico inserido na denominada *Antropologia dos Objetos*³, que nos permite pensar como um objeto, entendido aqui como algo material ou imaterial, é socialmente percebido como passível de ser enquadrado na categoria *destino turístico*.

Partindo de uma reflexão geral sobre os estudos da *Cultura Material* e concordando que objetos ou coisas⁴ habitam, assim como nós, um mundo social, e que existe uma relação indissociável entre o mundo material e os seres humanos, de modo que o inseparável universo que contém pessoas e coisas é pensando na dialética destas relações, conclui-se que as coisas não podem existir sem nós – que as criamos e guardamos –, do mesmo modo que nós não nos configuramos plenamente sem as materialidades. O foco na circulação e na biografia dos objetos, enquanto referencial teórico-metodológico, acaba por elucidar os contextos humanos e sociais de sua existência, tornando-os poderosas fontes de informação, conforme apontam as análises de Arjun Appadurai (2010), Igor Kopytoff (2010) e Alfred Gell (2010), entre outros que tem investigado o que podemos chamar de *biografia cultural das coisas*.

A perspectiva teórico-metodológica denominada *biografia cultural das coisas* interessa-se pela reflexão acerca da variação da atribuição de significados a coisas e do como as experiências humanas se desenvolvem sucessivamente no decurso da vida social e do cotidiano. Nessa perspectiva, o significado das coisas não está necessariamente inserido nas formas e, sim, no modo com nos relacionamos com as coisas e, especialmente, nas distintas posições sociais que as coisas ocupam em nossas trajetórias e vidas. Em termos metodológicos, a adoção de tal perspectiva implica em desviarmos a atenção de sobre como os significados dos objetos são construídos ou representados socialmente e nos atentarmos para como coisas ou objetos são determinantes em nossa vida diária. Tal visão, sugerida por Appadurai (2010), recai sobre a percepção de que não podemos desconsiderar que coisas ou objetos são também possuidores de uma vida social e que, assim como as pessoas, possuem uma biografia cultural e social. Appadurai enfatiza ainda que a biografia é apropriada para coisas específicas, enquanto passa por mãos, contextos e usos diferentes, acumulando, desta forma, uma biografia específica ou mesmo um conjunto de biografias.

Objetivando analisar e discorrer acerca de como uma coisa ou objeto é transformado em destinação

2 Sobre o conceito de valor turístico, ver “O valor turístico na economia da sustentabilidade”, de Leandro de Lemos (2005).

3 Ver José Reginaldo Gonçalves (2007).

4 Os termos “coisas” e “objetos” estão sendo utilizados neste trabalho de forma conceitualmente semelhantes.

turística, ou seja, o processo social de aquisição deste valor será descrita a trajetória da patrimonialização das ruínas do centro urbano do extinto município de São João Marcos⁵ (RJ). De acordo com Decreto Estadual nº18/000.062/90, o tombamento provisório em nível estadual aconteceu no ano de 1990. Porém, a história do processo é anterior. Houve, em 1939, o primeiro tombamento do município de São João Marcos. Este processo foi revogado em 1940, por conta da ampliação do espelho d'água da usina hidroelétrica de Lages, que iria alagar toda a cidade. A inundação ocorreu e a cidade, como consequência, foi transformada em ruínas. Em 1941, a Usina Hidroelétrica de Lajes indicou que não seria necessário manter as ruínas da cidade submersas. Houve, neste momento, o início de um processo de disputas práticas e simbólicas relacionadas à incorporação das ruínas ao cenário urbano de Rio Claro, município que assimilou o território da antiga São João Marcos. Há um conjunto de agentes sociais envolvidos nesta disputa. São eles: a *Light Serviços de Eletricidade S.A.*, o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), a Prefeitura de Rio Claro, representada pela Secretaria de Cultura, além dos movimentos sociais que integravam ex-moradores e seus descendentes, sendo estes, conduzidos pela Prefeitura⁶.

O conjunto de disputas pelas ruínas de São João Marcos promoveu a construção e a manutenção de uma série de sentidos associados à cultura local, cultura nacional, patrimônio público e responsabilidade social. Formou-se uma arena pública de disputa, onde todos os agentes ativavam seus capitais simbólicos, econômicos, sociais e intelectuais para lutar pela definição do futuro das ruínas da antiga São João Marcos. O resultado final foi a transformação das ruínas em patrimônio público estadual e a construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. A reconstrução da biografia cultural das ruínas de São João Marcos – que ocuparam lugar de memória, após o de patrimônio cultural do estado do Rio de Janeiro e, por último, adentraram à fase de mercadoria – torna-se um relevante lócus para o que me proponho no presente trabalho.

Uma das ideias centrais que permeia essa reflexão é o entendimento da ruína como integrante de uma rede. Pode-se dizer que tal concepção apreende a ruína enquanto parte de um conjunto sociocultural, enfatizando as relações sociais e simbólicas em que está inserida e nas quais desencadeia efeitos. A perspectiva de rede abrange a pluralidade e a interdependência dos elementos que compõem o sistema patrimonial, os quais arbitram sobre a seleção, classificação, patrimonialização e apresentação. Essas etapas constituem conjuntos de práticas e representações que revelam como, em cada contexto, os diferentes grupos sociais representam e se apropriam da categoria patrimônio e dos bens patrimoniais. E ainda como cada ação patrimonial oficial é recebida, apropriada e vivida em um mesmo contexto. A partir desse instrumental analítico, pretendo apreender os significados sociais e simbólicos atribuídos a ruínas em contextos diferenciados.

Uma ruína é sempre uma referência do passado; entretanto, assume no presente diversos sentidos, tais como espaços museológicos, patrimônio edificado e atrativo turístico. Sobre as ruínas, Simmel (2005, p. 138) coloca que estas, assim como os monumentos, “mantêm a continuidade cultural, são o nexo dos povos com o seu passado”. No contexto de São João Marcos as categorias ruína e monumento assumem o mesmo sentido, pois monumento, entendido tal como Choay (2006, p. 17-18) define, vem a ser *monumentum*, termo originário do latim que, por sua vez, deriva de *monere* (advertir, lembrar), aquilo que traz à lembrança alguma coisa. A autora acrescenta que “a natureza efetiva de seu propósito é essencial, não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva”. Nesse sentido, esclarece que “chamar-se-á monumento tudo o que for edificado por uma comunidade de indivíduos para rememorar ou fazer que outras gerações de pessoas rememorem acontecimentos, sacrifícios, ritos ou crenças” (CHOAY, 2006, p. 18). A especificidade do monumento deve-se, ainda segundo a autora, ao seu modo de atuação sobre a memória. Concordando com o pensamento de Choay (2006), entendemos que os destroços do conjunto arquitetônico de São João Marcos foram alçados, por aqueles que perderam aquela referência em sua forma integral, à categoria de monumento, pois enquanto tal, as ruínas “foram trabalhadas e mobilizadas pela mediação da afetividade, de forma que lembra o passado, fazendo-o vibrar como se fosse presente”. Desta forma, como vemos na Imagem 1, os resquícios da torre da Igreja Matriz de São João Marcos, é um dos símbolos de um passado que se destaca no presente, enquanto bem tombado.

⁵ Município localizado na região do Vale do Rio Paraíba.

⁶ O material de pesquisa aqui apresentado faz parte do extenso trabalho de campo coletado para elaboração de minha tese de doutorado, desenvolvida no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Antropologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IFCS/UFRJ).



Fonte: Elaborada pela autora.

A autora acrescenta ainda que o passado invocado não é um passado qualquer e, sim, um passado localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode ajudar a manter e preservar a identidade de determinada comunidade. Segundo Choay (2006, p. 19), para aqueles que edificam e para aqueles a quem ele se destina devido às lembranças que encerra, o monumento “é uma defesa contra o traumatismo da existência, um dispositivo de segurança”. Dotadas de significado que as caracterizam como monumento, as ruínas de São João Marcos foram tombadas pelo Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac) no ano de 1990, tornando-se oficialmente patrimônio. Posteriormente, as ruínas foram transformadas em objeto de exibição.

Interpretadas como um bem cultural as ruínas carregam em si, de acordo com a literatura oriunda da área de Turismo, a potencialidade de um atrativo turístico. Entretanto, como esse objeto é ressignificado e alcança o status de produto turístico, ambicionando o de destinação turística? Apresento, então, a biografia cultural das ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos, objetivando contribuir para a reflexão e debate acerca dos valores sociais que permeiam processos de indução à atividade turística.

A biografia cultural das ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos

São João Marcos foi um antigo município do estado do Rio de Janeiro, despovoado e demolido, na década de 1940, para a formação de uma represa para a produção de energia elétrica. Instituída no ano de 1733, a então Vila de São João Marcos atingiu o auge da prosperidade e o status de município no século seguinte, com a expansão da cultura cafeeira no estado. Em 1889, devido à abolição da escravidão, a produção cafeeira fluminense passou por sérios problemas. A economia de São João Marcos entra em declínio e a

cidade perde importância. Paralelamente, a cidade do Rio de Janeiro, então capital do país, apresenta rápido e forte crescimento, fazendo-se necessário a ampliação da rede de energia elétrica e água potável encanada. A *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company*⁷, companhia de eletricidade local, entendeu que a melhor opção era criar uma represa e uma hidrelétrica no Ribeirão das Lages, exatamente onde estavam situadas as maiores propriedades da área rural de São João Marcos.

A decadência de São João Marcos era flagrante, ao ponto de, no ano de 1938, ser extinto como município, tornando-se um distrito do município vizinho, Rio Claro. No ano seguinte, o núcleo urbano foi tombado pelo Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), e classificado oficialmente como *raro exemplo intacto de conjunto de arquitetura colonial*, atendendo aos pedidos da população local. Entretanto, em 1940, o presidente Getúlio Vargas *destombou*⁸ o distrito a fim de ceder as terras para a ampliação da represa que havia sido proposta pela companhia de eletricidade.

Em 2008, após tombamento em nível estadual das ruínas do antigo núcleo urbano, o Instituto Light⁹ iniciou o projeto de construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, com o objetivo de contribuir para a preservação histórica e cultural da região e para o desenvolvimento do turismo local.

Período entre 1939-1990: construção e manutenção da memória da demolição

Os marcossenses, entendidos aqui como aqueles que vivenciaram o episódio de demolição e inundação de sua cidade, não se conformaram com o destino de São João Marcos e repassaram essa memória para seus filhos e netos. Entrevistas realizadas por ocasião de trabalho de campo para elaboração da tese revelam que, ao falarem sobre o episódio da demolição e inundação, é recorrente que eles se reportem a uma *luta* dos moradores, sendo essa luta sempre associada à *dificuldade* e até mesmo à *inutilidade* da mesma perante o *poderio econômico que representava* a Light Serviços de Eletricidade S.A. A luta e a resistência em preservar a memória coletiva de São João Marcos incide, então, sobre a propagação da memória. Como conta o filho de uma moradora de São João Marcos à época da demolição e inundação, sua mãe, “falava muito sobre o local, como era lá, como viviam bem e depois da *Light* tudo mudou...”, exemplo de como a propagação da memória foi a forma encontrada pelos moradores para lutar contra a *Light Serviços de Eletricidade S.A.*

Tendo à frente a Prefeitura de Rio Claro, através da Secretaria de Cultura, foram organizados vários movimentos objetivando o fortalecimento da proposta de tombamento das ruínas, elemento simbólico material da memória da demolição e inundação de São João Marcos. Os tombamentos vinham sendo tentados sem sucesso desde 1966, quando o pedido foi encaminhado à Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), mas somente com a Constituição de 1988 surge a possibilidade de concreta do tombamento, pois devido ao inciso LXXIII, do Art.5º, a população local adquire instrumentos para a *defesa de seu patrimônio histórico e cultural*:

[...] qualquer cidadão é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural, ficando o autor, salvo comprovada má-fé, isento de custas judiciais e do ônus da sucumbência.

Diante do exposto, é possível perceber que a “luta” dos marcossenses continuaria em outra direção, isto é, não somente reproduzindo e propagando a memória da demolição e inundação, mas através da patrimonialização das ruínas, para então retirá-las da posse da *Light Serviços de Eletricidade S.A.*

7 Atual *Light Serviços de Eletricidade S.A.* Para mais informações acerca das mudanças em termos de acionistas, capital e atuação da *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power Company* para *Light*, ver Oliveira (2012).

8 Categoria nativa cujo sentido relaciona-se com a noção de revogação do tombamento.

9 O Instituto Light é uma organização financiada pela Light. A principal missão desse Instituto, conforme conta no site da empresa é “Contribuir para o aprimoramento das condições econômicas e sociais da área de concessão da Light, através de programas que vinculem responsabilidade social com o interesse funcional e o domínio geográfico da empresa, apoiando a promoção do bem público e, ao mesmo tempo, a lucratividade de longo prazo da empresa”.

Período entre 1990-2010: ressignificações

O ano de 1990 foi marcado por manifestações de apoio ao tombamento definitivo das ruínas, pois o provisório, em nível estadual, havia sido decretado no mês de fevereiro do referido ano. Desde então, a Prefeitura de Rio Claro passou a limpar o terreno para identificar os destroços, retirou as cancelas do caminho para a Ponte Bela¹⁰ e recuperou o acesso da *cidade morta*¹¹ a moradores, visitantes, especialistas e estudiosos da região, além de promover atividades objetivando o tombamento definitivo.

Diferentemente do momento em que a luta pela memória baseava-se na reprodução e propagação das mesmas, as manifestações acima relatadas apresentam uma organização de cunho político; embora o *inimigo* fosse o mesmo, nota-se que o foco da disputa foi alterado e passou a incidir também sobre algo que, para aquele grupo, já era considerado patrimônio, mas cujo tombamento ainda não havia sido decretado. A luta agora não era somente para preservar a memória e sim para preservar uma memória representada por um patrimônio que favoreceria a exibição de todo um contexto social.

Paralelamente à mudança na concepção de luta empreendida do decurso deste processo social, a *Light* também passa por processos internos de ressignificação de valores. Depoimentos colhidos invariavelmente revelam um ressentimento para com a empresa, que é acusada de retirar os moradores de suas casas e não fornecer o ressarcimento devido, assim como de prometer a reconstrução da Igreja Matriz e do núcleo urbano e não fazê-lo. A *Light* defende-se apresentando a documentação de compra de terras e imóveis antes de promover a demolição dos mesmos. Nesse cenário, população e o poder local colocam a construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos como uma obrigação da empresa, que deveria *reparar o erro do passado*. A empresa responde: “A *Light* não tinha a necessidade de reparar nada...as terras haviam sido compradas pela empresa, há os registros dessa compra.”¹²

As acusações revelam o péssimo relacionamento entre a empresa e a população local, que é faz parte de sua clientela, mas a percebe como responsável pela *destruição da cidade*. Entre os elementos concretos desse conflito, destacam-se a alta taxa de inadimplência, o furto de fios elétricos, o roubo de energia através dos mecanismos vulgarmente denominados “gatos”, que são os maiores problemas enfrentados pela *Light*, embora a empresa acredite que essa problemática tem seu fundamento na *cultura brasileira*. Segundo a *Light*, seria papel das empresas contribuírem para uma mudança desta cultura, através de programas e projetos que viessem a *promover o bem público*, raciocínio que se insere no seu programa de responsabilidade social, do qual fazem parte, por exemplo, projetos que envolvem crianças: para a empresa, “uma criança ao ver a complexidade da geração de energia elétrica no museu da energia, por exemplo, certamente vai questionar o pai ao vê-lo fazer um ‘gato’ ou roubar fios”¹³.

No período que compreende os anos de 1990 a 2010, há ainda a entrada e participação ativa de um outro ator nesse processo, o Instituto Estadual do Patrimônio (Inepac). Em entrevista com o diretor de pesquisa e documentação do referido instituto¹⁴, foi apresentado o argumento de que a recuperação da memória das ruínas é de “fundamental importância para que a população se identifique e venha a colaborar com a proteção desse bem”¹⁵. Desta forma, a visão do Inepac é a de que as empresas detentoras de espaços físicos tombados estariam “moralmente obrigadas a uma socialização¹⁶ do patrimônio”, a qual ocorreria, em alguns casos, conforme colocado durante entrevista, através da atividade turística. Nesse sentido, ruínas e outros tantos bens legal e oficialmente patrimonializados tornam-se também atrativos turísticos. Apresentadas como vestígios materiais da história da

10 Trata-se de uma ponte cuja construção data do período áureo do município. Não tendo passado pelo processo de demolição, é percebida como símbolo de modernidade e tecnologia da época.

11 Categoria nativa.

12 Trecho retirado de entrevista concedida por um funcionário do Instituto Light à autora do presente trabalho no ano de 2010.

13 Idem.

14 Trecho retirado de entrevista concedido à autora do presente trabalho no ano de 2009. Conforme preza a tradição e metodologia antropológica, limito-me a informar que tal entrevista se deu com um dos diretores do Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac), mas resguardo a identidade do entrevistado; assim como tenho preservado a dos demais, cujas falas estão sendo reproduzidas ao longo dessa reflexão.

15 Trecho retirado de entrevista concedida por um diretor do Inepac à autora do presente trabalho no ano de 2010.

16 Categoria nativa, cujo sentido está associado à ideia de um “compartilhamento” de utilização, apreciação e fruição do patrimônio. Partindo do pressuposto de que os bens culturais não circulam de forma igual entre as distintas parcelas da população, haveria a necessidade de construção ou elaboração de medidas que venham a facilitar o acesso a esses bens.

humanidade, ruínas atraem visitantes de várias partes do mundo e no caso de São João Marcos, as ruínas impregnadas em uma memória ativada e reelaborada pela construção do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos, tem atraído visitantes interessados na materialidade dessas memórias, expressas, por exemplo, nas Imagens 2 e 3, em que podemos visualizar partes integrantes do conjunto tombado pelo Inepac.

Imagem 2 – Ruínas da Casa do Capitão Mor (2012).



Fonte: Elaborada pela autora.

A noção de responsabilidade social apresentada pela *Light Serviços de Eletricidade S.A.*, a nova concepção de luta empreendida pelo poder e população local, assim como a noção de “socialização do patrimônio” defendida pelo Inepac, revelam novos valores que trazem em si a possibilidade de minimização de conflitos e favorecem a produção de novos acordos sociais. A ressignificação de valores atribuídos à memória da demolição produziu, assim, um novo discurso, cuja história está sendo contada através do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos e reafirmada através da atividade turística.

Imagem 3 – Ruínas da Igreja Matriz, piso identificado e integrante do conjunto tombado (2012).



Fonte: Elaborada pela autora.

Período entre 2010 - atual: a fase mercantil das ruínas

Conforme apresentado, com a forte pressão por parte do poder público local e também do Inepac para a *devolução das ruínas à população*, ganha força a decisão de construção de um empreendimento que viesse reunir tais memórias, já consolidadas enquanto patrimônio, e apresentá-las através de exposição pública. Nesse contexto, a atividade turística é percebida como instrumento capaz de promover o desenvolvimento local da região, promover a cultura e valorizar a história local.

Diante do exposto, ganha destaque a reflexão de José Reginaldo Gonçalves (2010) ao afirmar que, entre os atores inseridos nos processos de reivindicação e estabelecimento de processos patrimoniais, está o “mercado”, conforme exposto na comunicação realizada em 2010, durante o Encontro Anual da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS):

Nesse período, pode-se perceber uma intensificação das relações entre o patrimônio e o chamado mercado e, especificamente, o turismo. Cada lugar que vem a ser reconhecido como “patrimônio” (seja cultura ou natureza) já é ou torna-se rapidamente em uma atração turística. [...] De certo modo, os objetos materiais e práticas sociais classificadas como “patrimônio” são ao mesmo tempo condição e efeito da chamada indústria turística. Talvez muitos dos estudos sobre patrimônio tenham mantido seu campo de observação, descrição e análise nos limites das políticas estatais de preservação e de suas agências, deixando em segundo plano o papel desempenhado pelas diversas agências do mercado (GONÇALVES, 2010).

De acordo com Steil (2002), trabalhos sociológicos e antropológicos que têm focado o turismo como tema, diferenciam-se basicamente pelo fato de que a Sociologia tende a construir um olhar externo sobre o turismo, pensando-o em termos do seu papel na organização e no processo social como um todo, enquanto a Antropologia busca penetrar em sua dinâmica interna, enfocando as dimensões culturais e interculturais e procurando lançar luz sobre um conjunto de práticas sociais que estabelecem uma complexa rede de relações, em que estão envolvidos diversos agentes individuais e institucionais. Para o autor, a Sociologia pensa o turismo como um *fato social* que *preexiste* ao indivíduo e se impõe desde o exterior, ao passo que a antropologia considera-o como um “fato social total”, ou seja, um domínio em que os indivíduos estão inteiramente implicados com seus pontos de vista, interesses e motivações conscientes e latentes.

Steil prossegue colocando que no campo da sociologia o turismo é interpretado a partir de três correntes: uma primeira, que o toma como simulacro do real; outra, que o analisa a partir do referencial teórico usado nos estudos da religião, particularmente a Teoria dos Rituais; e uma última, que procura associar turismo e consumo, invertendo o sentido que estas práticas e categorias possuíam nas análises anteriores, propondo, assim, um sentido positivo para os dois polos da díade. A corrente que analisa o turismo como simulacro é composta por autores como Boorstin (1992), Baudrillard (1988) e Urry (1996), que entendem que o turismo, especialmente na sua versão de turismo de massa, seria uma prática social que carece de autenticidade. As viagens guiadas por agentes turísticos criariam, assim, um ambiente artificial para seus participantes, não permitindo que estes tenham qualquer contato com o mundo *real* dos habitantes que os acolhem. Do ponto de vista dos nativos e promotores do turismo, teríamos uma outra situação de inautenticidade, visto que estes são induzidos a realizar espetáculos e exposições cada vez mais estereotipadas para observadores ingênuos e *alienados*. O turismo estaria, assim, reforçando um sistema fechado de ilusões, que se perpetuaria através de simulacros que funcionam como espaços de fuga.

A corrente que aplica o referencial dos estudos da religião e dos rituais para interpretar o fenômeno do turismo aparece pela primeira vez nos trabalhos de MacCannell (1973) e, segundo Steil, a inspiração daquele deve ser atribuída à Durkheim, que via nas grandes procissões do turismo moderno um ritual, celebrado em datas fixas e cumprindo com o objetivo de intensificar o laço social nas sociedades contemporâneas. Para autores dessa perspectiva, o turismo aparece como um substituto moderno da religião tradicional, de modo que deve ser considerado não apenas como uma atividade, mas, sobretudo, como uma orientação para o mundo moderno (STEIL apud CHAMBERS, 1997). A associação do turismo ao consumo (STEIL apud CAMPBELL, 1987; URRY, 1995) relaciona o devaneio e a expectativa como os mecanismos fundamentais

por meio dos quais se instaura na sociedade contemporânea o *espírito do consumismo*. Os indivíduos não procuram a satisfação nos produtos, mas através deles. A satisfação nasce na expectativa da procura do prazer, que se situa na imaginação. Os turistas não consomem lugares ou *olhares*, mas através dos lugares e olhares buscam a realização de um desejo que transcende e povoa sua imaginação.

De acordo com Steil (2002), as pesquisas sociológicas estavam voltadas para definir as motivações de caráter funcional e estrutural que deram origem e mantinham em curso as atividades turísticas, dando pouca ou nenhuma atenção para as comunidades que recebiam os turistas e os modos pelos quais estas mesmas comunidades se engajam nessas atividades. O foco nas comunidades e nas experiências coletivas e individuais dos turistas e moradores locais será o que vai distinguir os estudos antropológicos no campo das Ciências Sociais, independente do viés que assumem suas interpretações.

Pesquisas antropológicas e estudos de caso acerca da relação entre turismo e patrimônio cultural têm ocupado cada vez mais espaço dentro de uma Antropologia do Turismo (BURNS, 2003; TALAVERA, 2003; PERALTA, 2003; PÉREZ, 2009; TALAVERA, 2009), abordando, na maioria dos estudos, a utilização do patrimônio enquanto recurso turístico e seus processos de identificação nacional e local, autenticidade e impactos nas relações entre visitantes e visitados. Entretanto, como Gonçalves (2010) apontou, é importante analisar o mercado, pois a partir dessa perspectiva, temos revelado outro processo: o de transformação de uma localidade em ponto turístico. Essa contribuição singular será fundamental para o entendimento do turismo como um *fato social total*, no qual está implicada uma rede complexa de práticas e sentidos que emergem nesses contextos, sendo nesse raciocínio que o Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos apresentou-se como *locus privilegiado* para o presente trabalho.

Assim sendo, as reflexões apresentadas a seguir têm como suporte teórico noções desenvolvidas pelos antropólogos Arjun Appadurai, Igor Kopytoff e William Davenport, apresentadas na obra organizada pelo primeiro, intitulada *A vida social das coisas: As mercadorias sob uma perspectiva cultural* (Appadurai, 2010). Tomo de Appadurai a afirmação de que a criação de valor é um processo mediado pela política e que a definição de mercadoria passa pela percepção de sua situação mercantil.

Na obra anteriormente citada, Appadurai propõe uma nova perspectiva sobre a circulação de mercadoria na vida social. Para o autor, a troca econômica cria o valor, e esse é concretizado nas mercadorias trocadas; entretanto, concentrar-se nas coisas trocadas, em vez de apenas nas formas e funções da troca, possibilita a argumentação de que o que cria vínculo entre troca e o valor é a política, em seu sentido mais amplo. No intuito de concentrar-me nas coisas trocadas, adotei a proposta de Appadurai e segui a ruína em si mesma, pois seus significados estão inscritos em suas formas, seus usos, suas trajetórias. Assim, analiso a trajetória das ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos, considerando que, de uma perspectiva teórica, atores humanos codificam as coisas por meio de significações, e de um ponto de vista metodológico, são as coisas em movimento que elucidam seu contexto humano e social.

O quadro cultural que determinou a candidatura das ruínas ao estado de mercadoria caracteriza-se por uma gama de padrões de valores compartilhados, denominados por Appadurai como *regimes de valor*, para não implicar no entendimento de que todo ato de troca de mercadorias pressupõe um quadro cultural em que se compartilhe uma totalidade de crenças. Dessa forma, o contexto mercantil se refere à variedade de arenas sociais que contribui para o estabelecimento do vínculo entre a candidatura das ruínas ao estado de mercadoria e a fase mercantil de sua carreira. A variedade de tais contextos produz o vínculo entre o ambiente social da mercadoria ruína e seu estado simbólico e temporal. Portanto, a mercantilização das ruínas residiu na complexa interseção de fatores temporais, culturais e sociais.

Appadurai (2010) coloca que uma distinção estabelecida originalmente por Jacques Maquet, em 1971, a respeito de produções estéticas, divide mercadorias nos quatro tipos que se seguem: 1) mercadorias por destinação, ou seja, objetos destinados principalmente à troca pelos próprios produtores; 2) mercadorias por metamorfose, coisas destinadas a outros usos que se colocam no estado de mercadoria; 3) mercadorias por desvio, um caso especial, mais acentuado de mercadorias por metamorfose, isto é, objetos que são postos no estado de mercadorias, embora estivessem, em sua origem, especificamente protegidos de tal estado; 4) ex-mercadorias, coisas retiradas, quer temporária ou permanentemente, do estado de mercadoria e postas em um outro estado. Entendendo as ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos como mercadorias

por desvio, defendo que as mesmas encontram-se em fase mercantil de sua biografia, conforme apresentado na Imagem 4, em que é possível observar um dos momentos em que um grupo de visitantes conhecem o local.

Imagem 4 – Vista geral do Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos (2012).



Fonte: Elaborada pela autora.

Conforme argumentou Appadurai (2010, p. 78), a política “no sentido mais amplo de relações, suposições e disputas relativas ao poder” é o que vincula valor e troca na vida social das mercadorias. E o político, no processo temporal que acompanhou as ruínas de São João Marcos, refere-se à tensão constante entre quadros existentes e a tendência das ruínas a romperem tais quadros. No processo em questão, a política assumiu formas de exibição e autenticação, conforme coloca o autor: “É nesse sentido que a política é o vínculo entre regimes de valor e fluxos de mercadorias específicos”.

Propondo o referencial teórico-metodológico da biografia cultural das coisas

A proposta deste trabalho foi a de descrição da biografia cultural das ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos. Para tal, tomei como objeto de estudo desse processo, a patrimonialização das mesmas, pois aí reside a relação entre as ruínas enquanto memória e as ruínas em sua fase mercantil. Parti da noção de que objetos habitam, assim como nós, um mundo social, e de que existe uma relação indissociável entre o mundo material e os humanos, de modo que o inseparável universo que contém pessoas e objetos contempla a dialética destas relações, embora esta não seja uma ideia completamente nova ao pensamento antropológico, pois desde Mauss os objetos são tratados como portadores de trajetórias e agentes de circulação social. A estratégia, do ponto de vista metodológico, de seguir os objetos a partir dessa noção, torna

relevante a proposta, pois os significados dos objetos estão inscritos em seus usos, seus diversos percursos sociais e evidencia o quanto a circulação dos mesmos é capaz de elucidar contextos sociais.

Estudos acerca de processos sociais e simbólicos de reclassificações inerentes à patrimonialização de bens têm revelado a construção e os efeitos desses bens que, conforme exposto por Gonçalves (2007, p. 29), encontram-se “situados à condição de bens inalienáveis e que circulam, paradoxalmente, para serem guardados e mantidos sob o controle de determinados grupos e instituições, assegurando para estas sua continuidade no tempo e no espaço”. Na análise apresentada nesse trabalho, a estratégia metodológica favoreceu a possibilidade de repensar as barreiras colocadas entre dádivas e mercadorias, pois a condição de bem inalienável, dádiva e mercadoria, não é a essência permanente dos objetos, mas apenas uma fase na vida de alguns objetos.

Pelo fato dos objetos transitarem dentro e fora dos estados de bens inalienáveis, dádivas e mercadorias, podemos pensar que o fluxo dos objetos, em qualquer situação, é sempre um acordo oscilante entre caminhos socialmente regulados e desvios motivados. O processo cultural que envolve as ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos apresenta tipos de interação que revelam como elementos de uma rede foram se mesclando, se modificando, se complexificando, fazendo novas conexões e se estabilizando em alguns resultados provisórios.

A biografia cultural dessas ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos evidenciam fases. Em seu momento inicial, foram identificadas enquanto materialização de uma memória, sendo posteriormente inseridas no contexto de patrimônio arqueológico e memorial do estado do Rio de Janeiro e, atualmente, sendo consumidas através da exibição turística. A fase em que as ruínas representaram a materialidade de uma memória foi manifestada a partir da reprodução da memória da destruição. Os marcosenses transmitiram suas memórias a seus descendentes; enquanto a *Light* silenciou. O duelo de vozes e posturas diante do fato constituiu um intenso campo de disputas por autenticidade e legitimidade, em que categorias como “atraso” e “progresso” relacionadas ao momento anterior à demolição, foram suplantadas pelas categorias “sacrifício” e “crime”, no momento posterior à demolição. O contexto de surgimento destas categorias traz consigo uma dimensão complementar, que atua como mediadora da relação empresa/cliente. Esta relação envolveu o enfrentamento manifestado pelos moradores através do não pagamento de contas de energia elétrica e a utilização de “gatos”.

O levantamento das categorias presentes no momento em que as ruínas circunscreviam-se somente à esfera memorial dos moradores de São João Marcos, evidenciou que transformações ocorreram, contudo, não implicaram em um processo linear, de substituição de antigas categorias por novas. As discussões que despertaram constituiu um campo em disputa que, na biografia das ruínas, foi responsável por conduzi-las à patrimonialização.

As ruínas, ao serem compartilhadas com um grupo social mais amplo – pois a memória do episódio rompeu as barreiras de circulação – foram agregados os valores inerentes aos bens tombados. Naquele contexto, elas foram percebidas como algo que deveria ser “socializado”, termo que, em categoria nativa, é entendido como bem a ser usufruído pela coletividade. No caso das ruínas de São João Marcos, a “socialização” manifesta-se sob a exibição turística e promove a reelaboração de subjetividades através do discurso do turismo produzido no e pelo Parque Arqueológico e Ambiental de São João Marcos. A categoria *moradores*, que antes representava o grupo de pessoas residentes e frequentadores de São João Marcos, que se opuseram à *Light* ao longo do período de rompimento por sentirem-se *humilhados*, é atualmente valorizada por suas vivências e memórias sobre aquele processo; já a *Light* é uma *empresa parceira*, que valoriza a *cultura* e contribui com o *desenvolvimento* daquela região. Nesse sentido, acreditamos que as ruínas entraram em uma fase mercantil, explicitada por discursos e ações que revelam novas configurações dos atores humanos e não humanos¹⁷ envolvidos nesse processo.

Ao longo de todo esse processo cultural, a política, entendida aqui como relações de disputas e tensões relativas ao poder, vinculou valor e significado à vida social do objeto ruínas do conjunto arquitetônico de São João Marcos. As distintas e várias negociações não seriam possíveis se não houvesse um amplo conjunto de acordos concernentes ao que é desejável e que consiste uma *troca de sacrifícios*¹⁸.

17 Sobre o conceito de atores humanos e não humanos, ver Bruno Latour (2000).

18 De acordo com Appadurai (2010), Simmel (1978, p.80) defende que “o desejo de alguém por um objeto é satisfeito pelo sacrifício de um outro objeto, que é o foco do desejo de outrem. Tal troca de sacrifícios é o que constitui a vida econômica, e a economia, como forma social específica, *consiste não apenas em trocar valores, mas na troca de valores*. O valor econômico é, para Simmel, gerado por essa espécie de troca de sacrifícios”.

Durante o trabalho de campo entrevistei moradores, filhos de moradores e frequentadores de São João Marcos. O filho de uma moradora contou a história de sua mãe e relatou com pesar que, devido a uma mudança de residência, não conseguiu guardar uma *caixa de memórias* pertencente a ela e na qual estavam diversos objetos relativos ao período em que sua mãe lá viveu. Em uma ocasião, fomos até a entrada do Parque que ainda estava em construção e, ao questioná-lo sobre como se sentia diante de uma imensa *caixa de memórias*, obtive a seguinte resposta:

Naquela caixa dela tinha um monte de coisas. Jornais velhos, retratos, imagem de São João Marcos (do santo). Aquilo tudo era muito importante pra ela. Eu não tenho nem noção disso tudo, pra todos eles devia ser muito importante esse lugar. Por isso eu acho que essas ruínas não estão aqui pra mim. Por outro lado, eu tô aqui por causa delas, né?¹⁹

Refletindo sobre a colocação do entrevistado, não me parece restar argumentos contrários à percepção de que trajetórias que compõem biografias culturais são construídas com pessoas e objetos ou humanos e não humanos.

As biografias culturais, por entrelaçarem pessoas e objetos ou humanos e não humanos, apresentam-se desta forma, como percursos metodológicos interessantes e rentáveis em termos analíticos, pois conforme aponta José Reginaldo Gonçalves (2005) em *Ressonância, materialidade e subjetividade: as culturas como patrimônio*, o patrimônio enquanto conceito moderno carrega em si três características. A primeira delas seria a ressonância, isto porque não basta o Estado consagrar um bem como patrimônio, o bem precisa articular a ligação do presente com o passado. Outra característica do patrimônio é a sua materialidade, mesmo que seja intangível ou imaterial. A terceira característica giraria em torno da construção das subjetividades, ou seja, o patrimônio, por estar ligado ao passado como algo herdado e ao mesmo tempo construído/adquirido, tem inúmeras possibilidades de correlações, todas gerando e necessitando autoconsciência. A reunião dessas características faz do patrimônio uma categoria de pensamento e, conseqüentemente, um poderoso instrumento de análise da sociedade atual. Quando aplicamos tal reflexão ao estudo do turismo, temos nessa construção teórico-metodológica o processo social e cultural do que é conceituado no campo do turismo como *atrativo turístico, produto turístico e destino turístico*.

Considerações finais

Comumente, afirma-se que o turismo é o encontro de culturas. Entretanto, consideramos que o Turismo, como diria Levi-Strauss (1980), *é bom para pensar*, isto é, podemos perceber no fenômeno em questão o arranjo de significados atribuídos às ações envolvidas no processo, à organização social para, a partir daí, retirarmos elementos para pensar uma ordem de questões. Observado pelo crivo das relações sociais, o turismo pode ser definido como o fenômeno que transforma espaços sociais ordinários em extraordinários.

Roberto DaMatta (1997), na obra *Carnavais, Malandros e Heróis*, buscou explicitar valores, atitudes e sistemas de ideias que permitissem observar a criação da identidade social brasileira. Para analisar essa questão, o autor chamou atenção para a observação dos eventos sociais brasileiros e destaca que há princípios reveladores nessas ocorrências. Um evento promove a separação entre o cotidiano e os eventos extraordinários, sendo a passagem de um universo a outro, marcada por modificações de comportamento que favorecem as condições para que o acontecimento ou evento sejam percebidos como especiais.

Segundo DaMatta, o que caracteriza um outro princípio revelador dos eventos sociais refere-se ao fato do domínio do extraordinário ser segmentado, isto é, estar contido nesse fenômeno eventos previstos e imprevistos pelo sistema social. Na categoria de eventos previstos e constituídos pela própria sociedade, há aqueles altamente ordenados, envolvidos em planejamento e respeito, e os eventos dominados pela brincadeira, diversão e licença social, nos quais o comportamento é liberado e ocorre em decorrência da suspensão temporária das regras de uma hierarquia repressora. Para o autor, o melhor exemplo desse último tipo de evento seria o carnaval.

¹⁹ Trecho retirado de entrevista concedida pelo filho de uma moradora de São João Marcos à autora do presente trabalho no ano de 2011.

Nessa linha de raciocínio, o fenômeno turismo encaixa-se na perspectiva de um evento social, pois rompe com o cotidiano de uma população nativa, ainda que essa possa ser, em alguns casos, pouco impactada pela atividade turística. Rompe-se também com o cotidiano daqueles que vão empreender a viagem turística, tendo em vista que é prerrogativa básica para a ocorrência do fenômeno, o rompimento das atividades relacionadas à teia de compromissos em que o agente da futura ação está imerso em sua vida diária. A ordem de questões resultantes desse evento social é que deve ser o objeto de estudos antropológicos e a proposta metodológica para a análise de processos de atribuição de valor a objetos ou coisas que são transformadas em produto turístico a ser inserido na cadeia de consumo, aqui defendida, é a da *biografia cultural das coisas*, pois iluminar coisas e objetos pode ser um caminho rico, especialmente se atentarmos para as relações que os sujeitos tecem com eles, procurando perceber como atuam, quais valores, sentidos e práticas guardam, produzem e reproduzem. Olhando para as coisas e objetos, são enriquecidos os conceitos sobre atrativo, produto e destino turístico, mais do que isso, lança-se luz sobre o processo de transformação de um atrativo em destino turístico, verificando que tais processos, embora gerenciados pelo mercado, não são espontâneos e, sim, construídos culturalmente.

Referências:

- APPADURAI, Arjun. Introdução: Mercadorias e a política de valor. In: _____ (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 15-87.
- BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado, 1988.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. *Programa de Regionalização do Turismo — Roteiros do Brasil: Módulo Operacional 7 – Roteirização Turística*. Brasília: Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, 2007.
- BURNS, Peter. *Turismo e Antropologia: uma introdução*. São Paulo: Chronos, 2003.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Unesp, 2001.
- COOPER, Chris et al. *Turismo: Princípios e Práticas*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2000.
- DAMATTA, Roberto. *Carnavais, Malandros e Heróis*. Para uma sociologia do dilema brasileiro. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.
- GELL, Alfred. Recém-chegados ao mundo dos bens: o consumo entre os Gonde Muria. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 143-178.
- GONÇALVES, José Reginaldo. Monumentalidade e Cotidiano: os patrimônios culturais como gênero discursivo. In: OLIVEIRA, Lucia Lippi (Org.). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: FGV, 2002. p. 108-123.
- _____. O patrimônio como categoria de pensamento. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). *Patrimônio e Memória: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DPA/Faperj, 2003. p. 25-33.
- _____. Ressonância, materialidade e subjetividades: as culturas como patrimônios. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 11, n. 23, p. 15-36, jan./jun. 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832005000100002&script=sci_arttext>. Acesso em: 16 jun. 2015.
- _____. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).
- _____. *A Crise do Patrimônio: da retórica da perda à reconstrução permanente*. Comunicação oral apresentada no Encontro da Associação Nacional de Pós Graduação em Ciências Sociais. Caxambu: ANPOCS, 2010.
- INSTITUTO LIGHT PARA DESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL. Disponível em: <<http://www.light.com.br/grupo-light/Instituto-Light>>. Acesso em: 30 nov. 2015.

- KOPYTOFF, Igor. A biografia cultural das coisas: a mercantilização como processo. In: APPADURAI, Arjun (Org.). *A vida social das coisas: as mercadorias sob uma perspectiva cultural*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 2010. p. 89-123.
- LATOUR, Bruno. *Ciência em ação: como seguir cientistas e engenheiros sociedade afora*. São Paulo: Unesp, 2000.
- LEMOS, Leandro. *O valor turístico na economia da sustentabilidade*. São Paulo: Aleph, 2005.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. *Totemismo hoje*. São Paulo: Abril Cultural, 1980.
- PERALTA, Elsa. O mar por tradição: o patrimônio e a construção das imagens do turismo. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 83-96, out. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832003000200005&script=sci_arttext>. Acesso em: 10 jun. 2015.
- PÉREZ, Xerardo. Turismo Cultural. Uma visão antropológica. *Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*, Tenerife, n. 2, 2009. (Coleção Pasos Edita). Disponível em: <<http://www.pasosonline.org/Publicados/pasosedita/PSEdita2.pdf>>. Acesso em: 12 jun. 2015.
- OLIVEIRA, Maria Amália Silva Alves. *Memória, Patrimônio e Turismo: A Biografia Cultural das Ruínas do Conjunto Arquitetônico de São João Marcos (RJ)*. 2012. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.
- SIMMEL, Georg. A ruína. In: SOUZA, Jessé (Org.). *Simmel e a modernidade*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2005. p. 137 - 144.
- STEIL, Carlos Alberto. O turismo como objeto de estudos no campo das ciências sociais. In: RIEDL, Mário Almeida; ANÉCIO, Joaquim; VIANA, Andyara Lima Barbosa (Orgs.). *Turismo Rural: tendências e sustentabilidade*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 51-80.
- TALAVERA, Augustin Santana. Turismo Cultural, Culturas Turísticas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, v. 9, n. 20, p. 31-57, out. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-71832003000200003&script=sci_arttext>. Acesso em: 18 jun. 2015.
- _____. *Antropologia do Turismo: analogias, encontros e relações*. São Paulo: Aleph, 2009.
- URRY, John. *O olhar do Turista: Lazer e Viagens nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Nobel, 1996.
- VALLS, Josep-Francesc. *Gestão integral de destinos turísticos sustentáveis*. Tradução de Cristiano Vasques e Liana Wang. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

Patrimônio cultural rural paulista: diálogos entre o turismo e a educação não formal

Rural cultural heritage in São Paulo state: dialogues between tourism and non-formal education

*Livia Moraes Garcia Lima*¹

liviamglima@gmail.com

Resumo

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a contribuição do turismo e da educação não formal nos estudos sobre o patrimônio cultural rural no estado de São Paulo. Foi utilizada uma metodologia de caráter qualitativo, com ênfase na metodologia da história oral, em associação com registros em diário de campo e a produção de registros fotográficos dos trabalhos de campo realizados. Conclui-se a importância da discussão do turismo no campo da educação não formal e que o uso do patrimônio vem adquirindo novos sentidos e funcionalidades. O turismo pode ser, sem dúvidas, uma ferramenta educacional, através de um processo que é, ao mesmo tempo, enriquecedor e prazeroso para o turista, o que o aproxima do campo da educação não formal.

Palavras-Chave: Patrimônio; Turismo; Fazendas Históricas.

Abstract

This article aims to reflect on the contribution of tourism and non-formal education in studies of the rural cultural heritage in the state of São Paulo. It was used a qualitative methodology with emphasis on oral history methodology, in combination with daily records of field and the production of photographic records of the fieldwork. The conclusion is that the tourism discussion is very important for the non-formal education field and that the use of the heritage has been acquiring new meanings and functionalities. Tourism can be, no doubt, an educational tool, through a process that is, at the same time, enriching and enjoyable for the tourist, who approaches to the non-formal education field.

Keywords: Heritage; Tourism; Historical Farms.

¹ Bacharel em Turismo pela Universidade Estadual Paulista (Unesp), mestre em Gerontologia pela Universidade Estadual de Campinas, e doutora em Educação pela Faculdade de Educação da mesma universidade (FE/Unicamp).

Introdução

Este artigo tem por objetivo refletir sobre a contribuição do turismo e da educação não formal nos estudos sobre o patrimônio cultural rural no estado de São Paulo. Na pesquisa, o patrimônio foi explorado como espaço turístico educacional, dentro de uma visão de educação não formal no contexto rural, através de um turismo cultural em espaço rural que explique e contextualize a relação urbano/rural para os adultos e velhos que visitam as fazendas.

Tem-se observado que a cidade, independente de sua localização ou de seu tamanho, constrói-se pela acumulação de imagens múltiplas e variadas, reais e imaginadas, que atraem e criam o desejo de experimentar o seu charme, de penetrar e de descobrir os seus mistérios. Este poder de atração da cidade predispõe ao turismo (ALMEIDA, 2010, p. 11).

Optei por assumir o termo velho ou idoso pelo fato destas categorias delimitarem com maior clareza as representações pelas as quais a velhice vem passando, enquanto o tratamento como terceira idade, melhor idade, idade de ouro, idade legal, dentre outras, são aqui consideradas subterfúgios semânticos, isto é, palavras apazíveis que têm, no entanto, o propósito de encobrir um debate mais importante, que é a função social da velhice na nossa sociedade, em que o velho é alvo do mercado consumidor crescente, como por exemplo, o mercado turístico.

O uso da designação “terceira idade” ou “melhor idade” ao invés de velhice vêm provocar um novo sentido que seria o sentido da não velhice, negando o sentido histórico da velhice como declínio, incapacidade, fragilidade e como fase de resignação às perdas da beleza e da capacidade físico-cognitiva. Essa nova sensibilidade considera a juventude como um valor dissociado à categoria etária, que deve ser preservado na vida das pessoas envelhecidas (OLIVEIRA, 2009, p. 37).

Também sobre a concepção de velhice ativa atrelada à ideia de terceira idade, Debert (1999) enfatiza o quanto essa expressão e os movimentos que se organizam em torno dela indicam mudanças radicais na forma como o envelhecimento é visto, deixando de ser compreendido como decadência física, perda de papéis sociais e retraimento. A autora cita como exemplo o grande número de programas para a “terceira idade” no Brasil, como os grupos de convivência, as escolas abertas e as universidades. Dessa forma, justifico a utilização do termo idoso ou velho no presente artigo.

O espaço empírico da pesquisa foi o das fazendas históricas paulistas, selecionadas pelo projeto em Políticas Públicas em andamento, denominado *Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço privilegiado para pesquisa, educação e turismo*, contemplado na Oitava Chamada para o Programa de Pesquisa em Políticas Públicas (PPPP). O projeto foi financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp), em parceria com o Centro de Memória – Unicamp (CMU), no período de 2008 a 2012, ao qual a pesquisa esteve vinculada.

O projeto PPPP/FAPESP reuniu dezoito propriedades em regiões significativas do Estado de São Paulo, sendo essas definidas pelos núcleos regionais compostos pelas cidades de Campinas, Limeira-Rio Claro, São Carlos-Araraquara, Itu, Mococa- Casa Branca e Vale do Paraíba. Teve como objetivo principal disponibilizar um conjunto de instrumentos e de metodologias de gestão, de conservação e de difusão para os responsáveis por esse patrimônio cultural rural, tanto os proprietários quanto as respectivas instâncias públicas pertinentes à área da cultura, da educação e do turismo. Vale lembrar ainda a *Associação das Fazendas Históricas Paulistas*, OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público) responsável por reunir essas propriedades históricas dos séculos XVIII, XIX, e início do século XX que trabalham com turismo no espaço rural.

Segundo Tognon (2007), coordenador do projeto, o Patrimônio Cultural Rural pode ser definido como o conjunto de registros materiais e imateriais decorrentes das práticas, dos costumes e das iniciativas produtivas que se estabelecem, historicamente e territorialmente, na área rural.

As propriedades pesquisadas surgiram em decorrência da ocupação da região central paulista nos séculos XVIII e XIX, dada a grande diversidade de bens que formam o seu patrimônio histórico cultural e natural. Essa diversidade de bens culturais se, por um lado, representa uma grande potencialidade para as atividades de pes-

quisa e para as ações de políticas públicas, por outro, apresenta permanentemente desafios no estabelecimento de procedimentos metodológicos que permitem a descoberta, a identificação, a caracterização, a análise e a descrição desses bens. Marins completa a ideia da importância dos estudos do meio rural paulista, afirmando:

Se hoje compreendermos as manifestações da arquitetura rural antes como suportes de memórias sociais e como documentos históricos sobre a vida social e material das populações brasileiras – e não apenas como monumentos que celebram uma visão cristalizada e excludente da sociedade brasileira baseada no cânone nacional –, a proteção de edificações e agenciamentos espaciais constitui imenso desafio às políticas de preservação do patrimônio cultural, especialmente no caso paulista (MARINS, 2013, p. 164).

Dessa perspectiva, o autor ainda nos chama a atenção para que o atual território paulista abriga exemplares significativos de testemunhos arquitetônicos das culturas do trigo quinhentista e seiscentista, da produção de açúcar difundida durante a segunda metade do século XVIII, das fazendas de criações, da gigantesca vaga cafeeira, das culturas de abastecimento e de ocorrências mais pontuais, como o algodão e a produção leiteira, muitas vezes ampliada e adaptada no tempo por culturas que se sucederam.

Tognon (2007) ainda ressalta que tal Patrimônio Cultural Rural possui um perfil múltiplo, em escalas e tipologias que contemplam não só as fazendas históricas e os complexos produtivos antigos, mas também usinas e barragens para a implementação das pioneiras redes de produção e distribuição de energia elétrica do campo e da cidade, pontes, diques, ferrovias, enfim, registros edificadas no território agrário que se somam aos acervos artísticos, bibliotecas, arquivos, equipamentos e máquinas, festas e arte popular, hábitos, costumes, crenças e modos de fazer.

Tognon (2003, p. 163) complementa a ideia ao caracterizar “os bens culturais como sendo os mais importantes resultados históricos da cultura humana na constituição do seu território”, tanto que estariam ganhando cada dia mais espaço nas políticas públicas, estendendo-se aos poucos pelo Brasil através da associação a programas de estímulos a polos turísticos.

Dessa perspectiva, o patrimônio imaterial ou intangível, segundo Pelegrini e Funari (2008), dá alma aos espaços concretos monumentais, sendo transmitido de geração a geração. É conceituado a partir da perspectiva da alteridade, sendo considerado alvo de constantes recriações decorrentes das mutações entre as comunidades e os grupos que convivem num dado espaço social, do meio ambiente, das interações com a natureza e da própria história dessas populações. Em outras palavras, o patrimônio imaterial é o “saber fazer” e o “saber viver”, e não o seu produto.

Existem muitas definições de patrimônio imaterial ou intangível, mas a que mais se adequa ao tipo de pesquisa que realizo é aquela que o salienta enquanto fruto da vida em sociedade. Assim, para que ele exista e possa ser apreendido, é necessária a presença de uma comunidade com intensa vida social, capaz de gerar manifestações culturais como ritos, festas, quermesses, novenas, crenças, e romarias, e que produzam músicas, danças, poesias, rezas e, criações nas artes plásticas, no artesanato e no folclore local.

Os usos, as representações, as expressões, os conhecimentos e os modos de fazer compartilhados pelas comunidades são entendidos como aspectos do seu patrimônio cultural imaterial. Assim, ele é recriado constantemente por uma comunidade, através dos seus saberes e fazeres, que são transmitidos de geração em geração, principalmente pela oralidade, e permitem que seus integrantes construam um sentimento de identidade.

Das dezoito fazendas históricas envolvidas na presente pesquisa, três foram selecionadas levando-se em conta o desenvolvimento de atividades de turismo cultural e educação patrimonial nas mesmas e sua localização em espaços centrais do estado de São Paulo: Fazenda Quilombo, localizada no município de Limeira; Fazenda Santo Antônio da Água Limpa, localizada no município de Mococa; e Fazenda Bela Vista, localizada no município de Dourado.

A escolha dessa área central do estado justifica-se pela concentração de fazendas históricas disponíveis e sensíveis à proposta, além de ser uma região que foi constituída, segundo o relatório de pesquisa do Projeto Fazendas², por meio de fazendas de café, de relações econômicas e sociais que deram origem a mui-

2 Projeto aprovado no Programa Auxílio à Pesquisa – Regular - Chamada 09/2011 de Propostas Fapesp SEC/Condephaat: inventários de identificação, análise e seleção do Patrimônio Cultural Paulista, desmembrado em dois processos.

tas das práticas culturais paulistas, tornando-se, portanto, representativa da integração da cultura caipira aos novos modos de vida trazidos pelo migrante (nacional ou internacional).

Em relação aos estudos no meio rural o neologismo *rurbanização*³ será empregado neste artigo, pois tenho consciência do caráter difuso das fronteiras desses espaços.

Mas a crise do mundo rural e as perspectivas em que a mesma tem vindo a ser discutida, revelam que o espaço rural é portador de novas dinâmicas que convidam a novas abordagens e obrigam a redefinir os termos do debate sobre o mundo rural (PEIXOTO, 2004. p. 2).

Nesse sentido, o mundo rural é hoje atravessado por uma nova valorização, decorrente das procuras alternativas de lazer, longe das grandes metrópoles, do turismo de massas⁴, “sendo definido como um cenário da educação não formal, marcado pela descontinuidade, pela eventualidade, pela informalidade” (ANTUNES, 2007, p. 29).

Educação não formal e turismo: diálogos possíveis

Trilla (2011) afirma que a educação é uma realidade complexa, dispersa, heterogênea e versátil, o que nos faz concluir que a educação envolve algo muito mais amplo do que pensar somente o espaço escolar.

La educación, desde el punto de vista de sus efectos, es un proceso holístico y sinérgico, un proceso cuya resultante no es la simple acumulación o suma de las distintas experiencias educativas que vive el sujeto, sino una combinación mucho más compleja en la que tales experiencias se influyen mutuamente (TRILLA, 2011, p. 188).

Deixo claro que, no presente artigo, não minimizo o papel da escola, concordando com Fernandes:

Em qualquer ambiente educativo, seja formal/escolar, não formal/não escolar ou informal/incidental, qualquer ponto serve como partida para uma tessitura de conhecimentos, experiências, vivências, aprendizagens que se projetam no tempo e no espaço e que se desenvolvem formando redes, teias, em que um ponto puxa e se liga, se conecta a outro (FERNANDES, 2007, p. 28).

Dessa perspectiva, Trilla (2011) afirma que a escola é seguramente a instituição pedagógica mais importante que uma sociedade pode ter, mas, segundo o autor, apesar de sua indiscutível relevância, a escola é apenas um dos ambientes em que ocorre a educação e não está apta para qualquer tipo de objetivo educativo.

Assumimos como pressuposto orientador que a educação, na sua amplitude e complexidade, só é significativa quando ocorre em contextos significativos de ação, não sendo, por isso, apenas redutível aos espaços e tempos da instituição escolar [...]. Na ausência de estudos ou de indicadores precisos que contribuam para a caracterização do vasto campo educativo na sua amplitude sociológica, não custa admitir, porém, que se vem assistindo ao crescimento e a expansão de processos, contextos e formas de educação não escolares, tanto nas vertentes não formais como nas vertentes informais (PALHARES, 2008, p. 109).

3 O neologismo *rurbano* ou *rurbanização* foi empregado por Gilberto Freyre (1982), para definir uma comunidade que habita um perímetro conceitualmente definido como urbano, mas que, na realidade, continua mantendo suas características rurais. São cidades com menos de 10 mil habitantes, conforme o grau de densidade de ocupação humana nesse perímetro, urbano ou não urbano. Assim, como afirma o autor, o conceito de *rurbanização* é um processo de desenvolvimento socioeconômico que combina, como formas e conteúdos de uma só vivência regional - a do Nordeste, por exemplo, ou a do Brasil como um todo - valores e estilos de vida rurais e valores e estilos de vida urbanos.

4 Considerando-se o volume, o turismo pode ser de minorias ou de massas. Este critério não se refere ao número de pessoas que viajam em determinada ocasião, mas ao número de pessoas que habitualmente demanda certo tipo de serviço. Aquelas destinações que todo mundo quer, pertencem ao turismo de massas. (BARRETO, 2003, p. 18).

A esse respeito, Palhares (2013) afirma que a escola é uma instituição que exerce uma força radicalizadora na separação das educações e no quadro da ideologia da aprendizagem ao longo da vida. Segundo o autor, a instituição caminha agora para um maior enclausuramento disciplinar, cujo cenário de crise econômica e financeira ajudou a operar.

As escolas estão obcecadas na procura de soluções para melhoria dos resultados escolares, um (suposto) requisito, *sine qua non*, para sua própria sobrevivência. Os resultados dos exames adquiriram uma importância na seriação das escolas, no seu financiamento, na manutenção dos postos de trabalho dos docentes e funcionários, entre outras funções no quadro das atuais políticas educativas, que, por vezes, se ignora o seu papel pedagógico e o seu impacto na construção de percursos escolares dos alunos (PALHARES, 2013, p. 2).

No estado atual do nosso país, a maioria dos indivíduos já frequentou a escola, seja por um período pequeno de tempo, completando o ensino médio ou mesmo o ensino superior. Assim, todos nós temos histórias sobre essa experiência e o que ela significa ou significou, e como consequência, o que a educação é ou deveria ser. Mesmo aqueles que não tiveram a chance de frequentar a escola, ouviram histórias daqueles que o fizeram e guardam um desejo forte de fazê-lo, como demonstram a pesquisa de Souza (2011) e os estudos realizados com alunos dos cursos de alfabetização de jovens e adultos⁵.

Assim, ao longo desse escrito, ressalto o quão presente a educação formal se encontra em nossa sociedade, uniformizando os padrões sociais. O espaço da escola é marcado pela formalidade, regularidade e sequencialidade. São por esses motivos que, no presente artigo, discuto a importância de variados processos e mecanismos educativos, entre eles os espaços não escolares e as áreas de atuação da educação não formal.

Pensar a educação, nas suas diversas vertentes, equivale, deste modo, a pensar a sociedade, porquanto uma coisa e outra são efetivamente indissociáveis. A educação não se esgota, portanto, em considerações pedagógicas que a coloquem num nível de justificação teórica meta-social. O fim de compreender a educação através de uma conceitualização honesta passa, portanto, necessariamente por uma análise sociológica da mesma (FREITAS, 2012, p. 104-105).

Esta análise sociológica ao qual o autor se refere parte da premissa de que não é possível compreender os objetivos da educação sem analisar respectivamente os sujeitos ativos e passivos da educação, isto é, a partir de uma perspectiva sociológica, os atores que intervêm nos processos educativos. Nesse sentido, Fernandes afirma:

O termo educação envolve um leque amplo de experiências educativas, informativas e formativas que não se resume à experiência escolar, formal. Embora a escola seja uma instituição com muitos anos de existência, participando ativamente dos repertórios culturais de diferentes contextos e deixando marcas indeléveis – positivas e/ou negativas – nas memórias de seus frequentadores, desde há muito tempo também aparecem experiências formativas ocorrendo fora das escolas para diferentes públicos (FERNANDES, 2007, p. 5-6).

A autora ressalta que crianças, jovens, adultos e velhos de qualquer classe social e econômica precisam ter direito e acesso a muitas formas de aprendizagem, sociabilidade e socialização que não apenas as oferecidas pelos sistemas formais de ensino, legalizados e submetidos a padronizações sistemáticas.

É essa discussão realizada por Freitas (2012) que vem de encontro a presente pesquisa, quando pensamos a educação enquanto um fenômeno especificamente humano e ancorado em um processo de transmissão cultural ao longo de toda a vida do indivíduo, seu desenvolvimento e sua integração à sociedade.

A educação entendida na perspectiva do desenvolvimento humano ao longo de todo o ciclo de vida poderá constituir a mais valia para o desenvolvimento de uma sociedade

⁵ Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação de Jovens e Adultos (Gepeja), da Universidade Estadual de Campinas, certificado pelo CNPq. Professores responsáveis: Dra. Sonia Giubilei e Dra. Débora Cristina Jeffrey.

pluralista e democrática onde todos, independentemente da idade, possam viver e conviver (RODRIGUES, 2009, p. 273).

Segundo Blunt (1988), as especificidades da educação são muitas, entre elas a educação não formal, que vem ocupando um espaço que merece atenção, tanto no cenário nacional quanto no internacional. Para Trilla (2011, p.11), a “educação não formal se refere a todas aquelas instituições, atividades, meios, âmbitos de educação que, não sendo escolares, são criadas especificamente para satisfazer determinados objetivos educativos”⁶. É preciso destacar que, para o autor, a educação não formal não possui um método específico e realiza-se através de procedimentos, opondo-se aos que são próprios da escolarização convencional. Complementando essa ideia, Almerindo Janela Afonso ressalta:

A educação não formal, embora obedeça também a uma estrutura e a uma organização (distintas, porém das escolas) e possa levar a uma certificação (mesmo que não seja essa a finalidade) diverge ainda da educação formal; no que respeita à não fixação de tempos e locais e à flexibilidade na adaptação dos conteúdos de aprendizagem a cada grupo concreto (AFONSO, 1989, p. 78).

Outro autor português, Marcelino de Sousa Lopes, também realiza discussões sobre a educação não formal e, afirma que:

Podemos considerá-la como uma educação não regulada por normas rígidas. É norteada pelos propósitos do pluralismo educativo e centrados na relação interpessoal. Apresenta ainda as seguintes características: tendência educativa assente no pluralismo e na partilha vivencial; propósito de complemento em relação à educação formal, ênfase na convivência geradora de afetos, nivelamento tendencialmente horizontal das relações humanas, aproximando as pessoas umas das outras sem as valorizar em funções de grau acadêmico; não outorgar títulos acadêmicos, mas certificados e diplomas de participação; abrangência a toda a população, promovendo relações e aprendizagens intergeracionais; recursos a metodologias próprias com recusa à reprodução de procedimentos utilizados pelo sistema educativo institucional (LOPES, 2006, p. 404).

Em relação à bibliografia brasileira sobre o conceito, Simson, Park e Fernandes afirmam:

A educação não formal, por poder lidar com outra lógica espaço-temporal, por não necessitar se submeter a um currículo definido a priori, por dar espaço para receber temas, assuntos, variedades que interessam ou sejam válidos para um público específico naquele determinado momento e que esteja participando de propostas, programas ou projetos nesse campo, faz com que cada trabalho e experimentação sejam únicos. E, por envolver profissionais e freqüentadores que podem exercitar e experimentar outro papel social, que não o representado na escola formal (como professores e alunos), contribui com uma maneira de lidar com o cotidiano, com os saberes, com a natureza e com a coletividade (SIMSON, PARK & FERNANDES, 2007, p. 13).

Já Valéria Aroeira Garcia (2009), autora da primeira tese brasileira sobre o surgimento e o papel da educação não formal, afirma:

A educação não formal pode considerar, valorizar e reafirmar a cultura dos indivíduos nela envolvidos, incluindo educadores e educandos, fazendo com que a bagagem cultural que cada um traz seja respeitada e esteja presente no decorrer de todos os trabalhos, procurando não somente respeitar e valorizar a realidade de cada um, mas indo além, fazendo com que essa realidade perpassasse todas as relações (GARCIA, 2009, p. 53).

⁶ Tradução livre da autora.

Em relação à bibliografia brasileira, autores como Garcia (2009) afirmam que, até bem pouco tempo, essa modalidade educacional quase não era considerada como um campo específico dentro do contexto educacional no Brasil e, em sua tese de doutoramento, analisa o campo da educação não formal a partir das políticas públicas para crianças e adolescentes, contexto em que é considerada sua relação com a educação social.

Nessa direção, podemos pensar as fazendas históricas selecionadas pela presente pesquisa como instituições não específicas de educação não formal. Assim, temos que diferenciar entre as várias fazendas. Há aquelas que já incluem nas atividades oferecidas aos turistas, atividades educativas, como aulas de gastronomia, com degustação dos pratos locais, outras que promovem sessões de contação de causos, e ainda aquelas em que tais atividades acontecem de maneira natural, seguindo a programação da visita ou visitas guiadas que têm uma nítida função de educar pelo exemplo concreto de traços do passado, encontráveis ainda na realidade da propriedade.

De acordo com Trigo (1996, p. 11), “o turismo faz parte de um universo maior denominado lazer”, entendido como “todas as atividades desenvolvidas fora do sistema produtivo (trabalho), das obrigações sociais, religiosas e familiares”.

Barretto (2003) complementa o conceito afirmando que a complexidade e a diversidade inerentes ao tema originaram uma enorme quantidade de definições, que variam conforme a formação do autor e que, atualmente, conta com pelo menos cem diferentes tipos de turismo. Nesse sentido, a concepção economicista que comumente se faz dele, entende o turismo como um setor de atividades “com saldos e contas arrumados” (FREITAS, 2012, p. 232).

O conceito de turismo é, sem dúvida, para muitas áreas do conhecimento, algo polêmico. Grande parte do material escrito sobre turismo começa e não raro termina com a afirmação de que se trata de uma indústria, porque movimenta dinheiro, gera emprego e renda, o que é inegável, porém isso diz muito pouco (DA HORA; CAVALCANTI, 2003, p. 209).

Deixo claro nesse artigo que o turismo é visto pelas Ciências Sociais, como uma prática e manifestação social. Apesar de também ser usado e usar de estratégia para agregar valor e transformar o patrimônio em produto vendável, “o turismo inclui, de um lado, o planejamento e, do outro, a comercialização. Estes, em determinado momento passam a interagir, mas devem ser separados do ponto de vista conceitual” (BARRETTO, 2003, p. 12). A autora ainda afirma que a visão do turismo como comércio ou indústria tem sido predominante fora do meio acadêmico, o que causa a escassez de estudos sobre esse fenômeno social.

A prática do turismo parece ser, para a academia, um objeto de pouca relevância, porque os atores estariam praticando uma atividade alienada; enquanto isso, os turistas continuam tendo uma oferta alienante justamente por falta de pesquisa científica capaz de transformar esse suposto “ser genérico” denominado “o turista” em sujeitos concretos particularizados (BARRETTO, 2007, p. 14).

Assim, entendo o turismo como uma característica do homem contemporâneo. Como afirma Freitas (2012), todos nós somos turistas.

Ser turista é, portanto, um ideal: um ideal cosmopolita, um ideal humanista, um ideal aristocrático (regressemos ao sentido grego do termo, da Aretê), em suma, um ideal educativo. A única coisa de que podemos culpar-nos é de não sermos suficientemente turistas (FREITAS, 2012, p. 232).

Nessa perspectiva, o autor nos chama a atenção para que uma das características humanas mais ancestrais é a curiosidade. Esta curiosidade criou um habitual estímulo do homem à movimentação, do qual o turismo é uma das formas mais modernas de manifestação social, mantendo-se fiel à raiz etimológica do termo: a de uma viagem circular, de uma volta motivada pelo desejo de ver as coisas.

Turismo deriva do grego *tornos* por via latina, transformado em *tornare* e referindo-se a um torno ou um círculo, com a denotação de um movimento circular executado em torno de um eixo. Os sufixos *-ismo* e *-ista* indicam, respectivamente, ação, processo, comportamento ou qualidade típica e aquele que executa essa ação (FREITAS, 2012, p. 73).

O antropólogo Santana (2009, p. 14) complementa a discussão afirmando que nem a guerra, nem a fome, nem a ânsia de reprodução foram capazes de mover a humanidade quanto à atividade turística, podendo atribuir a ela essa rede de expectativas, de desejos, de fantasias e estereótipos, “que fizessem do outro uma parte do paraíso particular, quase um para cada turista e para cada um dos que desejariam ser turistas”.

O desejo de ver as coisas também suscita a necessidade de verificação empírica, surgindo dessa maneira a viagem, “a efetiva deslocação com o objetivo de ver, com os próprios olhos, como é o mundo fora do âmbito de referência imediato de um determinado indivíduo ou sociedade” (FREITAS, 2012, p. 73).

Dessa perspectiva, Urry (1996) analisa precisamente o olhar enquanto motivador e gerador de toda a práxis turística. O autor parte do pressuposto de que os turistas viajam para olhar para coisas, sendo assim consolidada a experiência turística.

Segundo Trigo (1996), o turismo surge a partir de meados do século XIX, na Europa e Reino Unido, como consequência do desenvolvimento tecnológico iniciado pela Revolução Industrial e da formação de parte da burguesia comercial e industrial com tempo, dinheiro e disponibilidade para viajar.

Não devemos nos esquecer de que as críticas mais recorrentes ao turismo baseiam-se inevitavelmente na superficialidade, sendo relativamente recente no Brasil a consciência sobre o fenômeno turístico como dimensão sociocultural e como um campo da ação humana.

Defendo uma posição contrária ao “economicismo”, no que se refere ao caráter do Turismo como especialidade. Concordo que o Turismo é uma especialidade, mas não no sentido “tecnicista” muitas vezes defendido pelas “forças do mercado”. O Turismo trata-se de uma série de ciências, ou melhor, de saberes aplicados para pensar, planejar e realizar as viagens do ser humano que deseja e precisa deslocar-se em busca de um grau ainda maior de plenitude humana (GROPPO, 2005, p. 36).

De acordo com Pérez (2009), o turismo é uma atividade complexa e mutável, que não deve ser reduzida exclusivamente a negócio, atividade industrial, marketing ou gestão de produtos, afirmando que o turismo é um fenômeno sociocultural que pode ser abordado com diferentes perspectivas disciplinares.

Desde a década de 1970, o turismo tem sido objeto de estudo sistematizado em múltiplas áreas do conhecimento para sua melhor compreensão, sendo a pesquisa científica sobre o tema explicitamente defendida por diversos autores.

O turismo como estudo vem ganhando adeptos em número cada vez maior e esta afirmação é facilmente verificável quando se comprova que a cada dia cresce mais o interesse pelo conhecimento do fato e do fenômeno “turismo” (ANSARAH, 1998, p. 2).

Barretto (2003) defendeu a urgência e importância de se realizar pesquisas em turismo que pudessem ajudar no planejamento do setor. Smith (1995) identificou seis ângulos do turismo a partir dos quais se realiza uma investigação turística: o turismo como experiência humana, o turismo como um comportamento social, o turismo como um recurso, o turismo como negócio, o turismo como uma indústria e, por fim, o turismo como debate intelectual.

Marins (2013) realiza a discussão que vai de encontro ao objeto de estudo da presente pesquisa, e afirma que o processo de abertura de fazendas históricas ao turismo no estado de São Paulo ainda não apresentou uma experiência regional de conservação de fazendas semelhante em escala à fluminense. O autor ressalta que esse processo obteve não apenas sucesso financeiro como uma repercussão na imprensa nacional, veiculando matérias que destacam o sucesso de público e a associação dos espaços preservados com o passado das elites imperiais.

A conversão de fazendas paulistas de café em meios de hospedagem data, entretanto, já das últimas décadas do século XX, com experiências pioneiras de “hotéis-fazenda” em Campinas e Bananal. Essas iniciativas ganharam impulso, sobretudo, na primeira década do século XXI, quando várias outras fazendas aderiram à hospedagem ou ainda às práticas de acolhimento, semelhantes ao que também existe no Rio de Janeiro (MARINS, 2013, p. 175).

O autor ressalta que parte das propriedades abertas ao público passou então a constituir a referida *Associação Fazendas Históricas Paulistas*, “formalizada em março de 2007 e que coliga 14 fazendas localizadas primordialmente no Oeste paulista” (MARINS, 2013, p. 175).

E por acreditar que os três fenômenos que se cruzam nesta pesquisa - turismo, educação e patrimônio - são fenômenos sociais por excelência, optei também por utilizar a metodologia qualitativa no presente estudo.

A História Oral como metodologia de pesquisa no estudo da intersecção entre educação, turismo e patrimônio

Beni (1998, p. 21) afirma que, apesar de o turismo ser tema comum na grande imprensa, como um dos setores mais emergentes da economia mundial contemporânea, suas bases teóricas e metodológicas ainda estão em processo de construção.

A questão do método em turismo segue a dinâmica das ciências nas quais o turismo é objeto de estudo. Muitas são as disciplinas que tratam da questão do turismo e temos que admitir que ainda hoje o turismo não se constitui em um corpo de conhecimento independente, com dinâmica própria (DENCKER, 1998, p. 27).

Nesse sentido, o autor afirma que o turismo não é uma disciplina e sim um objeto de estudo pertencente a várias disciplinas, de modo, que seu campo de estudo acaba por incorporar os métodos e técnicas das disciplinas, cujos olhares com ele se cruzam.

Ballantyne, Parker e Axelsen (2009) nos chamam a atenção para o fato da investigação em turismo não estar acompanhado as tendências da investigação em ciências sociais no que diz respeito aos recursos das metodologias qualitativas, sugerindo que é necessário desafiar os métodos estabelecidos e mais tradicionais, especialmente tendo em conta que a pesquisa em turismo tem muitos tópicos que se encontram em fases iniciais. Por isso, são comuns estudos do tipo exploratório e abertos à diversidade e à criatividade metodológica.

No sentido de “acreditar que a história oral é e sempre será uma prática de fronteiras, fronteiras entre disciplinas e possibilidades de uso” (WORCMAN, 2013, p. 149), é que a presente pesquisa utiliza uma metodologia de caráter qualitativo com ênfase no método biográfico, em associação com registros em diário de campo e a produção de registros fotográficos dos trabalhos de campo realizados.

As metodologias qualitativas, por romperem com as formas tradicionais de pesquisa, aproximaram os pesquisadores das pessoas, dos sujeitos, isto é, dos participantes da situação de aprendizagem. Nesse processo, como analisa Maria Isaura Pereira de Queiroz, ocorreu a valorização do singular, dos relatos pessoais, das testemunhas confiáveis (DEMARTINI, 2006, p. 101).

Em relação aos depoentes da pesquisa, houve a priorização dos visitantes adultos e idosos na fase de coleta de dados, porque no projeto percebo que o que buscamos é o prazer de conhecer os patrimônios materiais e imateriais, em um processo de autoconhecimento dos sujeitos observados que só acontece depois da idade adulta. Por isso, crianças e adolescentes que visitam as fazendas históricas, levados por uma exigência do currículo formal, não se coadunavam com o objetivo principal da pesquisa.

A metodologia da história oral vem contribuindo para a construção do corpus da pesquisa, porque

vem tratando a entrevista com os participantes como um momento de troca entre o pesquisador e o pesquisado, permitindo assim novas reflexões sobre o imaginário e o espaço rural paulista.

A história oral, como metodologia de pesquisa e de investigação, busca conhecer o passado recorrendo à memória (lembranças e esquecimentos) e à fala do narrador, nunca buscando uma única versão dos fatos. Nesse sentido, Lang afirma:

A história oral não é apenas uma técnica para coletar informações, mas uma metodologia de pesquisa que produz uma fonte especial, um meio para a produção de novos conhecimentos. Entende-se “metodologia” como o conhecimento crítico do processo de pesquisa; é um instrumento a serviço da pesquisa que visa determinados objetivos (LANG, 2010, p. 73).’

A autora ainda coloca que a história oral permite apreender sentimentos e emoções não revelados pelos documentos escritos, com base na palavra gravada de contemporâneos que relatam fatos, experiências e opiniões. Santhiago e Magalhães (2013) ainda ressaltam a metodologia como recurso valioso para variados estudos sobre vidas, sobre grupos sociais, sobre o presente.

No caso desta pesquisa, o depoimento oral é utilizado tanto em entrevistas com os proprietários das fazendas selecionadas, quanto com turistas. Nas visitas técnicas que realizei às propriedades históricas selecionadas, fiz uma rápida passagem pelo patrimônio arquitetônico preservado e escolhi um local mais calmo e isolado, solicitando então ao proprietário ali se situar para colher seu depoimento oral sobre a fazenda, com o objetivo de saber o que fazem e como fazem para repassar a história da propriedade e como entendem a importância de preservar o passado. Além disso, indagamos sobre o tipo de experiências que os visitantes esperam ter durante a visita e como o papel dos negros e dos imigrantes aparece na história da fazenda que é contada para os visitantes.

Também me preocupou saber se existem iniciativas, por parte do proprietário ou do poder público municipal, visando à divulgação do patrimônio intangível produzido localmente, para grupos de adultos e idosos que visitam a propriedade histórica, no intuito de rever aspectos do passado que foram importantes para familiares, amigos ou vizinhos de mais idade.

Em relação aos visitantes/turistas, algumas entrevistas foram realizadas em momentos posteriores ao momento de lazer, como foi o caso dos entrevistados que visitaram a Fazenda Quilombo, em que a visita era apenas uma visita – dia. Nesse caso, as entrevistas ocorreram na residência dos próprios depoentes. Já no caso da Fazenda Santo Antônio da Água Limpa e Fazenda Bela Vista, em que realizei o trabalho de campo por alguns dias seguidos nas propriedades, a proximidade entre pesquisador/pesquisado se intensificou e as entrevistas ocorreram de modo natural durante a estadia dos turistas na fazenda. Nesse sentido, Lang afirma:

A entrevista é um diálogo entre o pesquisador e o entrevistado, e diálogo significa o encontro de duas intencionalidades. O pesquisador organiza a pesquisa para o conhecimento de um dado aspecto da realidade, escolhe os entrevistados e fará uso das informações obtidas. O entrevistado em sua fala recorre à memória e reconstrói o passado com os valores do presente e com as experiências vivenciadas. Sua narrativa pode conter esquecimentos e omissões deliberadas ou não. O entrevistado tem uma imagem de si e opiniões que quer transmitir (LANG, 2010, p. 74).

Dessa forma, o objetivo das entrevistas foi entender o motivo pelo qual visitantes/turistas resolveram visitar uma fazenda histórica, os interesses específicos e as experiências mais significativas vividas na propriedade. Além disso, busquei entender como os aspectos do patrimônio intangível se fazem presentes nas ações de turismo cultural e de educação patrimonial promovidas pelas fazendas históricas pesquisadas. No caso da Fazenda Santo Antônio da Água Limpa, procuramos saber o que os turistas acharam sobre ficar hospedado junto com a família dos proprietários na casa sede.

Nessa perspectiva, a metodologia da história oral vem nos possibilitando, a partir de diversas versões do passado, não só preencher lacunas sobre a história de cada tipo de fazenda selecionada pela pesquisa, mas principalmente perceber as relações sociais dos depoentes construídas ao longo das visitas realizadas às propriedades, visando a melhoria da compreensão da realidade rural paulista.

Considerações finais

Frente aos dados expressos nas falas dos depoentes que participaram das entrevistas realizadas, observo que os visitantes dia ou excursionistas e os turistas que se hospedam nas propriedades, têm buscado tais atividades no sentido de vivenciarem concretamente experiências que os remetam a histórias e memórias difundidas no âmbito familiar, referentes a avós ou bisavós que emigraram para o Brasil para trabalhar como colonos em fazendas cafeeiras.

Estas propriedades apresentavam grande produção e obtinham muito lucro no final do século XIX e primeiras décadas do XX, exigindo para isso constante ampliação da mão de obra envolvida na produção cafeeira. Esse imaginário circulante no âmago das famílias originárias da população migrante encontra uma espécie de concretização nas visitas a tais propriedades, que se voltam para as atividades turísticas e por isso recebem adultos e idosos que buscam entender, no concreto, suas histórias familiares, para poder repassá-las com segurança às novas gerações.

Gastronomia, modo de vida rural, memória e história das propriedades rurais são fatores aglutinadores que constituem um instrumento de ativação do imaginário individual e coletivo dos turistas que visitam as fazendas selecionadas pela pesquisa.

Dessa forma, esta pesquisa tem a intenção de contribuir para as discussões do campo da educação não formal, do patrimônio e do turismo cultural, dirigidas para o atendimento de adultos e velhos, pois é no ato de realizar uma visita a uma fazenda histórica que acontece o encontro, a socialização de vivências, dos interesses e das necessidades muitas vezes comuns, assim como o reforço de vínculos afetivos e o sentimento de pertencimento relacionado às suas histórias familiares ou a vínculos de amizade surgidos da própria história do turista em relação à fazenda visitada.

Com relação aos idosos participantes da presente pesquisa, foi constatada a existência de pessoas que demonstram satisfação com a sua vida adulta ou idosa, boa dose de autoestima e estado de ânimo elevado. Os proprietários das fazendas não os transformam em turistas com necessidades especiais, mas sim consideram a fragilidade própria de parte desse público, pensando em novas formas de integrá-los às atividades do local visitado.

Nesse sentido, as perspectivas da educação não formal ajudam a evidenciar o quão importantes e válidas se tornam as atividades turísticas para esse público, pois são atividades propícias à aprendizagem dessas pessoas que realizam as visitas. Isso nos permite, afirmar que a educação patrimonial não formal pode ser vista, então, como mais uma possibilidade de vivência educativa e pode atuar em outros setores, como o turismo cultural, sendo portanto flexível e respeitando as diferenças e capacidades de cada visitante, que experimentam e significam suas próprias vivências, acionando passados e futuros e demarcando rupturas.

Ressaltamos também, a importância da discussão do turismo cultural no campo da educação não formal e o uso do patrimônio, adquirindo novos sentidos e funcionalidades. O turismo cultural pode ser, sem dúvidas, uma ferramenta educacional, através de um processo que é, ao mesmo tempo, enriquecedor e prazeroso para o turista, o que o aproxima, do campo da educação não formal.

Turismo, educação e os usos do patrimônio material e imaterial são fenômenos sociais por excelência. Acredito, desta forma, que este artigo venha contribuir para uma reflexão no campo da educação não formal não como alternativa à escolarização, mas como parte integrante da discussão do tempo livre e do lazer como um campo da educação não formal que continua existindo ao longo da vida do indivíduo.

O patrimônio pode ser valorizado e promovido através da educação não formal, ajustado às condições e diversidades específicas de cada fazenda selecionada pela pesquisa em questão, tornando possível que o turista adquira um conhecimento da propriedade visitada, compreendendo e respeitando os patrimônios ali expressos e compartilhando os novos conhecimentos adquiridos com outras pessoas, tanto no momento da visita, como posteriormente.

Referências

AFONSO, Almerindo Janela. Sociologia da educação não formal: reatualizar um objecto ou construir uma nova problemática? In: ESTEVES, A. J.; STOER, S. R. *A sociologia na escola*. Porto: Afrontamento, 1989.

- ALMEIDA, Marina. Prefácio. In: PAES, Maria Teresa Duarte; OLIVEIRA, Melissa. (Orgs.). *Geografia, Turismo e Patrimônio Cultural*. São Paulo: Annablume, 2010.
- ANSARAH, Marília. *Formação e capacitação do profissional em turismo e hotelaria*. Reflexões e cadastro das instituições educacionais do Brasil. São Paulo: Aleph, 1998.
- ANTUNES, Maria Costa. Educação Formal e Não Formal no Contexto da Educação ao Longo da Vida. *Revista Educareducere*, Portugal, v. 13, n. 20, jun. 2007.
- BALLANTYNE, Richard; PACKER, James; AXELSEN, Mary. Trends in tourism research. *Annals of Tourism Research*, v. 36, n. 1, p. 149-152, 2009.
- BARRETO, Margarita. *Manual de iniciação ao estudo do turismo*. Campinas: Papirus, 2003.
- _____. *Turismo e Identidade local: uma visão antropológica*. Campinas: Papirus, 2001.
- BENI, Mário. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: Senac, 1998.
- BLUNT, Arnold. Education, Learning and development: involving concepts. *Convergence*, v. 21, n. 1, p. 37-54, 1988.
- CAMPOS, Teresinha. *Lazer e Terceira Idade: contributos do Turismo no âmbito do Programa Clube da Melhor Idade*. 2003. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2003.
- DA HORA, Aline; CAVALCANTI, Karina. Turismo Pedagógico: Conversão e Reconversão do Olhar. In: REJOWSKI, Mirian; COSTA, Beatriz (Orgs.). *Turismo Contemporâneo: Desenvolvimento, estratégia e gestão*. São Paulo: Atlas, 2003.
- DAVIS, Kate. Biography as critical methodology. *Newsletter Research Committee of ISA*, Utrecht University, n. 38, 2003.
- DEBERT, Guita. Pressupostos da reflexão antropológica sobre a velhice. *Textos didáticos*, Campinas, n. 13, p. 7-30, jun. 1999.
- DEMARTINI, Zeila. Memória e Educação. In: WORCMAN, K.; PEREIRA, J. V. *História falada: memória, rede e mudança social*. São Paulo: Sesc SP: Museu da Pessoa: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2006.
- DENCKER, Aroldo. Metodologia científica. In: TRIGO, Luis (Org.). *Turismo: como aprender, como ensinar*. São Paulo: Senac, 1998.
- FAUSTINO, Ricardo. *O turismo em espaço rural como modo de valorização do Patrimônio Cultural: estudos de caso na média depressão periférica paulista: o caso das Fazendas Capoava e Ibicaba*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2006.
- FERNANDES, Renata Sieiro. A cidade educativa como espaço de educação não formal, as crianças e os jovens como indicadores ambientais. *Paisagens em debate*, São Paulo, v. 2, n. 5, p. 24-45, dez. 2007.
- FREITAS, Jorge. *Turismo Cultural e Educação de Adultos: Encontros e Desencontros*. 2012. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade do Minho, Portugal. 2012.
- GARCIA, Valéria Aroeira. *A educação não formal como acontecimento*. 2009. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2009.
- GROPPO, Luís Antônio. Turismo e Humanização. In: GROPPPO, Luís Antônio; Candioto, Mario (Orgs.). *Turismo: viajar, incluir e humanizar*. Taubaté: Cabral Editora, 2005.
- LANG, Ana Beatriz Gordo. *História Oral: procedimentos e possibilidades*. São Paulo: Ceru, 2010.
- LOPES, Marcelino Souza. *Animação Sociocultural em Portugal*. Chaves, Portugal: Intervenção, 2006.
- MARINS, Paulo. Preservação do patrimônio rural no Estado de São Paulo: entre ação governamental e práticas sociais. In: CORREIA, T. B.; BORTOLUCCI, M. A. P. C. S. (Orgs.). *Lugares de produção: arquitetura, paisagens e patrimônio*. São Paulo: Annablume, 2013.
- MERCADANTE, Eduardo. Velhice: uma questão complexa. In: CÔRTE, B.; MERCADANTE, E. F.; ARCURI, I.

- G. (Orgs.). *Velhice e Envelhecimento/ Complexidade*. São Paulo: Vetor, 2005.
- OLIVEIRA, Gláucia Destro. *Gestão e vivências de velhices nas Repúblicas de Idosos de Santos*. 2009. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2009.
- PALHARES, José Augusto. *Gavetos, gavetas e enGAVEtados: Constrangimentos e dilemas dos jovens (enquanto alunos) na escola e para além dela*. Portugal: Plataforma Barômetro Social, 2013.
- _____. Os sítios de educação e socialização juvenis: experiências e representações num contexto não-escolar. *Revista Educação, Sociedade e Culturas*, n. 27, p. 109-130, 2008.
- PARK, Margarete. Educação formal versus educação não-formal: impasses, equívocos e possibilidades de superação. In: PARK, Margareth Brandini; FERNANDES, Renata Sieiro (Orgs.). *Educação não-formal: contextos, percursos e sujeitos*. Campinas: Unicamp/CMU; Holambra: Editora Setembro, 2005. p. 67-90.
- PEIXOTO, Paulo. O desaparecimento do mundo rural. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS: A questão social do novo milênio, 8, 2004, Coimbra. *Anais...* Portugal: Universidade de Coimbra, 2004.
- PELEGRINI, Sandra; FUNARI, Pedro Paulo. *O que é patrimônio cultural imaterial*. São Paulo: Brasiliense, 2008.
- PÉREZ, Xerardo. Turismo Cultural. Uma visão Antropológica. *Colección Pasos Edita*, Tenerife, Espanha, n. 2, 2009.
- QUEIROZ, Maria Isaura Pereira. Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”. In: SIMSON, O. R. M. (Org.). *Experimentos com Histórias de Vida (Itália – Brasil)*. São Paulo: Vértice, 1988.
- RODRIGUES, Maria José. Cultura e lazer na terceira idade: proposta de intervenção. In: PEREIRA, J. D. L.; LOPES, M. S. (Orgs.). *Animação Sociocultural na Terceira Idade*. Chaves, Portugal: Intervenção, 2009.
- SANTANA, Augustín. *Antropologia do Turismo: analogias, encontros e relações*. São Paulo: Aleph, 2009.
- SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa (Orgs.). *Depois da utopia: a história oral em seu tempo*. São Paulo: Letra e Voz: Fapesp, 2013.
- SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes. História Oral, memórias compartilhadas e empoderamento: um balanço de experiências de pesquisa. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ORAL, 14, 2006, Sidney. *Anais...* Sidney, Austrália: IOHA, 2006.
- SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; GIGLIO, Zeila. A arte de recriar o passado: história oral e velhice bem-sucedida. In: NERI, A. N. (Org.). *Desenvolvimento e Envelhecimento: Perspectivas Biológicas, Psicológicas, Sociológicas*. Campinas: Papirus, 2001. (Coleção Vivacidade).
- SIMSON, Olga Rodrigues de Moraes; PARK, Margarete; FERNANDES, Renata Sieiro (Orgs.). *Educação não-formal: cenários da criação*. Campinas: CMU/Unicamp, 2007.
- SMITH, Mark. *Issues in cultural tourism studies*. Oxon: Routledge, 2015.
- SOUZA, Carlos Pereira. *As vozes dos educandos do projeto educativo de integração social – PEIS*. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2011.
- TOGNON, Marcos. *Patrimônio Cultural Rural Paulista: espaço para pesquisa, educação e turismo*. In: OITAVA CHAMADA PARA O PROGRAMA DE PESQUISAS EM POLÍTICAS PÚBLICAS DA FAPESP. Campinas: CMU/Unicamp, 2007.
- TOGNON, Marcos. Patrimônio: entre o passado e o presente. In: PARK, Margareth Brandini (Org.). *Formação de educadores: memórias, patrimônio e meio ambiente*. Campinas: Mercado de Letras, 2003.
- TRIGO, Luis Godoy. *Filosofia da formação profissional nas sociedades pós-industriais*. Um olhar para além do tradicional. O caso do lazer e do turismo. 2006. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1996.

TRILLA, Jaume. *Otras educaciones: animación sociocultural, formación de adultos y ciudad educativa*. Barcelona: Editorial Anthropos, 1993.

_____. *La educación fuera de la escuela. Ámbitos no formales y educación social*. Barcelona: Editorial Ariel Educación, 2011.

_____. *La educación informal*. Barcelona: PPU, 1987.

URRY, John. *O olhar do turista: lazer e viagem nas sociedades contemporâneas*. São Paulo: Nobel, 1996.

WORCMAN, Katrin. As histórias e seus usos. SANTHIAGO, Ricardo; MAGALHÃES, Valéria Barbosa (Orgs.). *Depois da utopia: a história oral em seu tempo*. São Paulo: Letra e Voz: Fapesp, 2013.

O município de Cajueiro da Praia (PI), Brasil: características naturais e a conservação de um patrimônio socioambiental

The city of Cajueiro da Praia (PI), Brazil: natural features and the conservation of a social and environmental heritage

André da Silva Dutra¹

andredutrinha3@ifma.edu.br

Raquel Maria Fontes do Amaral Pereira²

raquelfontespereira@gmail.com

Resumo

O trabalho descreve as características naturais do litoral piauiense, especialmente do município de Cajueiro da Praia, objetivando promover uma reflexão sobre a conservação deste ambiente como patrimônio socioambiental. Desta forma, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com enfoque qualitativo, caracterizando geograficamente a região e identificando os segmentos de atividade turística que incentivam a conservação das características naturais locais através da conscientização ambiental. No decorrer do estudo, foi possível verificar que o ecoturismo é a principal atratividade turística das praias cajueirenses, embora ainda sejam necessárias campanhas de sensibilização e conscientização ambientais mais eficazes por parte do poder público do estado do Piauí e da Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia, que promovam, de fato, o turismo na região de maneira sustentável, de modo a contar com a participação efetiva das comunidades locais em todas as etapas deste processo. Também é necessário criar Unidades de Conservação para garantir efetivamente a preservação das características naturais do município de Cajueiro da Praia como um patrimônio socioambiental.

Palavras-chave: Cajueiro da Praia; Características naturais; Patrimônio socioambiental.

Abstract

This paper describes the natural features of the Piauí coast, especially the city of Cajueiro da Praia, seeking to promote a reflection on the conservation of this place as a social and environmental heritage. Thus, a bibliographical research with a qualitative approach was done in order to characterize geographically the region and identify the touristic segments that encourage the conservation of local natural features through environmental awareness. During the work, we found that Ecotourism is the main touristic activity of cajueirenses beaches. But more environmental awareness campaigns are necessary from the government of the Piauí state and the city of Cajueiro da Praia in order to promote, in fact, the tourism in the region in a sustainable manner and with an effective participation of local communities in all stages of this process. It is also necessary to create protected areas to ensure the preservation of the natural characteristics of Cajueiro da Praia as an environmental heritage.

Keywords: Cajueiro da Praia; Natural features; Social and environmental heritage.

1 Aluno do Programa de Mestrado em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí. Especialista em Educação Física Escolar. Professor de Educação Física do Instituto Federal do Maranhão.

2 Professora do Programa de Mestrando em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí. Doutora em Geografia pela Universidade de São Paulo. Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Santa Catarina. Bolsista de produtividade em pesquisa - nível 2 do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Introdução

Com apenas 66 km de extensão, o litoral piauiense é extremamente importante para a biodiversidade marinha por abrigar diversas espécies ameaçadas de extinção como o peixe-boi marinho em seu habitat natural no município de Cajueiro da Praia e as tartarugas de couro e de pente, cuja reprodução era registrada apenas no litoral do Espírito Santo, pode ser registrada também nas praias piauienses da Pedra do Sal e de Barra Grande.

De acordo com a Organização para a Educação, Ciência e Cultura das Nações Unidas (Unesco, 1972), o Patrimônio Natural designa algo com características físicas, biológicas e geológicas extraordinárias; habitats de espécies animais ou vegetais em risco; e áreas de grande valor do ponto de vista científico e estético, ou do ponto de vista da conservação. Já o Patrimônio Cultural de uma nação, de uma região ou de uma comunidade é composto de todas as expressões materiais e espirituais que lhe constituem, incluindo o meio ambiente natural (Declaração de Caracas, 1992).

Para Delphim (2004), a preservação do patrimônio natural propicia excelente exercício de integração entre os elementos físicos e biológicos da natureza, os sistemas que estabelecem entre si e com as ações humanas, fornecendo chaves para a proteção sinérgica de sítios e formações naturais significativas, em conjunto e harmonia com as comunidades de plantas, animais e seres humanos, sobretudo com a cultura de cada grupo em relação à natureza, pois é nela que se encontra toda a fonte material e imaterial da produção cultural.

De certa forma, estes conceitos não podem existir isoladamente; pelo contrário, devem se complementar através da conservação dos sítios culturais para proteger as áreas naturais e paisagísticas no mundo, como um legado para o presente e para o futuro da humanidade, pois a inter-relação entre o homem, os seus semelhantes e tudo que os envolvem, como o meio ambiente, a fauna, a flora, o ar, os minerais, os rios, os oceanos, os manguezais, assim como tudo aquilo que eles contêm, acaba interagindo e até mesmo interferindo no cotidiano de diferentes grupos sociais.

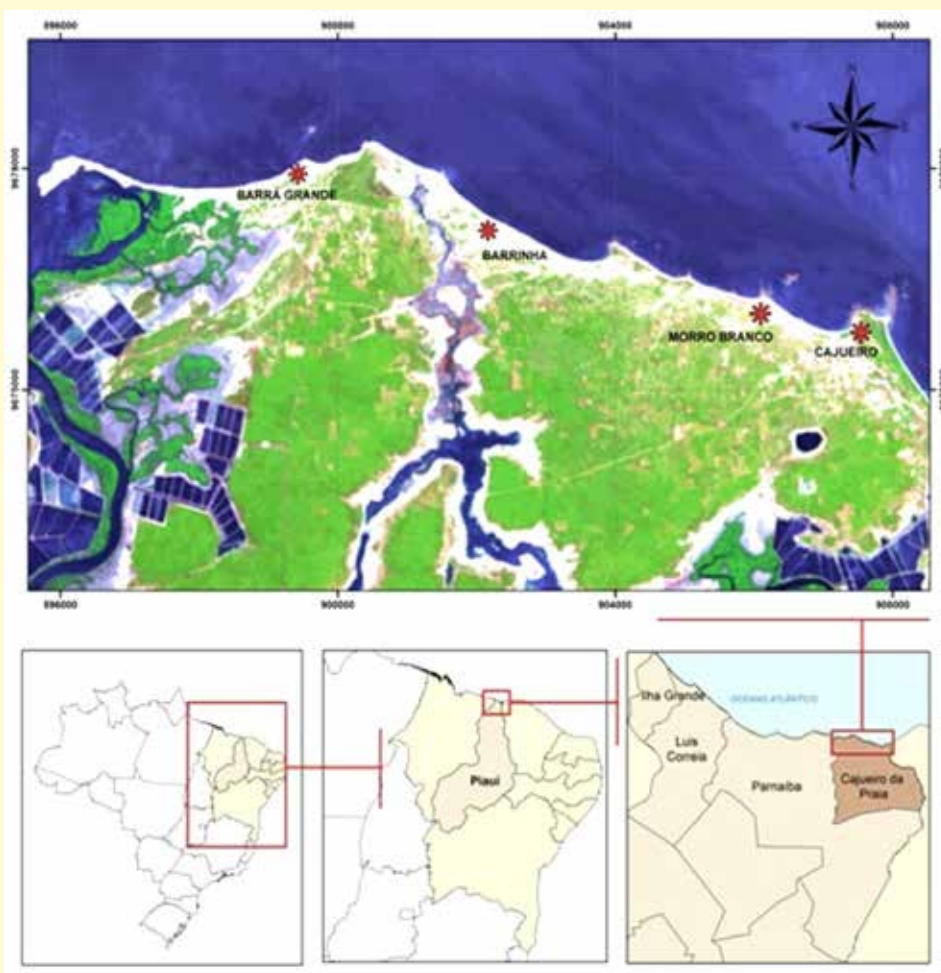
Este artigo, portanto, procura destacar as características naturais do município de Cajueiro da Praia, localizado no litoral piauiense, identificando quais segmentos da atividade turística incentivam a conservação destas características através da conscientização ambiental, objetivando promover uma reflexão sobre a importância da preservação deste ambiente como patrimônio socioambiental.

O litoral Piauiense: breve caracterização

O litoral do estado do Piauí está localizado entre os litorais do Ceará e do Maranhão. É constituído por quatro municípios: Parnaíba, Ilha Grande, Luis Correia e Cajueiro da Praia, sendo considerado o menor litoral em extensão dentre os estados costeiros brasileiros, conforme demonstrado na Figura 1, ao lado.

Situado na Área de Proteção Ambiental (APA)

Figura 1 – Localização geográfica do litoral piauiense: praias de Cajueiro da Praia (PI).



Fonte: Elaborado pelos autores.

Polo Costa do Delta, por muito tempo foi considerado apenas uma passagem entre Jericoacoara e os Lençóis Maranhenses, a famosa Rota das Emoções³. A parada muitas vezes era feita somente para conhecer o deslumbrante Delta do Parnaíba. Só agora o pequeno litoral do estado vem sendo considerado um ponto de parada quase obrigatório na viagem, por conta de sua situação privilegiada, conforme destacam Cavalcanti (2000), Costa (2008) e Carvalho (2010).

A capital do estado do Piauí é a cidade de Teresina, situada a 350 km do litoral. Teresina representa o portão de entrada para que os turistas conheçam os principais produtos turísticos do estado, por se encontrar num importante entroncamento rodoviário, que interliga os estados do Nordeste à região Norte e facilita a comunicação com os principais centros urbanos das regiões Centro-Oeste e Sudeste.

Além do transporte rodoviário, Teresina possui um aeroporto local onde atuam as principais companhias aéreas do Brasil (Gol, Tam e Azul), que transportam pessoas diariamente para as diferentes regiões do país, inclusive para Parnaíba, cidade localizada no litoral piauiense, apesar de seu aeroporto não atender aos padrões internacionais. Cajueiro da Praia fica a 55 km de Parnaíba e o acesso a se dá por Parnaíba, através de uma estrada densa ou por Luis Correia, por meio de uma estrada que percorre o litoral piauiense.

Para Baptista (1981), a zona costeira piauiense começa na Barra das Canárias, seguindo pela Ilha de Santa Isabel, que apresenta formas litorâneas retificadas sucessivas, entre a Barra do Igarassu e as Canárias. O litoral piauiense, de acordo com Baptista (2012), possui uma diversidade de feições distribuída por seus 66 km de extensão, cujas características estão associadas ao seu embasamento geológico, principalmente à ocorrência de recifes de arenito.

De acordo com a classificação de Köppen, o clima litorâneo piauiense é do tipo tropical, quente e úmido (Aw³), com alto índice de pluviosidade em decorrência da influência da massa Equatorial Atlântica, entre os meses de janeiro e junho. Geologicamente, a região encontra-se sobre duas formações: depósitos de areias quartzosas do Quaternário, situados mais a oeste e chegando até os limites com o Maranhão; e formação de barreiras de idade Terciária, situadas mais a leste, até os limites com o Ceará (JACOMINE et al, 1986; SOUSA & RODRIGUES NETA, 2006).

Para Castro (2007), o litoral piauiense apresenta extensas planícies flúvio-marinhas, que cortadas por uma rede de canais, formam as ilhas do Delta. Como resultado dos processos de acumulação flúvio marinha e da influência das características destes ambientes, desenvolvem-se as áreas de mangues, as dunas e as áreas de tensão ecológica, constituídas por caatinga a leste, por cerrado a sudoeste e por sistemas marinhos ao norte.

Segundo o Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Cepro, 1996), a classificação das principais formações vegetais do litoral piauiense é caracterizada como: vegetação pioneira psamófila (de terrenos arenosos), vegetação subperenifólia de dunas, vegetação perenifólia de mangue, vegetação de várzea, vegetação do delta dos rios Parnaíba e Longá, vegetação dos tabuleiros e vegetação estacional secundária do cerrado.

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Integrado do Turismo Sustentável (PDITS) – Polo Costa do Delta (2009), o Delta do Parnaíba, localizado entre os estados do Piauí e Maranhão, especificadamente nos municípios de Parnaíba, Ilha Grande e Luis Correia (PI), Araiozes e Tutóia (MA), possui mais de setenta ilhas fluviais em cinco braços do rio Parnaíba, que abrigam diversas espécies de animais, conforme demonstrado na Figura 2.

³ A Rota das Emoções corresponde a um roteiro que liga três estados do Nordeste brasileiro: Ceará (Parque Nacional de Jericoacoara), Piauí (Área de Proteção Ambiental Polo Costa do Delta) e Maranhão (Parque Nacional do Lençóis Maranhenses). Possui um ecossistema variado e apresenta mares de ondas perfeitas, próprias para a prática do *surf*, *windsurf*, *kitesurf*, entre outros esportes náuticos. Toda a Rota das Emoções é envolta em muita aventura e a região, por manter suas características naturais bastante preservadas, virou roteiro obrigatório para os amantes do ecoturismo, do turismo de aventura e dos esportes ao ar livre.

Figura 2 – Litoral piauiense: Parnaíba, Ilha Grande, Luís Correia e Cajueiro da Praia.



Fonte: Embratur (2015).

De acordo com Guzzi (2012), ocorrem no litoral piauiense as cinco espécies brasileiras de tartaruga marinha: *Caretta caretta* ou tartaruga cabeçuda; *Chelonia mydas* ou tartaruga verde; *Eretmochelys imbricata* ou tartaruga de pente; *Lepidochelys olivacea* ou tartaruga oliva; e *Dermochelys coriacea* ou tartaruga de couro.

Outra espécie ameaçada de extinção encontrada no litoral piauiense é o mamífero aquático peixe-boi marinho (*Trichechus manatus*), que pode ser observado em seu habitat natural no município de Cajueiro da Praia, onde há uma base do Projeto Peixe-Boi Marinho⁴, de responsabilidade do Centro de Mamíferos Aquáticos (CMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio).

Assim, o valor turístico do Polo Costa do Delta é reforçado pela predominância destes espaços naturais e, em especial, costeiros, cujas singularidades chamam a atenção para a destinação turística, especialmente em razão de sua natureza, praticamente intocada e inexplorada pela ação humana.

Apesar de o litoral piauiense apresentar características singulares que representam potencialidades para o desenvolvimento do turismo e que o diferenciam do litoral dos demais estados nordestinos, essa atividade ocorre, em toda a extensão litorânea do estado, de forma desorganizada e somente nos períodos considerados de alta estação que correspondem às férias escolares.

O Município de Cajueiro da Praia (PI), Brasil: belezas naturais e importância da conservação de um patrimônio socioambiental

Cajueiro da Praia é um dos municípios beneficiados pelo Programa de Regionalização do Turismo, do Ministério do Turismo (MTur), e faz parte da região turística Polo Costa do Delta, juntamente com as cidades de Luís Correia, Parnaíba e Ilha Grande, que compõem o roteiro do Piauí Surpreendente, um dos 87 roteiros turísticos divulgados pelo Ministério (SETUR, 2010).

⁴ O Projeto Peixe-Boi Marinho é o único no planeta em que é executado o monitoramento das espécies em mar aberto. É realizado pelo Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em cogestão com a Fundação Mamíferos Aquáticos e com patrocínio oficial da Petrobrás, além de parceria com a prefeitura e apoio das comunidades locais de 06 unidades estrategicamente instaladas no litoral nordestino: Alagoas, Paraíba, Pernambuco, Ceará, Maranhão e Piauí. Cajueiro da Praia foi o primeiro município brasileiro a conceder o título de patrimônio natural ao peixe-boi marinho, quando registrou, em 2005, o nascimento de um filhote da espécie. Ao todo, nasceram no local quatro filhotes. Colaboradores do projeto e pescadores da região informaram aos técnicos e veterinários do Ibama a ocorrência de um parto registrado naturalmente, sem interferência humana, de fêmea nativa, a uma distância de cinco metros da linha de praia. O filhote nasceu com aproximadamente 1,30 m e a mãe é uma fêmea juvenil. O mamífero é o símbolo do lugar e foi adotado como Patrimônio Natural do município.

O município possui uma faixa litorânea de 13 quilômetros e, apesar de possuir 20 povoados, esse trabalho aborda apenas os povoados de sua orla marítima, onde a atividade turística se consolidou (Barrinha, Morro Branco, Cajueiro e Barra Grande), conforme demonstrado na Imagem 3, especialmente na praia de Barra Grande, a mais extensa delas, que se destaca das demais pelo expressivo crescimento do turismo nas últimas décadas.

A praia de Barrinha é uma praia tranquila e considerada um refúgio por não dispor de estrutura física adequada para acolher os turistas. O turismo de esportes, porém, começa a ser explorado na região com a prática do *kitesurf* e a realização de eventos esportivos da modalidade. A praia é habitada, em sua maioria, por nativos ou pessoas que venderam seus terrenos em Barra Grande. A pequena vila de casinhas coloridas e muros floridos, obra de uma artesã local, é um local perfeito para ser explorado através de caminhada ou pedaladas.

A praia de Morro Branco é ocupada por uma pequena colônia de pescadores e, assim como a praia de Barrinha, também não é regularmente frequentada por turistas por não dispor de uma estrutura que promova o turismo na região. Na beira da praia existem algumas casas de veraneio utilizadas pelos proprietários no período de suas férias.

A praia de Cajueiro possui este nome em homenagem a um grande pé da fruta que existe no local. Apesar de ainda ser pouco frequentada por turistas, dispõe de elementos naturais que favorecem a prática de esportes náuticos como o *kitesurf*, a caminhada e o SUP⁵.

A praia de Barra Grande recebe o maior fluxo de turistas dentre as praias que compõem o município de Cajueiro da Praia devido ao fato de ser um paraíso ainda não descoberto pelo turismo de massa. A praia também é alvo de visitas dos adeptos dos esportes de aventura, devido ao seu enorme potencial ecoturístico e do turismo de esportes.

De acordo com Macedo (2012), a visitação à praia de Barra Grande remonta ao início da década de 70 do século XX, quando veranistas oriundos de algumas cidades dos estados do Piauí e do Ceará, ali chegavam para passar suas férias. A partir das décadas de 1980 e 1990, estes turistas passam a visitar a praia para fins de veraneio, em sua grande maioria, através de excursões organizadas por grupos de amigos em ônibus alugados, sem haver a interferência de agências de viagens vendendo pacotes turísticos para Barra Grande.

Ainda segundo Macedo (2011), um novo destino turístico passa a se configurar, a partir de 2000, na

Imagem 3 – Imagem aérea da Praia de Barra Grande.



Fonte: Jornal da Parnaíba (2015).

praia de Barra Grande, com a introdução da prática do *kitesurf* pelo empresário e médico teresinense Ariosto Ibiapina, no ano de 2005, o qual, reconhecendo o crescimento desta prática esportiva no município de Jericoacara (CE), foi motivado a abrir a pousada Barra Grande *Kite Camp* (BGK), oferecendo suporte para os praticantes e simpatizantes do *kitesurf* em Barra Grande.

Desta forma, com a

⁵ Stand Up Paddle Boarding, ou SUP, é um desporto aquático, uma variante do surf, no qual o praticante fica em pé numa prancha, e usa um remo para se mover através da água. O Stand Up Paddle Boarding, com raízes Polinésias, significa em havaiano Ku (de pé) Hoe (remar) He'e (surf) Nalu (onda).

exploração e consequente difusão do *kitesurf* na praia de Barra Grande, facilitada principalmente pelo aproveitamento dos ventos alísios⁶, o trade turístico local começa a se organizar para movimentar recursos e atrair investidores que ali se fixam construindo moradias ou abrindo estabelecimentos comerciais, principalmente pousadas para acolher os turistas.

A partir deste investimento local, um novo tipo de turista, com maior poder aquisitivo e situado na faixa etária dos 17 aos 30 anos de idade, passa a frequentar a praia. Assim, com o aumento do fluxo, o Governo do Estado e o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas empresas do Piauí (Sebrae/PI) começaram a promover o envolvimento da população local no turismo.

O destaque de Barra Grande pelo segmento do turismo de esportes é hoje respaldado pelo Ministério do Turismo e pelo Instituto Brasileiro de Turismo (Embratur), através da prática do *kitesurf*. Esse potencial do esporte como atrativo e produto turístico movimenta recursos e atrai investidores que, aos poucos, vêm adquirindo terras para fixação de moradia, comprando e abrindo estabelecimentos comerciais.

Lopes (2012) destaca que, quanto à organização espacial, o surgimento de novos empreendimentos em Barra Grande acabou gerando muitos atritos e uma disputa pelo território que levou à exclusão e marginalização da comunidade local, pouco beneficiada pelos aspectos positivos que o turismo pode oferecer.

Por outro lado, começam a ocorrer pequenas transformações nas concepções de alguns moradores de Cajueiro da Praia com relação às responsabilidades sociais, principalmente por parte dos pescadores locais da Praia de Barra Grande, que passaram a criar associações e a atender aos turistas de maneira mais sustentável e profissional. É o caso da Associação dos Condutores de Barra Grande (Barratur) e da Nativos – Arte e Turismo, que oferecem roteiros em que os visitantes percorrem uma trilha entre os mangues e outras vegetações típicas do local, com duração média de três horas e duas paradas: uma para a observação de um cultivo de ostras, com

degustação do marisco, e outra na *Camboa dos Cavalos Marinhos*, para observar os cavalos marinhos da espécie *Hippocampus reidi*, conforme demonstrado na Imagem 4.

De acordo com Barbosa e Perinotto (2010, p. 7), além do cavalo marinho, a trilha oferece contato direto com a fauna e flora existentes. Segundo alguns turistas, não seria apenas o cavalo marinho que os deixa fascinados, mas o conjunto de todo o cenário observado durante o trajeto como: crustáceos, diversas aves, mariscos, peixes e vegetação nativa, especialmente o mangue vermelho (*Rhizophora*

mangle) que, unidos, incrementam o passeio. Tais atividades estão em consonância com o que salientam Virgino e Fernandes (2011), ao destacarem que a responsabilidade socioambiental é um fator capaz de agregar valor à cadeia do turismo, através de um trabalho conjunto de entidades ligadas ao governo, à iniciativa privada e à sociedade civil organizada, visando estabelecer ações que promovam a cidadania.

Nesse sentido, segundo Kotler (1996), as responsabilidades sociais são atribuições que a sociedade

Imagem 4 – Trilha ecológica Camboa dos Cavalos Marinhos.



Fonte: Setur/PI (2015).

⁶ Os alísios são ventos regulares que sopram constantemente, em superfície, das regiões de altas pressões atmosféricas subtropicais, situadas em ambos os hemisférios nas latitudes de aproximadamente 30°, para as de baixas pressões próximas à Linha do Equador. Por serem bastante intensos em toda a costa litorânea piauiense durante todo o ano (principalmente entre os meses de agosto, setembro e outubro, chegando a velocidades superiores a 7 m/s), favorecem a prática de esportes náuticos na região como o surf, o *kitesurf* e o *windsurf*.

estipula para as instituições, tendo por objetivos definir algumas obrigações relacionadas à preservação do meio ambiente, dos direitos das minorias e das populações estabelecidas no local (nativas ou não). No entanto, muitos empresários do setor turístico, infelizmente, ainda entendem que sua responsabilidade social está relacionada exclusivamente ao turista e se restringem apenas ao cumprimento da obrigação legal de oferecer-lhe o que é prometido nas divulgações para venda de pacotes e ofertas turísticas. Essa, evidentemente, é uma visão muito estreita da questão.

De acordo com Beni (2001), no cenário nacional surgiu recentemente um avanço no sistema de parceria em virtude da falência do Estado na solução dos problemas sociais com responsabilidade e justiça. O próprio governo federal vem conferindo ênfase à formação de organizações sociais. As responsabilidades sociais no turismo podem, assim, amenizar os impactos negativos através de ações que interfiram nas atividades desenvolvidas pelo *trade* turístico, minimizando possíveis danos ao meio ambiente e, mais especificamente, à sociedade de Cajueiro da Praia.

Na praia de Barra Grande, já se percebe uma série de impactos negativos provocados pela presença dos turistas, bem como pela construção de empreendimentos do setor. Infelizmente, no estado do Piauí o turismo só há poucos anos foi reconhecido e encarado como política pública de interesse estadual. A Secretaria Estadual do Turismo foi criada apenas em 2007, o que aponta uma nova fase para a atividade turística, especialmente na região litorânea do estado (MACEDO, 2010).

No entanto, essa nova fase deve requerer que o *trade* local de Cajueiro da Praia se articule, planeje e aja de forma proativa no tocante à preservação dos seus recursos naturais e culturais, sem esperar por iniciativas do governo e impedindo que os empresários que representam o turismo da região se comportem de forma descompromissada frente ao desenvolvimento deste destino.

A Praia de Barra Grande foi contemplada com um planejamento exclusivo para o setor turístico, através de uma parceria entre o Sebrae/PI e a Secretaria Municipal de Turismo e Meio Ambiente, que resultou no Plano do Turismo de Barra Grande (2007, p. 5), para o período de 2008 à 2013. O plano estabeleceu como visão de futuro “ser modelo de turismo sustentável no Estado do Piauí”, com a missão de “levar os turistas a conhecerem os recursos naturais e culturais de Barra Grande resultando em um maior desenvolvimento local”. Foram traçados como principais objetivos: diminuir a sazonalidade, melhorando os impactos positivos do turismo para a economia local; aumentar a satisfação do turista que vem à Barra Grande, objetivando assim o seu retorno; e gerar mais renda e mais emprego para a população local.

Nesse sentido, diante da necessidade de adoção de planejamentos turísticos consistentes, Anjos (2004) propõe um modelo de planejamento e gestão do território turístico que busca criar processos integrados e com dinâmicas próprias, cujo foco principal de atuação deve ser a articulação de planos estratégicos que desencadeiem ações que envolvam questões sociais, econômicas, naturais, democráticas e sustentáveis do território turístico.

O Plano Estratégico de Barra Grande, entretanto, está longe de atender às necessidades básicas de um planejamento sistêmico nos requisitos da visão processual, integração entre as partes envolvidas e comprometimento na validação do plano proposto.

Segundo Carvalho (2010), a Praia de Barra Grande apresenta dois mundos diferentes, que apesar de próximos territorialmente, se encontram distantes cultural e estruturalmente. O elemento que separa esses dois mundos é a distância social, cultural e econômica resultante de políticas públicas que priorizam o lado mais forte da relação: os empresários em detrimento das pessoas da comunidade local.

Deste modo, constata-se que o turismo em Barra Grande do Piauí pode ser um fator indutor para o desenvolvimento sustentável da região e, se bem estruturado (com base em instrumentos consistentes de planejamento e gestão do território, que contem com a participação do governo, da comunidade local e dos empreendedores), poderá atrair mais turistas, gerando renda e melhoria da condição de vida da população.

Macedo (2012) afirma que o aspecto comercial do turismo é de pouco interesse por parte do poder público, que não promove uma maior divulgação do local. A Secretaria Estadual de Turismo (Setur) divulga o município, especialmente a Praia de Barra Grande, através de matérias promocionais turísticas do Piauí e da participação em eventos turísticos, como por exemplo o *Brasil National Tourism Market* (BNTM), da Bolsa Nacional de Turismo do Mercosul (Santa Catarina), a Feira Broztoa (São Paulo), o Salão do Turismo (São Paulo), o Festival De’lla Creativité (Itália) e a Feira das Américas (ABAV).

As agências de turismo do Piauí despertaram recentemente para a realização de pacotes turísticos para o município, mas boa parte do turismo local ainda ocorre por conta própria dos turistas, o que diante da precária estrutura da região, ainda é visto como um aspecto positivo, levando-se em conta os prejuízos socioambientais que o turismo em massa poderia ocasionar.

Além do aspecto promocional, a gestão municipal deve direcionar suas ações à causa do turismo com mais empenho. O plano de Fortalecimento da Gestão Municipal do Município de Cajueiro da Praia, de 2009, demonstra que o município não exerce de forma satisfatória o planejamento, a gestão e o monitoramento da atividade turística, em especial para Barra Grande.

Nesse sentido, a principal característica de um patrimônio é que a sua conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do lugar e de seu povo, quer por seu excepcional valor arqueológico, etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Segundo Neto (2006), Cajueiro da Praia foi o primeiro município brasileiro a receber o título de Patrimônio Natural do Peixe-Boi Marinho. A Lei Municipal nº 51, de 12 de março de 2003, torna a prefeitura local responsável em proteger o peixe-boi marinho em seu habitat natural (estuários, rios e mar), além de poder explorar este título para incrementar a atividade turística e articular parcerias com entidades para preservar a espécie.

De acordo com Macedo (2012), desde 1994 os trabalhos do Projeto Peixe-Boi Marinho são realizados no município de Cajueiro da Praia e, com a criação de uma unidade deste projeto em parceria com a Fundação Mamíferos Aquáticos e patrocínio oficial da Petrobrás, especialistas e moradores locais uniram esforços por meio de ações ambientais em escolas e comunidades da região.

Segundo Carvalho e Araújo (2009), em 12 de setembro de 2008 foi inaugurada a nova base piauiense deste Projeto Peixe-Boi Marinho, contando com um Centro de Convivência, onde são expostos filmes educativos; um Museu, com acervo sobre a biodiversidade marinha, fauna e flora da região; uma Eco-oficina, onde são confeccionados produtos com a imagem do peixe-boi; uma loja de artesanato e uma Eco-loja; um alojamento para pesquisadores; uma lanchonete; uma sala de pesquisa e um tanque para reabilitação de animais.

Em Cajueiro da Praia também é possível fazer passeio em canoa a vela pelo riquíssimo estuário dos rios Timonhas e Ubatuba guiado por pescadores locais, assim como conhecer outras belezas, como a Praia Ponta do Saco, um sítio arqueológico catalogado pelo Iphan, no qual o turista toma conhecimento do passado, através de

Imagem 5 – Cajueiro Rei, localizado em Cajueiro da Praia.



Fonte: Jornal da Parnaíba (2015).

registros humanos em pedaços de cerâmica. Assim, o município resguarda formações geológicas e fisiográficas e áreas bem delimitadas que constituem o habitat de espécies animais ou vegetais em risco, e de valor incalculável do ponto de vista da ciência e da conservação.

Existe também no município de Cajueiro da Praia um cajueiro com cerca de 200 anos de idade, denominado *Cajueiro Rei*, que se espalha por uma área superior a 6.400 metros, conforme demonstrado na Imagem 5. Nascido de uma só castanha, a árvore ainda se encontra em processo de crescimento através da clonagem multiplicada de seus galhos, nascendo cópias idênticas ao tronco principal que lhe deu origem⁷.

O *Cajueiro-Rei*, árvore símbolo do

⁷ Este processo acontece porque originalmente o cajueiro espalhou-se em ramificações por reprodução não-sexual, chamada alporquia de solo, método que os chineses conhecem há séculos. A multiplicação por alporquia de solo naturalmente acontece quando os galhos tocam o chão, são recobertos pela terra úmida e ganham raízes próprias, em média, depois de dois anos ou dois invernos seguidos. Quando o galho brota, reforça seu tronco, emite novas ramificações e começa tudo outra vez. Isso proporciona uma soma biológica na captação geral de energia solar, água e nutrientes minerais distribuídos por toda a planta-mãe, tornando o cajueiro de milhares de galhos e milhões de folhas uma árvore única, resultado de múltiplas propagações.

município de Cajueiro da Praia, foi destaque em matérias na imprensa nacional por ameaçar o título de o *maior cajueiro do mundo* de uma árvore que possui o mesmo processo de reprodução assexuada na praia de Pirangi, localizada na cidade de Parnamirim (RN).

Por ser patrimônio natural e turístico de Cajueiro da Praia, protegido por Lei Municipal, a Prefeitura de Cajueiro da Praia, junto com órgãos estaduais e federais e instituições de ensino, estão promovendo uma pesquisa para comprovar que o *Cajueiro-Rei* é, de fato, maior do que o Cajueiro de Pirangi. Segundo dados preliminares, a extensão do cajueiro piauiense é de 8,8 mil metros quadrados, enquanto o do RN possui 8,5 mil metros quadrados.

Outras possibilidades de exploração de atividades turísticas na Praia de Barra Grande são a caminhada e a canoagem, através de passeios às Ilhas das Garças, das Cabras e do Camaleão. Pode-se também observar e admirar a pesca tradicional, atividade ligada às origens da localidade, e a coleta de mariscos feita pelas marisqueiras, esposas dos pecadores, como atividade comercial utilizada para complementar a renda familiar.

Tanto na visitação do Projeto Peixe-boi marinho como no passeio pela Trilha Ecológica do Cavalo Marinho, os condutores reforçam a questão da biodiversidade local e preservação ambiental. Assim, os moradores locais organizam, disciplinam e orientam os turistas por meio de passeios turísticos reconhecendo o valor da biodiversidade e de sua preservação. Nesse sentido, o crescimento do turismo de observação, de acordo com Wilson e Tisdell (2001), se origina a partir do desenvolvimento do turismo e do desejo dos turistas em ver animais selvagens em seu estado natural. Conforme Serrano e Bruhns (1997), o ecoturismo seria a viagem responsável a áreas naturais, visando preservar o meio ambiente e promover o bem estar da população local. Segundo Trigo:

O ecoturismo pode atuar positivamente por meio de: geração de emprego e oportunidade de trabalho para a comunidade local junto a atividades com fornecedores de serviços ao ecoturismo, geração de oportunidades de negócios e iniciativas empreendedoras em escala local para atender as demandas de serviços e produtos geradas pelo ecoturismo, apoio à melhoria do nível de educação da comunidade e catalização de meios para a capacitação profissional daqueles que precisam e desejam inserir-se ao mercado de trabalho em torno do ecoturismo e estímulo e fomento ao associativismo e ao espírito cooperativo nas comunidades, como forma de organização social e política para conquistar sua autodeterminação no processo de desenvolvimento ecoturístico (TRIGO, 2005, p. 486).

Assim, o ecoturismo, além de gerar benefícios para estas associações, promove certas mudanças no comportamento dos turistas no que se refere à preservação e conservação da natureza como patrimônio socioambiental, estimulando, inclusive, o desenvolvimento de campanhas educacionais e conservacionistas do meio ambiente e a pesquisa científica, transmitindo à população a importância da preservação deste ambiente socioambiental.

Vale destacar que a área que abrange todo o município de Cajueiro da Praia, bem como toda a extensão litorânea piauiense, é dotada de raras belezas cênicas e que, certamente, em razão da crescente procura para a prática do turismo e do lazer, podem ser degradadas caso não sejam objeto de maior proteção por parte, principalmente, do poder público do estado do Piauí e da Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia, por meio de campanhas de sensibilização e conscientização da preservação destes ambientes, associadas aos diferentes segmentos do turismo.

Entretanto, toda a área deverá ser manejada de acordo com o Plano de Manejo da APA Polo Costa do Delta, fazendo com que a área de ampliação proposta atenda os critérios conservacionistas, tendo em vista a sua importância e fragilidade ambiental. Nesse sentido, é essencial que sejam definidos e estabelecidos “setores/zonas” dentro destas unidades de conservação, para então definir objetivos de manejo e normas específicas para cada uma, seguindo o descrito no Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC).

Nesse sentido, os meios e as condições para cumprir os objetivos de cada unidade deverão ser definidos através da implantação de Planos Estratégicos do Turismo consistentes, que busquem criar processos integrados e com dinâmicas próprias, cujo foco principal de atuação deve ser a articulação de planos

estratégicos desencadeadores de ações que envolvam questões sociais, econômicas, naturais, democráticas e sustentáveis do território turístico.

Os Corredores Amigáveis da Biodiversidade (CAB), localizados no município de Cajueiro da Praia, são configurados como corredores ecológicos constituídos por ecossistemas naturais ou seminaturais (trilhas do cavalo marinho, por exemplo), e podem ser preservados através de Áreas de Proteção Permanente (APP's) ligadas às unidades de conservação (UCs), possibilitando e facilitando, caso haja a necessidade num futuro próximo, a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas do litoral piauiense.

Assim, a implantação destas UCs, em conjunto com as ações propostas para conservação da área do município de Cajueiro da Praia, deverão proteger os recursos naturais importantes para a manutenção de uma série de serviços ambientais fundamentais para o equilíbrio ecológico e para a saúde e economia do *trade* local, especialmente para a comunidade, que deve participar de todas as fases desses processos para legitimá-lo, atrair o turismo ecológico e promover o desenvolvimento social e econômico de forma sustentável para a região.

Desta forma, o município de Cajueiro da Praia possui um território de valor histórico-cultural e ambiental significativos, com manifestações culturais, entendidas como tradições, práticas e referências; bens intangíveis, que conferem identidade ao município; assim como ambiências históricas e culturais; parques naturais; patrimônio arqueológico; sítios históricos e paisagens, ou seja, possui os elementos que compõem o Patrimônio Histórico-Cultural e o Patrimônio Natural, e devem ser inventariados e identificados em lei específica, com critérios de classificação, parâmetros e mecanismos de preservação, conservação e recuperação proporcionais à sua importância. Portanto, o município de Cajueiro da Praia deve ser reconhecido como patrimônio socioambiental independentemente do grau de conhecimento que se tem sobre suas inúmeras e variadas formas de utilização, devendo sua preservação partir da consciência e do orgulho de todos, para que isto seja transmitido para os turistas e, principalmente, para as futuras gerações da região.

Considerações finais

Cajueiro da Praia reúne características físicas, biológicas e geológicas extraordinárias, habitats de espécies animais ou vegetais em risco, e áreas de grande valor do ponto de vista científico e estético ou do ponto de vista da conservação.

O município é caracterizado por formações geológicas, tais como o sítio arqueológico catalogado pelo Iphan na praia da Ponta dos Sacos, onde o turista pode encontrar vestígios do passado, através de registros humanos em pedaços de cerâmica, e por conter áreas bem delimitadas que constituem o habitat de espécies de animais ou vegetais em risco de extinção e de valor incalculável do ponto de vista da ciência e da conservação, como é o caso do peixe-boi, do cavalo-marinho e da tartaruga de couro, tornando-se extremamente importante para a conservação *in situ* da diversidade biológica.

Nas praias cajueirenses, especificamente em Barra Grande, os moradores locais organizam, disciplinam e orientam os turistas por meio de passeios turísticos que promovem o reconhecimento do valor da biodiversidade e sua consequente preservação. Assim, o ecoturismo, que se destaca dentre os diversos segmentos do turismo no município de Cajueiro da Praia, pode promover a responsabilidade social, estimular o desenvolvimento de campanhas educacionais e conservacionistas do meio ambiente e a pesquisa científica, transmitindo às populações a sua importância como patrimônio socioambiental.

Apesar destas ações, ainda são necessárias campanhas de sensibilização e conscientização ambientais mais eficazes do poder público do estado do Piauí e da Prefeitura Municipal de Cajueiro da Praia que promovam, de fato, o turismo na região de maneira sustentável e que tenham a participação efetiva das comunidades locais em todas as etapas deste processo. Também é necessário ampliar as ações das Unidades de Conservação do município de Cajueiro da Praia para garantir a preservação das características naturais do Município de Cajueiro da Praia como um patrimônio socioambiental.

Referências:

- ANJOS, Francisco Antonio dos. *Processo de Planejamento e Gestão do Território Turístico: Uma Proposta Sistêmica*. 2004. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis. 2004.
- BARBOSA, A. G. P.; PERINOTTO, A. R. C. Trilha Ecológica do Cavalo Marinho: ecoturismo em Barra Grande-PI. *Revista Rosa dos Ventos*, Caxias do Sul, v. 1, n. 1, p. 45-55, jan./jun. 2010.
- BENI, Mario C. *Análise Estrutural do Turismo*. São Paulo: Senac, 2001.
- BAPTISTA, J. G. *Geografia Física do Piauí*. 2. ed. Teresina: COMEPI, 1981. 366 p.
- CARVALHO, Stella Maria Sousa. *Possibilidades e limitações do desenvolvimento sustentável no município de Cajueiro da Praia (PI)*. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2010.
- CASTRO, A.A.J.F. Unidades de planejamento: uma proposta para o estado do Piauí com base na dimensão diversidade de ecossistemas. *Publ. avulsas conserv. Ecossistemas*, Teresina, n.18, p.1-28, set. 2007. (Série: Publicações Prévias).
- CAVALCANTI, A. P. B. *Impactos e condições ambientais da zona costeira do estado do Piauí*. 2000. 356 fls. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2000.
- CEPRO. *Macrozoneamento costeiro do estado do Piauí: relatório geoambiental e sócioeconômico*. Teresina: Secretaria de Planejamento do Piauí, 1996.
- COSTA, A.S. *Turismo e Desenvolvimento Sustentável em Barra Grande – Cajueiro da Praia (PI)*. 2006. 105 fls. Dissertação (Mestrado em Meio Ambiente e Desenvolvimento) – Universidade Federal do Piauí, Teresina. 2008.
- DECLARAÇÃO DE CARACAS, 1992. Tradução de Maristela Braga. In: ARAÚJO, Marcelo Mattos; BRUNO, Maria Cristina Oliveira (Orgs.). *A memória do pensamento museológico contemporâneo*. Documentos e depoimentos. [S.l]: Comitê Brasileiro do ICOM, 1995.
- DELPHIN, C.F de Moura. *O Patrimônio Natural no Brasil*. Rio de Janeiro: Iphan, 2004.
- FERNANDES, Lissa V.; VIRGINIO, Darlyne F. Responsabilidade socioambiental na hotelaria: um estudo na via costeira de Natal – RN. *Caderno Virtual de Turismo*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p.220-233, ago. 2011.
- GUZZI, Anderson. *Biodiversidade do Delta do Parnaíba: litoral piauiense*. In: _____. (Org.). Parnaíba: EDUFPI, 2012. 466p. il.
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Cidades*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=220208>>. Acesso em: 20 jan. 2010.
- JACOMINE, P.K.T. et al. *Levantamento exploratório - reconhecimento de solos do estado do Piauí*. Rio de Janeiro: Embrapa/SNLCS/Sudene, 1986. 782 p.
- KOTLER, Philip. *Administração de Marketing: Análise, Planejamento, Implementação e Controle*. São Paulo: Atlas, 1996.
- LOPES, Francysco R. A. As dinâmicas socioespaciais em Barra Grande - PI: Um estudo introdutório do turismo e comunidade local. *Revista FSA*, Teresina, v. 9, n. 1, p. 113-124, jan./jul. 2012.
- MACEDO, Erminia Medeiros. *O turismo na Praia Grande de Barra Grande/PI: impactos e contribuições ao desenvolvimento local*. 2012. Dissertação (Mestrado em Turismo) – Universidade de Brasília, Brasília. 2012.
- NETO, A. *Luis Correa & Cajueiro da Praia*. Executivo e Legislativo. Teresina: Geração 70, 2006.
- PDITS, *Polo Costa do Delta*. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/prodetur/downloads/gerados/pdits_piaui.asp>. Acesso em: 15 abr. 2015.
- SERRANO, C. M. T.; BRUHNS, H. T. (Orgs.). *Viagens à Natureza: Turismo, Cultura e Ambiente*. 2. ed. Campinas:

Papirus, 1997. 150 p. (Coleção Turismo).

PIAUI. Secretaria Estadual de Turismo. Municípios. *Cajueiro da Praia*. Disponível em: <<http://www.turismo.pi.gov.br/pt-br/municipios/cajueiro-da-praia>>. Acesso em: 15 abr. 2015.

SOUSA, M. J. N.; RODRIGUES NETO, F. R. Litoral do Piauí: configuração e caracterização dos atributos geoambientais. In: CEPRO, X. *Macrozoneamento Costeiro do Estado do Piauí: relatório geoambiental e socioeconômico*. Teresina: Fundação SEPRO, 1996. p. 43-72.

TRIGO, L. G.G. *Análises Regionais e Globais do Turismo Brasileiro*. São Paulo: Roca, 2005.

UNESCO. *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural*. [S.l.]: Unesco, 1972.

WILSON, C.; TISDELL, C. Sea turtles as a non-consumptive tourism resource especially in Australia. *Tourism Management*, Department of Economics, University of Queensland, Brisbane, v. 22, n. 3, p. 279-288, 2001.

O Teatro de Mamulengos de ontem e de hoje: a importância do reconhecimento do Teatro de Bonecos Tradicional Brasileiro como patrimônio imaterial cultural do Brasil

The Mamulengo Puppet Theatre of yesterday and today: the importance of recognizing the Traditional Brazilian Puppet Theatre as intangible cultural heritage of Brazil

*Kely Elias de Castro*¹

kelydecastro@gmail.com

Resumo

Este artigo propõe uma reflexão sobre o Teatro de Mamulengos na atualidade à luz de sua história, acentuando sua resistência como manifestação cultural ao longo dos tempos. Procura analisar elementos da atualidade que influem na sobrevivência e renovação desta linguagem artística, bem como características que endossam sua importância dentro da ideia de identidade nacional. Discorre sobre aspectos relacionados ao recente reconhecimento deste teatro como patrimônio imaterial e cultural do Brasil, pelo Iphan (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Para tanto, utiliza bibliografia sobre o teatro de Mamulengos e patrimônio imaterial.

Palavras-Chave: Teatro de bonecos; Teatro de Mamulengos; Patrimônio cultural.

Abstract

This article proposes a reflection about the Mamulengo Puppet Theatre today in light of its history, emphasizing its resistance as cultural manifestation over time. We analyze the current elements that influence the survival and renewal of this artistic language, as well as other characteristics that endorse its importance to the idea of national identity. It discusses some issues related to the recent recognition of this theatre genre as intangible cultural heritage of Brazil by Iphan (National Institute of Historic and Artistic Patrimony). This debate is based on literature about Mamulengo Puppet Theatre and intangible cultural heritage.

Keywords: Puppet theatre; Mamulengo puppet theatre; Cultural heritage.

¹ Doutoranda em Artes, no Instituto de Artes da Universidade Estadual Paulista (Unesp), e mestre em Artes pela Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).

Introdução

No ano de 2015, em que o teatro de bonecos tradicional nordestino recebe o título de Patrimônio Imaterial Cultural do Brasil pelo Iphan, este artigo busca realizar uma breve reflexão sobre a importância deste teatro e sua presença na atualidade.

Principiamos por considerar que o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial e o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial têm apenas quinze anos de existência em nosso país, sendo que os estudos para o registro do teatro de bonecos tradicional do Brasil, como patrimônio imaterial, começaram há oito anos. Entretanto, apesar de apenas agora ter sido oficializada, a trajetória da investigação sobre o fazer dos mestres e outros envolvidos no teatro de bonecos acompanhou grande parte do período da construção da ideia de patrimônio imaterial no Brasil.

Do ano 2000 para cá, vimos algumas manifestações artísticas populares se tornarem oficialmente nosso patrimônio, por exemplo: Jongo do Sudeste (2005), Matrizes do Samba do Rio de Janeiro (2007), Tambor de Crioula do Maranhão (2007), Samba de Roda do Recôncavo Baiano (2008), Frevo do Carnaval de Recife (2012) e a Roda de Capoeira (2014). São práticas realizadas por uma determinada comunidade que formam seus jeitos de fazer, de pensar, de se comportar, ou seja, estabelecem uma identidade popular ou, nestes casos, artística. Em relação ao teatro de bonecos nordestino, o dossiê para o registro deste patrimônio argumenta:

O Registro do Teatro de Bonecos Popular do Nordeste - Mamulengo, Babau, João Redondo e Cassimiro - como Patrimônio Cultural do Brasil e sua inscrição no livro *Formas de Expressão*, justifica-se considerando a originalidade e a tradição dessa expressão cênica, 175 repassadas de mestre para discípulo, de pai para filho, de geração para geração. Uma tradição que revela uma das facetas da cultura brasileira, onde brincantes, através da arte dos bonecos, encenam histórias apreendidas na tradição que falam de relações sociais estabelecidas em um dado período da sociedade nordestina e de histórias que continuam revelando seu cotidiano, através dos novos enredos, personagens, música, linguagem verbal, das cores e da alegria que são inerentes ao seu contexto social. (BRASIL, 2014, p. 174).

O teatro de bonecos tradicional é uma manifestação cultural popular presente em diferentes países e que recebe influências culturais que determinam suas características. Para citar alguns, há o *Guignol*, na França; *Punch*, na Inglaterra; *Karagós*, na Turquia; *Fantoccini*, na Itália e *Vidouchaka*, na Índia. Nas Américas, o dossiê citado enfatiza que o Brasil é o único país que possui um patrimônio desta natureza. Muito embora a tradição deste tipo de teatro esteja presente em grande parte do país, foi na região nordeste que mais se desenvolveu, cresceu e resistiu até os dias de hoje.

Mesmo falando apenas da região nordeste, a variação do teatro de bonecos tradicional é relativamente grande e recebeu diferentes nomes: Mamulengo (Pernambuco), Babau (Paraíba), João Redondo (Rio Grande do Norte) e Cassimiro Coco (Maranhão, Alagoas, Ceará e Piauí). Não por acaso, a denominação Mamulengo se tornou generalizante quando se fala em teatro de bonecos popular brasileiro, por isso aqui vamos utilizá-la.

Os registros históricos mais antigos sobre a existência do teatro de Mamulengos são do século XIX, porém, não se sabe ao certo como e quando teria sido seu início. Da mesma forma, incertezas também cercam a origem de seu nome, que se cogita, entre outras teses menos aceitas, ter vindo da expressão “mão molenga”, uma referência ao ágil movimento da mão na manipulação do boneco de luva no Mamulengo. Ainda, é comum encontrarmos nos estudos sobre o teatro de bonecos popular brasileiro a afirmação de que sua genealogia é portuguesa e católica. Teria raízes nas festividades natalinas, mais especificamente na construção e na animação de presépios. Contudo, têm crescido, ainda que morosamente, as pesquisas que apontam as origens africanas deste teatro.

A tese de que o boneco popular brasileiro teria sua ascendência da terra dos colonizadores do Brasil se confronta com a história, contada por antigos mamulengueiros, de que a brincadeira teria nascido em uma senzala no Brasil. Segundo essa lenda, depois de ser açoitado por um senhor cruel, um negro chamado Tião teria esculpido a face deste torturador num tronco de madeira. Teria então enrolado a escultura em trapos e com ela iniciado uma imitação dos trejeitos de seu senhor, para a diversão dos outros negros na senzala. Denunciado, o escravo foi surpreendido pelo senhor no meio da brincadeira, porém, ao invés de interromper a ação para castigá-lo, seu senhor se pôs a apreciar a história até o fim. Tião foi perdoado, mas a esposa do senhor não se conformou com o fato de

seu marido ter permitido tamanha zombaria. Então, o senhor teria ido até Tião e mandado que ele fizesse também uma escultura da sinhá, e que mostrasse a brincadeira a ela. O negro ficou assustado, imaginando que desta vez seria morto, mas para sua surpresa nem mesmo sinhá, que seria ainda mais cruel que seu senhor, pôde resistir ao encanto da brincadeira. Desde então, Tião teria sido liberado para continuar fazendo esta diversão em seus momentos de descanso, e, assim, teria se tornado o primeiro mamulengueiro da história do Brasil (FILHO, 1987, p. 73).

O pesquisador e brincante Chico Simões comenta a lenda que, apesar de ficcional, é conhecida por todos os mestres e citada em estudos acadêmicos na área:

Esta história é uma ficção, provavelmente, criada na imaginação fértil de um ou vários mamulengueiros, mas prefiro essa ficção forjada para expressar sentimentos verdadeiros, para revelar relações sociais, culturais, morais, políticas e econômicas de um tempo e de um lugar, para denunciar e combater preconceitos reais, que as histórias documentais, científicas, oficiais, que nem sempre querem revelar (SIMÕES, 2005, p. 180).

Certamente, a hipótese de que o Mamulengo nasceu em uma senzala no Brasil, como um instrumento de resistência, crítica e diversão, identifica-o mais com o povo brasileiro do que a tese de que este seria um desdobramento de formas de bonecos trazidos pelos portugueses. Sabe-se que Anchieta utilizava bonecos em suas tentativas de catequização dos índios, mas também é sabido que muitas etnias indígenas confeccionavam bonecos para diferentes fins, desde representações dos deuses às mais puras brincadeiras infantis.

Desta forma, a verdadeira origem do Mamulengo continua controversa, mas o que se destaca nesse tipo de teatro é a sua resistência ao longo do tempo. Mesmo tendo sofrido modificações necessárias à sua sobrevivência, ele se manteve absolutamente atual em seu propósito: o de falar do povo para o povo.

Antes de iniciarmos este breve voo sobre essa arte popular tradicional, vale destacar uma característica peculiar e não menos importante que tantos outros aspectos específicos do Mamulengo: diz-se dessa arte, brincadeira; de seu objeto, brinquedo; de seu artista, brincante. É possível que elucubrações

Imagem 1 – Mestre Zé de Vina e o cuidado com seus bonecos (2014).



Fonte: Anna Piccolo (acervo pessoal).

inúmeras as histórias que pesquisadores relatam sobre a nítida separação que os mestres fazem entre eles próprios e seus bonecos. Por exemplo, quando Hermilo Borba Filho conta sobre o mamulengueiro José Petronilo, diz:

Para arrancar uma palavra dele, é preciso ter muita paciência, mas durante o manejo dos bonecos passa da introspecção para uma transfiguração completa: canta, ri, diz piadas

sobre esta terminologia específica possam reduzir o conteúdo poético e as tantas possibilidades de associação entre os conceitos de arte e brincadeira. Contudo, não podemos nos furtar de destacar ao menos dois aspectos nos quais se baseia esta arte: a liberdade e a inocência.

Inocência, no sentido da inimputabilidade e da singeleza. Como nos ensina a lenda do escravo Tião, o mamulengueiro não pode ser culpado, ou punido, pelas críticas ou zombarias que fazem seus bonecos. A malícia está no brinquedo e não no brincante. São

com o auditório e lança mão de obscenidades que fazem as delícias das senhoras e mocinhas. [...] Tem uma maneira toda especial de falar de seus bonecos, quando os está preparando para a função. Um deles, uma boneca chamada Dona Condessa, mereceu este reparo: “Essa velha é muito assanhada e o senhor vai ver como ela fala” (FILHO, 1987, p. 151).

A inocência é a garantia da inculpabilidade do brincante e está diretamente ligada à outra característica fundamental, a liberdade. Como toda brincadeira, o Mamulengo tem regras próprias que especificam sua arte, mas entre elas é vital a liberdade irrestrita para criar e improvisar. O cerceamento desta liberdade, imposto por diferentes vias, como a tentativa de moralização ou cobranças do mercado cultural, também será tratado aqui, ainda que de maneira breve.

A brincadeira de ontem

Assim como fazia o escravo Tião, os mestres mamulengueiros brincam nos intervalos do trabalho. Afinal, a grande maioria, além de artista, possui atividade profissional. São feirantes, roceiros, cabeleireiros, pedreiros, pequenos comerciantes, lavradores, etc. São trabalhadores do campo ou da cidade, de origem pobre, muitas vezes, analfabetos. Aprenderam a brincar vendo o outro brincar, normalmente alguém da própria família ou da mesma comunidade.

Essa proximidade é algo importante para a preservação do Mamulengo. Isso porque o mamulengueiro é, em geral, um artista múltiplo: confecciona bonecos, cenários e figurinos; monta suas histórias e roteiros (pode-se dizer que é seu próprio dramaturgo); dirige os músicos e outros participantes da função e é, ainda, produtor, pois normalmente é o responsável pelas negociações acerca das apresentações. Por isso, estar próximo e poder acompanhar quem faz tudo isso é provavelmente a única maneira de apreender de forma completa este ofício, mesmo nos dias hoje.

Cada mestre desenvolve seu jeito próprio de brincar, suas personagens e a formação de seu grupo para a função. Os grupos podem ter vários integrantes: o mestre; o contramestre; os ajudantes que auxiliam dentro da barraca, também chamados de *Folgasões*; o *Mateus* (originário do bumba-meu-boi), que faz um papel similar a um mestre de cerimônias; e os músicos, que tradicionalmente formam uma banda composta por sanfona de oito baixos, triângulo, ou ganzá, e caixa, ou zabumba. Em geral, os mestres são pelo menos acompanhados por um músico, mas também há aqueles que brincam sós.

As apresentações podem ocorrer em diferentes locais, públicos ou não: praças, ruas, comércios, sítios, casas, etc. Não possuem, tradicionalmente, hora para acabar, podendo durar até oito horas, virando a noite. Por conseguinte, o público vai se modificando no decorrer do espetáculo, pois uns chegam, outros saem. Esta é uma peculiaridade curiosa do Mamulengo, pois como a participação do público é de fundamental importância, o mestre deve ser capaz de improvisar com diferentes públicos em uma única função. A plateia se modifica completamente caso a brincadeira adentre a noite, já que, dado certo horário, mulheres e crianças vão embora e predomina o público masculino, frequentemente aquecido pelo consumo de álcool. Então, a brincadeira fica mais livre, sem preocupações morais, e é quando aparecem as piadas mais maliciosas, de sentido sexual (SANTOS, 2007, p. 22).

Os espetáculos não possuem uma estrutura dramática linear, possuem um roteiro (não escrito) acrescido de improvisos e dependem diretamente da participação do público. São formados por *passagens*, pequenas cenas normalmente criadas a partir da personagem/boneco que podem ser tradicionais ou inventadas pelo brincante. Quando existe uma história, ela nada mais é do que um pretexto para a apresentação dessas passagens, que não necessariamente possuem alguma ligação entre si. Essa estrutura, assim como outros aspectos, como personagens e temas, muito se assemelha à da *commedia dell'arte*, de origem italiana, o que reforça a ideia de uma suposta raiz europeia para o Mamulengo.

Como já dito, o teatro de Mamulengo é feito pelo povo e para o povo, portanto seus assuntos são

sempre relativos à classe trabalhadora, seja da cidade ou do campo, ao seu cotidiano, às suas mazelas, às suas crenças e festas. Seu objetivo maior é a diversão, o fazer rir. Para atingir este intento vale tudo: obscenidades, palavrões, escatologias, pancadarias e, inclusive, brincadeiras de cunho pessoal, dirigidas a alguém da plateia.

Este gênero de espetáculo se caracteriza pela hibridez, sendo absolutamente necessária a presença da música, da dança e da poesia. Elas permitem criar um universo particular em que os heróis e vencedores são figuras do povo e o opressor é quem sofre e paga pelo mal. Conforme Fernando Augusto Gonçalves Santos:

Freqüentemente, o Mamulengo é de uma contundência admirável, motivado por uma inspiração fascinante que lhe permite alterar o equilíbrio do mundo, as relações de poder, insurgindo-se contra o maniqueísmo da vida, criando um outro mundo que ele próprio governa, uma situação poético-dramática que incorpora o público. Arranca personagens e temas de um mundo ao qual é sujeito, submisso e pelo qual é explorado, transpondo-os, em transfiguração muito própria, para um mundo onde sua voz, anseios e vontades são ouvidos. Isso tudo na intenção maior de provocar o riso, que gerando a folgança, o alívio, o divertimento, atua como elemento catártico e de grande comunicabilidade (SANTOS, 2007, p. 20).

Os bonecos são tradicionalmente feitos de madeira, na qual se esculpem suas cabeças e mãos, e também de tecido. A estrutura dramática do espetáculo pede que o brinquedo seja forte e durável. A opção pela confecção com madeira talvez esteja na preocupação com a durabilidade do objeto, afinal não podem ser bonecos frágeis, já que em uma única função podem tomar cacetadas, sofrer quedas, etc. Os bonecos em tecido normalmente são personagens femininas, que demandam alguma delicadeza. Naturalmente, o boneco poderá ter traços rústicos ou singelos, dependendo do artesão que o construiu. Podem ser de luva, de vara, de fio ou de vara e fio. Suas personagens são pessoas da sociedade (trabalhador, vagabundo, policial, prefeito, bêbado, moça, mulher etc.), figuras fantásticas (deus, capeta, morte) e animais (principalmente o boi e a cobra, muito presentes no folclore brasileiro). É comum encontrarmos os nomes de Benedito ou Simão, como o herói, e Quitéria ou Marieta, como a mocinha, que pode ser também a esposa do coronel.

A relação que o mestre estabelece com seus bonecos sempre ganha destaque em estudos acadêmicos, reportagens e outras pesquisas sobre o Teatro de Mamulengos. Por serem esses mestres homens rústicos, muitas vezes trabalhadores braçais, e quase sempre desprovidos de estudo, a delicadeza e sentimentalismo no trato com os bonecos acabam sendo fatores surpreendentes. Santos cita uma fala colhida do mestre Ginu (1910-1977) que exemplifica a profundidade desta relação:

Esses bonecos são meus amigos das horas tristes. São meus companheiros. Eu não quero ver ninguém dar uma queda neles. Para mim é meu filho. Cada um tem um jeito de vida, cada um uma religião. Adoro meus bonecos. Tenho mais amizade a eles do que a um filho (OLIVEIRA apud SANTOS, 2007, p. 29).

Esse trato de igual para igual, do mestre para o boneco, pode ser o gene da magia que faz com que plateias inteiras acreditem que um boneco tenha vida. Afinal, a crença de seu manipulador na força vital do objeto é primordial para se fazer eficaz a um terceiro, o espectador. Hermilo Borba Filho relata um fato curioso durante suas pesquisas junto aos mestres mamulengueiros (neste trecho ele fala sobre o trabalho do mestre Manuel de Cabedelo):

Todas as figuras de mulher são representadas por bonecas de pano, pois este é o seu sentido de beleza. Confessou-me, como o fez José Petronilo Dutra, o mamulengueiro de Surubim, que pega as bonecas de pano apenas pelas pernas, com “vergonha de colocar a mão por de baixo da saia” (FILHO, 1987, p. 148).

O episódio relatado por Filho nos mostra que a relação íntima entre mestre e boneco é tão verdadeira que até mesmo os valores morais são levados em consideração na interação com o objeto. Essa relação pessoal singular que o manipulador cria com cada boneco permite o domínio completo sobre as características

do personagem, fazendo com que o jogo de improviso aconteça de forma orgânica, natural, aos olhos do espectador.

Imagem 2 – VI Encontro de Mamulengos (2014).



Fonte: Anna Piccolo (acervo pessoal).

A brincadeira de hoje

Apesar das transformações ocorridas ao longo do tempo, o Teatro de Mamulengos resiste e se mantém vivo e atual. Com o advento do rádio, da televisão e, mais recentemente, da internet, as apresentações com mais de cinco horas, por exemplo, perderam sentido. Porém, ao contrário do que se poderia imaginar, Benedito, Quitéria e outros Mamulengos resistiram às chamativas personagens presentes nos programas infantis da TV. O acordeom, a zabumba e o pandeiro continuam divertindo, apesar da música eletrônica, e até a simples montagem da barraca de Mamulengo numa praça pública ainda faz juntar gente.

Podemos conjecturar que justamente essa vida contínua e pulsante, mesmo após a eclosão tecnológica e urbana no Brasil, faça o Mamulengo merecer a alcunha de patrimônio nacional. Para Néstor García Canclini (1994), os processos de urbanização, a indústria cultural, o turismo e outras realidades vividas na atualidade, não devem ser vistos como inimigos do patrimônio e sim como contextos em que os bens históricos se inserem. Tais conjunturas, segundo o autor, devem nos servir ainda para repensarmos o que entendemos por patrimônio e identidade nacional:

Os processos de urbanização, industrialização e massificação da cultura, as migrações e a transnacionalização dos bens materiais e simbólicos, a globalização e as formas de integração econômica exigem a redefinição do que hoje podemos entender por nação. O que concebemos como tal não é unicamente o conjunto de bens e tradições surgidos e mantidos no território historicamente habitado por uma comunidade. A população originária se alimenta, se informa e se entretém com muitos bens e mensagens procedentes do estrangeiro, os quais, porém, vimos incorporando à nossa vida cotidiana (CANCLINI, 1994, p. 95).

Além dessa resistência nos dias de hoje, o teatro de Mamulengos tem se renovado em termos estéticos com a chegada de novos brincantes, que trazem distintas experiências artísticas anteriores. Conforme Isabela Brochado (2015, p. 80), recentemente houve “um aumento significativo de novos grupos de teatro de bonecos ou bonequeiros solo, que se relacionam com as formas tradicionais de teatro de bonecos do Nordeste”. Esses novos grupos apresentam inovações, superações e transformações em relação à linguagem e também às tradições. A orquestra, por exemplo, pode apresentar instrumentos bem distintos dos tradicionais aqui citados, como guitarra e teclado elétricos.

Observamos nos novos trabalhos uma maior utilização dos recursos tecnológicos, como a iluminação e também o sistema de som. Hoje, nas apresentações realizadas em eventos de pequeno a grande porte, é muito comum que a voz do mamulengueiro esteja amplificada por meio de um microfone. Todos parecem concordar que, se temos tecnologia, não há por que o artista sacrificar seu bem-estar físico. Nos temas abordados nas passagens, também há uma relação direta com as características da sociedade contemporânea, como referências ao mundo virtual, por exemplo.

Mesmo os brincantes mais antigos se adaptaram ao mundo globalizado. O teatro de Mamulengos é folclore brasileiro, mas não é uma peça estática de museu – é um fenômeno vivo e diligente, feito por artistas que vivem seu tempo. Danilo Cavalcanti, mamulengueiro e organizador do Encontro de Mamulengos, o maior festival específico sobre a arte, que ocorre em São Paulo anualmente, relata em entrevista:

Até o mestre mais antigo que a gente tem, o mestre Zé de Vina, ele muda (o espetáculo). Ele fala que tem que se adaptar aos dias de hoje, sem perder sua essência [...]. O sítio de hoje tem celular, tem televisão, tem parabólica, tem vinte, trinta canais “ali”. Tem o filme que ele quiser ver, se ele quiser, ele compra (CAVALCANTI, 2015, [s.n.]).

Adaptar-se e atualizar-se não são apenas ambição artística e humana, mas também formas de resistir, de não deixar que essa arte desapareça, de comprovar que o Mamulengo não é um fenômeno pertencente ao passado.

Assim, o Tio Sam aparece em forma de boneco na brincadeira de Waldeck de Garanhuns. A cobra gigante que come gente, personagem tradicional do Mamulengo, só atende a comandos em inglês no espetáculo de Chico Simões, referência clara de crítica à dominação norte-americana que atinge diretamente os mestres mamulengueiros. Sabe-se que, como um país capitalista e explorado pelo imperialismo, o Brasil tende à renegação da cultura tradicional de seu povo, em especial das manifestações críticas ao poder. No Mamulengo, as figuras representantes do poder são sempre execradas e ridicularizadas: o policial, o padre, o prefeito, o coronel, etc. O herói, o mais esperto, inteligente e simpático, é sempre uma personagem do povo, muitas vezes um boneco negro.

Certamente, esse tipo de teatro sofreu com a renegação do poder público e, muitas vezes, teve o ostracismo por consequência. Sendo uma tradição passada de pai para filho ou de mestre para discípulo, o teatro de Mamulengos padecia do desinteresse das novas gerações. Afinal, por muito tempo não se enxergava um futuro digno para os mestres e brincantes. Isabella da Costa Brochado, que participou da elaboração do já citado dossiê de registro do teatro de bonecos brasileiro entregue ao Iphan, descreve a situação social atual dos mestres da seguinte maneira:

A grande maioria dos bonequeiros nordestinos, principalmente os mais velhos, vive no interior dos estados, seja nas áreas urbanas ou rurais. A situação econômica atual da maioria é precária, mas poucos podem ser considerados miseráveis. Os mais pobres possuem outras ocupações além do teatro de bonecos, como agricultura de subsistência, pequenos serviços, entre outros. Boa parte mora em casas de alvenaria e possui uma estrutura familiar, não passando necessidades visíveis como fome. Porém, têm pouco acesso aos bens básicos, como saúde e educação, e os que vivem em cidades, em geral, moram em áreas sem saneamento básico (BROCHADO, 2015, p. 80).

Ainda segundo a autora, o fato de a maioria dos mestres ter em outras profissões suas formas de

sustento, e no Mamulengo apenas uma complementação de renda, faz com que eles se afastem do circuito do mercado cultural. Com efeito, diante desta realidade, viajar para se apresentar, por exemplo, torna-se algo complexo no cotidiano dessas pessoas. E, com a ascensão e popularidade dos grandes shows, que trazem como atrativo também grandes equipamentos de luz, som etc., a brincadeira vai perdendo espaço em suas próprias regiões, conforme explica Cavalcanti (2015):

A gente tem os principais (mestres) que viajam mais. Mas, aqueles que a gente desconhece continuam com a mala guardada, continuam com aquela aposentadoria pequena, sem espaço pra brincar. Hoje, na cidade pequena no nordeste, o prefeito quase não contrata os mamulengueiros, contrata uma banda de forró. Ele trabalha com número e Mamulengo não é número [...]. Continua essa tristeza entre eles, pouco trabalho, pouco incentivo, pouco “divulgado”.

Danilo Cavalcanti é o criador do Encontro de Mamulengos, que está em sua 6^a edição este ano e que sustenta o peso da responsabilidade de ser o único grande festival específico na área. Durante o evento, os mestres têm a possibilidade rara de contemplar o trabalho de outros mestres, promovendo a troca de informações, conhecimentos, técnicas e até bonecos, já que muitos deles trazem Mamulengos que confeccionam para vender ou trocar. Este festival se mantém por meio de editais públicos de cultura e com apoios conquistados com um trabalho árduo, que começa um ano antes do evento. Ele preenche parte de uma lacuna que deve provavelmente desaparecer diante das políticas de salvaguarda previstas, sobre as quais discutiremos mais adiante.

Cavalcanti procura reunir os principais mestres atuantes neste festival e fala sobre algumas dificuldades específicas. Relata que muitos mestres, por exemplo, têm medo de voar de avião, outros reclamam da distância, alguns não se sentem à vontade em São Paulo, com o trânsito e outros problemas da metrópole. E ainda observa que aqueles mestres que realizam o Mamulengo tradicional, mais rústico, e que não possuem a característica de adaptação da brincadeira, sofrem mais no contexto da cidade grande, pois, segundo Cavalcanti, muitas vezes o público não interage e o jogo não acontece. Desta forma, podemos concluir que iniciativas relativas a festivais específicos são importantes, mas não dão conta do problema, pois a necessidade maior dos mestres é a valorização em sua própria região.

O Teatro de Mamulengos encontra pouco espaço no mercado cultural, afinal, é um teatro que diz respeito à classe trabalhadora, do campo ou da cidade. Trata-se de uma manifestação que ocorre nas ruas ou outros lugares públicos, para a qual não se cobra ingresso, mas com a qual contribui quem desejar, com quanto puder. Esse teatro fala da vida do povo, das opressões sofridas, das festas populares, sempre de forma muito característica, utilizando verbetes próprios e outras peculiaridades locais. Conforme Santos (2007, p. 20):

O espetáculo do Mamulengo, quer seja urbano ou rural, é destinado a um público específico. O Mamulengo não satisfaz as necessidades teatrais ou mesmo emocionais do público intelectual e burguês que habitualmente frequenta nossos teatros. Quando muito, esse público assiste a uma função por curiosidade, por atitude exótica ou por seu aspecto folclórico. Fica bastante claro que seu público é o povo, as camadas mais inferiores da sociedade, a gentinha, a rafaméia, o Zé-povinho. A esse povo o mamulengueiro sabe falar, dizendo dos mais diferentes aspectos de suas vidas, transfigurando suas alegrias e dores.

Além disso, equivocadamente, o teatro de bonecos tradicional foi cooptado pelo mercado cultural como um teatro próprio para crianças. Sendo assim, os tradicionais palavrões, pancadarias e personagens politicamente incorretas, como o bêbado, por exemplo, não se enquadram nas pretensões de uma programação direcionada ao público infantil. Esse problema apresenta uma profunda contradição prática, pois o teatro de Mamulengo fica de fora dos eventos teatrais para crianças, mas não encontra espaço na programação adulta, já que é associado ao teatro infantil. Em verdade, este teatro não tem uma faixa etária exclusiva, porque a liberdade na improvisação com os bonecos não permite este tipo de pré-determinação.

Assim, o espaço restrito para o Mamulengo no mercado cultural fica por conta dos poucos festivais específicos que, como já afirmamos, não dão conta do problema. Por isso, a existência de políticas públicas culturais para garantir a atividade de mestres e companhias teatrais que se dedicam ao Mamulengo se faz necessária e urgente. Conforme Izabela Brochado (2015, p. 81):

Embora haja um reconhecimento da importância dos bens culturais populares através das Leis de Patrimônio efetuadas pelos governos estaduais e municipais que têm como objetivo reconhecer a importância de Mestres e Grupos da Cultura Popular, no entanto, elas são bastante restritas, considerando-se a baixa quantidade de mestres agraciados em relação ao quantitativo geral, o que explica a falta de políticas públicas consistentes e permanentes; e a frágil, para não dizer quase omissa, relação do poder público, nas suas várias instâncias, com esses “tipos” de teatro — ou de manifestação cultural de caráter popular.

Neste contexto, o reconhecimento do teatro de bonecos tradicional como Patrimônio Imaterial Cultural do Brasil pelo Iphan foi recebido com ares de vitória pelas pessoas que acompanham a luta dos mestres mamulengueiros. Na prática e de início, o título oferecerá a cem mestres um prêmio de reconhecimento no valor único de 30 mil reais. Porém, a expectativa é que este reconhecimento viabilize, entre outras coisas, a criação de políticas públicas específicas que garantam a preservação e a difusão desta arte. Mas Danilo Cavalcanti (2015) lembra que esta é só a primeira conquista de uma luta que segue: “Talvez esse reconhecimento comece abrir portas na educação. Lutar pela salvaguarda, pela aposentadoria dos mestres. Mas, é tudo muito difícil. Tá começando. Talvez daqui uns dez ou quinze anos eles estejam numa vida melhor, quem estiver vivo ainda”.

O título de patrimônio pode ser uma alavanca para que as prefeituras e as populações locais onde vivem os mestres passem a valorizá-los. É fundamental entendermos que a continuidade do trabalho destes mestres e a preservação de seus bens culturais não traz benefícios apenas para o próprio mestre individualmente, mas para toda sociedade.

No dossiê elaborado para registro desse patrimônio (BRASIL, 2014) consta uma série de propostas de ações de salvaguarda, colhidas em pesquisa de campo com mestres do Teatro de Mamulengo. Em relação às ações destinadas aos mestres, reivindicam-se, entre outras coisas, um plano de aposentadoria. Para a circulação e produção das brincadeiras, propõe-se, por exemplo, o estabelecimento de cotas mínimas para a contratação das apresentações em eventos, além de políticas públicas de fomento. São citadas também propostas para a preservação dos elementos materiais da brincadeira e do acervo da história do teatro de bonecos popular. As questões que envolvem a transmissão de saberes têm especial atenção no relatório, que elenca propostas para a criação de prêmios e a difusão desta manifestação no âmbito escolar, do ensino básico ao superior, entre outras coisas. Reivindica-se, ainda, a participação dos brincantes em editais e licitações públicas e a prioridade para os mestres mais velhos.

Muitas destas ações deverão ter participação efetiva das prefeituras. Aqui, ficam evidentes os benefícios sociais para os municípios, como o status turístico conferido a uma cidade por possuir um mestre do teatro de bonecos tradicional do Brasil, reconhecido oficialmente como patrimônio cultural. Para tanto, é preciso garantir vida digna aos mestres antigos, incentivar a formação de novos brincantes por meio de cursos, oferecer condições de produção em espaços públicos e preservar os bens já existentes, ou seja, os espetáculos e objetos (barraca, bonecos, adereços etc.), entre outras medidas que podem ser tomadas pelo poder público, acrescidas, obviamente, da garantia da assiduidade das apresentações para apreciação do público local e turistas.

É possível conjecturar, sob o título de patrimônio, que este teatro, bem como seus artistas, cheguem mais facilmente ao seu público e que seja possível garantir a produção contínua de espetáculos. E até mesmo permite vislumbrarmos que as novas gerações conheçam e se interessem por esta arte.



Fonte: Anna Piccolo (acervo pessoal).

Uma brincadeira reconhecidamente brasileira

Abordamos os possíveis ganhos práticos, imediatos e em longo prazo, do título de patrimônio imaterial para o Teatro de Mamulengos, cujos aspectos simbólicos são de demasiada importância, e cujo campo de debate é tão profícuo que seria impossível um aprofundamento neste artigo. No entanto, é necessário que discorramos, ainda que brevemente, sobre algumas questões do tema a fim de caminharmos para um posfácio justo à reflexão que propusemos aqui.

O termo “patrimônio” está diretamente ligado à ideia de propriedade. E, se aquilo que pertence a alguém é de sua propriedade, portanto, há também a vinculação à noção de pertencimento. Conforme o antropólogo José Reginaldo Santos Gonçalves (2007, p. 122):

Assim como a identidade de um indivíduo ou de uma família pode ser definida pela posse de objetos que foram “herdados” e que “permanecem” na família por várias gerações; também a identidade de uma nação pode ser definida pelos seus monumentos - aquele conjunto de bens culturais associados ao passado nacional. Estes constituem um tipo especial de “propriedade”: a eles se atribui a capacidade de evocar o passado e, desse modo, estabelecer uma ligação entre passado, presente e futuro. Em outras palavras, eles garantem a “continuidade” da nação no tempo.

A apreciação de um espetáculo de Mamulengo é um verdadeiro mergulho na cultura brasileira. É inequívoco afirmar que o teatro de Mamulengos é tipicamente brasileiro, em todos os termos possíveis: linguagem oral, estética, modo de fazer, modo de se autogerir, de ser transmitido etc. Obviamente, estamos tratando deste assunto de forma abreviada, já que seria justo um aprofundamento em cada aspecto.

Outro destes aspectos identitários brasileiros do teatro de Mamulengo é o espectador. Neste teatro, aquele que assiste não se encontra sentado confortavelmente na posição de apreciador somente, ele é um

elemento ativo e vital para o espetáculo. Tratamos de um tipo de apresentação que exige uma atuação direta do público e que não acontece quando encontra um espectador passivo.

O Mamulengo trabalha sobre as características do seu povo, seus costumes, problemas sociais, modos de viver e idiossincrasias. Desta forma, o indivíduo que não esteja inserido, ou não conheça a cultura onde se encontra o Mamulengo, terá uma provável dificuldade de interação. Danilo Cavalcanti (2015) conta que, durante uma apresentação em Portugal, viveu uma experiência frustrante, já que o público não correspondia às brincadeiras e convites à participação. Também narra que já passou por dificuldades semelhantes na região sul do Brasil, por ter tido o infortúnio de se deparar com um público conservador, que por vezes proferia expressões racistas assim que um boneco de cor negra entrava em cena.

O Mamulengo é uma expressão viva da cultura brasileira e fala ao brasileiro, remetendo sempre a aspectos de sua identidade. Desta forma, é compreensivo que um europeu não consiga interagir com a brincadeira, apesar de ser capaz de admirá-la. Remetendo-nos novamente ao significado do termo patrimônio, podemos imaginar essa relação como a de uma pessoa que entra na casa de um estranho. Ela pode admirar a beleza dos móveis, a disposição dos objetos, a combinação de cores etc. No entanto, cada coisa ali para ela não será mais que um objeto, enquanto que, para o morador, terá significados para além do material.

Nesse sentido, um indivíduo que não aceite as raízes africanas da nossa cultura certamente se sentirá afrontado com o conteúdo desta manifestação popular. Afinal, como já dito, a cultura afrodescendente está presente no Mamulengo de forma intrínseca, tendo, entre outras coisas, uma personagem negra como herói.

Quanto ao uso das denominações, os termos “imaterial” ou “intangível” foram adotados para designar determinadas categorias de patrimônios que não se limitam a objetos, prédios ou monumentos. Porém, Gonçalves (2007, p. 218) nos chama a atenção para o fato de que não há patrimônio sem materialidade, embora a noção de imaterialidade expresse “a moderna concepção antropológica de cultura, na qual a ênfase está nas relações sociais, ou nas relações simbólicas, mas não especificamente nos objetos materiais e nas técnicas”. Ainda segundo o autor, é importante o entendimento de que se trata de uma categoria ambígua, que transita entre o material e o imaterial. É particularmente interessante pensar nesta questão nos referindo ao teatro de Mamulengos. Afinal, a essência deste fenômeno está justamente no jogo entre o material e o imaterial, o objetual e o humano, o ser e o não-ser, parafraseando Felisberto Sabino da Costa (2001).

Um boneco Mamulengo, exposto num museu, revela seu vazio. A abertura no tecido para se colocar a mão do manipulador pressupõe a presença humana, que logo propõe uma atuação artística, um evento, um fenômeno. Por outro lado, se podemos dizer que o boneco não é nada sem o manipulador, também é evidente que o teatro de Mamulengos é impossível sem a existência do objeto boneco. Ou seja, o fenômeno deste teatro está justamente na mediação entre o imaterial e o material, bem como entre o passado e o presente.

Não podemos dissociar o Mamulengo de um fenômeno teatral, multimídia, em que a participação do espectador é imprescindível. E que, portanto, pressupõe a experiência. Desta forma, a difusão desta arte e, conseqüentemente, o acesso do público a ela, é um direito do povo brasileiro, já que a ele pertence o Teatro de Mamulengos. Está aí o maior sentido de conquista que adquiriu o reconhecimento do Iphan: que o Brasil todo se aproprie do Mamulengo, como ele há muito tempo e tão bem se apropriou do povo brasileiro.

Referências

BENJAMIN, Walter. *A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica*. 1955. Disponível em: <http://ideafixa.com/wp-content/uploads/2008/10/texto_wbenjamim_a_arte_na_era_da_reprodutibilidade_tecnica.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2015.

_____. *Obras escolhidas*. Magia e técnica, arte e política. Ensaios sobre literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 1987, v. 1.

BORBA FILHO, Hermilo. *Fisionomia e Espírito do Mamulengo*. Rio de Janeiro: INACEN, 1987.

BRASIL. Ministério da Cultura. *Dossiê Interpretativo Registro do Teatro de Bonecos Tradicional do Nordeste: Mamulengo, Casimiro Coco, Babau e João Redondo*. Brasília: Iphan, 2014.

BROCHADO, Isabela. A participação do público no Mamulengo. *Móin-Móin - Revista de Estudos sobre Teatro de Formas Animadas*, Jaraguá do Sul, v. 3, n. 3, p. 36-37, 2007.

_____. O mamulengo e as tradições africanas do teatro de bonecos. *Móin-Móin - Revista de Estudos sobre Teatro de Formas Animadas*, Jaraguá do Sul, v. 2, n. 2, p. 140-155, 2006.

_____. Teatro de bonecos popular do nordeste – Mamulengo, babau, Casimiro Coco: Patrimônio Cultural do Brasil. *Arte da cena*, Goiânia, v.1, n.2, p. 67-87, 2015. Disponível em: <<http://www.revistas.ufg.br/index.php/artce/index>>. Acesso em: 12 jul. 2015.

CANCLINI, Néstor García. O patrimônio cultural e a construção imaginária do nacional. *Revista do Iphan*, v. 3, n. 23, p. 94-115, 1994.

CAVALCANTI, Danilo. Entrevista, mar. 2015. Entrevistadora: Kely Elias de Castro. Itanhaém, SP. Arquivo digital. Entrevista concedida exclusivamente para este artigo (não transcrita, não publicada).

COSTA, Felisberto Sabino da. *A Poética do Ser ou Não Ser: procedimentos dramaturgicos no Teatro de Animação*. 2001. Tese (Doutorado em Artes) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *Antropologia dos objetos: coleções, museus e patrimônios*. Rio de Janeiro: Editora Garamond, 2007. (Coleção Museu, Memória e Cidadania).

SANTOS, Fernando Augusto Gonçalves. Mamulengo: o teatro de bonecos popular no Brasil. *Móin-Móin - Revista de Estudos sobre Teatro de Formas Animadas*, Jaraguá do Sul, v. 3, n. 3, p. 16-35, 2006.

SIMÕES, Chico. Mamulengueiro é ator? *Móin-Móin - Revista de Estudos sobre Teatro de Formas Animadas*, Jaraguá do Sul, v. 1, n. 1, p. 119-145, 2005.

Hibridismo cultural e *atualização* da cultura: o Carimbó do Brasil

Cultural hybridism and update of culture: the Carimbó of Brazil

*Silvio Lima Figueiredo*¹

slima@ufpa.br

*Eliana Bogéa*²

elianabogea@ufpa.br

Resumo

A cultura popular deve ser estudada a partir de seu dinamismo, relacionada às diversas sociedades por todo mundo e suas transformações. A globalização hoje é impossível de ser negada, e a forma como a cultura popular se comporta atualmente é um tema importante, haja vista as diversas teorias que transformam o viés excludente da globalização em possibilidade de agregação e até inclusão. Várias categorias já trataram do assunto: mudança cultural, aculturação, fricção interétnica, e todas as categorias criadas para designar fenômenos similares, indicam como esse tema foi interpretado ao longo dos anos. Ao se estudar a mudança cultural, deparamo-nos com a problemática de identificar o externo em sociedades que não são fechadas e homogêneas, e que não se caracterizam como comunidades puras. Num mundo globalizado, onde estariam as sociedades desse tipo hoje em dia? O trabalho pretende compreender essa dinâmica, a partir da ideia de *atualização*, através de estudos da Cultura Popular na Amazônia brasileira.

Palavras Chave: Cultura popular; Hibridismo cultural; Carimbó.

Abstract

To deal with popular culture in a postmodern approach is to address the dynamism of culture and society in different points around the world. If it is impossible to deny globalization, the way popular culture is currently expressed is a necessary theme, given the theories concerning postmodernism that currently turn an initial concept of opposition into a concept of aggregation or inclusion. The discussion regarding cultural transformation, acculturation, interethnic friction and all categories created to describe similar phenomena, reflects a history of how this issue was interpreted. While coping with this subject, we are challenged with another issue of equal significance: how could one identify the external matters in a society that is not closed, nor homogeneous, and which is not characterized as a community in its purest concept? Moreover, where would such societies be nowadays in a globalized world? The present article aims to understand this dynamic, calling it an *update* by means of research with focus on Popular Culture in Brazilian Amazon region.

Keywords: Popular culture; Cultural hybridism; Carimbó.

¹ Professor e pesquisador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPA). Doutor em Comunicação (ECA/USP), com estágio pós-doutoral em Sociologia na Université René Descartes - Paris V Sorbonne. Pesquisador do CNPq.

² Doutoranda do (NAEA/UFPA).

Mudança cultural e possibilidades teóricas da *atualização* da cultura

*Se eu soubesse que tu vinhas,
Eu fazia o dia maior,
Dava um nó na fita verde
Pra prender o raio de sol*

Mestre Lucindo

Tratar a chamada cultura popular na atualidade é abordar o dinamismo da cultura e da sociedade em vários pontos do planeta. Se, de um lado, é impossível negar a globalização, entendida aqui como dimensão que conecta de diversas formas as sociedades mundiais, de outro, é necessário saber como a chamada cultura popular se comporta nesse cenário, haja vista as teorias que atualmente transformam um conceito inicialmente baseado em *oposição* (como foi e continua sendo a globalização), em um conceito de *agregação* ou *inclusão*.

A discussão da mudança cultural, aculturação, fricção interétnica e todas as categorias criadas para designar fenômenos similares, traduz um histórico de como esse tema foi interpretado ao longo dos anos. Frente a essa questão, aparece outra de igual importância: como identificar o externo em uma sociedade que não é fechada, homogênea, que não se caracteriza como comunidade na sua conceituação mais pura? E onde estariam as sociedades desse tipo hoje em dia, num mundo “globalizado”?

Com efeito, o presente trabalho pretende compreender essa dinâmica a partir da ideia de *atualização* no universo do carimbó, expressão da cultura popular na Amazônia brasileira. O carimbó, que envolve *modos de viver* (manifestação cultural e movimento social) e *modos de fazer* (expressão artística e cadeia produtiva), ocorre em todo o estado do Pará, porém se revela mais fortemente na Região do Salgado, litoral nordeste do estado, na Região Metropolitana de Belém (RMB), na Região do Guamá e na Ilha do Marajó. Como movimento cultural, símbolo da cultura tradicional e identidade paraense, é o núcleo da discussão deste trabalho, mais precisamente as ocorrências nas cidades de Belém, capital paraense, e Soure, na Ilha do Marajó, pelo seus processos de patrimonialização e por seu uso turístico e pela indústria cultural.

As categorias tradicionais no estudo da mudança cultural são importantes para qualquer análise do tema. Por algum tempo, esses fenômenos eram estudados através do conceito de aculturação, qual seja, “um conjunto de fenômenos que resulta do contato direto e contínuo entre grupos de culturas diferentes, o que acarreta mudanças subsequentes nos tipos culturais de cada grupo” (ORTIZ, 1990, p. 12). Oliveira (1978), por sua vez, ao estudar as relações entre tribos indígenas, apresentou o conceito de fricção interétnica como o contato entre grupos étnicos irreversivelmente vinculados uns aos outros. Apesar das contradições expressas por meio de conflitos (manifestos) ou tensões (latentes) existentes entre si, utilizou conceitos como o de assimilação, segundo o qual um grupo étnico se incorpora noutro e, por isso, perde sua peculiaridade cultural e identificação étnica anteriores. No entanto, a depender de como são usados, esses conceitos possibilitam discussões mais densas sobre a questão do poder de um grupo sobre outro, no caso do autor em questão, sobre as relações entre tribos, e entre tribos e sociedade nacional, especificamente os Terêna no Mato Grosso do Sul.

Ao estudar os grupos indígenas do Alto Rio Negro (Amazonas), Ana Oliveira (1995, p. 31) nos coloca a seguinte questão: “aqui também se verifica o encontro de duas ‘racionalidades’ distintas, a local, configurada na população indígena e orientada por critérios de hierarquia mítica, e a nacional caracterizada pelo conjunto de interesses mobilizadores da opinião política regional”. As transformações, para a autora, se dão principalmente na cultura dos indivíduos que são tomados por uma *fronteira* em expansão. Isso porque,

o conceito de rural passa a desempenhar o papel de guardião de um estoque simbólico definidor de uma história “antiga e atrasada”, por oposição ao moderno contexto urbano. Convivem ali, todos os valores definidores da diversidade étnica original, de relações econômicas pouco modificadas pelo capitalismo, onde o trabalho se orienta por regras tradicionalmente consagradas por relação de parentesco e onde os grupos diferenciados entre si se esforçam por manter seu principal elemento de identificação étnica - a língua (OLIVEIRA, 1995, p. 116).

Victor Turner (1974) propõe em seus estudos uma compreensão dessa questão a partir de oposições que se dariam entre conceitos de estrutura e *communitas*. Neste caso, a estrutura não só está dentro do grupo, como na verdade é o próprio grupo, representado pelo seu cotidiano, em oposição à *communitas*, os momentos liminares e ritualizados das festas e outras expressões que indicam comunhão. A estrutura está presente também nos aspectos externos à vida da própria comunidade, que interferem e alteram em certa medida a vida cotidiana ou sagrada. Nessa lógica, ao estudar a festa do Divino em Pirenópolis (GO), Brandão (1978) evidencia uma dicotomia entre tradição, a festa em si (organizadores e brincantes, por exemplo) e a mercantilização por meio da indústria cultural e do turismo, revelada, por exemplo, pela renovação promovida pela igreja católica. Assim, a oposição poderia ser compreendida como tradição interna *versus* comercialização, externa à festa. No entanto, é preciso ter muito cuidado com essa perspectiva, de olhar tais fatos a partir de oposições, pois isso pode nos levar a *armadilhas*, reduzindo e simplificando essas práticas, relações sociais e mudanças culturais, mesmo que as abordagens de Turner e Brandão não sigam nessa direção simplificadora.

Questionar/filtrar oposições aqui implicadas significa ultrapassá-las como fatores, um interno, que está lá, e um externo, que vem de fora e altera o que já existe, para alcançar questões cruciais: (i) as mudanças são contínuas e fazem parte da cultura como característica principal, assim como as normas de sua manutenção; (ii) as mudanças se produzem também internamente, sem a necessidade de intromissões externas; (iii) o que podemos classificar como externo é bastante relativo e de difícil definição em um mundo “globalizado”; (iv) as unidades culturais, representadas por identidades, passam por transformações inerentes à pós-modernidade.

Nessa chave, García Canclini (1983) aponta que relação entre cultura popular e pós-modernidade representa a inserção da economia capitalista na vida rural/indígena mexicana, exemplificada pela proletarianização do artesão, comercialização do artesanato e espetacularização das festas pelo turismo. As culturas dos habitantes dos vilarejos estudados pelo autor, formados pelos descendentes dos índios, significaria a cultura popular em oposição à cultura hegemônica capitalista, produto de intersecções entre os conceitos de indígena, rural (em oposição a urbano) e popular.

Carimbó, atualização da cultura popular

Expressão central da cultura paraense, o carimbó é descrito por Salles e Salles (1969, p. 278) como “dança de roda reunindo homens e mulheres, na qual os pares se destacam, um a um, e dançam soltos, aparecendo então configurações coreográficas solistas”. Em geral, o carimbó dançado em Soure, município da Ilha do Marajó,

é chamado de *carimbó pastoril*, diferente do carimbó de Marapanim e Maracanã, municípios litorâneos do nordeste paraense, o *carimbó praieiro*. Com efeito, o carimbó integra a lúdica do *caboclo*, é lazer em primeiro lugar e sintetiza muito a identidade da cultura popular do Pará.

O termo carimbó nasceu da denominação dos tambores fabricados de troncos de árvores escavadas, com uma das extremidades coberta de pele de animal silvestre, que medem aproximadamente 1 metro de comprimento e variam entre 35 e 65 centímetros de diâmetro, chamados de curimbó (Imagem 1). Os conjuntos musicais utilizam de 2 a 3 curimbós,

Figura 1 – Regiões de incidência atual dos Grupos de Carimbó no Pará.



Fonte: Iphan (2013), adaptado no Laboratório de Análises Espaciais (NAEA/UFPA, 2015).

os mais longos para os sons agudos e o mais longo para os graves. Conforme Gabbay (2012, p. 55), é provável que o carimbó tenha surgido simultaneamente em diferentes territórios paraenses, então isolados entre si, nas regiões do Salgado, do Tapajós e do Marajó. “Eis o DNA do carimbó, o diálogo sincopado entre tambor e maraca, entre o negro e o índio”, representado pelo curimbó, que estabelece o elo entre sujeito e objeto, entre passado e presente, para designar-lhe a denominação que o expressa.

Gabbay esclarece haver muito pouco registro sobre o nascimento do carimbó, e considera sua trajetória bastante dispersa:

De modo geral o *batuque* africano foi, provavelmente, a origem do carimbó e suas variações de estilo. Influências indígenas também podem ser percebidas em traços da coreografia (passos imitativos de figuras de animais nativos, como peru, bagre, galo e gambá, todos dão nome a coreografias de carimbó), versos (em nomações e dizeres típicos e ambientações da natureza) e música (com melodia às vezes mais horizontalizada com ritmo mais marcado e uníssono, além da marcante herança ibérica no bailado e em parte do instrumental) (GABBAY, 2012, p. 58).

Imagem 1 – Tambores utilizados no carimbó (2015).



Fonte: Pierre Azevedo (acervo pessoal).

O Dossiê do Iphan (2013) para registrar o Carimbó como Patrimônio Imaterial Brasileiro reforça a ausência de documentos escritos sobre a história dessa manifestação, tanto quanto a necessidade de recorrer a fontes não escritas, principalmente àquelas da memória e da história oral de seus praticantes, seja pela experiência própria do narrador, seja pela memória herdada, reconhecida pela comunidade local. Ao considerar a diversidade intrínseca ao carimbó nas diferentes regiões do Pará, com especificidades próprias de cada uma das inúmeras comunidades que o mantêm vivo, chama atenção, nessa rede, uma experiência comum, um sentimento coletivo de pertencimento, uma identidade do que é “ser paraense”.

Segundo Nazaré do Ó, “Era muito interessante duas negras de dois metros de altura, dona Ciana e dona Quitéria, mãe e tia de seu Pedro, eram centenárias, a dona Quitéria morreu com 124 anos, e dona Ciana, com 112 anos. Só para vocês terem uma ideia, elas eram africanas. É bom lembrar então o seu Pedro, banjista. E essas duas senhoras,

elas sentavam no tambor, amarravam as saias grandes, as duas no tambor e toma-lhe Carimbó. Batiam Carimbó com um ritmo bem afinado. Eu lembro muito delas e lembro que a gente andava pelos caminhos de Icoaraci para chegar até as festas, até o Zimba. E quando eu cheguei no Tenoné, eles chamavam Zimba, a dança, a manifestação eles chamavam Zimba” (FIGUEIREDO; TAVARES, 2006, p. 137).

O Dossiê do Iphan (2013) apresenta também os territórios negros, conhecidos pelo título político de remanescente de quilombos, como uma referência comum sobre a gênese do carimbó. Outra seria a correlação existente entre carimbó e festa de santo:

Mais especificamente esse vínculo com o sagrado é construído através da experiência de etnicidade que vincula homens negros ao santo negro. (...) A relação entre o carimbó e as festividades de santo é notadamente irredutível, do ponto de vista de sua reprodução, sobretudo, nas localidades interioranas, e este fato se torna mais significativo ao se levar em conta as celebrações em devoção a São Benedito, muitas vezes referenciado como o “santo do carimbó” (IPHAN, 2013, p. 82).

Figueiredo (1999), por sua vez, apresenta o carimbó como a *síntese de folganças caboclas* que associa trabalho e lazer, traduzidos nas situações cotidianas de suas letras. Proveniente do encontro do negro, da cultura dos povos da Amazônia, índios e caboclos, e das danças portuguesas, está presente em todo território paraense, porém com maior concentração na região do Salgado (zona atlântica):

O carimbó é então compreendido como uma das formas de lazer do povo da região, que traz suas vivências cotidianas de trabalho para o âmbito dessa dança (...) a maioria dos estudos interpretam assim o carimbó, e assim ele foi dançado nas muitas festas realizadas pelas populações da Amazônia paraense. No entanto, em decorrência da atividade turística, podemos perceber algumas modificações. O carimbó agora já não é dançado nas festas da comunidade, mas realizado nos salões dos hotéis ou em festivais programados; o lazer do caboclo já é agora trabalho, pois ele dança para ganhar dinheiro (cada apresentação é paga); o ritmo torna-se rápido; os turistas são chamados a participar; enfim, o que antes era lazer, dançado em todas as festas, transforma-se em espetáculo, em que cada apresentação precisa de uma produção ainda que pequena. O turismo com certeza transforma o brincante em componente de grupo parafolclórico, em trabalhador (FIGUEIREDO, 1999).

Interpreta-se o carimbó, muitas vezes no senso comum, como ritmo indígena, mas sua origem negra é evidente, como indica a música “A Ilha de Marajó”, do Mestre Verequete, nos versos “Ela, ela, ela a maior ilha do nosso Pará/ a Ilha de Marajó/ tem grande povoação/ aonde nasceu o carimbó/ no tempo da escravidão”. Como uma espécie de ritmo caboclo, proveio das relações do negro e dos povos da Amazônia, índios e caboclos, somado às danças portuguesas. Segundo Salles e Salles (1969), “o carimbó enquanto dança e enquanto música é uma das formas mais puras e significativas do lazer popular. O divertimento que mais anima as populações dessa região”. É uma folgança “cabocla”, que associa trabalho e lazer, cujas letras remetem a cenas da vida cotidiana e do trabalho. Como afirma Maciel (1983, xviii), “a poesia do carimbó é comprometida com a vida, com o amor, com as vicissitudes, as lides diárias, a natureza e todo o mundo natural do homem interiorano paraense”.

Interpretada como dança típica paraense, o carimbó é facilmente encontrado no *ball* dos hotéis e pousadas, é dançado pelos grupos parafolclóricos, cujo trabalho depende em grande medida dos turistas. Formam esses grupos os tocadores, que cantam toadas de autoria própria ou de outros compositores, e os dançarinos, que formam pares e respondem igualmente pela coreografia e evolução de danças regionais como siriá, xote e chula, além do carimbó. O turismo é o principal nicho de atuação dos grupos parafolclóricos³, além das apresentações em eventos dos órgãos oficiais de cultura e turismo, como as festas juninas e o Círio de Nossa Senhora Nazaré⁴. Descontinuamente aparecem na mídia regional como produto da indústria

3 Integram as programações dos passeios turísticos em barcos na Baía do Guajará, na orla de Belém, quase que diariamente.

4 Grande festa processional paraense, Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro, categoria celebração, registrado pelo Iphan em 2004 (FIGUEIREDO, 2005).

cultural, por exemplo em gravações de “cantores da terra”, alguns consagrados regional e nacionalmente, como Pinduca, Nilson Chaves e Fafá de Belém, e apresentam-se também nas casas noturnas da capital paraense, com períodos de maior ou menor sucesso.

Mestre Verequete, Mestre Cupijó e Mestre Lucindo foram alguns dos expoentes do carimbó e de expressões próximas, como o siriá, e foram assim chamados porque são os compositores e tocadores mais antigos do carimbó *pau e corda*⁵, e como tais ocasionalmente aparecem na agenda oficial do poder público estadual e/ou municipais. No Marajó, as letras de Mestre Biri, por exemplo, demonstram similaridade com o carimbó mais antigo ao cantar os aspectos da vida marajoara:

*O pica-pau quando pica
no pau, no pau
ele fura a auvre
até mesmo o nó
no pau, no pau
ele fura a auvre
fura até cansar
para fazê a casa dele
diz o pessoar
(Composição de Mestre Biri)*

A cena do carimbó pede a benção para reverenciar todos os seus Mestres, dentre eles Mestre Verequete, com muitas composições registradas em LPs e em dois CDs lançados no mercado. Dentre suas canções, vale destacar aqui *Sereia do Mar* e *Pescador*:

Sereia do Mar

*Eu sou a sereia do mar
Eu tô deitada na areia
Tô ouvindo teu cantar*

*Este carimbó é muito quente
Da cintura pra baixo eu sou peixe
Da cintura pra cima eu sou gente*

*No meu barco à vela
Viajo a noite inteira
Com o poderio da sereia
Enfrento a cachoeira*

Pescador

*Eu tava pescando, morena
Com a linba na mão
Errei uma pescada, morena
Puxei um tubarão*

*Ah! Como é bom pescar
Na beira mar
Em noite de luar
(Composição de Mestre Verequete)*

⁵ Considerado o carimbó *raiz* pela utilização do instrumental tradicional: tambores/curimbós, maraca, milheiro, reco-reco e banjo.

Vale atentar para as referências explícitas aos animais, ao ato de pescar e aos encantados⁶. Essas referências retornam nas letras de Mestre Lucindo:

Pescador, pescador

*Pescador, pescador por que é que no mar não tem jacaré,
Pescador, pescador por que foi que no mar não tem peixe boi
Eu quero saber a razão que no mar não tem tubarão,
Eu quero saber porque é que no mar não tem jacaré.
Ah! Como é bom pescar, à beira mar
Em noite de luar
(Composição de Mestre Lucindo)*

De volta ao cenário dos hotéis, as apresentações geralmente acontecem da seguinte forma: primeiro os músicos se posicionam com os seus instrumentos, o coordenador do grupo então apresenta os músicos um a um, feito isso, começam imediatamente a tocar. Os dançarinos, por sua vez, entram em círculo girando todos no mesmo sentido e enfileirados, e fazem movimentos como se remassem, a cada verso os movimentos correspondem à cena cantada. É assim a dança começa, com solo de flauta e requebros das dançarinas, quando entra a voz do cantor e o marcador bate palmas para cadenciar o ritmo. Há momentos em que os casais se abaixam e se levantam alternadamente, num movimento que lembra o balançar da maré⁷.

A indumentária do carimbó se diferencia pelo sexo dos dançarinos, em geral as mulheres trazem flor no cabelo solto, blusa de cambraia, saia florida bem rodada, pés descalços e colares de contas coloridas. Os homens vestem calça curta, calça pescador, blusa com a mesma estampa da saia das mulheres, amarrada à cintura e aberta para cima e pés descalços. Os músicos vestem calça, blusa estampada, chapéu de palha e pés descalços (Imagem 2). Depois de cada dança, os integrantes do grupo convidam e acompanham as pessoas no salão para dançar.

Imagem 2 – Grupo Cruzeirinho no Festival da Amizade (2015), em Cachoeira do Arari, Marajó (PA).



Fonte: Monique Sobral (acervo pessoal).

Atualização do carimbó através do turismo e da indústria cultural

Novos compositores surgiram no cenário musical paraense, que readaptam temas regionais e da cultura popular como boi, carimbó e guitarrada, numa fusão com improvisações em shows e participação de músicos antigos, que produz ritmos regionais *sampleados* e misturados ao rock e ao pop. Com efeito, Lú Guedes e Maria Fecha a Porta (grupo que lançou CD independente em 2002), e Cravo Carbono (com o CD *Peixe Vivo*, lançado

⁶ Entidades cultuadas nos rituais amazônicos ou mesmo que povoam os imaginários, geralmente híbridas, referenciadas em dimensões não terrenas e também não celestiais. Em alguns estudos, os encantados são caracterizados como seres invisíveis que habitam as regiões subaquáticas e são conhecidos também como caruanas (MAUÉS, 1990).

⁷ Quando da enchente e da vazante dos rios da Amazônia.

em 2001), prepararam o terreno para novos personagens nessa cena, que a partir de 2010 ganharam destaque, como os artistas Gaby Amarantos, Felipe Cordeiro e Aíla.

O carimbó é, desde a raiz, uma das formas de lazer do povo paraense, trazendo as vivências cotidianas e de trabalho para o âmbito dessa festa popular. De acordo com Salles e Salles (1969, p. 259), é “o divertimento que mais anima as populações dessa região” sendo dançado nas muitas festas realizadas pelas populações da Amazônia paraense. O uso dessa expressão cultural pela atividade turística faz com que seja possível perceber algumas modificações importantes. O carimbó não é mais dançado apenas nas festas das comunidades, mas também nos salões dos hotéis e/ou em festivais programados. Ao dançar para ganhar dinheiro, o lazer do caboclo se torna trabalho, uma vez que as apresentações são pagas, ainda que os cachês permaneçam baixíssimos. O ritmo do carimbó, agora, é rápido e os turistas são chamados a participar. O que outrora era lazer, dançado em todas as festas, transforma-se em espetáculo e cada apresentação demanda alguma produção, ainda que pequena. Assim, o turismo transforma o brincante em componente de grupo parafolclórico, isto é, em trabalhador, o que é um primeiro movimento redutor.

Para Magnani (1984) a festa na cidade marca a combinação do passado rural com o presente urbano. No rural, ela mantém níveis de relacionamento e pode ter vários papéis, não só a (re)afirmação da identidade e (re)conhecimento, mas também de resistência ao *externo*, venha ele de onde vier, mesmo da atividade turística. No que se refere ao carimbó, notamos a nítida interferência turística em sua criação e apresentação. Nessa lógica, o trabalho de Maciel (1983) demonstra como o carimbó ganhou, na década de 1970, o meio urbano, ao ser dançado nos bares e casas noturnas de Belém, tocado em rádios e apresentado em programas de televisão. Consumo este que se repete na década 1990, quando vários conjuntos musicais reinserem o carimbó na mídia, identificação possível também nos modismos e nas tendências que acompanha hoje os ritmos musicais no Brasil.

A chamada cultura popular se modifica segundo ritos que permanecem e se transformam em espetáculos e outros que desaparecem por completo. No Marajó, por exemplo, a atividade turística, em espaços como os hotéis, financia o carimbó, e isso expõe dois motivos: primeiro, o baixo valor dos cachês e, segundo, a exigência do turista pelo exótico, uma vez que ele não sai de casa para consumir um produto que já possui. Nessa lógica, a cultura popular entra no circuito do mercado de bens culturais através da atividade turística:

A política de turismo tem um impacto importante no processo de mercantilização da cultura popular. Não é por acaso que as Casas de Cultura Popular, sobretudo no Nordeste, se encontram sempre associadas às grandes empresas de turismo, que procuram explorar as atividades folclóricas e os produtos artesanais (ORTIZ, 1994, p. 46).

Vem daí a concepção de *nicho de cultura*, exatamente pela organização da cultura promovida pelo estado e preocupada com a manutenção das tradições e a proteção da *identidade nacional* brasileira. Essa ideia necessita de uma base material para se reproduzir, instituições e espaços onde a memória possa ser ritualizada e a cultura preservada na sua *autenticidade* (ORTIZ, 1994, p. 107). Esse conceito envolveria, assim, os espaços organizados de manifestação da cultura, construídos para funcionar apenas com essa finalidade, como espaços de nichos: museus, centros culturais, academias, clubes etc.

Com efeito, em Soure, no Marajó, notamos a transformação espacial e de ocorrência das atividades culturais que, num primeiro momento, implica no carimbó dançado nas festas privadas e públicas dos habitantes da cidade. Como nos relatam moradores antigos, o carimbó era tocado pelos conjuntos que animavam casamentos, batizados, aniversários juntamente com outros ritmos da época. E num segundo momento, encontramos o carimbó no clube ou no parque de exposições durante a feira agropecuária. Isso significa que o carimbó está deixando as casas e as festas privadas, para se articular conforme a organização da cultura promovida pelas prefeituras e, assim, se apresentar sob a forma de grupos parafolclóricos.

Se o carimbó alcança os centros culturais ao migrar para espaços próprios, o turismo, por sua vez, atrai a manifestação para si através da possibilidade de um retorno financeiro rápido. O carimbó migra, então, para os *guetos turísticos*, que são os espaços e equipamentos criados especificamente para o turismo. Os guetos turísticos são

[...] reservas artificiais criadas especialmente para os turistas e construídas sob medida. Esta categoria compreende todos estes novos complexos hoteleiros, estas cidades,

parques, loteamentos de férias que não nasceram do desenvolvimento de um vilarejo, mas foram plantadas bem no meio de um prado nos Alpes ou à beira de uma bela praia, não importa qual seja (KRIPPENDORF, 1987, p. 68).

Tais locais artificiais são melhor representados pelos complexos de entretenimento, lazer e hospedagem, como os parques temáticos (Disney World) ou grandes complexos hoteleiros (Clube Méditerranée), totalmente turistificados:

A versão mais perfeita do turismo em guetos é certamente o que o Club Méditerranée desenvolveu. Coberto de sarcasmo e menosprezo por um imenso número de espíritos críticos, ele é adorado por seus adeptos que fielmente permanecem clientes. [...] A pequena cidade do clube é protegida do exterior através de uma cerca, uma barreira na entrada e uma vigilância rigorosa, para que as pessoas em férias possam se divertir sem sofrer nenhuma perturbação (KRIPPENDORF, 1987, p. 69).

Os guetos turísticos expandem seus raios de ação para fora de seu espaço físico e influenciam imediações para criar espaços desterritorializados:

Os países turísticos são um só país, em todos se fala inglês, existe um cardápio internacional, pode-se alugar carros idênticos, ouvir a música da moda e pagar com um cartão American Express. Mas para se convencer as pessoas a fim de que se desloquem até hotéis remotos não basta oferecer-lhes a reiteração dos seus hábitos, [...] é útil que se mantenham cerimônias “primitivas”, objetos exóticos e povos que os ofereçam barato (CANCLINI, 1983, p. 67).

O incremento do artesanato em países industrializados revela, enfim, que o “progresso” econômico moderno não impõe eliminar forças produtivas que não servem diretamente para a sua expansão se essas forças tornam coeso um setor numeroso de consumidores e, ainda, satisfazem necessidades setoriais e/ou de uma reprodução equilibrada do sistema. Ao contrário e de forma complementar, a reprodução das tradições não exige fechar-se à modernização, afinal “a reelaboração heterodoxa - mas autogestiva - das tradições pode ser fonte simultânea de prosperidade econômica e reafirmação simbólica” (CANCLINI, 1997, p. 238-239).

Consoante às conclusões de Canclini, Oliveira (1996) mostra que as situações concretas por ela estudadas esboçam um contexto em que a oposição simplificadora de uma suposta homogeneidade nacional (de um suposto sentimento nacional) *versus* uma heterogeneidade regional, encobre um complexo universo social. E ainda ressalta:

A acumulação capitalista continua a engendrar novas classes trabalhadoras dispersas no mundo. Estas classes trabalhadoras, diversificadas cultural e socialmente, inserem-se numa hierarquia política e econômica variável. Importante notar que a difusão do capitalismo cria nos contextos particulares, unidades mais amplas que reproduzem a relação capital trabalho. Da mesma forma, cria e recria a diversidade, acentuando a oposição e segmentação social, mesmo tendo um caráter unificador (OLIVEIRA, 1996, p. 114-115).

Afinal, a quem o turismo serve? Que relações de poder ele trava com a cultura popular? O turismo a priori serve ao capital e está indiscutivelmente inserido nas leis de regulação do mercado, já que diversas expressões culturais são rearticuladas para serem colocadas à venda e comporem produtos turísticos. A mercadorização de aspectos da vida pelo turismo é evidenciada abaixo:

as pessoas da cidade levam sua escala de valores próprios. Fortalecidos pelo dinheiro e nível educacional, em geral, melhor, elas se sentem superiores e se apropriam do espaço rural com fins comerciais e recreativos. A paisagem e os homens se tornam bens de consumo (KRIPPENDORF, 1987, p. 96-97).

Mesmo assim, formas alternativas de turismo, como o turismo de base comunitária, aparecem atualmente para tratar essas expressões sem tanta interferência do mercado.

Com ou sem o turismo e a indústria cultural, as expressões da cultura popular continuam se afirmando, embora sejam consideradas culturas subalternas ou não atuais, indicando resistências e sobrevivências. Mesmo que a cultura popular ainda seja vista como um resíduo anacrônico ou simples reminiscência de interesse folclórico e turístico, “nem a modernização exige abolir as tradições, nem o destino fatal dos grupos tradicionais é ficar de fora da modernidade” (CANCLINI, 1997, p. 239).

Na existência centenária do carimbó, é possível enxergar sua transformação desde quando clandestino e considerado proibido e imoral, às reuniões na sede dos grupos, nas festividades mais específicas, até os ambientes turísticos. Nessa paisagem, vale destacar o movimento social organizado através da Campanha do Carimbó, que reúne, além da comunidade carimbozeira do Pará, agentes culturais e artistas de todo o Brasil, com o objetivo de consolidar a valorização do carimbó, principalmente através ações pós-registro, que perpetuem, depois do registro no Iphan, a constante legitimação dessa importante expressão cultural. Em 11 de setembro de 2014, o Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural aprovou por unanimidade o registro do carimbó como Patrimônio Imaterial Brasileiro (BRASIL, 2015), cujo primeiro aniversário foi comemorado no último dia 11 de setembro, em Belém (Imagem 3).

Imagem 3 – Ato em comemoração ao 1º ano do registro do Carimbó como Patrimônio Cultural Imaterial Brasileiro (2015).



Fonte: Pierre Azevedo (acervo pessoal).

Considerações finais

O carimbó demonstra ser, na sua trajetória como expressão simbólica da cultura popular paraense, exemplo da complexidade da atualização cultural. Isso é indicado inicialmente pela sua origem, dentre muitas, nos batuques dos negros do Umarizal (bairro de Belém), alvo de proibições no final do século XIX e início do século XX. A inclusão de instrumentos como o banjo e a flauta, principalmente sob a influência das bandas e grupos que ocupavam os teatros da capital do estado nas décadas de 40 e 50 do século passado, começou a dar ao batuque as nuances melódicas que tem hoje. A proliferação de grupos e a gravação de vá-

rios LPs durante as décadas de 1970 e 1980 colocaram o carimbó nas rádios, programas de televisão, festas sociais, apresentações e shows.

Esse percurso manteve o carimbó nas *paradas de sucesso* do Pará, pelo menos durante um certo tempo, até sua retração no final dos anos 1990 e início dos anos 2000. Atualmente, um novo cenário se desenha através do processo de registro como Patrimônio Cultural Brasileiro, originário de uma campanha que envolveu diversos atores. Interessante notar que, no início, o único objetivo da Campanha do Carimbó era alcançar o registro, porém, a partir de 2008, houve a compreensão de que o registro era apenas uma das metas num horizonte de conexão em rede regional/nacional para discutir e fortalecer a cultura popular e tradicional em todos os níveis da federação (BOGÉA, 2014).

A Campanha Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro nasce de iniciativa da comunidade de Santarém Novo, através da Irmandade de São Benedito, com o objetivo de consolidar a valorização do carimbó, que teve finalmente o registro alcançado em setembro de 2014. Isso demonstra o amadurecimento de um movimento social que, em junho de 2015, organizou o 1º Congresso Estadual do Carimbó para construção da agenda prioritária da salvaguarda após o registro, reivindicações que foram encaminhadas ao Iphan nesse mesmo ano. Dez anos após o pedido de registro junto ao Iphan, o carimbó recebeu, em novembro de 2015, em uma cerimônia pública, o Título de Patrimônio Cultural do Brasil.

Segundo Isaac Loureiro⁸, a campanha para o registro junto ao Iphan - como desdobramento de ações que já aconteciam em Santarém Novo - começa em 2005. Quando do Fest Rimbó⁹, a Irmandade de São Benedito promove Seminário para discutir os rumos do carimbó inspirado pelo tema “O Carimbó como Identidade Cultural do Povo da Amazônia”, que contou com a participação de vários grupos de carimbó presentes no festival, secretários de cultura dos municípios da região (nordeste paraense), Iphan, representação regional norte do Ministério da Cultura e o governo do estado através do IAP¹⁰ e Fundação Curro Velho, vinculados à Secretaria de Estado de Cultura do Pará (Secult). No momento desse primeiro debate, ao reunir todos esses atores em Santarém Novo, a fala do Iphan - ao apresentar sua política de patrimônio e experiências de registro de outras manifestações culturais, como jongo, frevo, samba de roda e o samba carioca - ao apontar a possibilidade do registro, motiva as comunidades e grupos das várias manifestações do carimbó paraense ali presentes a compreender esse ritmo como integrante desse universo do patrimônio imaterial brasileiro (BOGÉA, 2014, p. 6).

Assim, o carimbó paraense atualiza de forma errática, diversa e com certo sucesso sua forma de permanecer no imaginário da população paraense. Os desdobramentos da política pública de salvaguarda apontam para uma possibilidade do carimbó ultrapassar a dependência do turismo e da indústria cultural, principalmente no contexto da pulverização das produções na era da rede mundial de computadores. Assim, mais do que resistência, é cultura que se atualiza, híbrida, nas possibilidades de garantir sua própria sobrevivência.

Referências:

BOGÉA, E. A Cultura no Brasil pós-2003, um norte: Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE POLÍTICAS CULTURAIS, 5, 2014, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Fundação

⁸ Isaac Loureiro é coordenador da Campanha do Carimbó.

⁹ Festival de Carimbó de Santarém Novo nasceu em 2002 por iniciativa da sociedade civil organizada no Fórum do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável cujo debate incluiu o campo cultural porque reconhecidamente uma das forças dinâmicas do município. O carimbó como expressão maior da cultura local inspira organizar um evento capaz de atrair a atenção da região (nordeste paraense) para Santarém Novo, com vistas a motivar a cena do carimbó, principalmente pela existência de muitos grupos ainda desconhecidos do público que mesmo em condições precárias mantém uma produção atual. No interior do Fest Rimbó, como evento agregador do carimbó no estado do Pará, nasce em 2006 o Movimento Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro, o que transforma o Fest Rimbó em importante momento de articulação anual da Campanha do Carimbó.

¹⁰ Instituto de Artes do Pará, extinto na reforma administrativa do governo do estado em janeiro de 2015.

- Casa de Rui Barbosa, 2014. p. 1 – 16. Disponível em: <<http://culturadigital.br/politicaculturalcasaderuibarbosa/files/2014/06/Eliana-Bog%C3%A9a.pdf>>. Acesso em: 09 nov. 2015.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O Divino, o Santo e a Senhora*. Rio de Janeiro: FUNARTE, 1978.
- BRASIL. Ministério da Cultura. Notícias. *Carimbó é agora patrimônio imaterial brasileiro*, 11 set. 2014. Disponível em: <http://www.cultura.gov.br/noticias-destaques/-/asset_publisher/OiKX3xlR9iTn/content/carimbo-e-agora-patrimonio-imaterial-brasileiro/10883>. Acesso em: 2 ago. 2015.
- CANCLINI, Néstor García. *As culturas populares no capitalismo*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- _____. *Culturas Híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: Edusp, 1997.
- _____. *Consumidores e Cidadãos*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 1995.
- FIGUEIREDO, S. L.; TAVARES, A. E. P. *Mestres da Cultura*. Belém: EDUFPA, 2006.
- FIGUEIREDO, S.L. Círio de Nazaré, festa e paixão. In: FIGUEIREDO, S. L. (Org.). *Círio de Nazaré, festa e paixão*. Belém: UFPA, 2005. p. 19-39.
- _____. *Ecoturismo, Festas e Rituais na Amazônia*. Belém: NAEA/UFPA, 1999.
- _____. *Turismo e Cultura: mudança cultural em Soure (Marajó/PA) em decorrência da exploração do ecoturismo*. 1998. Dissertação (Mestrado em Planejamento do Desenvolvimento) – Universidade Federal do Pará, Belém. 1998.
- FURTADO, Lourdes G. *Currulistas e Redeiros de Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém: MPEG, 1985.
- INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (Iphan). Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) Carimbó. *Dossiê Iphan Carimbó*. Belém-PA, 2013.
- GABBAY, Marcelo M. *O carimbó marajoara: por um conceito de comunicação poética na geração de valor comunitário*. 2012. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2012.
- KRIPPENDORF, Jost. *Les Vacances et Après? Pour une nouvelle compréhension des loisirs et des voyages*. Paris: L'Harmatan, 1987.
- MACIEL, Antônio Francisco. *Carimbó, um canto caboclo*. 1983. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 1983.
- MAGNANI, José G. C. *Festa no Pedaco: cultura popular e lazer na cidade*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MAUÉS, Raymundo Heraldo. *A Ilha Encantada: medicina e xamanismo numa comunidade de pescadores*. Belém: EDUFPA, 1990.
- OLIVEIRA, Ana Gita. *O Mundo Transformado: um estudo da cultura de fronteira no Alto Rio Negro*. Belém: MPEG, 1995.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. *Identidade, Etnia e Estrutura Social*. São Paulo: Pioneira Editora, 1978.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- SALLES, Vicente; SALLES, Marena Isdebski. Carimbó: trabalho e lazer do caboclo. *Revista Brasileira de Folclore*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 25, p. 257-282, set./dez. 1969.
- TURNER, V. *O Processo Ritual. Estrutura e Anti Estrutura*. Petrópolis: Vozes, 1974.

Incentivo ao turismo por meio da identificação e mapeamento do Patrimônio Cultural do Distrito do Saí, São Francisco do Sul (SC)

Encouraging tourism by identifying and mapping Distrito do Saí's Cultural Heritage, São Francisco do Sul (SC)

André Souza de Lima¹

geoandrelima@gmail.com

Cibele Piva Ferrari²

cibelpiva@gmail.com

Sandra Paschoal Leite de Camargo Guedes³

sandraplcguedes@gmail.com

Resumo

O presente artigo buscou, através de um estudo interdisciplinar, envolvendo geografia, história e a teoria das representações sociais, identificar o patrimônio cultural do Distrito do Saí, em São Francisco do Sul (SC), e assim relacionar o potencial turístico da região com a preservação dos bens locais. Foram aplicados 300 questionários e realizadas 18 entrevistas orais com a população do município para a identificação e a análise dessas representações sociais. A partir disso, foram selecionadas 22 unidades patrimoniais de relevante interesse cultural, as quais foram registradas e mapeadas. A pesquisa resultou na confecção de um acervo cartográfico georreferenciado com a identificação dessas unidades, podendo ser utilizado em qualquer Sistema de Informações Geográficas (SIG). O resultado da pesquisa poderá ser utilizado como subsídio à criação de novas ferramentas de gestão, as quais tenham como objetivo a preservação do patrimônio, bem como possibilitem com que a população tenha acesso a esses locais, tendo em vista seu potencial turístico e sua importância histórica.

Palavras-chave: Turismo; Patrimônio Cultural; Representações Sociais; São Francisco do Sul; Distrito do Saí.

Abstract

This article aimed to, through an interdisciplinary study involving geography, history and theory of social representations, identify the cultural heritage of Saí District (Distrito do Saí), in São Francisco do Sul (SC), and thereby, establish relations between the tourism potential of the region to the preservation of local goods. Were applied 300 questionnaires, and held 18 oral interviews with the local population for the identification and analysis of social representations. From this, 22 equity units of significant cultural interest were selected, recorded and mapped. The research resulted in the production of a georeferenced cartographic collection with the identification of these units that may be used in any geographic information system (GIS) environment. The research results can be used as subsidy to the creation of new management tools which aim to preserve the heritage, as well as enable the population to have access to these places, considering its tourist potential and its historical importance.

Keywords: Tourism; Cultural Heritage; Social Representations; São Francisco do Sul; Distrito do Saí.

1 Geógrafo e mestrando no Programa de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

2 Historiadora e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC).

3 Doutora em História, Professora do Departamento de História e do Programa de Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade, da Universidade da Região de Joinville (Univille).

Introdução

O presente artigo buscou, através de um estudo interdisciplinar, envolvendo geografia, história e a teoria das representações sociais, identificar o patrimônio cultural do Distrito do Saí, em São Francisco do Sul (SC), e assim relacionar o potencial turístico da região com a preservação dos bens locais. O estudo foi motivado por inquietações relacionadas a possibilidades teóricas de estudo do patrimônio cultural a partir da visão da população diretamente envolvida, assim como buscou conhecer quais os elementos que ajudaram nessa construção simbólica. Tal identificação se articula com o desenvolvimento de políticas e atividades voltadas para estes interesses, partindo dos desejos da população envolvida. O patrimônio cultural está inserido em um debate sobre valores sociais, sendo que a patrimonialização de um bem perpassa a atribuição de valores, sentidos, usos e significados. Os bens culturais não possuem, por si só, os valores que os transformam em patrimônios culturais, são os indivíduos que lhes atribuem estes valores dentro de um campo de disputas, afirmação e legitimação de identificações, bem como de processos de ativação de memórias. Segundo Sandra Pellegrini (2009), as memórias do passado fundamentam a coesão entre os indivíduos e também são elas que evidenciam as diferenças culturais.

O direito à memória refletida no patrimônio cultural de diversos grupos, está diretamente ligado à formação do indivíduo enquanto cidadão, pois pressupõe o reconhecimento da diversidade e necessidade de convivência entre grupos com características culturais distintas. Uma forma de difundir o acesso e o conhecimento sobre o patrimônio cultural é o turismo e, por meio deste, a educação patrimonial. Esta pode ser compreendida como uma prática social, um processo educativo que busca conduzir os indivíduos em um processo de conhecimento ativo que objetiva a apropriação e a valorização dos bens patrimoniais, por meio do qual esses indivíduos se tornarão agentes na preservação do patrimônio cultural (OLIVEIRA, 2011). O conhecimento a respeito do patrimônio cultural possibilita ao indivíduo compreender o mundo em que está inserido, reforçando a valorização da diversidade cultural brasileira.

A educação patrimonial é “um aspecto chave para o sucesso da política de preservação do patrimônio cultural” (OLIVEIRA, 2011, p. 20). É por meio dela que os indivíduos vão se apropriar do patrimônio cultural e entender a necessidade e a importância de preservá-lo e valorizá-lo. Tornam-se, assim, agentes ativos nesse processo, o que também está relacionado com o fortalecimento dos sentimentos de pertencimento e identificação. Para tanto, as ações pedagógicas relacionadas ao patrimônio cultural por meio do turismo precisam ser orientadas de maneira a tornar o conhecimento um instrumento de preservação, uma ferramenta que aproxime os indivíduos dos bens patrimoniais de forma sensível.

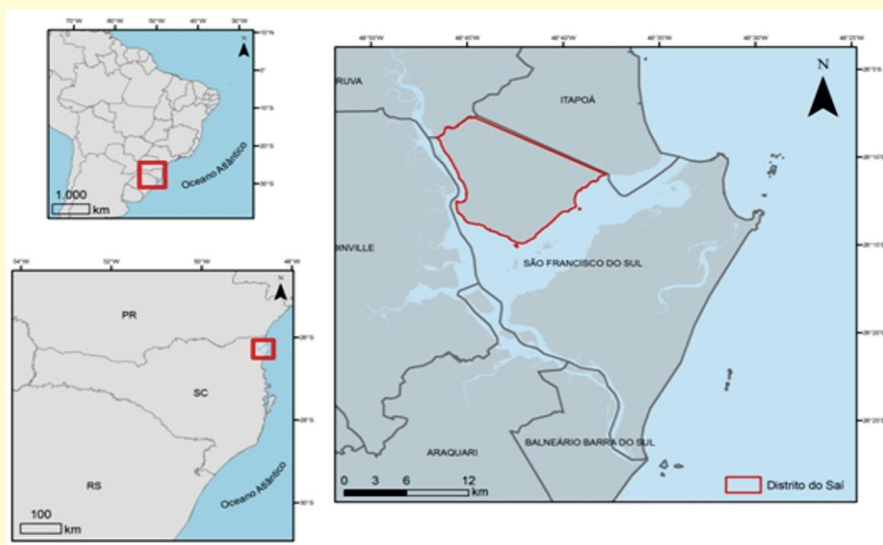
Por outro lado, é reconhecida a grande dificuldade em identificar e localizar o patrimônio cultural, o que não acontece com outros bens municipais legalmente instituídos. O que pode ser considerado patrimônio cultural de um município, estado ou país? Quais os critérios para defini-los? Certamente não basta o registro, é necessário saber o que deve ser registrado, quais os bens que expressam a memória e a identidade da sociedade. Pressupõe-se que a partir da análise das representações sociais e de ferramentas de mapeamento que possibilitem a execução de análises espaciais, como o geoprocessamento, seja possível identificar o que a sociedade considera como seu patrimônio cultural e, assim, instituir políticas de preservação, bem como possibilitar experiências da comunidade junto ao patrimônio histórico e, conseqüentemente, à sua história.

O patrimônio cultural de São Francisco do Sul (SC)

São Francisco do Sul é um dos seis municípios banhados pelas águas da baía Babitonga, um sistema estuarino o qual, além da rica biodiversidade, tem importante papel econômico em toda a região devido a sua grande aptidão portuária. Situada no litoral norte de Santa Catarina, a região é formada, também, pelos municípios de Araquari, Balneário Barra do Sul, Garuva, Itapoá e Joinville, assim como pela presença de 24 ilhas. O município de São Francisco do Sul é constituído pela Ilha de mesmo nome, sede do município, por

outras 24 ilhas e pelo Distrito do Saí, que está localizado na porção continental, separados da sede pela baía Babitonga (Figura 1).

Figura 1 – Localização de São Francisco do Sul, com destaque para o Distrito do Saí.



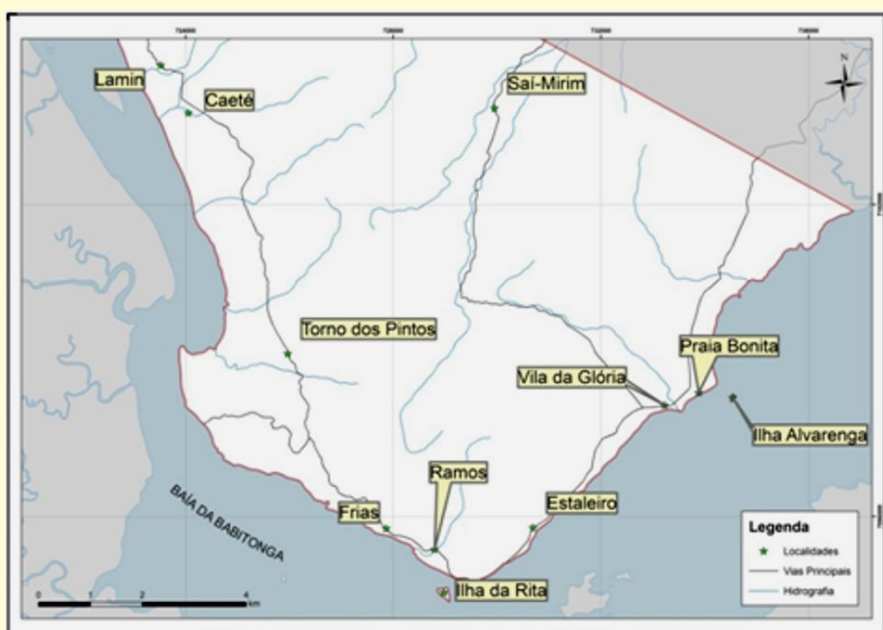
Fonte: André Lima, Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural/Univille.

inúmeras gamboas e uma rica fauna. Nela vivem mais de 60 espécies de aves, 70 de peixes, bem como crustáceos e moluscos. Raquel S. Thiago (2004, p. 86) destaca que “a baía Babitonga vem promovendo encontros entre homens e culturas através dos séculos”, e era denominada pelos antigos como mãe dos pobres, tendo em vista a abundância natural e a produtividade das terras que fizeram dali o principal meio de vida de São Francisco do Sul. As atividades extrativistas têm ainda grande expressão na região e incluem a pesca e a coleta de crustáceos, sendo que a maricultura, com o cultivo de mexilhões e ostras, é algo representativo no estado. A grande extensão da baía abriga também uma intensa atividade náutica, voltada tanto para o turismo quanto para o desporto.

O Distrito do Saí é composto pelas localidades de Vila da Glória, Ilha Alvarenga, Praia Bonita, Estaleiro, Frias, Ramos, Torno dos Pintos, Caeté, Lamin, Ilha da Rita e Saí Mirim, e por duas ilhas: a Ilha da Rita e a Ilha Alvarenga, conforme pode ser visto na Figura 2.

Entre o Distrito do Saí e a sede do município o acesso é realizado por meio de balsa (*ferryboat*) e por pequenas embarcações, ou por rodovias e vias urbanas, destacando-se o acesso principal por meio da Rodovia BR-280, que cruza o canal do Linguado, ao sul da baía Babitonga, atualmente aterrado. Conforme relato dos moradores locais, apesar da distância de aproximadamente quatro quilômetros entre a Ilha de São Francisco do Sul e a área continental do município, a integração da população não é dificultada por problemas de acesso. Além disso, tendo em vista que a população, em sua maioria, tem relação estreita com o mar, o acesso via meios de transporte marítimos é facilitado.

Figura 2 – Localidades do Distrito do Saí.



Fonte: André Lima, Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural/Univille.

A baía Babitonga é considerada a mais importante formação de águas marinhas interiores do litoral norte do estado (BANDEIRA; OLIVEIRA; SANTOS, 2009). Esse complexo estuário abrange uma área de 1.600 quilômetros quadrados, sendo que o mangue que circunda essa área é o maior do estado (VIEIRA, 2008). A cobertura vegetal da região é composta pela Mata Atlântica, onde se encontram manguezais e restingas, além da Floresta Ombrófila, os quais formam um rico patrimônio biológico (KNIE, 2002). Na baía, além das ilhas, há lajes expostas, uma extensa rede hidrográfica,

por pequenas embarcações, ou por rodovias e vias urbanas, destacando-se o acesso principal por meio da Rodovia BR-280, que cruza o canal do Linguado, ao sul da baía Babitonga, atualmente aterrado. Conforme relato dos moradores locais, apesar da distância de aproximadamente quatro quilômetros entre a Ilha de São Francisco do Sul e a área continental do município, a integração da população não é dificultada por problemas de acesso. Além disso, tendo em vista que a população, em sua maioria, tem relação estreita com o mar, o acesso via meios de transporte marítimos é facilitado.

O Porto é a principal fonte econômica do município, que conta

com a atividade turística em segundo lugar e, em terceiro, a industrial. Algumas indústrias foram atraídas para a região em função do Porto. Segundo dados do IBGE (2011), a população é de cerca de 42.500 habitantes, dos quais 93% residem na Ilha de São Francisco do Sul. A data de chegada dos primeiros europeus é um assunto polêmico. Existe a hipótese de ser atribuída de forma pioneira à Binot Palmier de Goneville, que comandava uma expedição a bordo do veleiro *L'Espoir* e que, supostamente, esteve ali em 1504, mas as descrições de viagem não levam à certeza de que a região descoberta se tratava de São Francisco do Sul (PERRONE-MOISÉS, 1992). A historiografia local não ignora essa hipótese, mas atribui a fundação de São Francisco do Sul a Lourenço de Andrade e Luis Rodrigues Cavalinho, que constituíram no local a Vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco Xavier do Sul, em 1658. Apesar da controvérsia, é algo incorporado à representação histórica da cidade, sendo a comemoração da fundação um chamariz turístico: considerando a chegada de Goneville, ela é a terceira cidade mais antiga do país (GUEDES, 2005). Em 2004, quando São Francisco do Sul supostamente completou 500 anos, foram feitos muitos festejos e atividades culturais que deram grande visibilidade à cidade e às questões referentes à história e ao patrimônio.

Certo é, no entanto, que há mais de cinco mil anos já viviam na região os povos sambaquianos, pescadores-coletores-caçadores, que construíam com conchas e areia estruturas de uso múltiplo, posteriormente utilizadas por indígenas carijós e guaranis (OLIVEIRA et al, 2007). Existem registros de mais de 150 desses sítios pré-coloniais no entorno da baía Babitonga – sendo que existem ainda extensas áreas em que não foram desenvolvidas pesquisas – e é possível que sejam encontrados outros (BANDEIRA, 2010). De acordo com Dione Bandeira (2005), há uma grande variedade entre os sambaquis, referente à sua constituição – diferenças de altura e comprimento, por exemplo –, que se relacionam com o tempo de permanência dos sambaquianos no local ou atividades diferentes desenvolvidas pelos grupos. Apesar dessas diferenças, em todos os sambaquis que foram pesquisados, a constituição é de camadas de conchas e de areia sobrepostas, e entre elas encontram-se vestígios da cultura material que indicam que esses eram locais de moradia onde se vivia como em uma aldeia. Segundo a autora, não se sabe qual é o destino desses grupos e são poucos os sambaquis pesquisados porque a destruição por agentes naturais e antrópicos é algo que atinge a muitos deles.

A enorme presença de sítios arqueológicos na região possibilitou que o francisquense tivesse uma convivência muito próxima com esse patrimônio arqueológico nacional, seja por meio do imaginário popular, em inúmeras lendas e mitos que envolvem os sambaquis (SILVA, 2004), ou na utilização indevida das conchas para pavimentação de ruas e canteiros e para a produção da cal, ou mesmo por intervenções do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) ou de outros pesquisadores em diferentes ocasiões (OLIVEIRA et al, 2007; GUEDES, FINDLAY & HEINZELMANN, 2004).

Percebe-se porque a região é destacada como “um nicho ecológico muito favorável para a ocupação humana” (SANTOS et al, 2004, p. 13), já que foi, desde milhares de anos, povoada por diversos grupos. Desde o século XVII, os povos nativos tiveram que dar espaço a navegantes estrangeiros que descobriram as condições excepcionais da baía Babitonga quando buscavam por abrigo para descanso, reparos e reabastecimento. Isso porque São Francisco do Sul passou a ser referência nas cartas náuticas a navios portugueses, espanhóis e também de outras nacionalidades, o que fez com que o povoamento se desenvolvesse no local por meio de seu porto natural, à custa da aniquilação dos nativos. A primeira iniciativa colonizadora registrada foi espanhola, mas a vila de Nossa Senhora da Graça do Rio São Francisco Xavier do Sul, fundada em 1658, “se consolidou como uma extensão da conquista portuguesa, que tinha como epicentro a cidadela de São Vicente, no litoral de São Paulo” (SANTOS et al, 2004, p. 13). Além destes, ainda incluem-se na formação étnica de São Francisco do Sul os açorianos vindos de Florianópolis; escravos negros; os franceses, que implantaram o Falanstério do Saí, no Distrito do Saí; e os imigrantes europeus que vieram para as colônias agrícolas da região. Também fazem parte desse contexto as consequências da ocupação de uma das ilhas do arquipélago, a Ilha da Rita, como base naval na ocasião da Segunda Guerra Mundial.

O principal destaque no patrimônio cultural do município é, sem dúvida, o Centro Histórico, tombado desde 1987 em âmbito federal e classificado como sítio histórico urbano nacional (SHUN) de média abrangência. Os cerca de 400 imóveis remontam aos períodos entre 1650 e 1720, 1820 e 1860 e até 1930, sendo que nessa área e no entorno imediato também está localizado o centro cívico e religioso, assim como o principal polo de comércio e prestação de serviços do município (PAULI, 2010). Testemunha de diversos momentos impor-

tantes, os casarios do Centro Histórico possibilitam que a história seja visualizada no dia a dia dessa população. Muitos dos imóveis já foram alterados, mas a conservação de grande parte é algo que chama a atenção não apenas dos turistas, mas dos pesquisadores que procuram compreender os processos históricos ali desenvolvidos e perceber as relações que a população tem com esse patrimônio, seus usos e significados na contemporaneidade.

A área de proteção delimitada pelo Iphan em 1987, com o objetivo de garantir a integridade dessa paisagem urbana, foi revitalizada entre 2002 e 2012 por meio do Programa Monumenta, uma ação de recuperação sustentável do patrimônio histórico urbano brasileiro sob tutela federal, em que os recursos para que os proprietários restaurassem seus imóveis são originários de um contrato de empréstimo com o Banco Interamericano de Desenvolvimento e o Governo Federal (PAULI, 2010). Neste projeto, obras de conservação e restauro, bem como medidas econômicas, institucionais e educativas, foram desenvolvidas buscando o retorno econômico e social dos investimentos, tendo como objetivo final a sustentabilidade desses bens.

Diante disso, é perceptível no estudo das ações turísticas voltadas ao patrimônio cultural de São Francisco do Sul que elas se voltam, em sua maioria, para o Centro Histórico. O presente artigo pretende apresentar ferramentas para a gestão turística do patrimônio cultural, especificamente por meio do estudo das representações sociais e do geoprocessamento. Acredita-se que sejam ferramentas que possibilitem o acesso ao conhecimento das demandas da população em relação ao seu patrimônio cultural. Partindo, para isso, do exemplo do Distrito do Saí, notadamente uma região deficitária de políticas voltadas para o conhecimento e a difusão do patrimônio cultural desse território.

Patrimônio Cultural e interdisciplinaridade

Abreu e Chagas (2009, p. 72) defendem que estudar a constituição do patrimônio cultural e a sua relação com a sociedade é um caminho para conhecer a própria sociedade. Sua identificação é necessária para que ele seja incluído nas atividades da gestão municipal, tanto as relacionadas ao fomento da cultura do município, quanto as que envolvem sua inclusão na agenda turística. Os autores afirmam que a cultura serve para a integração das pessoas, inclusive de diferentes países, trazendo benefícios não apenas políticos, mas também econômicos. A salvaguarda do patrimônio não é somente uma obrigação estatal relacionada à preservação da história local, mas algo ligado à vida dos indivíduos em sociedade e que influencia a construção cultural de cada grupo.

Para George Yúdice (2006), a cultura configura-se como um recurso inesgotável que atrai e gera investimentos relacionados ao desenvolvimento econômico e turístico, por exemplo. A cultura na contemporaneidade é, então, um capital a ser negociado, consumido, vendido, experimentado. O autor afirma que o capitalismo neoliberal se aproxima da redefinição do que é cidadania e da forma de exercê-la, pois a cultura passa a ser reconhecida como um aspecto que deve ser performatizado na ação cotidiana dos indivíduos enquanto cidadãos, e a cultura local é a referência para sua atuação global. O fato da produção de determinados bens estar ligada a aspectos culturais faz com que eles sejam mais desejados. A dinamização das identidades e das representações, também reguladas a partir desse processo, segundo Yúdice, estão intimamente ligadas à constituição do patrimônio cultural com o contexto em que cada indivíduo está inserido, assim como à forma como ele se relaciona com isso.

Salvadori (2008) afirma que o patrimônio serve como suporte da memória, capaz de produzir identificações a partir do modo como os indivíduos se apropriam da realidade histórica que os cerca e das relações sociais que ocorrem no espaço. Sandra Pellegrini (2009, p. 23) concorda com a importância que o patrimônio em si, bem como as memórias que carrega, têm para a formação de identidades, afirmando que os bens culturais tomados como legados recebidos do passado, vivenciados no presente e transmitidos às gerações futuras, reúnem “referenciais identitários, memórias e histórias — suportes preciosos para a formação do cidadão”.

Dessa forma, o patrimônio cultural pode ser traduzido nas manifestações materiais e imateriais de uma coletividade, abrangendo os bens simbólicos de todos os grupos, sendo que os bens preservados devem estar à disposição e usufruto de todos (CANCLINI, 2008). O patrimônio é um campo onde conflitam interesses, influenciando diretamente o cotidiano dos indivíduos:

As memórias e referências do passado fundamentam, por um lado, a coesão entre os indivíduos que compartilham afetos, sensibilidades, tradições e histórias. E, por outro, evidenciam diferenças culturais que podem favorecer a aceitação da diversidade como valor essencial para o indivíduo em sociedade (PELLEGRINI, 2009, p. 23).

Para Françoise Choay (2006), o patrimônio cultural expressa as identidades e as memórias de uma sociedade e contribui para mantê-las e preservá-las, daí a noção de que sejam referentes à nação, ao grupo e à comunidade, sendo a materialização do que deve ser transmitido às gerações futuras, expressão da história de um povo. Resultante de relações sociais, o patrimônio é sempre fruto de escolhas, de quem tem o poder de optar pela memória e a identidade dignas de serem preservadas e difundidas. O campo do patrimônio cultural é, de fato, complexo, e nele diversos interesses e formas de interpretação convivem e conflitam.

Diante disto, pode-se compreender o patrimônio cultural como resultado de escolhas das práticas culturais representadas na materialidade e na imaterialidade de uma sociedade que merecem ser preservadas e difundidas, sendo que essas escolhas são fruto de disputas e jogos de poder. Para estudá-lo, deve se levar em conta o que significa dentro do contexto em que está sendo analisado e como se constituem as lutas políticas e sociais em torno dele, que são produtos das representações sociais construídas em determinado momento e local a respeito do próprio patrimônio cultural. Por estar relacionado a aspectos não apenas históricos, mas também geográficos, econômicos, sociais e psicológicos, entre outros, considera-se que o estudo do patrimônio cultural é interdisciplinar por essência. Seus estudos devem levar em conta essa multiplicidade de aspectos que existem nas relações estabelecidas entre o local, a população e os usos deste patrimônio, bem como as referências materiais e imateriais advindas disto. A Teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Serge Moscovici dentro da Psicologia Social na década de 1960, possibilita que seja compreendido como a sociedade se apropria do seu patrimônio cultural, contribuindo para seu estudo e orientando decisões a respeito de sua gestão.

Representações sociais e Patrimônio cultural

Para Moscovici (2009, p.40), as representações sociais refletem a maneira como os indivíduos pensam, agem e procuram compreender o sentido de suas ações e pensamentos, e “todas as interações humanas, surjam elas entre duas pessoas ou entre dois grupos, pressupõem representações. Na realidade, é isso que as caracteriza”. Têm como funções, segundo o autor, convencionalizar os objetos, descrever, classificar e explicar a realidade. E dessas funções se desdobram outras: comunicação, orientação e justificação de comportamentos, identificação e integração do novo, equilíbrio cognitivo e social, bem como de normativa das relações intergrupais (RODRÍGUEZ, 2004).

É grande a diversidade de estudos e formas de aplicação da Teoria das Representações Sociais, sendo esta uma possibilidade para a pesquisa dos fenômenos sociais e psicossociais em conjunto com outras disciplinas. Essa teoria propõe uma visão global das relações e do comportamento dos indivíduos, o que contribui para uma maior compreensão da realidade e ação sobre a mesma. Explica os processos relacionados à criação de conceitos básicos como sentido comum, vida cotidiana e linguagens, mostrando como se organiza o pensamento que culmina em uma determinada representação que é compartilhada por um determinado grupo social.

Desde sua criação, a Teoria das Representações Sociais tem alcançado grande importância na Psicologia Social e seu campo de estudos tem crescido consideravelmente. Rodríguez (2004) destaca que novas perspectivas teóricas e metodológicas enriqueceram o estudo dos processos de construção social da realidade, sendo este um marco explicativo dos fenômenos psicossociais complexos e variados em contextos culturais heterogêneos. A Teoria das Representações Sociais propõe uma abordagem metodológica plural na pesquisa do pensamento do senso comum, privilegiando o social e o objeto do estudo (RODRÍGUEZ, 2004), configurando-se como uma importante forma de estudar o pensamento social e seus mecanismos de forma ampla. Para Moscovici (2009), além de refletir o comportamento e a estrutura social, uma representação também condiciona ou responde a isso, isto é, se deve não apenas a uma origem coletiva, mas a um objeto coletivo e, por este motivo, é compartilhada por todos e reforçada pelas tradições.

Dessa forma, trata-se de uma teoria que, associada a outras ciências, contribui sobremaneira para o estudo do patrimônio cultural, pois é no senso comum que se formam as representações que o constituem enquanto um bem. É na orientação das atividades relacionadas ao patrimônio cultural que reside a contribuição deste estudo das representações sociais e da utilização do geoprocessamento como ferramenta de apoio.

Geoprocessamento: gestão e planejamento do patrimônio cultural

O geoprocessamento é uma ferramenta, dentre as diversas disponíveis e conhecidas, que integra os Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Possui caráter transdisciplinar e é utilizado em diversas áreas do conhecimento, pelos mais distintos profissionais, para análises espaciais e confecção de mapas temáticos que possibilitam identificar as demandas e as potencialidades específicas a cada problema. As técnicas utilizadas são descritas por Ferreira et al (2011) como ferramentas de integração de tecnologias, em que a aquisição de informações e o seu tratamento posterior a transformam. Desta maneira, os dados cartográficos utilizados na elaboração de mapas, juntamente com os dados alfanuméricos, se tornam informações geográficas.

Dentre as diversas aplicações para o uso do geoprocessamento, destaca-se o planejamento e gestão do território, sobretudo do espaço urbano. A utilização de mapas para conhecer a infraestrutura disponível para a população e assim identificar áreas carentes da atenção pública é cada vez mais comum. Essa atenção voltada para a área urbana, principalmente, é regida por leis que regulamentam e estabelecem diretrizes gerais da política urbana na constituição federal, como, por exemplo, a Lei Federal nº 10.257/2001, conhecida por criar uma ferramenta básica que norteia e estabelece metas a fim de desenvolver o espaço urbano, o Plano Diretor. Entretanto, conforme Lei Municipal nº 763/1981, apenas uma pequena fração do território continental do município de São Francisco do Sul, onde se localiza o Distrito do Saí, é classificada como área urbana.

Diante do exposto, é fato que existem instrumentos legais que possibilitam a gestão do território; entretanto, a proposta é o emprego de novos meios e técnicas para que a gestão considere nas suas políticas relacionadas ao patrimônio cultural a totalidade do território do município. O conhecimento da demanda a partir das representações da população e o geoprocessamento dos dados analisados podem ser utilizados pela gestão para potencializar o desenvolvimento de políticas turísticas voltadas ao patrimônio cultural de todo o território do município.

O Iphan também estabelece normas para a gestão e o planejamento do espaço urbano através de uma série de leis, dentre as quais pode-se destacar a Lei nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano:

Art. 13º Caberão aos Estados o exame e a anuência prévia para aprovação, pelos Municípios, de loteamento e desmembramento nas seguintes condições:

I - Quando localizados em áreas de interesse especial, tais como as de proteção aos mananciais ou patrimônio cultural, histórico, paisagístico e arqueológico, assim definidas por legislação estadual ou federal (BRASIL, 1979).

Segundo Moura (2003), a utilização do geoprocessamento na gestão do patrimônio cultural permite à gestão pública ter uma visão holística da realidade e de maneira didática e muito ágil. A autora afirma que, a partir do momento que se tem as informações espacializadas, é possível gerir e monitorar, com rigidez, possíveis intervenções no patrimônio do município. Além disso, pode-se identificar as potencialidades da estrutura do patrimônio a fim de explorá-lo turisticamente, incrementando, assim, a receita do município e da população local.

O conhecimento da região através de dados históricos, das representações sociais e do geoprocessamento dessas informações, constitui importante ferramenta para a gestão do seu patrimônio cultural. A identificação do patrimônio cultural reconhecido pela população possibilita que a gestão municipal amplie a sua área de atuação, revendo as prioridades de investimento e fomento cultural. O turismo cultural encontra, na existência desses bens, uma forma de sustentabilidade do seu patrimônio cultural por meio de sua exploração como recurso turístico. A preservação do patrimônio cultural e sua difusão por meio do turismo favorecem também que “a sociedade tenha mais oportunidades de conhecer a si própria” (FUNARI & PINSKY, 2009, p. 17). Os recursos advindos com consumo cultural, por um lado, e a manutenção da qualidade de vida por meio do acesso à memória, por outro, justificam o uso turístico do patrimônio cultural e fundamentam a sua proteção e preservação.

O turismo cultural não deve ser associado ao turismo tradicional ou “de massa”. Contudo, cabe ressaltar que o turismo por si só está diretamente ligado à cultura de maneira geral. Conforme Mancini (2007), o turismo cultural não necessariamente remete a algo material, pois envolve, sobretudo, a maneira como se vê. Ou seja, é algo que deve ser vivenciado, ultrapassando o modelo tradicional contemplativo do turismo, pois

exige contato com a população e, em alguns casos, instrução prévia, como em Distrito do Saí, onde muitas das edificações históricas podem passar despercebidas.

Da mesma maneira que o turismo cultural possui uma série de peculiaridades, ele é destinado a um público bastante restrito, pois geralmente não dispõe de estrutura adequada, nem ao menos sinalização. Como ressalta Mancini (2007), as características descritas, ao mesmo tempo em que não atraem um grande número de turistas, garantem a autenticidade do local. Em contrapartida, caso o local receba um grande número de pessoas e não possua estrutura para atendimento ao turista, poderá sofrer uma série de impactos, sobretudo negativos. Para o autor, o turismo, em geral nos últimos anos, deixou de ser considerado exclusivamente uma atividade comercial e passou a estar intrinsecamente relacionado à sociedade. Não obstante, tem a possibilidade de integrar planos de preservação. Para o caso do Distrito do Saí, o turismo não é incentivado e ao mesmo tempo não existem políticas públicas de preservação associadas ao patrimônio cultural da região.

O Patrimônio Cultural do Distrito do Saí

Na Ilha de São Francisco do Sul há um vasto patrimônio cultural reconhecido, composto pelo Centro Histórico, que é a maior representação de seu patrimônio e o que potencializa a identidade coletiva (SILVA, 2010). Para além desse patrimônio que é composto por casarios, remanescentes da ocupação luso brasileira dos séculos XVIII e XIX, existe, ainda, muito a ser conhecido e identificado, principalmente na porção continental do município, a qual ainda carece de atenção do poder executivo do município, ao que se refere a políticas de preservação do patrimônio cultural. A identificação desse patrimônio permitirá que ele seja incluído nas atividades da gestão municipal, tanto relacionadas ao fomento das manifestações culturais do município quanto na sua inclusão na agenda turística.

Para viabilizar o trabalho de mapeamento e catalogação do patrimônio cultural do Distrito do Saí, foi necessário o reconhecimento da região com base em registros oriundos de pesquisas pretéritas e de informações públicas do município de São Francisco do Sul. Além disso, foi utilizado o diagnóstico arqueológico da região realizado pelas arqueólogas Maria Cristina Alves e Francine Cristina Martins (2006), que identifica todos os sambaquis da região, entre outras diversas unidades patrimoniais, bem como a pesquisa realizada por Fernanda Mara Borba (2012), que identificou e analisou sítios históricos na região.

A pesquisa de campo, composta por entrevistas estruturadas e não estruturadas, foi iniciada após aprovação e adequação às normas do Comitê de Ética na Pesquisa da Universidade da Região de Joinville – Univille. As entrevistas orais foram doadas ao Laboratório de História Oral da Univille, onde estão à disposição do público.

As entrevistas estruturadas foram realizadas a partir da aplicação de 300 formulários⁴, sendo 150 homens e 150 mulheres e cuja quantidade corresponde a 0,7% da população do município, segundo dados do IBGE (2011). Os sujeitos foram divididos em três faixas etárias: 1) 18 a 29 anos; 2) 30 a 55 anos; 3) acima de 56 anos. Os formulários foram aplicados a moradores do Distrito do Saí, nos principais pontos de concentração da população, como em estabelecimentos comerciais e nas ruas principais, assim como em casas próximas a essas vias.

O enunciado das perguntas foi apresentado aos entrevistados e as respostas registradas pelos pesquisadores conforme os níveis pré-definidos na confecção do formulário a partir da revisão bibliográfica. Os dados foram tabulados com auxílio da ferramenta de *survey*, do *Google Docs*⁵, e exportados para o *software* Excel, para que pudessem ser analisados. Devido à abrangência da pesquisa, para elaboração do presente artigo apenas uma das questões do formulário foi utilizada, ou seja, a que indagava sobre o que o entrevistado considerava como patrimônio cultural do Distrito do Saí e onde estava localizado.

Os resultados obtidos nessa questão foram comparados e identificados com aqueles obtidos em 18 entrevistas⁶ não estruturadas que seguiram a metodologia da história oral (MEIHY, 1996; FERREIRA & AMADO, 1998). A escolha dessas pessoas foi feita por meio de uma rede de informantes obtida durante a pesquisa (MEIHY, 1996)

4 Os formulários eram compostos por 28 questões abertas e fechadas.

5 A palavra refere-se ao método de pesquisa quantitativo e é uma das ferramentas das quais dispõem os usuários do Google. Possibilita que o formulário seja alimentado virtualmente e posteriormente estes dados sejam exportados ao Excel para tratamento e análise.

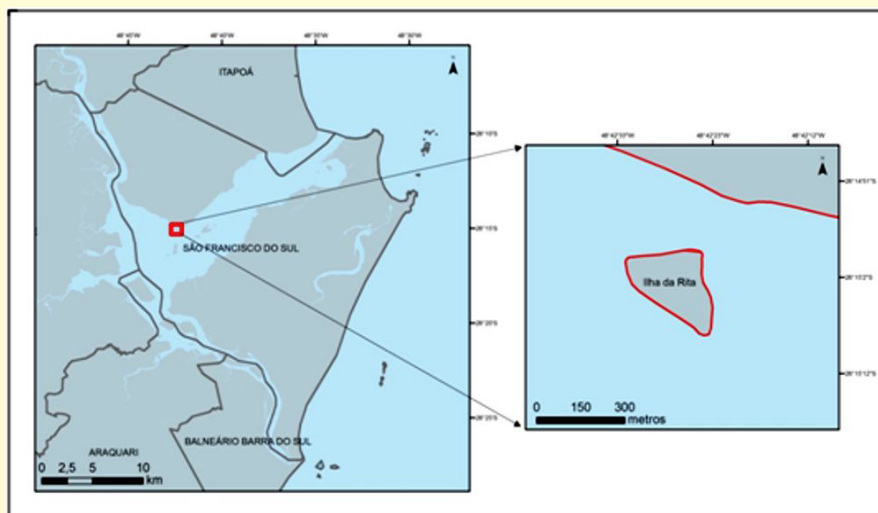
6 O número de 18 entrevistas correspondeu a seis pessoas (três de cada sexo) para cada faixa etária entrevistada na pesquisa estruturada, número considerado suficiente pela exaustão de informações conseguidas durante as primeiras entrevistas (MEIHY, 1996).

e constituída por sujeitos-chave que poderiam fornecer informações mais detalhadas sobre o patrimônio cultural existente na localidade. Dentre os dezoito sujeitos entrevistados, estavam ex-secretários municipais, professores e ex-fuzileiros navais, além de pessoas que nasceram ou moram na localidade há muito tempo.

É importante salientar que os resultados encontrados, apesar de parecerem, à primeira vista, apenas quantitativos, permitiram inferir a relação da população com seu patrimônio cultural e perceber o que era considerado ou não patrimônio para as pessoas entrevistadas, ou seja, suas representações sobre o patrimônio cultural existente. A falta de precisão nas respostas, que não permitia saber a localização do bem citado e, muitas vezes, nem mesmo a que ruína as pessoas estavam se reportando, foi suprida com um trabalho de identificação *in loco* por meio de pesquisa de campo. Assim, a partir das informações obtidas por meio dos formulários e das entrevistas orais, todo o Distrito do Saí foi percorrido pelos pesquisadores com a utilização de mapas e de um receptor GPS. Todas as principais vias foram visitadas, bem como grande parte das vias secundárias e foram identificados 22 pontos de interesse cultural que coincidiam com o que havia sido mencionado nas entrevistas.

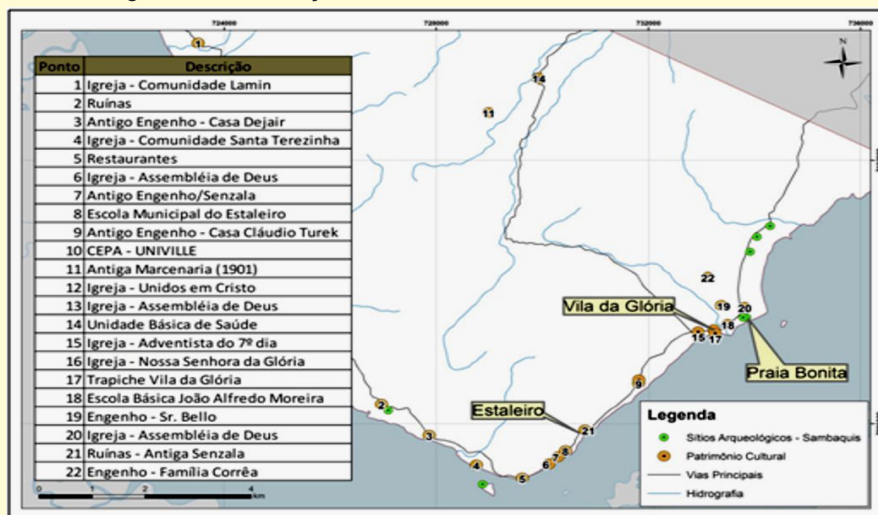
Os resultados da pesquisa mostraram que o patrimônio cultural do Distrito do Saí é diverso. Dentre os 22 pontos, existem ruínas relativas à ocupação nos séculos XVII e XVIII, bem como engenhos e igrejas. O patrimônio imaterial citado está relacionado às práticas e conhecimentos locais, tais como o modo de fazer a farinha de mandioca, a construção de canoas, a pesca artesanal, entre outros. Esse patrimônio é disperso e pouco conhecido, mas lembrado pela população.

Figura 3 – Localização da Ilha da Rita.



Fonte: André Lima, Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural/Univille.

Figura 4 – Localização do Patrimônio cultural no Distrito do Saí.



Fonte: André Lima, Grupo de Estudos Interdisciplinares de Patrimônio Cultural/Univille.

Um dos locais evidenciados como patrimônio cultural da região pelos entrevistados está localizado a 200 metros do Distrito do Saí, a Ilha da Rita (Figura 3) que tem relevância não apenas local como também nacional. Durante a 2ª Guerra Mundial foi utilizada como base naval, servindo de ponto de abastecimento de água potável, carvão e óleo aos navios. Todos os 300 entrevistados por meio do formulário tinham conhecimento da Ilha da Rita, mas apenas 33% a conhecem pessoalmente. Entre os entrevistados que já foram à Ilha, 69% são moradores do Distrito do Saí, que estão bem mais próximos do local. Um dado que reflete a situação contemporânea da Ilha é que, desses 33% que já a visitaram, 90% têm mais de 30 anos. Como a Ilha está fechada para visitação desde 1999, é natural que os entrevistados mais novos não tenham tido a oportunidade de conhecê-la, apesar de terem ciência sobre sua história, que faz parte do currículo escolar, ou por ouvir dela falarem os amigos, familiares e a população local.

O resultado do trabalho de campo possibilitou a espacialização de todas as coordenadas obtidas, através de pontos em mapas temáticos, a fim de conhecer a localidade onde se en-

contram cada um dos pontos obtidos. Com a localização dos 22 pontos, foi possível observar que a Vila da Glória e o Estaleiro possuem um maior número de unidades de patrimônio cultural reconhecidos pela população, e a região da Praia Bonita concentra um maior número de ocorrências de sambaquis, conforme pode ser visto na Figura 4.

Considerações finais

Objetivou-se identificar e analisar as representações sociais da população de São Francisco do Sul sobre o patrimônio cultural do Distrito do Saí. A partir do estudo dessas representações sociais, foi possível identificar junto à população os espaços patrimoniais reconhecidos por estes indivíduos, bem como investigar as memórias e representações a eles ligadas. Dessa forma, foi possível perceber a rede de relações que a população local estabelece com o patrimônio cultural.

Os mapas elaborados, e a base cartográfica preparada, poderão ser utilizados em consultas de viabilidade para implantação de novos empreendimentos, assim como para a criação de unidades de preservação municipal. Dada a versatilidade dos SIG's, a mesma metodologia adotada para o mapeamento do Patrimônio Cultural do Distrito do Saí poderá ser aplicada em outros setores da prefeitura, ou utilizada por municípios vizinhos.

Destaca-se que o estudo das representações sociais, auxiliado pelo geoprocessamento, são eficientes recursos para a gestão do patrimônio cultural. A partir da pesquisa realizada para a identificação espacial deste patrimônio, foi possível conhecer melhor a relação da população com estes bens e desenvolver as potencialidades dos mesmos em relação à comunidade local e também para fins turísticos. Estas informações podem também orientar a elaboração de políticas públicas direcionadas às potencialidades destacadas para a preservação do mesmo, bem como a integração de todo o patrimônio cultural do município, respeitando as diversidades existentes.

A proteção do patrimônio cultural nos municípios está, em partes, prevista em lei, mas, na maioria das vezes, o desconhecimento do que seja patrimônio cultural e/ou onde ele se localiza são empecilhos à sua proteção. Cabe ao poder executivo do município conhecer onde está localizado o seu patrimônio cultural, tarefa bastante árdua e que requer metodologia adequada. Para isso, a partir da pesquisa desenvolvida sugerem-se três etapas que foram necessárias para realização do presente estudo: 1) Conhecimento e identificação: compreensão do conceito de patrimônio cultural a fim de identificá-lo a partir das representações sociais; 2) Registro e mapeamento: após a identificação do patrimônio cultural municipal, é necessário registrá-lo, catalogá-lo e por fim manter atualizado um banco de dados geográfico com informações pertinentes à sua localização; 3) Gestão: a criação de políticas públicas que tenham como objetivo a preservação do patrimônio, e que possibilitem que a população tenha acesso a esses locais, tendo em vista seu potencial turístico e sua importância histórica.

Em relação ao Distrito do Saí, esta pesquisa demonstrou que o geoprocessamento pode ser utilizado em regiões em que o Patrimônio Cultural ainda é desconhecido pela municipalidade. Localizado fora do Centro Histórico tombado, este patrimônio é pouco conhecido, e através das metodologias empregadas na análise das representações sociais, foi possível identificar quais são as unidades reconhecidas pela população e registrá-las. A partir deste reconhecimento social do patrimônio cultural do Distrito do Saí e identificação geográfica do mesmo, é possível favorecer sua gestão por meio de medidas que visem sua preservação, seja via processos de tombamento ou registro, ou pelo desenvolvimento de atividades relacionadas à educação patrimonial e ao turismo, fomentando a cultura e também a sustentabilidade local.

Por fim, cabe ainda ressaltar a complexidade e a relevância do estudo interdisciplinar do patrimônio cultural, buscando compreender os diversos aspectos relacionados à sua constituição e seu reconhecimento pela sociedade. Este que pode ser impulsionado por meio da atividade turística, utilizada como incentivo e valorização o patrimônio cultural. Turismo e patrimônio cultural se relacionam intimamente com a qualidade de vida e são questões que têm permeado mais recorrentemente as agendas públicas e demandando pesquisas para desenvolvimento dessa relação. Estima-se que as proposições do presente artigo inspirem novas discussões e reverberem em ações que considerem a demanda da população e a gestão turística do patrimônio cultural dos municípios de forma ampla.

Referências

- ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.
- ALVES, Maria Cristina; MARTINS, Francine Cristina. *Obras de Pavimentação Asfáltica de Estradas Municipais em Joinville e São Francisco do Sul*. Joinville: OAP, 2006.
- BANDEIRA, Dione da Rocha. Povos sambaquianos: os construtores de montes de conchas e os mais antigos moradores da Baía Babitonga. *Revista Joinville Ontem e Hoje*. Joinville: Câmara Municipal de Joinville, p. 4-9, mar. 2005.
- _____. Sambaquianos: os mais antigos habitantes da Baía da Babitonga. In: JOINVILLE. Prefeitura Municipal. *Joinville: os primeiros habitantes*. Itajaí: Editora Casa Aberta, 2010.
- BANDEIRA, Dione da Rocha; OLIVEIRA, Eloy L.; SANTOS, Adriana Maria P. Estudo estratigráfico do perfil nordeste do Sambaqui Cubatão I, Joinville/SC. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, São Paulo, p. 1-23, 2009.
- BRASIL. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. Regulamenta os Arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>.
- Acesso em: 14 dez.2012.
- _____. Lei nº 6.766 de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do Solo e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10257.htm>.
- Acesso em: 14 dez.2012.
- BORBA, Fernanda. *Arqueologia da Escravidão numa Vila Litorânea: Vestígios Negros nas Fazendas Oitocentistas de São Francisco do Sul (Santa Catarina)*. 2013. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville. 2013.
- CANCLINI, Néstor García. *Culturas Híbridas: Estratégias para entrar e sair da modernidade*. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2008.
- CARVALHO, Fernanda Ricalde Teixeira. Turismo e patrimônio cultural material. *Cultur: Revista de Cultura e Turismo*, Ilhéus, ano 9, n. 1, p. 143-159, out. 2014.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. 3. ed. São Paulo: Ed. Unesp, 2006.
- ArcGIS Desktop: software. Versão 10. Redlands, 2010. Disponível em <<http://www.esri.com/software/arcgis/arcgis-for-desktop>>. Acesso em: 7 jul. 2015.
- FERREIRA, Fernanda Costa et al. O Papel do Geoprocessamento na preservação do Patrimônio Cultural nacional nos municípios de Porto Seguro e Santa Cruz Cabrália, Bahia: procedimentos e desafios. In: SIMPÓSIO BRASILEIRO DE SENSORIAMENTO REMOTO, 15, 2011, Curitiba: *Anais...* INPE, 2011. p. 4102-4109.
- FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaina (Orgs.). *Usos & Abusos da História Oral*. 2. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998.
- FUNARI, P.P.A.; PINSKY, J. (Orgs.). *Turismo e patrimônio cultural*. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2009.
- GUEDES, Sandra. P. L. C.; FINDLAY, Eleide A. G.; HEINZELMANN, Marta. R. Representações Sociais sobre o patrimônio histórico e pré-colonial dos municípios de Araquari, São Francisco do Sul e Balneário Barra do Sul pertencentes à Baía da Babitonga. *Revista Univille*, Joinville, v. 9, p. 96-105, 2004.
- GUEDES, Sandra. P. L. C. A construção do herói. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPH, 24, 2005, Curitiba. *Anais...*, 2005. p. 285-290.
- IBGE. *Censo 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2011.

- KNIE, Joachim L.W. (Coord.) *Atlas Ambiental da Região de Joinville – Complexo Hídrico da Baía da Babitonga*. Florianópolis: FATMA/GTZ, 2002.
- MANCINI, Lorena Angélica. *Turismo Cultural: Proposta de roteiro interpretativo para o município de São Francisco do Sul - SC*. 2007. 202 fls. Dissertação (Mestrado em Turismo e Hotelaria) – Universidade do Vale do Itajaí, Balneário Camboriú. 2007.
- MARINHO, Ana Paula Lima. *Metodologia para integração dos dados do Patrimônio Histórico aos dados da Informação Básica para Edificações utilizando técnicas de geoprocessamento*. 2008. Monografia (Especialização em Geoprocessamento) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2008.
- MEIHY, José Carlos Sebe Bom. *Manual de História Oral*. 5. ed. São Paulo: Loyola, 1996.
- MOSCOVICI, Serge. *Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.
- MOURA, Ana Clara M. Geoprocessamento aplicado ao planejamento urbano e à gestão do patrimônio histórico de Ouro Preto-MG. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 21, 2003, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro: Sociedade Brasileira de Cartografia, 2003. p. 1-9.
- OLIVEIRA, Cléo Alves Pinto. *Educação Patrimonial no Iphan*. 2011. 141 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) – Escola Nacional de Administração Pública, Brasília. 2011.
- OLIVEIRA, Fabiano A. et al. Projeto Atlas Histórico da Região da Baía da Babitonga. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CARTOGRAFIA, 23, 2007. *Anais...* Rio de Janeiro, 2007. p. 2258-2264.
- PAULI, Roberta Cristina Silva. *Representações sociais sobre o centro histórico tombado de São Francisco do Sul*. 2010. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville, 2010.
- PELLEGRINI, S. C. A. *Patrimônio cultural: consciência e preservação*. São Paulo: Brasiliense, 2009.
- PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Vinte Luas*. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil: 1503-1505. São Paulo: Cia das Letras, 1992.
- RODRÍGUEZ, Eulogio Romero (Org.). *Representaciones sociales: atisbos, cabilaciones del devenir de cuatro décadas*. México: Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, 2004.
- SALVADORI, M. A. B. *História, ensino e patrimônio*. Araraquara: Junqueira & Marin, 2008.
- SANTOS, Silvio Coelho; NACKE, Anelise; REIS, Maria José (Orgs.). *São Francisco do Sul: muito além da viagem de Gonneville*. Florianópolis: UFSC, 2004.
- SÃO FRANCISCO DO SUL. Prefeitura Municipal. *Lei nº 763/1981*. Lei de Uso e Ocupação do Solo. Disponível em: <<http://www.leismunicipais.com.br/a/sc/s/sao-francisco-do-sul/lei-ordinaria/1981/76/763/lei-ordinaria-n-763-1981-dispoe-sobre-o-zoneamento-do-municipio-de-sao-francisco-do-sul-estado-de-santa-catarina-e-revoga-a-lei-n-600-76-2007-12-20.html>>. Acesso em: 10 maio 2013.
- SILVA, Angela Cristina. *Histórias e lendas de São Francisco do Sul*. São Francisco do Sul: Letrad'água, 2004.
- SILVA, Roberta Cristina. *Representações sociais sobre o centro histórico tombado de São Francisco do Sul*. 2010. 125 p. Dissertação (Mestrado em Patrimônio Cultural e Sociedade) – Universidade da Região de Joinville, Joinville. 2010.
- THIAGO, R. S.; COELHO, I. A Univille na história da paisagem da Ilha da Rita. *Revista Univille*, Joinville, v. 6, n. 2, p. 49-62, 2001.
- YÚDICE, George. *A conveniência da cultura: usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006.
- VIEIRA, Celso Voos et al. Caracterização morfosedimentar e setorização do complexo estuarino Baía da Babitonga/SC. *Boletim Paranaense de Geociências*, Curitiba, n. 62-63, p. 85-105, 2008.

Trajetórias do patrimônio cultural e os sentidos dos seus usos em Paraty (RJ)

Trajectories of cultural heritage and the meaning of its uses in Paraty (RJ)

Maria Tereza Duarte Paes¹

paes.tereza@gmail.com

Resumo

A preservação dos sítios coloniais no Brasil, quer tenha sido pelo seu abandono ou pela institucionalização do tombamento, serviu de âncora para a *refuncionalização turística* e para a ascensão econômica de inúmeras cidades brasileiras nas últimas décadas, processo que deve atentar para as articulações necessárias entre patrimônio cultural, valorização turística e planejamento territorial. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que o processo de patrimonialização, ou a revalorização de sítios históricos já anteriormente tombados, tem caminhado *pari passu* ao processo de renovação urbana e de turistificação destas áreas, tema que será abordado aqui a partir do argumento empírico de Paraty, no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: *Refuncionalização turística*; Sítios coloniais; Paraty, Rio de Janeiro.

Abstract

The preservation of the colonial sites in Brazil, whether through its abandonment or by the institutionalization of the official historical heritage, served as anchor for the touristic refunctionalization and economic rise of numerous Brazilian cities in recent decades, a process that should pay attention to the necessary links between cultural heritage, tourism development and territorial planning. In this sense, we assume that the patrimonial process, or the upgrading of historical sites previously defined as official historical heritage, has walked *pari passu* with the process of urban renewal and touristification of these areas, an issue that will be discussed here from the empirical argument of Paraty, in Rio de Janeiro.

Keywords: *Touristic refunctionalization*; Colonial sites; Paraty, Rio de Janeiro.

¹ Geógrafa, doutora em Ciências Sociais pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professora do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências na mesma universidade. Bolsista Produtividade CNPq.

Introdução

O processo de *refuncionalização turística* (LUCHIARI, 2005; PAES, 2012) de sítios históricos, que chegou ao Brasil de modo mais contundente nos anos 1990, coloriu os antigos casarios coloniais, iluminou as edificações, expulsou a população local de moradores de baixo poder aquisitivo e levou para ali um novo modo de vida associado ao consumo cultural: festas, espetáculos, restaurantes, ateliês, bares, comércio turístico e turistas. Na maioria dos casos, como o conhecido exemplo do Pelourinho, ou do centro histórico de Salvador, Bahia (SANT'ANNA, 2003), estes antigos centros não conseguiram preservar a sua antiga população de moradores, o que acabou prejudicando a própria dinâmica turística, devido ao abandono destas áreas fora das temporadas ou no período noturno. Seja por meio de políticas públicas, de interesses imobiliários, ou de grupos sociais organizados, o fato é que estes antigos sítios ou centros históricos² foram capitalizados e reincorporados ao tecido urbano e às políticas de promoção de imagem do planejamento territorial, tanto que, especialmente a partir dos anos 2000, estes se transformaram em objeto de políticas públicas urbanas e culturais, tais como o *Programa de Reabilitação Urbana*, com o foco em áreas centrais, criado juntamente ao Ministério das Cidades em 2003 (MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2004; 2005); o *Programa Monumenta*, de 2000 e, atualmente, o *Plano de Aceleração do Crescimento – Cidades Históricas* (PAC-CH), vinculados ao Ministério das Cidades e ao Ministério da Cultura ou, especificamente, ao Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico Nacional (Iphan) e às contrapartidas nas escalas municipais e estaduais do poder público. Nesse sentido, partimos do pressuposto de que o processo de patrimonialização, ou a revalorização de sítios históricos já anteriormente tombados, tem caminhado *pari passu* ao processo de renovação urbana e de turistificação destas áreas.

Esta valorização atual do patrimônio cultural arquitetônico no Brasil apoiou-se na herança de um processo de institucionalização que, em sua origem, nos anos 1930-1940, respondeu à produção de ideias, ideologias e teorias saídas das políticas públicas para representar os símbolos de um projeto nacionalista, constituído em política de estado por meio do SPHAN (atual Iphan), no governo de Getúlio Vargas, para a concertação de “valores civilizatórios, estéticos e morais, ao construir um patrimônio nacional”. Segundo Chuva (2009, p. 31), no período de 1937 a 1946 o SPHAN “protegeu legalmente mais de 40% de todo o patrimônio tombado até o começo do século XXI”, fato que tomou como símbolo autenticamente nacional a arquitetura barroca colonial.

Embora o processo de patrimonialização contemporânea possa justificar-se pela necessidade de preservação da história social, sobretudo neste tempo de crise da matriz modernista, esta ilusão não se sustenta neste período de incorporação da cultura à nova vitalidade do *capitalismo semiótico* (PEET, 1997). A *conveniência da cultura* (YÚDICE, 2013) traduz-se com a reincorporação destes bens culturais à dinâmica das cidades, adaptados formal e simbolicamente ao novo contexto e aos novos atores sociais.

Ainda que nosso foco seja o valor do passado na vitalidade do presente, interessa-nos recuperar na história as formas e os sentidos que sustentaram as iniciativas da preservação, e situar a valorização turística e as intervenções de renovação urbana a elas associadas.

Paraty, no sul fluminense, tem uma história particular neste processo, e é ela que conduzirá os argumentos apresentados neste artigo.

Paraty (RJ) - A joia esquecida nas trilhas e caminhos da história patrimonial

A história do Brasil é jovem de cinco séculos – ao menos se nos fiarmos na narrativa oficial, que inicia sua contagem a partir do desembarque dos portugueses na América -, e é inquieta. Uma vez provocada, fala de tudo e adora embarcar numa polêmica: passa a limpo conceitos e mitos, questiona muitas das perguntas que nos habitamos a fazer sobre o país, mostra tendências e recorrências que bem merecem nova interpretação. Também faz um jogo com o tempo: embaralha, ordena e reordena o fio da meada; põe um olho no passado, mas mantém o outro aberto no presente e até no futuro. (SCHWARCZ, L.M. e STARLING, H.M., 2015, p. 499).

² A conceituação de *centros históricos* ainda é pouco precisa para os órgãos da preservação patrimonial no Brasil. Não há um rigor conceitual que fixe os conceitos na continuidade do tempo. Assim, monumentos, conjuntos arquitetônicos, urbanísticos, sítios históricos, paisagísticos vão se sucedendo de acordo com o momento histórico e político e o contexto intelectual e imagético a influenciar as deliberações em seus Conselhos. Diante desse quadro, optamos por utilizar simplesmente a denominação *sítios históricos* para cidades menores e centros históricos para as cidades grandes que tiveram nas áreas centrais o núcleo formador de sua origem (PAES, 2012, p. 320).

Entre o mar, a Serra da Bocaina e o maciço do Cairuçu, no alto do Morro Forte, seguindo os critérios da colonização portuguesa que buscava a existência de água potável, terrenos férteis, segurança e comunicação, colonos de São Vicente deram origem ao povoado de Paraty, pertencente à freguesia de Angra dos Reis, localizada na região da Baía da Ilha Grande, ao sul do estado do Rio de Janeiro. Em 1646 é erguida a Matriz da Nossa Senhora dos Remédios, local onde viria a ser o seu sítio histórico, entre os rios Paratiguaçu (hoje Perequê-Açu) e Patitiba. Em 1660 o povoado ganha autonomia política e separa-se de Angra, tornando-se a Villa de Nossa Senhora dos Remédios de Paratii³ em 1667.

Entre trilhas, ouro, viajantes, porto, o povoado que acompanhava a orla do mar adaptou-se às condições topográficas do sítio para atender às funções militares, administrativas e religiosas, seguindo o modelo português de traçado ordenado por edifícios públicos: igrejas, Casa de Câmara e Cadeia.

Com um conjunto arquitetônico de tipologia típica das cidades mineiras, encaixado em uma planície litorânea, configurou-se entre as cidades melhor assistidas pela Coroa portuguesa, devido ao seu papel de porto do ouro, embora o ouro não tenha figurado na paisagem de Paraty como o fez nas cidades mineiras (PLANO DE GESTÃO, 2008, p. 10). Em 1717 Paraty era um povoado pobre, com menos de 50 casas térreas em taipa e cobertas de sapê. “Com o crescimento populacional, formaram-se as irmandades, que expressam a diferenciação social na vila. A Igreja de Santa Rita foi edificada, em 1722 pelos pardos libertos [...] e em 1725, foi edificada pelos escravos a Igreja de Nossa Senhora do Rosário” (CURY, 2007, p. 179).

Foram as trilhas e os caminhos que sustentaram a funcionalidade de sua localização no escoamento de produtos essenciais à vida dos povoados. A mata densa e a proximidade com a serra íngreme não deixavam o povoado prescindir destes, sobretudo da trilha dos índios Guaianás, “já aberta e descoberta por Salvador Correia de Sá e Benevides, em 1660” (RIBAS, 2003, p. 13), que possibilitou o desenvolvimento de Paraty como porto de escoamento do ouro das Minas Gerais para o Rio de Janeiro e a ligação deste com São Paulo.

O desvio do leito do rio Perequê-Açu da barra do Jabaquara para o Pontal, em 1728, deixou abandonada a antiga Vila Velha do Morro do Forte, local de formação da cidade.

No período do ouro surge em Paraty a elite comerciante responsável pela construção dos sobrados de funcionalidade mista: o comércio na parte térrea e a residência na parte de cima. As técnicas construtivas das edificações seguiam as referências do período colonial: casas em taipa de pilão, erguidas a partir do socar do barro, areia, pedras e cal em uma forma; o pau-a-pique, técnica que preenche com barro uma grade feita em bambu e que poderia ser utilizado em paredes não estruturais; e as construções mais suntuosas, como igrejas, erguidas pela arte barroca do século XVII, em alvenaria de pedra, argamassa de barro, areia e cal.

O Caminho Velho do ouro favoreceria Paraty durante muito tempo ainda, sustentando o escoamento de pedras preciosas, do ouro e do café.

Com a transformação do Rio de Janeiro em capital colonial, no final do século XVIII, Paraty torna-se um grande produtor de cana-de-açúcar e cachaça, fato que imprime nova dinâmica à Vila. São de 1799 as primeiras Posturas Municipais a normatizar os gabaritos das construções, as medidas de portas e janelas e a exigir o muramento dos terrenos vazios. Paraty já possuía mais de 400 casas, entre 40 sobrados, e constrói o Forte Defensor Perpétuo (1793), no alto do morro da vila velha.

Tal dinamismo é acentuado no século XIX. No lugar do ouro, é o café do Vale do Paraíba, transportado em tropas de muares, que estimularia a construção da cidade, assim denominada em 1844. A Câmara Municipal da Vila de N.S. dos Remédios de Paraty promulgou o Registro de Posturas, em 1831, que determina: o alinhamento das fachadas; a proibição de casas de madeira e tetos de palha, para evitar incêndios; a demolição de ruínas e o calçamento do restante das ruas. É desse período a maior parte das edificações do sítio histórico, e o início das ações em prol dos ideais de embelezamento e salubridade que viriam a influenciar as cidades brasileiras:

As ruas ganharam uma leve inclinação em direção ao mar, uma calha central para o escoamento das águas e começaram a ser calçadas com pedras redondas conhecidas como pé-de-moleque [...]. A população chegou a 10 mil habitantes (PLANO DE GESTÃO, 2008, p. 13).

³ De acordo com Ribas (2003, p. 17), “Paraty herdou seu nome do peixe da família da tainha [...]. Hans Staden menciona o mesmo peixe como chamando-se ‘pirati’ [...]. Pode ser também que o nome venha da palavra ‘parahy’, que significa pequena enseada”. Os índios da região a denominavam Paratii; com a chegada dos jesuítas, devido à fonética do duplo ‘ii’, a cidade passou a ser chamada de Paraty.

Ao sabor do café, sua economia e população cresciam. Em 1833, Paraty possuía 9.653 habitantes, incluindo 3.525 negros escravizados e 29 estrangeiros, e multiplicam-se os engenhos e as fábricas de destilação de aguardente. Suas casas geminadas, com pouca ventilação, e um sítio geográfico muito vulnerável às inundações, chamaram a necessidade dos melhoramentos urbanos. É deste período a construção do Mercado, do Chafariz, do cemitério, da ponte de desembarque, das praças, o calçamento de ruas e do Caminho Velho da Serra. No entorno da Praça Municipal, onde até 1858 era proibida a construção de casas térreas, o conjunto arquitetônico erguia-se com os sobrados dos ricos fazendeiros.

As melhorias urbanas, especialmente nas regiões portuárias, eram consonantes às concepções sanitárias do período e à inserção do Brasil no capitalismo mundial. Para Costa (1987, p. 15), “Desde o momento em que se instaura a hegemonia das classes ligadas à produção capitalista do café, foram buscados padrões de atuação sanitária diferentes dos que predominam no período escravista”.

Mas o fim do tráfego de negros escravizados e a abertura do caminho ferroviário para o transporte do café entre Rio e São Paulo, no Vale do Paraíba, levaram Paraty a perder população no final do século XIX. O abandono do Caminho Velho refletiu-se no isolamento de Paraty. Sem a dinâmica do comércio, a energia de trabalho dos negros libertos e sem o seu papel de rede de ligação de fluxos econômicos variados, Paraty chega doente ao final do século XIX. A malária, a cólera, a febre amarela, a falta de esgoto, a emigração, a desvalorização dos imóveis, a ausência de profissionais e serviços, a vegetação crescendo sobre as plantações e engenhos, desenharam um cenário de abandono. A própria morfologia urbana, ao perder a sua função, decaiu. Numa visão tenebrosa, Gurgel e Amaral (1973, p. 49-50) escrevem:

A malária instalara-se definitivamente no município, e afugentava os que ainda porfiavam na lida do campo, plantando escassamente ainda. Quilômetros e quilômetros de estradas jaziam sob um lençol de água pútrida, onde enxameavam mosquitos. O êxodo dos paratienses continuava [...]. As casas começaram a ruir, os sobrados coloniais abandonados não encontravam quem os quisesse comprar, nem mesmo por suas obras de talha, mármore e ladrilhos franceses. O comércio vegetava pobremente, e até a sua afamada cachaça, a Azulzinha, desaparecia do mercado. Onde antes eram engenhos e plantações de cana, existiam agora apenas bananais. As grandes fazendas de outrora se transformaram em pastos de reses magras e quartéis da malária.

Até o final do século XIX, não havia água encanada em Paraty, e como o seu assentamento estava próximo do mar, não era possível a construção de poços ou cisternas. As construções de dois chafarizes, no Largo Santa Rita e na Praça do Chafariz, tiveram o papel de atenuar tal carência.

O café do Vale do Paraíba desnudou morros e abriu novos caminhos entre as vilas do Vale e do litoral, deixando a bela Paraty perder a sua primazia no escoamento de produtos entre Rio e São Paulo. E assim, isolada, mas com um passado vivo em suas heranças formais e simbólicas, a *joia da Coroa brasileira* fica esquecida por meio século. Este isolamento de Paraty, assim como de inúmeros bairros caiçaras do litoral norte paulista no mesmo período, permitiu a preservação das edificações do sítio histórico, assim como a reprodução de uma cultura particular, material e imaterial.

A maioria das edificações de Paraty não possui valor excepcional isoladamente, contudo, é pelo seu conjunto arquitetônico colonial e paisagístico, incluindo a Mata Atlântica em seu entorno, que este todo morfologicamente coerente irá ganhar valor. Assim, em 1945 a cidade é nomeada Monumento Estadual do Rio de Janeiro, sob a supervisão da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Segundo Rodrigo Melo Franco de Andrade, diretor geral do DPHAN:

Ao contrário de outras cidades coloniais, a arquitetura de Paraty [sic] mostra-se mais interessante, tem mais caráter, originalidade e definição, não apenas nas edificações eruditas, como nas de sabor popular. A beleza arquitetônica de Paraty deve-se principalmente ao equilíbrio de proporção e pureza dos partidos arquitetônicos. (IPHAN, 1958, Coleção de Monografias, Conselho Nacional de Estatística, n. 374).

Em 1947, a Prefeitura Municipal de Paraty aprova o Decreto-Lei nº 51, de 27 de maio de 1947 do

Código de Obras, o zoneamento e a zona urbana que delimita o perímetro do centro histórico, cabendo destacar que a análise do Código de Obras foi assinada por Carlos Drummond de Andrade, com pareceres positivos de Lucio Costa e Rodrigo Melo Franco de Andrade. Paraty é, então, redescoberta, e passa a ser reinventada.

Paraty (RJ) - de Monumento Nacional à Patrimônio da Humanidade

Em 1957, Carlos Drummond de Andrade, chefe de Seção de História da Divisão de Estudos e Tombamentos (DET) do Iphan (1958), inscreve a solicitação de tombamento do *Conjunto Arquitetônico e Paisagístico* da cidade junto ao órgão federal de preservação. Rodrigo Melo Franco de Andrade, à frente do DPHAN, aprova a inserção do conjunto no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo das Belas Artes, em 1958.

O conjunto arquitetônico e paisagístico de Paraty passa a ser objeto de estudo e preocupação daqueles que lhe reconheciam pelo seu valor histórico conservado. Inicialmente, temeu-se pela desfiguração de seu conjunto urbano, composto especialmente pela arquitetura colonial do século XVIII e início do século XIX, devido às intervenções de uso e renovação sempre recorrentes. Aos poucos, a preocupação ampliou-se para o seu entorno natural, ou seja, as encostas da Serra da Bocaina (Imagem 1).

Imagem 1 – Vista do conjunto arquitetônico e paisagístico de Paraty.



Fonte: Temporada (2015).

O Conde belga Frederic de Limburg Stirum, arquiteto que transitava entre os nomes influentes do DPHAN e da Unesco, amante de Paraty, chegou a redigir um Relatório para a Unesco, que deveria fundamentar o seu primeiro Plano Diretor. Em 1965, escrevia:

[...] se as casas coloniais se mantêm presentes, belas e altivas, construções recentes, de mau gosto, principiam a envolver a cidade, enquanto as florestas são devastadas. Pouco a pouco a paisagem se enfeia. Por outro lado, o desflorestamento provoca as erosões, empobrece o solo, estanca os mananciais e arruína a região. O Plano delinea um programa global de extensão da cidade, preservando as belezas e os recursos de Paraty. O partido nele adotado é simples: isolamento do bairro histórico num escritório de vegetação e, por traz dessa moldura, criação da cidade nova onde a arquitetura moderna mais ousada possa desenvolver-se. Por tal forma, a anarquia e a desordem urbanas serão banidas para sempre (IPHAN, 1958, fl. 29).

Nas lidas da patrimonialização ainda era cedo para conceber um tombamento com tal magnitude, o município⁴, e também para somar-se às vozes dos ambientalistas que só chegariam à região no final dos anos 1970. Mas, é bem verdade, a proteção da cidade de Paraty estava atrasada em relação às cidades mineiras, tombadas entre os anos 1930-1940, e Paraty era filha da mesma história, representava as mesmas ideologias, possuía um belo acervo e estava ameaçada pela urbanização, pela proliferação de chácaras e pelo turismo.

A partir de 1964, o governo federal passa a intervir mais diretamente na educação, na cultura e, em 1966, cria a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur). Este namoro entre os dois setores, cultura e turismo, não significava uma atitude isolada do Brasil, e sim a sua inserção em um processo mais amplo que o levaria a assinar a Carta de Quito, em 1967, resultado da Convenção da Organização dos Estados Americanos (OEA) que recomendava fortemente a associação entre patrimônio histórico e turismo para corrigir o estado de abandono dos bens culturais em países à margem do desenvolvimento econômico e social na América. Segundo as Normas de Quito (O.E.A., 1967, Art.VIII, cap.2):

Si los bienes del patrimonio cultural juegan tan importante papel en la promoción del turismo, es lógico que las inversiones que se requieren para su debida restauración y habilitación dentro de su marco técnico especializado, deben hacerse simultáneamente a las que reclama el equipamiento turístico y, más propiamente, integrar ambas un solo plan económico de desarrollo regional.⁵

Todos estes fatos associados somam argumentos para que, em 1966, o Decreto nº 58.077 (BRASIL, 1966), nomeie Paraty *Monumento Nacional*, status já conferido às cidades de Ouro Preto, Mariana e Alcântara para viabilizar, no planejamento, a proteção do patrimônio em risco por degradação ambiental e urbana. Em virtude deste decreto, o DPHAN obteve assistência técnica da Unesco⁶ e contratou estudos apoiados pela Financiadora de Estudos de Projetos S.A. (Finep) para elaboração do plano urbanístico de Paraty, adequado à preservação do seu patrimônio arquitetônico e natural, tendo selecionado, após concorrência com outros seis projetos, a empresa Consórcio Nacional de Planejamento Integrado (IPHAN, 1958, Processo de Tombamento nº 2.489/1969, fls. 35h-36h).

Ainda na década de 1970, ocorre a criação de uma série de áreas naturais protegidas para “garantir a conservação da paisagem natural, da Mata Atlântica e dos seus principais atributos, como a biodiversidade, a beleza cênica e as manifestações culturais tradicionais” (PLANO DE GESTÃO, 2008, p. 182). Segundo o *Plano Diretor de Desenvolvimento*

4 A Carta de Veneza (1964) amplia algumas concepções da Carta de Atenas (1933), criando novas metodologias para a necessidade de reconstrução após a 2ª Guerra Mundial. Entre elas, amplia espacialmente a proteção do monumento histórico isolado para todo o seu conjunto significativo, ou seja, “o sítio urbano ou rural que dá testemunho de uma civilização particular” (Carta de Veneza, Artigo 1º) e, em relação às tipologias, inclui também as obras modestas de grande significação cultural. Além disso, introduz a concepção de “restauro crítico” em relação ao “restauro filológico” apresentado na Carta de Atenas (KUHL, 2010).

5 “Se os bens do patrimônio cultural desempenham um papel tão importante na promoção do turismo, é lógico que os investimentos necessários para a sua devida restauração e adequação, dentro do seu quadro técnico especializado, deverá ser feita, simultaneamente, para a demanda do equipamento turístico e, mais adequadamente, integrar ambas em um único plano de desenvolvimento econômico regional” (tradução nossa).

6 “A Unesco proporcionou a vinda de um Técnico, Sr. Michel Parent, Inspetor Principal dos Monumentos Franceses, que em 1966 examinou a situação de Paraty” (IPHAN, 1958, Processo nº 275.495/1970, Parecer nº 24/1970). Para análise mais detalhada sobre a contribuição de Michel Parent, ver especialmente Leal (2008).

Turístico de Paraty (2003), 80% do território de Paraty é composto por Unidades de Conservação⁷, medida importante para a proteção de seu patrimônio natural, mas insuficiente para a proteção da cultura das populações de pescadores-lavradores caiçaras que, direta ou indiretamente, foram expulsas de seus territórios, seja pela proibição de suas práticas, particularmente a caça e a coleta, ou pela valorização de suas terras com a entrada do turismo.

Mas o final do século XIX até meados do século XX, período de um relativo isolamento da cultura caiçara, é pouco retratado nos documentos patrimoniais; só resta a ideia de um isolamento que viria a ser superado no final dos anos 1970, com a abertura da BR-101, a Rio-Santos, rede de integração que levou para o município de Paraty um incremento populacional⁸, particularmente urbano, e trouxe em seu eixo as novas formas e conteúdos da racionalidade moderna e do turismo (CAMARGO, 2013).

De volta ao patrimônio urbano, as ferramentas de proteção no âmbito federal também se multiplicam. A Secretaria de Planejamento da Presidência da República, com o apoio do Iphan, do Ministério do Interior e da Embratur cria, em 1973, o *Programa Integrado de Reconstrução de Cidades Históricas (PCH)*, voltado, inicialmente, apenas para as cidades da região nordeste. Este programa investiu em infraestrutura urbana, em preservação do patrimônio arquitetônico, na orientação à elaboração de Planos Diretores e legislação urbana e, cabe destacar, associou o planejamento urbano e a preservação do patrimônio histórico ao uso turístico do território. Ao investir na implantação de circuitos turísticos e na capacitação técnica para formação de profissionais na área do restauro e da hotelaria, o governo federal aponta para o novo caminho das intervenções urbanas no planejamento territorial, apostando na *refuncionalização turística* dos centros históricos. Na mesma década, o programa é ampliado para o Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo, tendo sido extinto e relançado, em 1977, como *Programa de Cidades Históricas*. Em 1979, o programa é incorporado ao Iphan e ganha outras denominações.

O *Programa de Revitalização de Sítios Históricos (PRSH)*, já de 1999, foi lançado pela Caixa Econômica Federal objetivando ações na área da reabilitação urbana e da preservação do patrimônio. De 2001 a 2006, por meio de um Acordo de Cooperação Técnica com o governo francês, este programa teve o mérito de unir investimentos em habitação (via créditos imobiliários) à preservação do patrimônio (BRASIL, 2008).

O *Programa Urbis*, de 2000, coordenado pelo Iphan, deixa o purismo da conservação de lado e traz uma concepção ainda mais clara do patrimônio cultural urbano como um elemento propulsor de desenvolvimento local. Para tanto, propõe a gestão compartilhada dos sítios históricos, e integra as fontes de investimentos financeiros da iniciativa privada e das diferentes políticas públicas, de modo a melhor gerir as aplicações dos recursos. Desse modo, propôs-se a orientar os municípios em suas ações e projetos destinados à preservação patrimonial e ao desenvolvimento urbano. Este programa foi implantado em vários municípios, entre eles Laguna (SC), Sobral (CE), Pirenópolis (GO), Mariana (MG), Cuiabá (MT), Manaus (AM) e Paraty (RJ). Neste mesmo período, em 2002, o *Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Paraty* é aprovado (PARATY, 2002).

O *Programa Monumenta*, iniciado em 2000 pelo Ministério da Cultura, teve o apoio da Unesco, financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e foi executado pelo Iphan como um dos maiores programas dentro desta concepção de conciliação entre a “recuperação e preservação do patrimônio cultural com desenvolvimento econômico e social” (BRASIL, 2008). Atuando em 26 cidades com sítios tombados pelo Iphan, as intervenções de restauração e recuperação de bens tombados esteve sempre associada às melhorias dos equipamentos urbanos, ao desenvolvimento local, à capacitação de mão de obra, aos programas educativos, enfim, à preservação e renovação dos sítios históricos (BONDUKI, 2010).

O papel sempre presente dos *Programas Regionais de Desenvolvimento do Turismo* (Prodetur), do Ministério do Turismo, ainda ativo em relação aos programas extintos já citados, comprova o diálogo entre a preservação do patrimônio cultural, o turismo e o planejamento urbano como o eixo de ações estruturadas e conjuntas das políticas públicas. No caso de Paraty, em 2003 foi realizado o *Inventário Turístico* (PARATY, 2003) e, em 2004, foi instituído o *Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico*.

O programa em vigor mais importante e representativo desta nova concepção política, com verbas na casa dos 2 bilhões de reais, é o *PAC Cidades Históricas* (PAC-CH), que pretende “posicionar o patrimônio cultural como eixo indutor e

7 Em Paraty, existem seis unidades de proteção ambiental: Parque Nacional da Serra da Bocaina, Área de Proteção Ambiental do Cairuçu, Reserva Ecológica da Joatinga, Parque Ecológico de Paraty-Mirim, Área de Proteção Ambiental da Baía de Paraty e Estação Ecológica de Tamoios.

8 Segundo o Censo Demográfico do IBGE (2010), a população do município passou de 15.934, em 1970, para 20.626 em 1980. Em 2010, Paraty contava com 37.533 habitantes.

estruturante” do desenvolvimento⁹. Paraty é uma das cidades selecionadas para receber recursos do PAC-CH. Atualmente, o *Programa de Reabilitação Urbana* do governo federal não se restringe às áreas centrais e segue esta concepção articulada entre políticas públicas e parcerias privadas.

As tentativas de inscrever Paraty como Patrimônio Mundial da Unesco se inserem nesta nova forma de reincorporação política e econômica das cidades a partir de seu capital cultural e ambiental. E Paraty, com a sua história colonial, com um conjunto arquitetônico de 460 imóveis na área tombada, e o entorno exuberante de Mata Atlântica, mar, ilhas, trilhas, rios e cachoeiras, sabe que possui atributos para concorrer.

Já nos anos 1980 ocorreu um primeiro movimento de conscientização de sua população sobre a importância de receber o título da Unesco e, em 2001, é realizado o *Seminário Planejamento e Patrimônio Cultural – Paraty*, quando é redigida a *Carta de Paraty* (IHAP, 2009) com o objetivo de lançar sua candidatura. Em 2003, a Prefeitura publica o Decreto Municipal nº 080/2003, que institui a Comissão Permanente Pró Sítio do Patrimônio Mundial de Paraty (PLANO DE GESTÃO, 2008).

Cabe lembrar que, desde os anos 1970, após a construção da BR-101, muitos migrantes, inclusive estrangeiros, chegam à cidade, o que faz alterar o seu perfil social e econômico. Além de trabalhadores para a construção civil e para os serviços terciários, com menor poder aquisitivo, há a formação de um grupo mais hegemônico no que concerne às decisões políticas, vindos, sobretudo, do Rio de Janeiro e de São Paulo, composto por profissionais liberais, empresários, artistas, intelectuais, cientistas, ambientalistas, entre outros, o qual seria decisivo para mobilizar uma mudança nas posturas políticas, sobretudo no que concerne à cultura, ao meio ambiente e às escolhas do município em relação ao turismo.

Sem a aprovação da Unesco em sua primeira inscrição, que priorizava a importância de Paraty no conjunto de cidades históricas brasileiras, a Prefeitura Municipal, juntamente ao Iphan, à Fundação Roberto Marinho e representantes da população, decidiram “mudar o foco do centro histórico da cidade para o Caminho do Ouro, pois o mesmo envolve patrimônio natural e cultural e, por isso, poderia lograr o título” (PADILHA, 2011, p. 42). A proposta mais abrangente, denominada *O Caminho do Ouro em Paraty e sua paisagem*, foi apresentada à Unesco em 2008, mas, mais uma vez, a candidatura não foi aprovada.

Desde então, a comissão permanente dos trabalhos de candidatura de Paraty tem atuado na elaboração de um terceiro dossiê para pleitear, desta vez, o reconhecimento de Paraty Patrimônio Mundial como sítio misto, isto é, como patrimônio cultural e natural, “ênfatizando sua formação a partir do século XVIII e destacando como característica singular o traçado urbano, testemunha dos saberes tradicionais e onde as águas entram, obedecendo o ritmo das marés” (IHAP/CARTA DE PARATY, 2011).

A proposta, apresentada na 33ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, sediada em Sevilha, em 2009, foi indicada para revisão para indicações futuras como sítio misto (IHAP, 2011), já que a cidade, segundo os critérios da Unesco, deve resolver problemas em relação ao saneamento urbano. Assim, após intervenções e investimentos públicos para sanear a cidade, o processo está sendo finalizado para ser reencaminhado. As áreas candidatas ao Patrimônio da Humanidade, no processo enviado para a candidatura, correspondem: à paisagem que circunda a cidade, integrada ao centro histórico, com o seu conjunto de edificações do século XVIII e XIX; ao Caminho do Ouro; e ao Forte do Defensor Perpétuo, área de propriedade do governo federal, não podendo ser edificada.

Nos últimos anos, vários projetos de melhorias urbanas e de conservação patrimonial vêm sendo efetuados no sítio histórico (centro e monumentos isolados), visando responder aos quesitos necessários para o seu reconhecimento como Patrimônio Mundial, e conciliar a conservação patrimonial com o desenvolvimento urbano e turístico¹⁰. Em 2007, buscando responder a um dos critérios da Unesco, a Prefeitura Municipal aterrou a rede de energia elétrica, retirou das ruas os postes e os cabos de energia e implantou uma iluminação feita por lampiões e luminárias características do século XVII. Tudo muito lindo, mas o esgoto ainda corria a céu aberto em pleno século XXI, e isso a Unesco não poderia aprovar. Então, tendo em vista o título, várias obras estão em curso, o que coloca o patrimônio fazendo às vezes das intervenções urbanas

9 O PAC-CH foi lançado em 2009 e é articulado pela Casa Civil da Presidência da República, em parceria com o Ministério da Cultura, por meio do Iphan e dos Ministérios do Turismo, da Educação e das Cidades, Petrobras, Eletrobrás, BNDES (Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social), Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil. (DIÁRIO DO VALE, 2010).

10 Segundo o Plano de Gestão (2008, p. 94), até aquele momento, entre os projetos já implantados ou em fase de implantação, se destacavam: o *Projeto de Iluminação Urbana do Centro Histórico* (convênio entre Furnas - Centrais Elétricas Brasileiras, Eletrobrás, Companhia de Eletricidade (RJ), Secretaria de Estado de Energia da Indústria Naval e do Petróleo, Município de Paraty, Iphan e Fundação Roberto Marinho); o sistema de esgotamento sanitário; a *Restauração da Casa da Cultura* (Lei de Incentivo à Cultura, General Electric, Spring Carrier, Votorantim, Prefeitura Municipal de Paraty, Fundação Roberto Marinho e Rede Globo de Televisão); o *Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico (PDDT) do município de Paraty* (PARATY, 2003), e a *Restauração da Igreja Matriz de Paraty* (Petrobrás).

inexistentes. Entre elas, cabe destacar a obra de um adequado sistema de esgotamento sanitário¹¹, que está sendo realizada e beneficiará cerca de 70% de sua população; a construção de reservatórios; a complementação de abastecimento de água potável, enfim, os direitos básicos da urbanidade estão sendo estendidos para a sua população.

Nesse sentido, como na maioria dos casos de sítios históricos urbanos patrimonializados, concordamos com Lazzarotti (2011, p. 279) para quem a visibilidade dos lugares, tornada possível pela patrimonialização, é complementar ao turismo que põe em evidência as singularidades locais. Essa tríade – patrimônio, turismo e renovação urbana – faz parte do planejamento das cidades em tempos de economia global, e cada um dos seus termos não pode ser tomado separadamente, pois as luzes que focam o patrimônio cultural e atraem o turismo também colocam em evidência os problemas socioespaciais do lugar.

Caminhos e descaminhos do turismo no patrimônio cultural de Paraty

Paraty era a quinta cidade mais visitada do Brasil em 2008, com 280 mil visitantes por ano, sendo 15% de estrangeiros, e a maior parte dos turistas provindo do Rio de Janeiro e de São Paulo. É o turismo a economia mais atrativa de Paraty e a principal fonte de renda de sua população (PLANO DE GESTÃO, 2008, p. 15).

Já em 1999, o Sebrae - Rio de Janeiro, com o apoio da Fundação Getúlio Vargas, implantou ali o *Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável* (DLIS), o que promoveu maior participação da população local nas questões políticas do município. Segundo a imprensa local, o programa foi revisto em 2000 e, em 2009, foi obtida a aprovação da Lei nº 1.722/2009, que instituiu o Fórum DLIS como o espaço de construção da Agenda 21 de Paraty (FOLHA, 2015). Embora a ampliação de instrumentos para uma democracia participativa seja um fato positivo, ela não inclui, necessariamente, todos os grupos sociais no debate sobre o território onde as questões do desenvolvimento local se colocam. É uma arena de conflitos de interesses crescentes, em um município que oferta a urbanidade de maneira desigual.

Segundo os documentos do patrimônio, na área do sítio histórico, não ocorre muita pressão construtiva devido à normatização da área tombada; contudo, em seu entorno, na área de amortecimento, “a expansão horizontal é intensa e vem reduzindo o Sítio Histórico a um apêndice insignificante de uma vizinhança extensamente edificada e em acelerado processo de decomposição urbana” (PLANO DE GESTÃO, 2008, p. 45), ainda que este problema tenha sido minimizado pelo tombamento do município e pelo Plano Diretor de Uso do Solo e Posturas, tendo em vista a conservação do patrimônio natural e edificado.

Desde os anos 1970, o turismo tornou-se um importante vetor das transformações socioespaciais da região, incluindo o litoral norte do Estado de São Paulo, que também sofreu os impactos da *urbanização turística* (LUCHIARI, 2000), potencializada pela construção da BR-101. Além das infraestruturas e serviços necessários para atendê-la, há uma mudança funcional e simbólica nos usos do sítio histórico, que deixa evidente os contrastes entre a qualidade de vida no turístico centro histórico e aquela ocorrida na Ilha das Cobras ou Mangueira, bairros precários onde vive a população local de baixa renda. A cidade partida é uma realidade difícil de contornar.

Além das residências estarem divididas entre permanentes e temporárias, no centro histórico ocorreu uma progressiva substituição dos moradores locais pelos de fora, e das habitações pelo comércio turístico, o que gera uma dinâmica esquizofrênica aos lugares, ou, na melhor das hipóteses, a substituição de um lugar por outro – aquele constituído de fora, a partir da implantação de territorialidades estrangeiras. Segundo o próprio Plano de Gestão (2008, p. 48), “observa-se uma linha divisória qualitativa muito clara entre o Sítio Histórico e o restante da área urbana”, com o uso turístico excessivo incomodando a população local. Como vemos na Imagem 2, o Centro Histórico representa uma área muito pequena em relação ao município de Paraty.

Segundo depoimento de um morador local, quando perguntado sobre os pontos negativos da cidade de Paraty para se morar¹², “a maior parte dos residentes do Centro Histórico são gringos e se acham per-

11 Usando uma tecnologia moderna de esgotamento sanitário a vácuo e lacrado, o sistema não será muito invasivo em seu calçamento tradicional. As *pedras-pé-de-moleque* são retiradas, numeradas e recolocadas no lugar. A obra está sendo executada por meio de Parceria Público Privada (PPP), com recursos municipais, estaduais, da Eletrobrás-Eletronuclear e da empresa vencedora para execução da obra, que durará quatro anos (PARATY, 2015a).

12 Algumas entrevistas com moradores de Paraty, incluídas neste artigo, resultam de Trabalho de Campo realizado com alunos da disciplina GF 402 – Meio Ambiente Urbano, sob minha responsabilidade, do curso de graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), em junho de 2014. Foram aplicados 108 questionários, cada um com 06 (seis) questões abertas, todos no centro histórico de Paraty, exclusivamente com habitantes do município, moradores ou usuários do centro histórico.

tencentos ao lugar”. Estes *gringos* são franceses, argentinos, alemães, entre outros, que fixaram residência no centro histórico de Paraty e estão presentes também em seus ateliês, restaurantes e no comércio turístico. Isso não seria um problema não fosse o fato da vertiginosa valorização imobiliária destes imóveis que, direta ou indiretamente, expulsou a antiga população de moradores. Para a grande maioria dos moradores locais, o centro é apenas o lugar do trabalho e do lazer nos finais de semana ou festividades. Embora o centro seja dividido entre moradia, comércio ou edificações mistas, este não é um comércio acessível à maior parte da população devido aos altos preços que as mercadorias agregaram com a chegada do turismo.

Imagem 2 – Delimitação do Centro Histórico de Paraty.¹³



Fonte: SOARES (2013).

Quando perguntados sobre os aspectos positivos de se morar em Paraty, as respostas dos moradores concentram-se na beleza do centro histórico, nas festas e nas atividades do turismo, fala contraditória que merece atenção em relação aos aspectos negativos por eles citados: problemas relacionados ao turismo, tais como a falta de segurança, o aumento da criminalidade, o lixo deixado na cidade após as festas, o aumento do consumo de drogas, o alto custo dos passeios ecológicos e marítimos, entre outros. O turismo é bom para a localidade, mas é necessário que os seus moradores continuem sendo os sujeitos do lugar.

Além disso, a substituição das práticas da cultura local por uma agenda cultural – característica marcante na turistificação dos lugares – separa a riqueza dos eventos culturais das mazelas cotidianas vividas pela população local. Algumas tradições religiosas ou populares são reinventadas ou fortalecidas, como a Folia de Reis, as cirandas com equipamentos eletrônicos, o carnaval, a Festa do Divino, as Festas de São João, São Pedro, São Paulo, São Benedito, Santa Rita, N.S. do Rosário, a procissão de Corpus Christi, entre outras; ou criadas especialmente para o turismo, caso do Dia do Caminho do Ouro, dos festivais musicais (Bourbon; Mimo), de artes (Paraty em Foco), cinema, literatura (Flip) e cultura (Paraty Eco Fashion), do Festival do Camarão, da Cachaça, dos Encontros de Ceramistas, de Mitos e Lendas Indígenas, da Cultura Negra, do Paraty Spa Days.

Entre estas, a *Festa Literária Internacional* (Flip), criada em 2003, é, sem dúvida, o evento mais mobilizador de mudanças em Paraty, a partir de uma agenda sociocultural e do centro histórico tomado como cenário da festa. Tais mudanças referem-se tanto à imagem de Paraty que é divulgada fora, quanto à Paraty real que deve adequar-se para receber seus importantes visitantes. Em sua 13ª edição, em 2015, a festa recebeu cerca de 30.000 visitantes

¹³ Na imagem, em vermelho localiza-se o centro histórico, em verde temos loteamentos mais planejados, em azul vemos elementos de divisão, como era o porto e o rio, e, em laranja, áreas de crescimento sem planejamento da cidade (Ilha das Cobras).

durante a semana, com quase 100% de taxa de ocupação em seu receptivo hoteleiro¹⁴ e restaurantes. Segundo o jornal eletrônico *El País*,

Sebastian Boffa, da Paraty Convention Bureau, uma associação privada do setor de turismo, afirma que chegam mais e mais turistas – brasileiros e estrangeiros – a cada ano. ‘É comum ter a ocupação dos leitos próxima a 100%’, diz o empresário argentino que está à frente da primeira operadora turística da cidade, a Paraty Tours, há 24 anos. ‘Recebemos visitas de todas as partes. Paraty está hoje nas prateleiras de agências de turismo do mundo todo (MORAES, 2015).

Em sua 9ª edição, em 2011, segundo a Embratur, “o patrocínio do BNDES colaborou para a revitalização e valorização do patrimônio arquitetônico e imaterial de Paraty” (PORTAL BRASIL, 2015). A Casa da Cultura, no centro histórico, foi projetada para servir à Flip mas, segundo os secretários de planejamento e de turismo de Paraty¹⁵, é também um equipamento cultural que serve à população de moradores. Também associada à Flip foram construídas bibliotecas comunitárias e em escolas, organizados cursos de formação em literatura para professores e alunos, doados livros e realizadas oficinas de preparação de crianças e adultos para que estes também participem da festa.

Claro que todo este movimento cultural anima a cidade e traz novas possibilidades para a população local, tanto culturais quanto econômicas. Contudo, aquela cidade partida citada antes, também ganha luz durante a festa. Com cartazes em que se lia “*paratiense também é gente*”, um grupo organizado de moradores protestou diante das portas das tendas dos autores convidados em 2015, questionando a grande cobertura policial apenas durante o evento. Segundo a imprensa, o aumento da criminalidade em Paraty é latente:

Paraty, com seus 40.000 habitantes, aparece no Mapa da Violência 2015 como a segunda cidade mais violenta do Rio de Janeiro, atrás de Cabo Frio. Apesar de pequena, a cidade vive uma rixa entre grupos de traficantes de drogas instalados em seus dois bairros mais carentes e violentos – Ilha das Cobras (controlado pelo Comando Vermelho) e Mangueira (pelo Terceiro Comando) – que em grande parte justifica a violência expressa na taxa, este ano, de 43,9 óbitos por 100.000 habitantes (MORAES, 2015).

Depois de 2008, o espraiamento dos grupos organizados do narcotráfico, após a implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs) na cidade do Rio de Janeiro, atingiu inúmeros municípios fluminenses. E não há como separar estas questões em um país de desenvolvimento desigual. A cidadania, para ser exercida nestas condições, carece de poder aquisitivo, e aí, já não estamos falando do cidadão, mas do consumidor. O acesso à segurança ou ao consumo cultural não é democraticamente distribuído, são mercadorias acessíveis somente aos *usuários solventes* (BORJA & CASTELLS, 1997), público este que será sempre bem resguardado e protegido nos lucrativos eventos culturais. Por isso a revolta da população diante de um evento tão *glamouroso* quanto fantasioso em relação à realidade local na qual a maior parte dos moradores vive. Como afirma Choay (2001, p. 224), a “indústria do patrimônio cultural desenvolveu recursos de embalagem que também permitem oferecer os centros e os bairros antigos como produtos do consumo cultural”. E, se “a ideia é não esquecer”, como afirmam Schwarcz e Starling (2015, p. 500), essa

enraizada e longa experiência social da escravidão [...] continua presente ainda nos dias de hoje, na nossa arquitetura (nos minúsculos “quartos de empregada” ou nos elevadores de serviço – na verdade para serviçais), no nosso vocabulário, nas práticas cotidianas de discriminação social e racial ou de culpabilização dos mais pobres, com frequência negros.

Mas a questão estrutural da desigualdade social vivida no Brasil não cabe ao patrimônio ou ao turismo resolver isoladamente, embora ambos, junto às políticas de planejamento territorial e às intervenções priva-

14 A Secretaria Municipal de Turismo de Paraty apresenta os resultados de uma pesquisa realizada sobre os meios de hospedagem e as taxas de ocupação durante todo o ano de 2013. Em uma amostragem de 47 hotéis obteve: Econômico (25; 90%), Confortável (16, 88%) e Luxo (06; 100%) (PARATY, 2015b).

15 Durante o Trabalho de Campo já citado, foi realizada uma reunião na Casa da Cultura de Paraty, no dia 30.05.2014, com os secretários de Planejamento, Turismo, Meio Ambiente e Urbanismo. Parte das informações citadas aqui devem-se às suas falas.

das, introduzam novas formas de convivência que podem fortalecer ou enfraquecer tal estrutura de desigualdade.

Ainda que uma grande parte de moradores entrevistados também teça críticas ao planejamento urbano e à falta de acesso ou ausência de vários indicadores de qualidade de vida (rede de esgotos, aumento do lixo nas temporadas, especulação imobiliária, aumento do custo de vida, entre outros), a maioria defende a expansão de um turismo melhor planejado e controlado como estratégia de desenvolvimento local, já que, segundo um dos entrevistados, “sem o turismo Paraty não sobrevive”.

Mesmo em relação à morfologia do tecido urbano, embora o planejamento da cidade tenha tido especial cuidado com a criação de um zoneamento e de restrições do uso do solo, em particular para o Bairro Histórico, que mantém a proibição da entrada de automóveis para a proteção do calçamento e das edificações, a fiscalização das obras é um problema recorrente em nossas cidades e várias obras novas, reformas, reparos, demolições, assim como a pressão do excessivo uso turístico, descaracterizam o conjunto original tombado. A proibição de novas edificações no centro histórico é antiga, com a preservação do gabarito do conjunto que mantém o núcleo de, no máximo, três pavimentos, mas algumas edificações em *estilo patrimônio* foram autorizadas a partir de meados do século XX, falseando, muitas vezes, o valor histórico do conjunto. O preenchimento de lotes vazios, estratégia presente na Carta de Veneza e na história de Paraty, ainda que seja constituído de muros, construções modernas ou pós-modernas, proporciona uma percepção de contiguidade e articulação da morfologia do sítio antigo, mesmo que as construções não sejam originais. Como afirma Choay (2001, p. 225), os novos elementos arquitetônicos “servem à imagem midiática da cidade”.

Ainda que se considere o turismo um dos principais vetores na transformação dessas cidades históricas brasileiras, cabe lembrar que, ao longo do tempo, o que vemos como conjunto paisagístico harmonioso já foi objeto de várias intervenções formais e funcionais. Paraty, ao longo do século XIX, recebeu diversas influências diferentes das referências coloniais, e substituiu vários elementos construtivos: “as rótulas, muxarabis e portadas cegas de madeira, por janelas envidraçadas com caixilhos, e os guarda-copos das sacadas em treliça de madeira, cederam lugar ao gradeamento em ferro forjado, com motivos ornamentais geométricos” (PLANO DE GESTÃO, 2008, p. 121).

Enquanto a imagem do sítio histórico colonial, do ouro e suas trilhas, é divulgada turisticamente como principal referência imagética, o conjunto arquitetônico é, em grande parte, dos séculos XIX e XX, e não do século XVIII. Na verdade, pouco sabemos do século XX, período histórico esquecido pelos inventários do tombamento, mas, como afirma o Plano de Gestão (2008, p. 123):

Nas décadas de 60 e 70 foram utilizados de forma exagerada elementos decorativos, sobrepostos principalmente a frisos, faixas e fustes de cunhais de prédios assobradados, e mesmo em algumas casas térreas, acentuando formas bizarras pela utilização de cores primárias, frequentemente com objetivos falsamente cenográficos.

Então, ainda que na forma de uma análise sucinta, como a desenvolvida neste artigo, fica claro o papel da cenarização para a valorização econômica atual destes sítios históricos. E aqui não teço nenhum julgamento de valor, apenas indico que devemos estar mais atentos às disputas de interesses em relação ao valor cultural e turístico dos lugares, assim como deixarmos para trás as análises mais puristas sobre a preservação patrimonial.

Se no início do século XX a patrimonialização serviu para reforçar a identidade nacional nas ideologias políticas do Estado-Nação, no final do século XX e início do XXI a turistificação do patrimônio cultural vem reforçar as políticas em sua rede de conexões com a economia global, que se apoderou da cultura como recurso econômico, como ideologia política e como normatização do território.

Como foi permeado durante todo este artigo, o processo de patrimonialização dos sítios históricos brasileiros, particularmente o de Paraty, não respondeu somente às questões culturais, mas às políticas públicas de renovação urbana que, associadas ao planejamento turístico, buscaram fortalecer a economia política das cidades. Hoje, se o turismo se sobrepõe ao desenvolvimento local, esta balança se desequilibra, da mesma forma que ocorre quando o patrimônio cultural é pensado como instância separada – basta constatar as exigências de desenvolvimento urbano da Unesco em relação à cidade de Paraty para que esta seja aprovada como Patrimônio Mundial. A mensagem é direta: sem desenvolvimento local, não há patrimônio mundial. Sem a renovação da infraestrutura urbana, não há o título da Unesco.

Desse modo, é muito importante analisar não apenas as oposições entre preservar o patrimônio e renovar

o espaço urbano, mas, exatamente, os alinhamentos e os modos de estruturação dos consensos entre os atores aparentemente em oposição. Além disso, as relações entre turismo, patrimônio cultural e planejamento territorial, expõem uma nova forma de participação social dos grupos localmente envolvidos, visões plurais e divergentes.

Por isso, a matriz de interpretação de tal processo não pode reduzir-se a um setor, olhar ou ciência, devendo enfrentar o cruzamento complexo entre patrimônio cultural, turismo e planejamento territorial.

Referências

- BONDUKI, Nabil. *Intervenções urbanas na recuperação de Centros Históricos*. Brasília: Programa Monumenta/Iphan, 2010. 375 p.
- BORJA, J.; CASTELLS, M. *Local y global*. La gestión de las ciudades en la era de la información. United Nations for Human Settlements (Habitat). Madrid: Taurus/Pensamiento, 1997.
- BRASIL. Decreto nº 58.077, de 24 de março de 1966. Converte em monumento nacional o município fluminense de Paraty e dá outras providências. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_n_58.077_de_24_de_marco_de_1966.pdf>. Acesso em: set. 2015.
- _____. Ministério das Cidades. *Manual de Reabilitação de Áreas Urbanas Centrais*. Brasília: Ministério das Cidades, 2008.
- _____. Ministério das Cidades. Política de reabilitação de áreas urbanas centrais. In: *Cadernos MCidades/Programas Urbanos – Planejamento territorial urbano e política fundiária – 3*. Brasília: Ministério das Cidades, 2004. p. 69-84.
- _____. Ministério das Cidades. *Reabilitação de centros urbanos*. Brasília: Ministério das Cidades, 2005. 84 p. n. 3.
- CAMARGO, C.P.M.P. *Territorialidades caiçaras do tempo de antigamente ao tempo de hoje em dia em Paraty, RJ – Vila Oratório, Praia do Sono, Ponta Negra e Martin de Sá*. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2013.
- CARTA DE VENEZA. 1964. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>>. Acesso em: set. 2015.
- CHUVA, Márcia R.R. *Os arquitetos da memória – sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.
- COSTA, Nilson do Rosário. A questão sanitária e a cidade. *NERU - Espaço e Debates*, São Paulo, v. 7, n. 22, p. 5-25, 1987.
- CURY, Isabelle. Paraty. In: PESSÔA, J.; PICCINATO, G. *Atlas dos centros históricos do Brasil*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2002. p. 178-185.
- DIÁRIO DO VALE. Seis cidades da região vão receber recursos do PAC das Cidades Históricas. Volta redonda, 19 mar. 2010. Disponível em: <<http://www.diariodovale.com.br/noticias/0,18553,Seis-cidades-da-regiao-vaio-receber-recursos-do-PAC-das-Cidades-Historicas.html#ixzz3mslfEsfN>>. Acesso em: set. 2015.
- FOLHA DO LITORAL COSTA VERDE. *DLIS Agenda 21*. Disponível em: <http://folhadolitoralcostaverde.com/wordpress/?page_id=250>. Acesso em: set. 2015.
- GURGEL, H.; AMARAL, E. *Paraty, Caminho do Ouro*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1973.
- IBGE. 2010. Cidades. Rio de Janeiro. Paraty. *Censo Demográfico 2010*. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=330380&search=rio-de-janeiro|paraty>>. Acesso em: 30 jul. 2015.
- INSTITUTO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PARATY (IHAP). *Carta de Paraty*, Rio de Janeiro, 2011.
- IPHAN. Processo de Tombamento nº 563, T-57. Inscrição: Conjunto Arquitetônico e Paisagístico do Município de Paraty, Estado do Rio de Janeiro, 1958.
- KUHL, Beatriz Mugayar. Conservação e restauração - Notas sobre a Carta de Veneza. *Anais do Museu Paulista: História e Cultura Material*, São Paulo, v. 18, n. 2, 2010.
- LAZZAROTTI, Olivier. *Patrimoine et tourisme: Histoires, lieux, acteurs, enjeux*. Paris: Éditions Belin, 2011. 302 p. (Tourisme).

- LEAL, C.F.B. (Org.). *As missões da UNESCO no Brasil*: Michel Parent. Rio de Janeiro: Editora, 2008. 343 p. (Série: Pesquisa e Documentação do IPHAN).
- LUCHIARI, M. T. D. P. A reinvenção do patrimônio arquitetônico no consumo das cidades. *GEOUSP – Espaço e Tempo*, São Paulo, n. 17, p. 95-105, 2005.
- _____. Urbanização Turística: um novo nexos entre o lugar e o mundo. In: SERRANO, C.M.T.; BRUHNS, H.T.; LUCHIARI, M.T.D.P. (Orgs.). *Olhares contemporâneos sobre o turismo*. Campinas: Papyrus, 2000. p. 105-130. (Coleção Turismo).
- MORAES, Camila. Quando as luzes se apagam em Paraty. *El País*, Paraty, 5 jul. 2015. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2015/07/04/politica/1436039196_544016.html>. Acesso: set. 2015.
- ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS (OEA). *Normas de Quito*. 1967. Reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Normas%20de%20Quito%201967.pdf>>. Acesso em: 30 jul. 2015.
- PADILHA, M. do N. *Espaço público e patrimônio histórico em Paraty, RJ: entre o espaço do cidadão e o espaço do turista*. 2011. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2011.
- PAES, M.T.D. Refuncionalização turística de sítios urbanos históricos no Brasil: das heranças simbólicas à reprodução de signos culturais. *Revista Geografia*, Rio Claro, v. 37, n. 2, p. 319-334, 2012.
- PARATY. Câmara Municipal. Lei Complementar nº 020/2004. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Turístico do Município de Paraty. Disponível em: <http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/painel/Leis/2004/Lei_Complementar_20_2004.pdf>. Acesso em : set. 2015.
- _____. 2002. Prefeitura Municipal. Lei nº 1352, de 2002. Institui o Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado do Município de Paraty. Disponível em: <http://www.paraty.rj.gov.br/camaraparaty/painel/Leis/2002/Lei_1352_2002.pdf>. Acesso em: set. 2015.
- _____. Prefeitura Municipal. Pesquisa Hoteleira. Disponível: <<http://pmparaty.rj.gov.br/conteudo/acoese/projetos/Pesquisa-Hoteleira.pdf>>. Acesso em: set. 2015b.
- _____. Prefeitura Municipal. Saneamento. Disponível em: <<http://pmparaty.rj.gov.br/page/servicosdetalhes.aspx?tipo=saneamento-basico>>. Acesso em: set. 2015a.
- _____. Prefeitura Municipal. Secretaria de Turismo e Cultura. Solving Consultoria em Turismo. Ibama. IEF (RJ). Sebrae (RJ). S.O.S. Mata Atlântica. TurisRio. *Plano de desenvolvimento turístico do Município de Paraty – Inventário Turístico*. Rio de Janeiro: Companhia de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, 2003.
- PEET, Richard. A produção cultural de formas econômicas. *Experimental*, São Paulo, ano 2, n. 3, p.117-136, 1997.
- PLANO DE GESTÃO. *Paraty Patrimônio da Humanidade – Versão Preliminar*. Grupo de Trabalho da Comissão Permanente Pró Sítio do Patrimônio Mundial de Paraty, RJ, 2008.
- PORTAL BRASIL. *BNDES patrocina 9ª edição da Festa Literária Internacional de Paraty (RJ)*. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cultura/2011/07/bndes-patrocina-9b0-edicao-da-festa-literaria-internacional-de-paraty-rj>>. Acesso em: set. 2015.
- RIBAS, Marcos C. *A história do Caminho do Ouro em Paraty*. Rio de Janeiro: Grupo Contadores de Histórias/Contest Produções Culturais, 2003.
- SANT'ANNA, M. A. Recuperação do Centro Histórico de Salvador: Origens, Sentidos e Resultados. *Rua – Revista de Arquitetura e Urbanismo*, Salvador, n. 8, p. 8-59, 2003.
- SCHWARCZ, L. M.; STARLING, H. M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
- SOARES, Beatriz Tsung Lima. *Relatório de campo para Disciplina GF 702 – Meio Ambiente Urbano*. Bacharelado em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade de Campinas, 2013.
- TEMPORADA LIVRE. *Saiba mais sobre a vida cultural de Paraty, Rio de Janeiro*, 5 ago. 2015. Disponível em: <<http://www.temporadalivre.com/blog/saiba-mais-sobre-vida-cultural-de-paraty-rio-de-janeiro>>. Acesso em: set. 2015.
- YÚDICE, George. *A conveniência da cultura – usos da cultura na era global*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2013. (Coleção Humanitas).

O Topocídio da Ponte Hercílio Luz

The Topocidio of Hercílio Luz Bridge

Milton Luz da Conceição¹

miltonluzdaconceicao@gmail.com

Resumo

A pretensão deste artigo é apresentar a ascensão e o posterior esquecimento da Ponte Hercílio Luz como símbolo da modernização da cidade de Florianópolis (SC) dentro de seu lento processo de evolução urbana. A preponderância deste objeto arquitetônico sobre a paisagem urbana por 40 anos criou no imaginário desta população uma referência para toda a região. O declínio e morte deste símbolo urbano decorre de uma abrupta expansão urbana, reflexo do fenômeno da globalização e produto das alterações da divisão internacional do trabalho nos anos 80 do século XX. A repercussão destes eventos sobre a cidade em questão afetou profundamente a gestão e a produção do espaço urbano. A recepção desenfreada a uma imigração em busca de melhores condições de vida, atraída pelo marketing turístico, abalou as estruturas econômicas e sociais. O aumento em 400% da população em somente uma década teve como resultado a descaracterização dos valores locais, com o abandono de suas crenças e seus símbolos. A nova cidade que surge daí guarda tênues lembranças de seu passado, portanto, a ação da nova sociedade sobre os espaços e os objetos sofrerá transformações.

Palavras-chave: Topofilia; Evolução urbana; Acculturação; Turismo; Globalização.

Abstract

The intention of this article is to present the rise and the subsequent neglect of the Hercílio Luz Bridge as a symbol of modernization of Florianópolis (SC) in its slow process of urban evolution. The preponderance of this architectural object of the cityscape for 40 years created in the imaginary of this population a reference to an entire region. The decline and death of this city symbol reflects the abrupt urban expansion that is part of the globalization phenomenon and a product of changes in the international division of labor in the 1980's. The impact of these events on the city in question deeply affected the management and the production of urban space. Rampant reception to an immigration in search of better living conditions, attracted by tourism marketing, shook the economic and social structures. The increase in 400% of the population as only a decade has resulted in the disfigurement of local values by abandoning their beliefs and symbols. The new town arises then guard faint memories of his past, so the action of the new society on the spaces and objects undergo transformations.

Keywords: Topophilia; Urban evolution; Acculturation; Tourism; Globalization.

¹ Doutor em Geografia Humana pela Universidad Complutense de Madri, com Master em Desenvolvimento de Cidades pela Universidad Politecnica de Madri. Arquiteto e urbanista pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente, é professor adjunto III do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC.

Introdução

A pretensão que se tem com este artigo é apresentar a lenta evolução urbana da cidade de Florianópolis, capital do Estado de Santa Catarina, seu ingresso na modernidade, marcado pela construção da ponte Hercílio Luz, e seu crescimento acelerado a partir dos anos 80 do século XX. Destaca-se nesta última fase o processo de aculturação que sofre a população local, com a perda de parte de suas referências e abandono de seus antigos símbolos, acompanhados da profunda transformação da paisagem urbana.

A já citada ponte é um destes símbolos materiais, cuja preponderância sobre a paisagem urbana por 40 anos criou uma referência no imaginário da população de toda uma região. O declínio e morte deste símbolo urbano decorre de uma abrupta expansão urbana, que é reflexo do fenômeno da globalização é produto das alterações da divisão internacional do trabalho nos anos 1980. A repercussão destes eventos sobre a cidade em questão afetou profundamente a gestão e a produção do espaço urbano. A recepção desenfreada a uma imigração em busca de melhores condições de vida, atraída pelo marketing turístico, abalou as estruturas econômicas e sociais. O aumento em 400% (IBGE, 2013) da população em tão somente uma década teve como resultado a descaracterização dos valores locais, com o abandono de suas crenças e seus símbolos. A nova sociedade que surge daí guarda tênues lembranças de seu passado; portanto, a ação sobre os espaços e os objetos dará novas feições à cidade.

Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados, aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas, mas ainda presentes. Esses objetos da ação são desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados. (SANTOS, 2006, p. 71).

Florianópolis, o ingresso na modernidade

Analisando o processo de formação da cidade de Florianópolis, antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro, podemos dizer que sua origem, ou elemento gerador, é seu porto marítimo. A estruturação urbana junto ao porto se complementa com a consolidação da malha ao seu redor. Na segunda metade do século XIX, a vila tinha, além de seu movimentado porto e mercado, um centro histórico limitado. A praça mais 47 ruas adjacentes, com oito becos a elas conectados, conformavam os espaços de circulação, de comunicação e de trocas, caracterizando um meio não edificado. Esta malha se implanta a partir de 1673 de forma paralela ao mar, a oeste da praça, entre o mercado e o porto. As primeiras construções eram improvisadas, sua morfologia primitiva é de má qualidade construtiva, sendo que a estruturação urbana respeitava as condições da Provisão Real de 1747². Aos poucos, técnicas construtivas mais avançadas, com formas que buscavam certa sofisticação, vão ganhando espaço por influência das grandes metrópoles de então. O crescimento do comércio provocará uma grande metamorfose na paisagem urbana da metade do século XIX até metade do século XX (Ilustração 1), como consequência direta da influência sobre o enclave do que Ribeiro (1999, p. 431) chama de imigração tardia, ou seja, o grande número de imigrantes europeus não ibéricos, chegados durante todo o século XIX.

A ampliação das atividades mercantis faz com que ao fim deste século pelo menos três ruas do centro histórico já tenham uso misto, comercial e residencial. A tipologia é a de rua de fachada contínua formando um corredor, consequência não só dos costumes da época, mas também da rigorosidade das administrações locais. O limite entre o público e o privado coincide com o plano da fachada, sem nenhum espaço de transição.

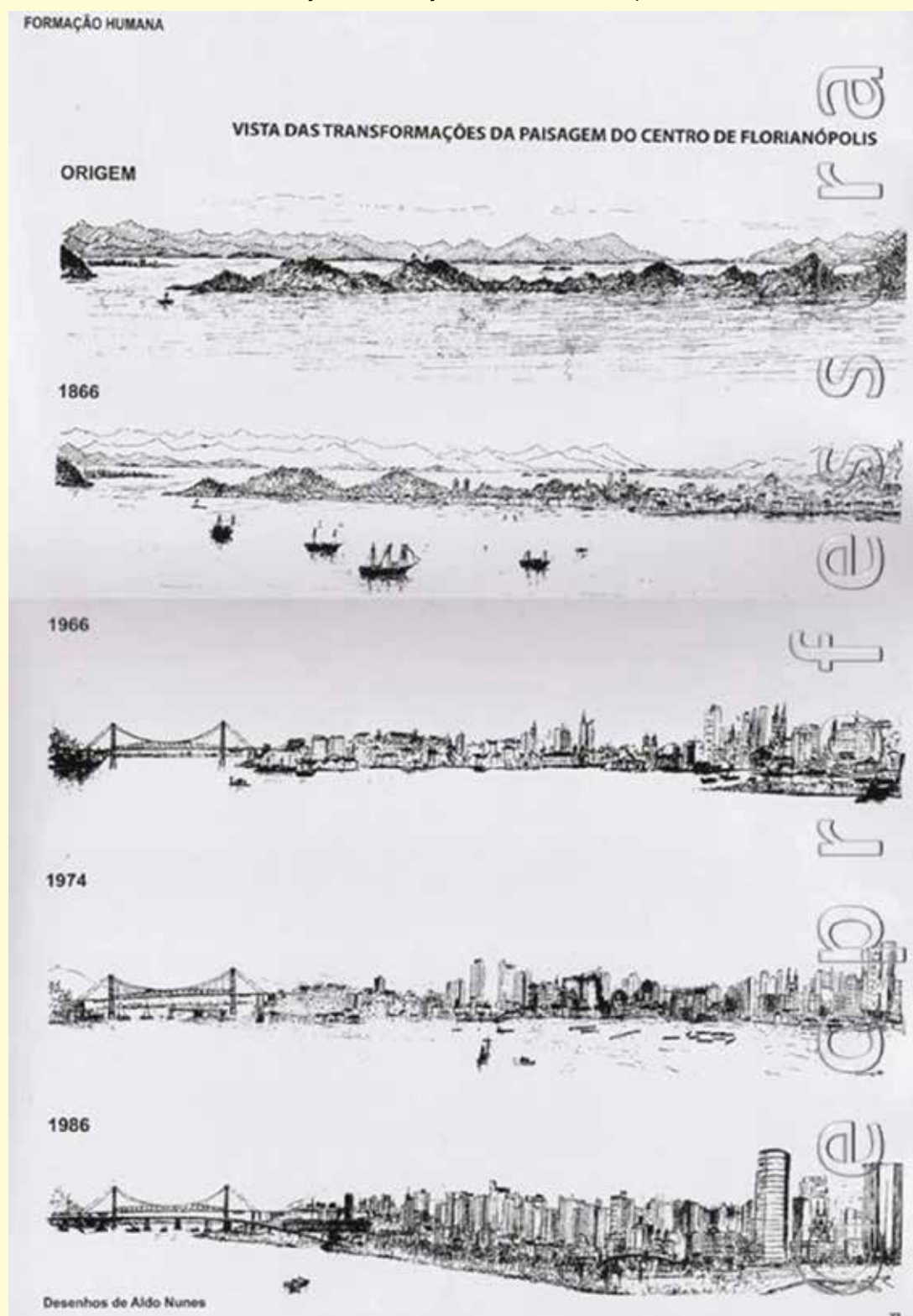
A Revolução Federalista, em 1894, estabeleceu a sede de sua república independente no Desterro durante meio ano. Os revolucionários federalistas dos três estados do sul, unidos aos também rebelados militares da Marinha do Brasil, foram fragorosamente derrotados. Após o fracasso da revolta, o nome da cidade é trocado como forma de castigo/homenagem ao vencedor, encerrando um dos mais sangrentos episódios da história brasileira.

²“No sítio destinado ao lugar assinalará um quadro para a praça, de quinhentos palmos de face, e num dos cantos se porá a igreja, a rua ou ruas se demarcarão ao cordel com largura ao menos de 40 palmos; por elas e nos lados da praça se porão as moradas em boa ordem, deixando entre umas e outras, e para trás, lugar suficiente e repartido para quintais”. Trecho da Provisão Real de D. João V, de 1747 em SILVEIRA (1999, p. 28).

A insurgência contra o governo central republicano de Floriano Peixoto encerra um ciclo e marcará para sempre a cidade, não só por sua mudança de nome de Nossa Senhora do Desterro, ou simplesmente Desterro, para Florianópolis, mas também pela consolidação da índole conservadora de sua gente e sua tendência ao isolamento a partir de então.

O século XX inicia com uma promessa de transformação por parte dos novos governantes, que têm na figura de Hercílio Luz sua principal liderança. A modernidade sustenta este desejo de mudança e a promessa da construção de uma ligação da Ilha de Santa Catarina ao continente é como um visto de entrada de Florianópolis neste novo período. Como nos lembra Habermas (2002, p. 12), “a modernidade não pode e não quer tomar dos modelos de outra época os seus critérios de orientação, ela tem que extrair de si mesma a sua normatividade”.

Ilustração 1 – Evolução urbana de Florianópolis.



Fonte: Floripendio (2012).

Hercílio Luz (1860 - 1924) executou esta obra no segundo de seus três mandatos como governador, entre 1918 e 1922. Foi um governante preocupado com a integração de todas as regiões da Província, depois Estado de Santa Catarina. É esta preocupação quase obsessiva que o leva à construção da ponte, chegando, em determinado momento, a propor a mudança da capital caso não obtivesse os recursos necessários.

Em busca destes recursos, executam-se uma série de obras visando reformar e consolidar Florianópolis como cidade voltada para o mundo e equiparada às cidades modernas, ainda que fosse uma modernidade periférica, como acredita Beatriz Sarlo (2010, p. 12) e Silveira da Costa (2007, p. 27), para quem “Florianópolis não acompanhou a velocidade das reformas urbanas de cidades como o Rio de Janeiro, capital política e centro econômico do país, na época. Constituía-se, desta forma, uma modernidade distante e periférica”.

A reforma urbana de Hercílio avança em várias frentes: a abertura da Avenida do Saneamento, hoje Avenida Hercílio Luz, financiada pela internacional Fundação Rockfeller; a canalização do Rio da Bulha, um córrego lento, quase plano, encarregado de transportar todos os dejetos da parte mais pobre da cidade para o mar; o encaminhamento da construção da ponte Ilha/Continente; a aquisição da Fazenda Ressacada, permitindo a construção do Aeroporto Hercílio Luz; a reformulação da iluminação elétrica da cidade; as obras de reforma na Catedral e no Palácio do Governo; o alargamento de ruas através do novo sistema viário urbano, idealizado por Adolfo Konder em 1920, que propunha um anel envolvendo a cidade, ladeando o mar e o morro do Antão com ruas largas e avenidas. Porém, a mais arrojada obra, uma ferrovia cruzando Santa Catarina de leste a oeste a partir do porto de Florianópolis, não foi realizada.

Estas obras vão somar-se à reforma sanitária, iniciada em 1884 pelo governador Gustavo Richard, antecessor de Hercílio Luz, com a coleta de lixo continuada, a construção da primeira rede de abastecimento de água, inaugurada em 1910, e a implantação da rede de esgotos e construção do forno incinerador de lixo, ambas em 1916.

Os 14 mil florianopolitanos de então passam a desfrutar dessas melhorias, que têm como ápice a inauguração da ponte, cujo contrato de construção é assinado em 27 de setembro de 1920.

A Ponte Hercílio Luz

A ponte pênsil conectando a Ilha de Santa Catarina ao continente é, sem sombra de dúvida, a maior obra pública realizada no Estado de Santa Catarina durante a primeira metade do século XX. Além de impressionar por seu arrojo e beleza, a mesma colocou a cidade entre as poucas do mundo a contar com um equipamento de última tecnologia à época.

Os trâmites para tal realização iniciam com a tomada de empréstimo internacional junto ao grupo financeiro norte-americano *Imbrie & Co*, no valor de 5 milhões de dólares. A falência deste agente poucos anos de-

pois, além de atrasar o início das obras, forçou uma renovação do crédito junto a *Halsey Stuart & Co*, com 5 mil títulos de mil dólares cada, colocados no mercado pela *Trust Equitable Company of New York* contra o Estado de Santa Catarina, com prazo de 30 anos.

A construtora *Bymington & Sundstrom*, dos Estados Unidos, inicia as obras da Ponte Hercílio Luz em 21 de novembro de 1922 (Imagem 1), com a responsabilidade de executar os projetos dos engenheiros norte-americanos David B. Steinmar e Holton D. Robinson. A fiscalização brasileira ficou a cargo de uma comissão integrada pelo engenheiro Paulo de Frontin, entre outros.

Imagem 1- Ponte Hercílio Luz em construção (1924).



Fonte: Bündgens (2014, p. 19).

Em 13 de maio de 1926, a obra estava pronta, com um ano de atraso. Hercílio Luz, falecido em 1924, foi substituído por Pereira de Oliveira até março de 1926, quando assume Bulcão Viana, finalmente o governante que inauguraria a ponte (Imagem 2), a qual nasceu com características de ícone urbano dominante na paisagem.

O surgir do ícone

A construção conhecida pelos florianopolitanos como *a ponte*, e sua carga de significação, fazem parte do imaginário local desde o primeiro dia. A escala monumental de suas formas impacta o visitante, mesmo atualmente. A sua localização estratégica domina toda a paisagem, como podemos perceber na Imagem 3. A expectativa de sua implantação e uso, proposto como locomotora do progresso que se avizinhava, despertou um sentimento de tal magnitude que, desde sua concepção, a consolida como ícone urbano.

Imagem 2 – Ponte Hercílio Luz (Anos 40).



Fonte: Hayashi e Barth (2015).

Mesmo nascida com objetivos políticos e de desenvolvimento estratégico, incorporou-se como símbolo da sociedade local atribuindo vitalidade ao espaço urbano. Destacada por sua verticalidade, isolada de outros elementos, a evolução da cidade com a construção de outros edifícios só consolidou sua posição, sendo que, ao longo dos anos, nenhuma outra construção foi capaz de capturar a atenção da população. Este objeto, até o final do século XX, foi reconhecido como o verdadeiro ícone da cidade.

Entenda-se por ícone construção de impacto, seja por sua localização estratégica, visibilidade, escala, forma, aparência, monumentalidade ou uso. Ícone é aquela construção que, desde a sua concepção, vem causar alguma expectativa em relação à sua implantação (HAZAN, 2008).

Embora seja um ícone surgido na modernidade, lembra os edifícios da antiguidade clássica sob o aspecto de catalisador auxiliar no processo de desenvolvimento da cidade. O olhar dos habitantes sobre seu ambiente traduz suas experiências e é a partir de um referencial concreto que a totalidade simbólica da

ponte Hercílio Luz construiu sua identidade. Com esta mesma identidade adquire status de ícone urbano. Sua rápida incorporação à paisagem fez com que, mesmo sendo construída sem esta intenção, a cidade se desenvolvesse à sua volta mantendo-se em destaque e assumindo a posição de mito representativo da cidade, pelo menos até os anos sessenta do século XX. A partir deste período, as transformações urbanas e sociais vão ganhar velocidade, em descompasso com o até então lento e pouco relevante desenvolvimento ilhéu.

Imagem 3 – Ponte Hercílio Luz em Florianópolis (1940).



Fonte: Hayashi e Barth (2015).

O topocídio

Como parte destas transformações urbanas e sociais, teremos primeiramente a exportação crescente da população excedente para o sul do centro urbano e para o continente, criando espaços periféricos e degradados. A chegada do turismo nos anos setenta aponta o norte da ilha como local para os investimentos desta nova atividade. Estes investimentos, guiados pela *lógica da localização*, se concentram na costa marítima norte. A presença do turismo como ordenador do território é denunciada pela explosão do setor terciário local. A chegada dos grandes supermercados, shopping centers, hotéis, e o desenvolvimento dos transportes geraram uma hipertrofia na paisagem urbana do norte da ilha.

A ilha de Santa Catarina possui inegáveis aspirações turísticas, imagens mentais que geram mitos espaciais, praias de areias brancas, dunas e mar azul. A relação entre estes mitos e o produto turístico é resultado da estrutura econômica dos investimentos, marketing e outros mecanismos que fazem a interação entre um e outro, estimulando a demanda social. Assim, se constrói espacialmente o produto turístico, que reflete as opções da economia sobre o espaço, projetando aí os ideais da sociedade global. O choque que estas transformações projetam sobre a população autóctone a divide em dois grupos. O primeiro, formado pelos que

se adaptam com rapidez às mudanças, beneficiando-se delas pela supervalorização dos aluguéis e imóveis, fruto da repentina corrida imobiliária. Este primeiro grupo é logo absorvido pelos novos postos de trabalho gerados pelas novas atividades de serviço. Um segundo grupo, composto pela população que resiste por um tempo em sua propriedade, para ser expulsa em seguida pela valorização do solo, perdendo, além de suas terras, sua referência cultural.

A relação entre o turismo e a antiga estrutura espacial do território provoca um conflito cultural também em relação à composição dos espaços que abandonam seu *valor de uso* para ganhar um *valor de troca* até então desconhecido. Este novo valor, eminentemente mercantil, contribui para a destruição das atividades de subsistência, como a pesca artesanal e a agricultura, provocando uma fragmentação no território, que aloca uma importante quantidade de atividades de prestígio comercial sobre os até então espaços de produção. Fragmentação esta que é excludente, já que grande parte da população não se adapta à nova divisão do trabalho, não conseguindo ocupar a oferta de empregos, o que gera novas pobreza e fazem surgir espaços periféricos e degradados junto à nova conformação territorial. Estes novos espaços periféricos, localizados nas bordas dos grandes investimentos, serão engrossados pela grande migração em direção à ilha, em busca dos empregos e da qualidade de vida prometidos pelo marketing anunciador da atividade turística.

A consequência destes fatores é percebida nas pesquisas do IBGE que constataram, entre 1970 e 1991, um crescimento populacional no norte da ilha três vezes maior que no restante do território em questão. A migração provoca também um aumento significativo das atividades comerciais nos bairros periféricos, gerando novas centralidades.

Depois dos anos setenta, o poder de atração que a cidade e toda a Ilha de Santa Catarina passam a exercer sobre os outros estados foi capaz de provocar uma migração interna que, segundo dados do IBGE (2013), aumentou sua população de 115.547 habitantes, em 1970, para 421.203 no ano de 2010, enquanto a região metropolitana de Florianópolis passou de 192.000 habitantes para 1.012.831 habitantes no mesmo período. Este aumento populacional de quase 400% em Florianópolis e 500% junto aos municípios conurbados continentais tem raízes na convergência de vários fatores, alguns refletindo as conjunturas econômicas nacionais do período, outros específicos conectados a questões regionais.

Como já dito, a atividade comercial que inicialmente se concentrava no centro histórico vai migrar, em função deste acréscimo populacional, para regiões imediatamente periféricas, formando aí centralidades secundárias em novos bairros, e reforçando a importância do núcleo fundante de Florianópolis. Os outros núcleos do interior ganham nova visibilidade, suas centralidades se revigoram, provocando novas periferias no interior da ilha.

O centro histórico, ou seja, o tradicional coração da cidade vai, a partir dos anos 1990, sofrer um processo de declínio comercial acentuado e conseqüente degradação física. Florianópolis não foge à velha estratégia da especulação imobiliária, que leva à degradação os centros históricos para comprá-los, posteriormente, por valores depreciados, e imediatamente forçar processos de revitalização urbana por parte da administração pública, revalorizando a área e apropriando-se das rendas diferenciais.

Assim, a recomposição do centro histórico começa no início do século XXI, a partir das áreas centrais recém-adquiridas pelo capital especulativo, acrescidas dos vazios urbanos já existentes, alterando a morfologia do espaço e criando uma nova tipologia arquitetônica.

A população residente foi expulsa e, salvo alguns poucos edifícios residenciais dos anos 1970, o comércio popular ocupou todo o entorno do antigo Mercado Público. O comércio mais ao norte da Praça XV foi substituído por um centro de prestação de serviços, onde grandes corporações e profissionais liberais ocupam escritórios, em novos edifícios, com as ruas adquirindo um aspecto homogeneizado de arquitetura contemporânea, espetacularmente incrementada, nos últimos anos, pela demanda imobiliária para esta tipologia arquitetônica.

As vias de acesso rápido que conduzem aos antigos núcleos do interior da ilha, e agora novos bairros periféricos, são ladeadas por pacotes imobiliários que ora têm um grande centro comercial como elemento de atração, e ora têm *Garden Centeres* e outros centros de consumo, criando vários nichos, de maior ou menor prestígio, dentro deste quadro de fragmentação urbana que vai se reproduzindo por toda a ilha. Nos antigos

núcleos do interior da ilha, agora revalorizados e super-habitados, temos novamente a tipologia arquitetônica denunciando a atividade, a função e as pautas de consumo que aí acontecem. Nos núcleos próximos ao litoral, de exuberante natureza, predominam os hotéis de luxo, os grandes resorts e as pequenas lojas de objetos de luxo, entre restaurantes e casas noturnas, formando shoppings a céu aberto, numa tipologia já bastante tradicional para este tipo de espaço e seus frequentadores. Aí também se estabelece a habitação de temporada das elites econômicas. Nos espaços mais afastados da costa, as comunidades, testemunhas da ocupação colonial polinucleada da Ilha de Santa Catarina, formam bairros de grandes conjuntos habitacionais, onde residem os trabalhadores responsáveis pela inclusão deste pedaço do planeta nos catálogos do turismo internacional. Nestes, a tipologia arquitetônica se assemelha aos demais bairros periféricos, não só os do sul da cidade de Florianópolis, mas também de todo o país, tendo sempre como protagonista os antigos armazéns ou vendas, que agora se transformaram em mercadinhos de bairro, reforçando a influência de centenárias famílias locais, proprietárias destes negócios e adaptadas aos novos tempos.

Dentro deste quadro de profundas e radicais transformações no espaço urbano e social da Ilha de Santa Catarina, era de se esperar também a mudança de seus valores culturais. As populações recém-chegadas e responsáveis pelo maior crescimento de uma cidade/capital brasileira em três décadas trazem consigo novos valores, usos e costumes. A frágil cultura europeia da ilha, advinda do arquipélago português dos Açores, será aculturada uma segunda vez - a primeira vez teria sido em contato com os nativos locais, como nos lembra Ribeiro (1999, p. 427):

Outra configuração histórico-cultural constitui-se no Brasil sulino formada por populações transladadas dos Açores no século XVIII pelo governo português. O objetivo dessa colonização era implantar um núcleo de ocupação lusitana permanente para justificar a apropriação da área em face do governo espanhol e também para operar como uma retaguarda fiel das lutas que se travavam nas fronteiras. Esses açorianos vieram com suas famílias para reconstituir no Sul do Brasil o modo de vida das ilhas, atraídos por regalias especialíssimas para a época. Prometiam-lhes a concessão de glebas de terra demarcadas como propriedade de cada casal [...]. Fizeram-se matutos, ajustando-se a um modo de vida mais indígena que açoriano, lavrando a terra pelo sistema de coivara, plantando e comendo mandioca, milho, feijões e abóboras. Mesmo no artesanato praticado hoje nos núcleos de seus descendentes, não se pode distinguir peculiaridades açorianas. É essencialmente o mesmo das populações caipiras e assim deve ter sido no passado, para suprir suas necessidades de panos, de tralha doméstica feita de trançados e de cerâmica e de instrumentos de trabalho [...]. Sua contribuição à cultura neo-brasileira foi nula porque esta se havia saturado dos traços do patrimônio português que podia absorver. Sua influência na cultura regional e seu papel social foram, todavia, decisivos no aportuguesamento linguístico e no abasileiramento cultural da campanha e, sobretudo, na constituição do núcleo leal ao poderio português e, mais tarde, imperial, que se requeria naquelas fronteiras, por um lado tão remarcadamente castelhanas e, pelo outro, tão independentes em sua lealdade a caudilhos autônomos.

Na gradual eliminação do significado cultural dos valores e crenças locais, com seu conseqüente traslado ao espaço físico, percebemos o surgir de uma nova percepção da paisagem urbana na ilha: “uma paisagem representa diferentes momentos do desenvolvimento da sociedade” (SANTOS, 2006, p. 77).

A mudança e a substituição de valores culturais, trazidas pela grande massa de recém-chegados, e sua relação com os símbolos representativos da população nativa se fazem sentir abruptamente. As danças folclóricas, a cultura da pesca artesanal, e o linguajar logo se tornam motivo de chacota para os novos habitantes que, segundo o projeto *Observatório das Migrações em Santa Catarina*, vinculado ao Centro de Ciências Humanas e da Educação (FAED) da Universidade do Estado de Santa Catarina (Udesc), na atualidade 52,18% dos habitantes de Florianópolis não nasceram no município³, como mostra a Tabela I.

3 Dos 421.240 habitantes de Florianópolis, 219.819 deles não nasceram no município, ou seja, 52,18% da população residente não é natural da cidade. Ademais, 127.978 habitantes de Florianópolis não nasceram sequer em Santa Catarina, o que corresponde a 30,38% da população residente do município.

TABELA I - POPULAÇÃO RESIDENTE E MIGRANTES NOS ÚLTIMOS 5 ANOS
(REGIÕES SELECIONADAS EM 2010).

Região ou Município	População Residente	Imigrantes nos últimos 5 anos	% da população residente que chegou nos últimos 5 anos
Santa Catarina	6.248.436	736.702	11,7
Grande Florianópolis	994.095	144.307	14,5
Florianópolis	421.240	63.215	15
São José	209.804	31.461	14,9
Palhoça	137.334	20.944	15,25

Fonte: Udesc (2013, p. 9).

A tendência da população nativa, que a princípio foi de recolher-se aos seus valores, demonstrando uma resistência que beirava a xenofobia, passou a entregar-se com o tempo aos novos ditames.

O papel de principal ícone urbano e turístico da ponte Hercílio Luz no imaginário local aos poucos vai sendo substituído por novas imagens, com apelo mais internacional, produzidas de acordo com os interesses do marketing turístico.

A percepção externa de um signo, como uma estátua no meio de uma praça, por exemplo, tem características físicas, captadas por quem as observa que não deixam dúvidas. O significado desta estátua, porém, pode variar muito de um observador para o outro. Este fato se dá pela leitura que cada um faz, levando-se em conta o conhecimento sobre o que a estátua representa as características culturais do observador, sua disposição interna no momento da observação, além de uma série de outros fatores que podem interferir no resultado final do significado para cada um [...]. Mas, para os que não são do grupo, ou não tem conhecimento sobre o que representam [...] simplesmente nada significam (ROCHA, 2006, p. 39).

Estas mudanças sofridas pela dinâmica social e econômica da Ilha de Santa Catarina terão, evidentemente, reflexos na sua morfologia espacial. No que tange o espaço específico ocupado pelo objeto em questão, as alterações foram radicais. A Ponte Hercílio Luz vai perder protagonismo espacial com as infraestruturas para conduzir os efeitos da expansão ao interior da ilha. A avenida, lançada sob o objeto em estudo, e os novos edifícios construídos em suas laterais, acabam com o isolamento que o destacava. A construção de uma nova ponte (a Colombo Salles, inaugurada em 1975) vai provocar o fechamento da Hercílio Luz ao tráfego de veículos em 1982. Em 1990, mais uma ponte (a Pedro Ivo) relega definitivamente a ponte Hercílio Luz ao ostracismo.

Novos governantes, oriundos das populações recém-chegadas, conduzem este ícone urbano ao esquecimento, apoiados pela repaginada sociedade local, com alguns grupos até incentivando a sua desmontagem.

Os ícones urbanos, na medida em que perdem sua importância no imaginário da população, se aproximam do que Tuan (1980) classifica como topocídio – tomando o termo emprestado de Douglas Porteous (1988) – para explicar a eliminação do significado cultural atribuído por uma determinada sociedade a uma dada paisagem, o que é um caminho sem volta para a aniquilação de uma cultura, pois expõe sua fragilidade, mediante as forças topocídicas. Como escreve o autor:

A ilusão de superioridade e centralidade provavelmente é necessária para a manutenção da cultura. Quando a crua realidade despedaça essa ilusão, é possível que a própria cultura decline. No mundo moderno de comunicações rápidas é difícil para as pequenas comunidades acreditarem que estejam, em qualquer sentido literal, no centro das coisas, embora algo dessa fé seja necessário se elas desejam prosperar (TUAN, 1980, p. 36).

A partir de sua interdição, em 22 de janeiro de 1982, a Ponte Hercílio Luz passou a ser considerada, para a administração local, mais como um estorvo urbano do que símbolo de um passado presente.

Passados 10 anos, com o surgir de incentivos à cultura por parte do governo federal, começaram a encarar o objeto como forma de alavancar recursos, usando seu restauro como pretexto. Dentro desta ótica,

em 04 de agosto de 1992 é feito o seu tombamento como Patrimônio Histórico, Artístico e Arquitetônico do Município de Florianópolis.

Ilustração 2 – Dados sobre a Ponte Hercílio Luz.



Fonte: Santa Catarina/ Deinfra (2015).

Após a captação de muitos recursos pelos governos estadual e municipal, vários projetos foram elaborados, porém nenhum encarado com a responsabilidade exigida. Finalmente em março de 2005, 23 anos após o seu fechamento, o governo de Santa Catarina apresenta um projeto de reabilitação da Ponte Hercílio Luz.

Imagem 4 – A Ponte Hercílio Luz em reforma (2015).



Fonte: Santa Catarina/Secom (2015).

O projeto descaracteriza o objeto (Imagem 4), pois abandona os dois pilares fundamentais de qualquer teoria de restauração, ou seja, história e arte. Apresenta uma proposta que aponta unicamente para uma atitude simplista, reduzindo o trabalho de reabilitação a uma mera adaptação da matéria à obra em sua exigência formal, desconhecendo os envolventes históricos da memória e da cultura. Mesmo assim, a execução de tal projeto se arrasta a mais de dez anos não tendo data prevista para sua conclusão, denunciando o descompromisso de governantes e população com o símbolo de uma sociedade e de uma cidade que talvez já não existam nos novos tempos.

Considerações finais

Finalmente, mesmo diante da dificuldade de explicitar em um artigo a abrangência de uma investigação em curso, apresentamos a ideia de se buscar, sobre o território da cidade de Florianópolis e em sua ampliação, a Ilha de Santa Catarina, marcas de momentos e objetos históricos determinantes para sua evolução urbana, visando uma saída para a compreensão de um passado recente, atropelado por metamorfoses sofridas em consequência de migrações internas. As alterações no modo de produção global levaram a cidade à uma abrupta aceleração de sua evolução urbana, como vemos na Imagem 5.

Na família dos imaginários da globalização e das técnicas, encontra-se a ideia, difundida com exuberância, de que a velocidade constitui um dado irreversível na produção da história, sobretudo ao alcançar os paroxismos dos tempos atuais. Na verdade, porém, somente algumas pessoas, firmas e instituições são altamente velozes, e são ainda em menor número as que utilizam [...]. Pode-se dizer que a velocidade assim utilizada é duplamente um dado da política e não da técnica. De um lado, trata-se de uma escolha relacionada com o poder dos agentes e, de outro, da legitimação dessa escolha, por meio da justificação de um modelo de civilização. É nesse sentido que estamos afirmando tratar-se mais de um dado da política que, propriamente, da técnica, já que esta poderia ser usada diferentemente em função do conjunto de escolhas sociais. De fato, o uso extremo da velocidade acaba por ser o imperativo das empresas hegemônicas e não das demais, para as quais o sentido de urgência não é uma constante (SANTOS, 2001, p. 122).

O objeto estudado faz parte, num primeiro momento, da arquitetura das transformações urbanas que introduzem a cidade na modernidade e, num segundo momento, representa a morte dos valores locais frente ao processo de globalização.

Este segundo momento se inicia nos anos 80 do século XX, quando o projeto da economia neoliberal sai vencedor no mundo ocidental, levando suas cidades a um setor terciário avançado, sedento de novas imagens permanentemente.

Dentro desta ótica, fazemos a crítica defendendo a ideia de que os ícones urbanos não são apenas visuais, mas têm um estatuto próprio a ser considerado, o qual influencia as práticas de intervenção e, como a paisagem, está profundamente relacionado às práticas sociais.

O respeito às pré-existências é fator fundamental na relação entre os povos de migrações internas, e

necessita ser legitimado, não como um objeto congelado no passado, mas como entendimento do respeito à manutenção do caráter e da personalidade locais.

Florianópolis é capturada por este processo com uma rapidez acima da média. As mudanças socioeconômicas, culturais e espaciais são radicais. A dinâmica da cidade acelera, e o consumo de bens e serviços é o grande locomotor destas transformações. Acreditamos que identificar estes câmbios e monitorá-los através dos reflexos em seus símbolos arquitetônicos, é possível.

Imagem 5 – Vista das três pontes (2015).

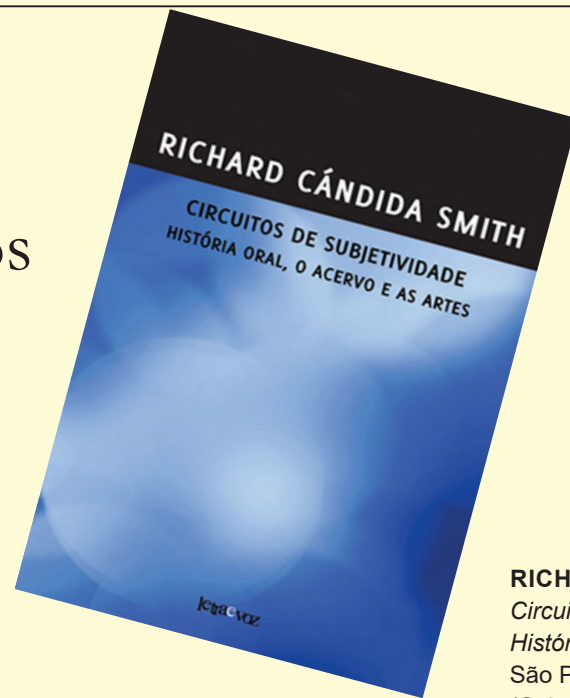


Fonte: G1 (2015).

Referências

- BOORSTIN, Daniel J. *Os descobridores*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- BRITO, Paulo José Miguel de. *Memória Política sobre a Capitania de Santa Catarina*. Lisboa: Academia Real das Ciências, 1829.
- BÜNDGENS, F. *Ponte Hercílio Luz: do sonho à realidade*. Florianópolis: Bernuncia Editora, 2014.
- CABEZA DE VACCA, A.N. *Naufrágios e Comentários*. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- CABRAL, O.R. *As defesas da ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia*. Florianópolis: UFSC, 1976.
- FLORIPENDIO. *Florianópolis ontem e hoje*. Florianópolis. Disponível em: <<http://www.floripendio.blogspot.com>>. Acesso em: 24 ago. 2015.
- G1. *Florianópolis comemora 289 anos*. São Paulo. Disponível em <<http://glo.bo/1Oq7ghJ>>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- HABERMAS, J. *O Discurso Filosófico da Modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HAYASHI, Fernando Augusto Yudyro; BARTH, Fernando. Ponte Hercílio Luz em Florianópolis. Patrimônio tecnológico. *Vitruvius/Arquitextos*, São Paulo, ano 15, n. 178.00, fev. 2015. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/15.178/5494>>. Acesso em: 12 nov. 2015.
- HAZAN, Vera Magiano. O papel dos ícones da contemporaneidade na revitalização dos grandes centros urbanos. *Vitruvius/Arquitextos*, São Paulo, ano 4, n. 041.02, out. 2003. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.041/645>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- IBGE. *Estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2013*. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/estimativa2013/estimativa_dou.shtm>. Acesso em: 08 ago. 2015.
- PAULI, E. *A fundação de Florianópolis*. Florianópolis: Edeme, 1978.
- RIBEIRO, D. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.
- RIBEIRO, O. *Originalidade da Expansão Portuguesa*. 3. ed. Lisboa: GP, 1994.
- ROCHA, Lurdes Bertol. *A região cacauceira da Bahia: uma abordagem fenomenológica*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, Aracaju. 2006.
- SANTA CATARINA. Assembleia Legislativa do Estado. *Ilha de Santa Catarina: Relatório de Viajantes Estrangeiros nos Séculos XIII e XIX*. Florianópolis: Gráfica Canarinho, 1979.
- SANTA CATARINA. Departamento Estadual de Infraestrutura (Deinfra). *Histórico da Ponte Hercílio Luz*. Disponível em: <http://www.deinfra.sc.gov.br/jsp/informacoes_sociedade/ponte_HercilioLuz.jsp>. Acesso em: 14 out. 2015.
- SANTA CATARINA. Secretaria de Estado de Comunicação (Secom). *Governador Raimundo Colombo viaja aos Estados Unidos para negociar restauração da Ponte Hercílio Luz*. Fotografia de Júlio Cavaleiro. Disponível em: <<http://goo.gl/VHlwQb>>. Acesso em: 12 out. 2015.
- SANTOS, M. *A natureza do espaço. Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. 4. ed. 2. reimpr. São Paulo: Edusp, 2006.
- SANTOS, M. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.
- SARLO, B. *Modernidade Periférica: Buenos Aires, 1920 e 1930*. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- SILVEIRA DA COSTA, Sandro. Transfigurações urbanas em Florianópolis (1880-1930). *Agora*, Florianópolis, v. 1, n. 29, p. 26-33, jan./jun. 1999.
- STADEN, H. *Viagem ao Brasil*. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- TUAN, Y.F. *Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência*. São Paulo: Difel, 1983.
- _____. *Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. São Paulo: Difel, 1980.
- UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Udesc). *Relatório do Observatório de Migrações em Santa Catarina*. Florianópolis: IOESC, 2013.

História Oral no campo das artes: porta para universos subjetivos



RICHARD , Cândida Smith.
Circuitos de subjetividade: História Oral, o acervo e as artes.
 São Paulo: Letra e Voz, 2012.
 (Coleção Ideias). 236 p.

Patrícia Yokomizo¹

pati@usp.br

Em *Circuitos de subjetividade: História oral, o acervo e as artes*, Richard Cândida Smith, professor da Universidade da Califórnia, Berkeley, condensa resultados de mais de duas décadas de pesquisa com fontes orais. No livro, são reunidos ensaios que oferecem perspectivas históricas sobre o lugar ocupado por tais fontes em um circuito de relações desenvolvido por artistas e suas comunidades. O objetivo é refletir sobre os desafios interpretativos do uso da História Oral na reconstrução da história das Artes Plásticas, no caso, da Califórnia. Na obra, Cândida Smith demonstra, ainda, como tem combinado fontes orais, escritas e visuais para fornecer informações sobre a vida cultural dos EUA durante o século XX.

Inicialmente, o autor comenta os desdobramentos da cadeia comunicativa das entrevistas de história oral, que implicam a interpretação de diálogos e forças sociais envolvidas. Em seguida, são discutidas questões referentes à publicação de pesquisas com fontes orais, refletindo sobre os processos produtivos de materiais, em especial livros, e o atendimento de mercados leitores. Por fim, são apresentados estudos realizados com artistas da Califórnia para compreensão dos ditos circuitos de subjetividade, em que a concepção de identidade e

comunidade ocorre pela interligação de diferentes expressões.

Em relação aos desdobramentos da cadeia comunicativa, o autor realiza observações sobre estratégias de análise de relatos, chamando a atenção para aspectos imbricados a eles, como as expressões e os gestos. De acordo com as ideias do historiador, a observação atenta da fala e seu narrador nos convida a compreender as palavras mais densamente por meio de suas corporificações. Cândida Smith destaca, então, a centralidade que as narrativas têm ocupado nos estudos de História Oral em detrimento de outras manifestações pessoais.

O autor sugere tratar das manifestações corporais perceptíveis nas narrações não como desconexas dos discursos, mas como complementares ao conjunto de informações que compreende uma complexa rede de significados. A partir de tal proposta, é preciso um pensamento sobre a sensibilidade e as habilidades necessárias ao pesquisador para captar e traduzir expressões diversas, sobretudo as alheias a seu contexto cultural. É indicado um rastreamento de estruturas simbólicas e tensões sociais que possam estar envolvidas nos discursos coletados, com vistas a entender as estruturas narrativas que são estabelecidas pelos entrevistados. Valendo-

¹ Bacharela em Têxtil e Moda e Mestranda em Gerontologia na Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo.

se de considerações de Luisa Passerini a respeito de enredos e formas preexistentes de contar histórias que são buscadas por narradores, o historiador americano acrescenta que, quando se trabalha na reconstituição de ligações entre experiências pessoais, memória coletiva e processos históricos, é preciso conhecer o lugar que a narração de histórias ocupa na consciência popular.

Cándida Smith explica que a autorrepresentação, particularmente nos discursos, é uma característica simbólica, uma vez que articula a posição moral que o entrevistado adota tendo em vista as consequências de sua fala. A respeito dos sistemas de significação, é considerado que a entrevista instiga o indivíduo que narra uma história a refletir sobre os significados históricos e sociais dos acontecimentos de sua vida. Nesse sentido, os entrevistadores precisam compreender as conexões que seus narradores estabelecem ao longo do relato. Para o autor, prestar atenção aos fundamentos práticos da produção de significados reintegra ética, política e conhecimento às pesquisas.

Como conclusão sobre a análise de entrevistas em História Oral, o autor considera que o primeiro passo é reconhecer que as entrevistas não são fontes de informações brutas, mas oralidades estruturadas por significados e códigos complexos. Para ele, não é possível tornar visíveis limitações ou capacidades críticas na produção de sentidos sem imergir no texto do discurso estabelecido e iniciar um processo de diálogo com o narrador (p. 44).

Após discussão e sugestões aos desdobramentos da cadeia comunicativa das entrevistas de História Oral, Cándida Smith trata da reprodução de pesquisas com fontes orais, especialmente em impressos, apresentando um cenário dos processos produtivos de publicações e salientando as implicações relacionadas ao atendimento do mercado editorial e leitores. Para o autor, antes de um pesquisador realizar a escolha sobre o formato de apresentação do material de entrevistas, deve considerar a maneira mais eficaz de comunicar a história e o assunto tratados: a definição da estrutura de uma publicação afeta a seleção das partes mais relevantes de entrevistas e a ordem estabelecida para se chegar à conclusão. Em outras palavras, procura-se esclarecer que “processos produtivos distintos estão implicados no processo de criação de um texto, ou de um conteúdo criado pelo autor, e na confecção de objetos impressos como livros e

periódicos” (p. 54). Assim, o material final de uma pesquisa depende de diferentes agentes envolvidos em sua realização. Como uma forma de se manter fiel à lógica da História Oral neste cenário, o historiador sugere que nas publicações procure-se, ao menos, desvendar as relações sociais tangentes aos relatos e conservar as raízes do presente no passado (p. 58). Em complemento à indicação do autor e considerando a questão mercadológica exposta, propõe-se também um pensamento sobre o acesso à mensagem do estudo publicado, com a avaliação dos modos e estilos de apresentação mais adequados à compreensão do leitor e da ideia original da pesquisa.

Após a exposição de fatores que implicam nas publicações com fontes orais, o livro prossegue com estudos com artistas californianos, como John Outterbridge, Joan Brown e Jay DeFeo. É instituído o termo *circuitos de subjetividade*, que compreende uma espécie de entorno caracterizado por expressões particulares, proporcionadoras de senso de identidade e comunidade. Cándida Smith utiliza uma variedade de relatos para interpretar a formação de identidades artísticas na Califórnia, entre os anos de 1945-1965. A partir das entrevistas apresentadas, são oferecidos exemplos e reflexões do uso de relatos na investigação das Artes e indicam-se algumas peculiaridades que tangem as pesquisas realizadas neste campo.

O historiador passa a discutir a relação de fontes orais com outros tipos de fonte, como objetos e gestos. Estas outras formas de expressão são vistas como maneiras de demonstrar sentimentos e ideias difíceis de expressar em palavras. Essencialmente, considera-se que a expressão falada é inseparável da emoção e do gesto, entendendo que as expressões corporais fornecem imagens que têm como intenção aprimorar a fala a respeito de uma complexa série de eventos (p. 63).

Para interpretar a construção da história do Modernismo nos Estados Unidos, Cándida Smith utilizou fontes orais e diversos arquivos disponíveis ao estudo da Arte. Através do contato com artistas, o historiador aponta que nas entrevistas é possível coletar pistas da mediação que as práticas criativas exercem sobre a subjetividade, as exigências formais e as disposições coletivas. Nesse sentido, a História Oral pode ajudar a desvendar os caminhos para escolhas estéticas tomadas por profissionais das Artes. Segundo o autor, estas preferências são

moldadas por autoimagens pessoais e institucionais, que se relacionam a outros aspectos da sociedade e criam a herança cultural de determinado meio. No decorrer da obra, Cândida Smith considera que a relação entre relato e estratégias profissionais de criação poderia contribuir com o desenvolvimento de um quadro teórico mais abrangente sobre narrativas de história de vida. O autor, então, indica que “aqueles que conduzem entrevistas de história oral com artistas precisam reconhecer uma descrição dos materiais e dos processos criativos envolvidos na construção de determinada obra” (p.94). Considera-se, assim, que tal feito pode revelar as relações entre a subjetividade e a realidade em que habita o entrevistado. A obra de arte é vista, dessa forma, como um registro de existência formatado por objetos que representam a vida de uma pessoa (p. 174) – ou partes dela. Além do aprofundamento em entrevistas e manifestações artísticas para compreender subjetividades, a análise atenta dos relatos e produções artísticas é considerada interessante também à abordagem de conceitos operacionais utilizados pelos artistas em suas atividades cotidianas.

Cândida Smith discute, por fim, como é formulada a definição de qualidade pelos profissionais em questão. O historiador infere, a partir de fontes

orais, expressões e objetos, que o atributo de distinção positiva de um trabalho artístico é sua capacidade de continuar a gerar significados e sensações (p. 128). Em outras palavras, a obra de arte torna-se interessante na medida em que mais pessoas ingressam em seu circuito de subjetividade (p. 225). É a partir desta conquista de público e importância, que o autor explica que são classificadas as produções dignas de exposição e coleção.

Em síntese, as considerações de Richard Cândida Smith sobre os desdobramentos da cadeia comunicativa das entrevistas, as publicações de fontes orais e os circuitos de subjetividade, compõem uma obra que contempla diversas questões pertinentes à História Oral, tais como a inclusão de expressões além da fala nos estudos, o destino das publicações e a interpretação de realidades distantes ou não familiares. A leitura apreciativa das pesquisas do autor, ainda que neste caso sejam localizadas nos EUA, é indicada ao aprimoramento da análise de estruturas significantes presentes na complexidade de fontes orais de temas distintos. O trabalho do historiador norte-americano conduz a uma maior sensibilidade e flexibilização dos modos de ouvir e interpretar narrativas, instigando, com ricos exemplos, a imersão profunda do pesquisador no universo de seu entrevistado.

O Fundo

José Roberto do Amaral Lapa

Ana Carolina de Moura Delfim Maciel¹

amaciel@unicamp.br

Resumo

O texto aborda o Fundo José Roberto do Amaral Lapa, conjunto depositado no Centro de Memória - Unicamp (CMU) e que reúne acervo pessoal e institucional do titular – docente do Departamento de História da Unicamp e fundador do CMU –, compreendendo correspondência ativa e passiva, diários, artigos, textos de pesquisa, artigos de jornais, fotografias etc. Além dos aspectos eminentemente profissionais, tais fontes trazem subjacentes fragmentos da história de vida do Prof. Lapa, extrapolando fronteiras institucionais. Refletir sobre as motivações que o levaram a armazenar suas próprias fontes, remete à sistematização de uma prática e permite repensar o projeto memorialístico em torno do qual o CMU se consolidou.

Palavras-chave: Fundo; José Roberto do Amaral Lapa; Memória; CMU.

“[...] embora nos sonhos da infância e, com certeza, nos projetos dos meus pais não tivesse muito lugar para a história, eu acabei optando pela história, mas acho que havia raízes que me ajudaram, a definir essa preferência pela história de Campinas”.

José Roberto do Amaral Lapa
(In: SIMSON, 2000).

O Fundo JRAL é a base da minha pesquisa intitulada “Centro de Memória-Unicamp, gênese e manutenção projeto de um projeto memorialístico, 1985-1995”. Atualmente em fase de desenvolvimento no CMU, a pesquisa consiste numa proposta de análise da trajetória do historiador e professor do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH/Unicamp), José Roberto do Amaral Lapa (1929-2000), à frente do Centro. O decênio selecionado (1985-1995) compreende sua fundação e gestão inicial, período fulcral para a constituição do acervo de fontes relacionadas à história de Campinas e região, entre os séculos XVIII e XX. Os documentos integram os acervos pessoal e institucional do Prof. Lapa, compreendendo correspondência ativa e passiva, diários, artigos, textos de pesquisa, artigos de jornais, fotografias etc.

A preservação dessa documentação origina um conjunto documental que traz informações concernentes às suas práticas individuais, notadamente no que tange à concepção, planejamento e criação do CMU, assim como os procedimentos provenientes de suas produções intelectuais/acadêmicas. É funda-

¹ Pesquisadora do CMU, com mestrado e doutorado em História pela Unicamp. Fez pós-doutorado no Museu Paulista da Universidade de São Paulo e na *École des Hautes Études em Sciences Sociales* (Paris). Além de produção teórica textual, atua como diretora de documentários, tendo realizado vários filmes no cruzamento entre pesquisa historiográfica e realização audiovisual.

mental ressaltar que, além dos aspectos eminentemente profissionais, tais fontes trazem subjacentes fragmentos da história de vida do Prof. Lapa, extrapolando fronteiras institucionais. Refletir sobre as motivações que o levaram a armazenar suas próprias fontes, remete à sistematização de uma prática, devidamente dimensionada por Artières (1998, p. 28):

Sempre arquivamos as nossas vidas em função de um futuro leitor autorizado ou não (nós mesmos, nossa família, nossos amigos ou ainda nossos colegas). Prática íntima, o arquivamento do eu tem muitas vezes uma função pública. Pois arquivar a própria vida é definitivamente uma maneira de publicar a própria vida, e escrever o livro da própria vida que sobreviverá ao tempo e à morte.

Uma análise detida da referida documentação possibilita acompanhar mecanismos intrínsecos do processo de patrimonialização documental materializado no acervo do CMU, contribuindo, portanto, para situar esse órgão como resultante de ações concretas, mas igualmente, dimensionar aspectos iminente-mente subjetivos que nortearam tais ações, dentre as quais a urgência em “salvar” um legado documental em vias de desaparecimento. Afinal, como coloca Stocker (2014, p. 47), “é claro que por trás de todo arquivo há seres humanos”.

Uma vez legitimado pela instituição de salvaguarda, o documento adquire aura de “patrimônio”. É preciso, contudo, apresentar algumas indagações que remetem aos contextos e às forças que lançam determinado legado material ao estatuto de patrimônio. Assim, processos curatoriais trazem subjacentes problemáticas, dentre elas: porque selecionar um lote documental em detrimento de outro? Quão significativo é o acervo? É mister reiterar que o Prof. Lapa era sobretudo um historiador, com formação e interesses específicos. Sua busca por fontes primárias estava em consonância com um interesse maior, qual seja, a história de Campinas.

Instituições de memória conservam e apresentam fragmentos do passado, e seus acervos são fruto de escolhas. Um dos eixos de minha pesquisa reside em aprofundar a ação curatorial de Lapa, fornecendo subsídios para uma inteligibilidade das mediações instauradas por ele com seus doadores (e colecionadores). Pretendo contribuir também com uma análise sobre a imagem atribuída ao Prof. Lapa, em que os aspectos biográficos confluem para a materialização do acervo documental, posicionando o CMU como consequência do seu amor e dedicação à história de Campinas; de sua postura como salvador – e preservador – incansável da memória documental regional, justificando sua comparação a um garimpeiro em busca de fontes.

Algumas chaves interpretativas desse acervo restam “guardadas” em documentos e/ou na lembrança de seus contemporâneos. Considero que um recuo ao contexto inaugural possibilitará, portanto, tecer novas chaves interpretativas. Assim como a historiografia volta-se para analisar o ato de “fazer história”, fontes documentais depositadas em arquivos também obedecem a critérios de escritura. Sendo assim, é importante fazer alguns questionamentos à origem desse acervo: Qual história Lapa pretendeu “escrever” com a reunião de tais documentos? Como sua produção historiográfica corroborava tal projeto de salvaguarda? Como se atrela à sua biografia uma “justificativa” pela escolha da temática regional?

Ao lançar tais prerrogativas, tenho em mente conceitos difundidos por Terry Cook (1998), que enfatiza a necessidade de analisar os *processos* implicados na “criação dos documentos”. Pretendo refletir o binômio Lapa/CMU como proveniente de *inter-relações*, tendo em vista que, ainda segundo Cook (1998, p. 140), “as relações de poder que conformam a herança documental lhe dizem tanto, se não mais, que o próprio assunto que é o conteúdo do texto”. Em consonância a reflexões historiográficas voltadas à subjetividade, ao redimensionamento do estatuto do documento e ao reconhecimento da presença ativa do sujeito, Cook assim define o estatuto das fontes arquivísticas:

Nada é neutro. Nada é imparcial. Tudo é conformado, apresentado, representado, simbolizado, significado, assinado, por aquele que fala, fotografa, escreve, ou pelo burocrata governamental, com um propósito definido, dirigido a uma determinada audiência (COOK, 1998, p. 140).

Jacques Le Goff (1996, p. 548), ao analisar o estatuto do documento, sentenciava: “Todo documento é mentira”. É precisamente nessa perspectiva analítica, descortinando “condições de produção”, analisando o papel do “protagonista” e do “cenário” onde se desenvolvem as ações salvaguarda documental e produção acadêmica, que minha pesquisa se desenvolve.

Habitualmente convivemos com memórias oriundas tanto do universo privado quanto do público. Há uma memória individual, que habita os meandros da subjetividade de cada um, comandada pela emoção, obedecendo a ordens internas, memória esta pautada, por vezes, em lembranças indeléveis. Concomitantemente, há uma memória “material” produzida cotidianamente pelos indivíduos, e que vai se configurando como “memória” com o transcorrer do tempo, uma memória palpável, que pode ser vislumbrada e/ou manuseada. A manutenção, preservação ou “descarte” dessa “memória material” depende de fatores externos, dentre os quais a ação do tempo e/ou a ação humana. Assim, a pesquisa contribuirá com uma perspectiva analítica que, espero, possibilitará nuançar fronteiras, entrelaçando fontes documentais, memória e historiografia.

Referências

ARTIÈRES, Philippe. Arquivar a própria vida. *Revista Estudos Históricas*, v. 11, n. 21, p. 9-34, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2061/1200>>. Acesso em: 20. ago. 2015.

COOK, Terry. Arquivos Pessoais e Arquivos Institucionais: para um entendimento arquivístico comum da formação da memória em um mundo pós-moderno. *Estudos Históricas*, v. 11, n. 21, p. 129-149, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2062>>. Acesso em: 20. ago. 2015.

LE GOFF, J. Documento/ Monumento. In: _____. *História e Memória*. Tradução de Bernardo Leitão et al. Campinas: Unicamp, 1996.

SIMSON, O. R. V. (Org.). *O Garimpeiro dos Cantos e Antros de Campinas*. Campinas: CMU/Unicamp, 2000.

Dados sobre o fundo:

Título: José Roberto do Amaral Lapa

Código de referência: BR CMU JRAL

Período de acumulação: 1929 até 2000

Procedência: Documentos doados pela família ao CMU em agosto de 2008.

Âmbito e conteúdo: Documentos relacionados a atividades privadas e públicas do titular.

Composição: Documentos textuais; bibliográficos; iconográficos; filmográficos e microográficos.

Especificações da documentação:

- Correspondência ativa e passiva;
- Manuscritos de produções intelectuais;
- Relatórios e planejamentos;
- Documentos administrativos (atas, pautas, deliberações);
- Recortes de jornais;
- Resenhas;
- Dossiês de livros;
- Bibliografia;
- Objetos;
- Gravações orais e audiovisuais;
- Fotografias.

Relação de pareceristas - 2015

(v. 23, n. 29 e 30)

Alexandre Panosso

(Curso de Lazer e Turismo da USP – Zona Leste)

André Fontan Köhler

(Curso de Lazer e Turismo da USP – Zona Leste);

Bernadete Aparecida de Castro

(Departamento de Planejamento Territorial e Geoprocessamento da Unesp – Rio Claro);

Cecília Helena Oliveira

(Museu Paulista e Pós-Graduação em História Social da USP);

Cynthia Harumi Correa

(Curso de Lazer e Turismo da USP – Zona Leste);

Edegar Tomazzoni

(Curso de Lazer e Turismo da USP – Zona Leste);

Edson Roberto Leite

(Curso de Lazer e Turismo da USP – Zona Leste);

Everaldo Costa

(Departamento de Geografia da UnB);

Luiz Gonzaga Godoi Trigo

(Curso de Lazer e Turismo da USP – Zona Leste);

Marcos de Carvalho

(Curso de Lazer e Turismo da USP – Zona Leste);

Odaléia Telles Marcondes Machado Queiroz

(Departamento de Economia, Administração e Sociologia da Esalq/USP – Piracicaba);

Rita Giraldi

(Curso de Lazer e Turismo da USP – Zona Leste);

Sidnei Raimundo

(Curso de Lazer e Turismo da USP – Zona Leste);

Sílvia Zanirato

(Curso de Lazer e Turismo da USP – Zona Leste);

Thiago Allis

(Departamento de Geografia, Turismo e Humanidades da UFScar – Sorocaba).